

A CRIANÇA

MARIA MONTESSORI

A CRIANÇA

MARIA MONTESSORI



Maria Montessori

A criança

CÍRCULO DO LIVRO

Sumário

<i>Prefácio: Infância, problema social</i>	7
--	---

Primeira parte

1. O século da criança	15
2. O acusado	21
3. Intervalo biológico	25
4. O recém-nascido	31
5. Os instintos naturais	38
6. O embrião espiritual	41
7. As delicadas estruturas psíquicas	50
8. A ordem	63
9. A inteligência	74
10. Os conflitos durante o desenvolvimento	84
11. Andar	89
12. A mão	93
13. O ritmo	100
14. A substituição da personalidade	103
15. A atividade motora	108
16. A incompreensão	112
17. Intelecto de amor	115

Segunda parte

18. A educação da criança	123
19. A repetição do exercício	132
20. Livre escolha	134
21. Os brinquedos	136
22. Prêmios e castigos	137
23. O silêncio	138

24. A dignidade	141
25. A disciplina	145
26. O início da aprendizagem	147
27. Paralelos físicos	152
28. Conseqüências	153
29. Crianças privilegiadas	159
30. A preparação espiritual do professor	165
31. Os desvios	170
32. As fugas	172
33. As inibições	175
34. As curas	178
35. A dependência afetiva	181
36. A posse	183
37. O poder	186
38. O complexo de inferioridade	188
39. O medo	192
40. As mentiras	194
41. Reflexos sobre a vida física	198

Terceira parte

42. O conflito entre o adulto e a criança	205
43. O instinto do trabalho	207
44. As características dos dois tipos de trabalho	211
45. Os instintos orientadores	220
46. A criança-professora	228
47. A missão dos pais	231
48. Os direitos da criança	232

Prefácio

Infância, problema social

Iniciou-se há alguns anos um movimento social a favor da infância, sem que alguém em particular tomasse tal iniciativa. Ocorreu algo semelhante a uma erupção natural em terreno vulcânico, na qual produzem-se espontaneamente fogos dispersos aqui e acolá. Assim nascem os grandes movimentos. Não há dúvida quanto à contribuição da ciência: foi a iniciadora desse movimento. A higiene começou a combater a mortalidade infantil; posteriormente, demonstrou que a criança era vítima da fadiga estudantil, mártir desconhecida, condenada à pena perpétua, pois sua infância terminava no momento da conclusão da escola elementar.

A higiene escolar descreve crianças desventuradas, de espírito oprimido e inteligência cansada, ombros encurvados e peito estreito, uma infância predisposta à tuberculose.

Finalmente, após trinta anos de estudos, consideramos as crianças seres humanos abandonados pela sociedade e, sobretudo, por aqueles que lhes deram e conservam a vida. O que é a infância? Um incômodo constante para o adulto preocupado e cansado por ocupações cada vez mais absorventes. Já não existe lugar para as crianças nas residências mais acanhadas das cidades modernas, onde as famílias se acumulam em espaço reduzido. Não há lugar para elas nas ruas porque os veículos se multiplicam e as calçadas estão apinhadas de pessoas apressadas. Os adultos não dispõem de tempo para se ocuparem com elas, pois são oprimidos por compromissos urgentes. Pai e mãe são ambos obrigados a trabalhar e, quando falta emprego, a miséria atinge tanto adultos como crianças. Mesmo nas melhores condições, a criança fica confinada em seu quarto, entregue a desconhecidos assalariados, não lhe sendo permitido acesso às partes da casa onde habitam as pessoas às quais deve a vida. Não existe qualquer refúgio no qual a criança se sinta compre-

dida, onde possa exercitar a atividade própria da infância. Deve comportar-se bem, manter-se em silêncio, sem tocar em coisa alguma porque nada lhe pertence. Tudo é inviolável, propriedade exclusiva do adulto, vedado à criança. O que possui ela? Nada. Há poucas décadas, nem mesmo existiam cadeiras para crianças. Donde se originou a célebre expressão, hoje apenas metafórica: "Te segurei no colo".

Quando a criança sentava-se nos móveis dos adultos, ou no chão, era repreendida; tornava-se necessário que alguém a pegasse no colo para que pudesse sentar. Eis a situação de uma criança que vive no ambiente dos adultos: um importuno, que procura algo para si e não encontra, que entra e logo é repudiado. Uma situação semelhante à de um homem privado de direitos civis e de ambiente próprio: um ser marginalizado pela sociedade, que todos podem tratar sem respeito, insultar e castigar, por força de um direito conferido pela natureza — o direito do adulto.

Em decorrência de um curioso fenômeno psíquico, o adulto nunca se preocupou em preparar um ambiente adequado ao seu filho; dir-se-ia que se envergonha dele na estrutura social. O homem, ao elaborar suas leis, deixou o próprio herdeiro sem leis e, portanto, fora delas. Abandona-o, sem orientação, ao instinto de tirania existente no fundo de todo coração adulto. Eis o que devemos dizer a respeito da infância que vem ao mundo trazendo novas energias que, na verdade, deveriam constituir o sopro regenerador capaz de dissipar os gases asfíxiantes acumulados de geração em geração durante uma vida humana cheia de erros.

Repentinamente, porém, na sociedade há séculos cega e insensível — provavelmente desde a origem da espécie humana — surge uma nova consciência relativa ao destino da criança. A higiene acorreu em seu socorro como para um desastre, uma catástrofe que causasse inúmeras vítimas; lutou contra a mortalidade infantil no primeiro ano de vida — as vítimas eram tão numerosas que os sobreviventes podiam ser considerados salvos de um dilúvio universal. A vida da criança assumiu um novo aspecto quando, no início do século XX, a higiene começou a penetrar nas classes populares. As escolas transformaram-se de tal maneira que aquelas com pouco mais de uma década de existência pareciam datar de um século. Através da meiguice e da tolerância, os princípios educativos introduziram-se tanto nas famílias como nas escolas.

Além dos resultados alcançados graças aos projetos cien-

tíficos, existem também, aqui e ali, muitas iniciativas ditadas pelo sentimento. Muitos dos reformadores atuais levam as crianças em consideração, reservando-lhes jardins nos projetos de urbanização, construindo-lhes áreas de recreação nas praças e parques. Pensa-se na criança quando se edificam teatros; para ela publicam-se livros e revistas, organizam-se viagens, fabricam-se móveis de dimensões adequadas. Desenvolvendo-se, enfim, uma organização consciente das classes, procurou-se organizar as crianças, inculcando-lhes a noção de disciplina social e dignidade que resulta em favor do indivíduo, como ocorre em organizações do gênero dos escoteiros e das "repúblicas infantis". Os revolucionários reformadores políticos da atualidade tentam assenhorear-se da infância a fim de transformá-la num instrumento dócil de seus desígnios. Hoje em dia, a infância está sempre presente, seja para o bem ou para o mal, tanto para ser lealmente auxiliada como para o objetivo interesseiro de usá-la como instrumento. Nasceu como elemento social, poderoso, e introduz-se em toda parte. Já não é apenas um membro da família, já não é o menino que, aos domingos, vestido com seu melhor traje, deixava-se levar docilmente pela mão paterna, preocupado em não sujar a roupa domingueira. Não. A criança é uma personalidade que invadiu o mundo social.

Ora, todo movimento tem em seu favor um significado. E, como já foi dito, este não foi provocado nem dirigido por iniciadores, ou coordenado por alguma organização; conseqüentemente, podemos dizer que chegou a hora da criança.

Um importantíssimo problema social apresenta-se, portanto, em toda a sua plenitude: *o problema social da infância.*

Urge avaliar a eficácia de tal movimento: sua importância para a sociedade, para a civilização, para toda a humanidade, é imensa. Todas as iniciativas esporádicas, nascidas sem ligações recíprocas, são provas evidentes de que nenhuma delas tem importância construtiva: constituem apenas a comprovação do nascimento, ao nosso redor, de um impulso real e universal no sentido de uma grande reforma social. Tal reforma é tão importante que anuncia novos tempos e uma nova era civil — somos os únicos sobreviventes de uma época já ultrapassada, na qual os homens preocupavam-se apenas com criarem para si próprios um ambiente fácil e cômodo: um ambiente para a humanidade adulta.

Encontramo-nos agora no limiar de uma nova era em que será necessário trabalhar em favor de duas humanidades

diferentes: a dos adultos e a das crianças. E caminhamos para uma civilização que deverá preparar dois ambientes sociais, dois mundos distintos: o mundo dos adultos e o das crianças.

A tarefa que temos a cumprir não é a organização rígida e exterior dos movimentos sociais já iniciados. Não se trata de facilitar uma coordenação das diferentes iniciativas públicas e particulares em favor da infância. Nesse caso, tratar-se-ia de uma organização dos adultos para prestar auxílio a um objetivo externo: a infância.

Pelo contrário, o problema social da infância penetra com suas raízes na vida interior, chegando até nós, adultos, para despertar-nos a consciência, para renovar-nos. A criança não é um estranho que o adulto possa considerar apenas exteriormente, com critérios objetivos. A infância constitui o elemento mais importante da vida do adulto: o elemento construtor.

O bom ou o mal do homem na idade madura está estreitamente ligado à vida infantil na qual teve origem. Sobre ela recairão todos os nossos erros, que repercutirão nela de maneira indelével. Morremos, mas nossos filhos sofrerão as conseqüências do mal que lhes terá deformado para sempre o espírito. O ciclo é contínuo e não pode ser interrompido. Tocar na criança significa tocar no ponto mais sensível de um todo que tem raízes no passado mais remoto e se dirige para o infinito do futuro. Tocar na criança significa tocar no ponto mais delicado e vital, onde tudo se pode decidir e renovar, onde tudo redundará na vida, onde estão trancados os segredos da alma, porque ali se elabora a educação do homem.

Trabalhar conscientemente em favor da infância e perseverar a fundo nesse trabalho com a prodigiosa intenção de salvá-la equivaleria a conquistar o segredo da humanidade, como já foram conquistados tantos segredos da natureza.

O problema social da infância é como uma pequena planta que mal brotou do solo e que atrai pela sua frescura. Constataremos, porém, que esta planta possui raízes resistentes e profundas, difíceis de extirpar. É preciso escavar, escavar profundamente, para descobrir que tais raízes se espalham em todas as direções e se estendem longe, como um labirinto. Para arrancar a planta seria necessário remover toda a terra.

Essas raízes são o símbolo do subconsciente na história da humanidade. É preciso remover coisas estáticas, cristali-

zadas no espírito do homem, que o impedem de compreender a infância e de adquirir um conhecimento intuitivo de sua alma.

A impressionante cegueira do adulto, sua insensibilidade em relação aos filhos — frutos da sua própria vida — certamente possuem raízes profundas que se estendem através das gerações; e o adulto que ama as crianças, mas que as despreza inconscientemente, nelas provoca um sofrimento secreto que é um espelho de nossos erros e uma advertência quanto à nossa conduta. Tudo isto revela um conflito universal, ainda que inadvertido, entre o adulto e a criança. O problema social da infância nos faz penetrar nas leis da formação do homem e nos ajuda a criar uma nova consciência, levando-nos, conseqüentemente, a uma nova orientação de nossa vida social.

Primeira parte

1. O século da criança

O progresso alcançado em poucos anos nos cuidados e na educação das crianças foi tão rápido e surpreendente que pode ser atribuído mais a um despertar da consciência que à evolução das condições de vida. Não foi apenas o progresso devido à higiene infantil, que se desenvolveu em especial na última década do século passado; a personalidade da própria criança manifestou-se sob novos aspectos, assumindo a mais alta importância.

Hoje em dia é impossível aprofundar-se em qualquer ramo da medicina, da filosofia e mesmo da sociologia, sem se ter em mente as contribuições que lhes possam advir do conhecimento da vida infantil.

Poder-se-ia tirar um pálido exemplo dessa importância a partir da influência esclarecedora da embriologia sobre todos os conhecimentos biológicos e, em especial, os relativos à evolução dos seres. No caso da criança, porém, deve-se reconhecer uma influência infinitamente superior a essa em todas as questões relacionadas com a humanidade.

Não é a criança física, mas a psíquica que poderá dar ao aperfeiçoamento humano um impulso dominante e poderoso. É o *espírito da criança* que poderá determinar o verdadeiro progresso humano e, talvez, o início de uma nova civilização.

A escritora e poetisa sueca Ellen Key profetizou que o nosso século seria *o século da criança*.

Quem tivesse a paciência de investigar os documentos históricos, encontraria singulares coincidências de idéias no primeiro discurso da coroa pronunciado pelo rei Vítor Emanuel III da Itália, em 1900 (justamente ao iniciar o novo século), quando assumiu o trono em sucessão ao pai assassinado. Referindo-se à nova era que se iniciava com o século, o rei definiu-a como "o século da criança".

É muito provável que tais alusões, quase intuições proféticas, refletissem as impressões suscitadas pela ciência, que, na última década do século anterior, mostrara uma criança sofredora, mortalmente atacada por moléstias infecciosas — dez vezes mais que os adultos — e vítima da tortura da escola.

Ninguém, porém, foi capaz de prever que a criança guardasse em si própria um segredo vital que poderia desvendar os mistérios da alma humana, que trouxesse dentro de si uma incógnita indispensável para oferecer ao adulto a possibilidade de solucionar seus próprios problemas individuais e sociais. Este ponto de vista poderá transformar-se no alicerce de uma nova ciência que se dedique a pesquisar a infância, cuja influência poderá fazer-se sentir em toda a vida social do homem.

A psicanálise e a criança

A psicanálise abriu um campo de investigação antes desconhecido, ao penetrar nos segredos do subconsciente, mas não resolveu praticamente qualquer problema angustiante da vida prática; não obstante, é capaz de preparar o homem para compreender a contribuição que a criança oculta pode prestar.

Pode-se dizer que a psicanálise atravessou o invólucro da consciência, algo que a psicologia considerava insuperável, assim como o eram na história antiga as Colunas de Hércules, que representavam um limite além do qual a superstição situava o fim do mundo.

A psicanálise ultrapassou o limite — penetrou no oceano do subconsciente. Sem tal descoberta seria difícil ilustrar a contribuição que a criança psíquica pode prestar ao estudo mais aprofundado dos problemas humanos.

Sabe-se que, no início, aquilo que mais tarde se tornou a psicanálise não passava de uma nova técnica de tratamento das doenças psíquicas — desde o começo, portanto, foi um ramo da medicina. A descoberta do poder do subconsciente sobre os atos humanos constituiu uma contribuição verdadeiramente brilhante da psicanálise. Foi quase um estudo de reações psíquicas que penetram além da consciência e trazem

à luz, com sua resposta, fatos secretos e realidades impen-
sadas, revolucionando os conceitos antigos. Revelam, pois,
a existência de um mundo desconhecido, vastíssimo, o qual,
pode-se dizer, está ligado ao destino dos indivíduos. Todavia,
esse mundo desconhecido não foi explorado. Apenas ultra-
passadas as Colunas de Hércules, ninguém se aventurou na
imensidão do oceano. Uma sugestão comparável ao precon-
ceito grego deteve Freud nos limites da patologia.

O subconsciente já surgira no campo da psiquiatria no
século passado, na época de Charcot.

Quase como por ebulição interna de elementos descon-
trolados que abrem caminho através da superfície, o sub-
consciente rompia barreiras para manifestar-se, em casos ex-
cepcionais, nos estados mais graves de doença psíquica. Con-
seqüentemente, os estranhos fenômenos do subconsciente,
tão contrastantes com as manifestações do consciente, eram
considerados simplesmente sintomas de doença. Freud fez
o contrário: encontrou a maneira de penetrar no subconsci-
ente com o auxílio de uma técnica laboriosa. Contudo,
também ele se manteve quase exclusivamente no campo pa-
tológico. Isto porque pessoas normais dificilmente estariam
dispostas a submeter-se aos penosos exames da psicanálise,
ou seja, a uma espécie de intervenção cirúrgica na alma.
Assim, foi através do tratamento de doentes que Freud de-
duziu suas conclusões sobre a psicologia: e foram em grande
parte deduções pessoais fundamentadas numa base de anor-
malidade que deram corpo à nova psicologia. Freud imaginou
o oceano, mas não o explorou; e atribuiu-lhe características
estritamente tempestuosas.

Eis aí por que as teorias de Freud não foram satisfató-
rias, assim como também não foi totalmente satisfatória sua
técnica para tratamento dos doentes, pois nem sempre levava
à cura das “doenças da alma”. Em conseqüência, as tradições
sociais, repositórios de experiências antiqüíssimas, ergueram-
se como uma barreira diante de algumas generalizações das
teorias de Freud, quando, pelo contrário, uma nova verdade
esclarecedora deveria ter derrubado por terra as tradições,
assim como a realidade derruba as imagens. Talvez se faça
necessário para a exploração dessa imensa realidade algo bem
diferente de uma técnica de tratamento clínico ou de uma
dedução teórica.

O segredo da criança

A missão de ingressar no vasto campo inexplorado talvez caiba a diferentes campos científicos e a diversas abordagens conceituais — o estudo do homem desde as origens, procurando decifrar na alma da criança seu desenvolvimento através dos conflitos com o ambiente, bem como desvendar o segredo dramático ou trágico das lutas através das quais a alma humana conservou-se contorcida e tenebrosa.

Tal segredo já foi abordado pela psicanálise. Uma das descobertas mais impressionantes decorrentes da aplicação da técnica psicanalítica foi a da origem das psicoses no início da infância. As recordações extraídas do inconsciente revelavam sofrimentos infantis diferentes dos normalmente conhecidos, e tão afastados da opinião dominante, que resultaram na parte mais impressionantemente revolucionária dentre todas as descobertas da psicanálise. Eram sofrimentos de natureza puramente psíquica: lentos e constantes. E totalmente despercebidos como fatos capazes de resultar numa personalidade adulta psiquicamente doente. Era a *repressão* da atividade espontânea da criança, devida ao adulto que a domina e, por isso, relacionada com o adulto que maior influência exerce sobre a criança: a mãe.

Faz-se necessário distinguir bem esses dois planos de investigação descobertos pela psicanálise: um, mais superficial, decorre do choque entre os instintos do indivíduo e as condições do ambiente ao qual ele deve adaptar-se, condições freqüentemente conflitantes com os desejos instintivos; daí surgem os casos curáveis, nos quais não é difícil trazer ao campo do consciente as causas perturbadoras subjacentes. Existe um segundo plano, mais profundo, o das lembranças infantis, no qual o conflito não ocorreu entre o homem e seu ambiente social, mas entre a criança e a mãe — pode-se dizer, de um modo geral, entre a criança e o adulto.

Este último conflito, que foi abordado de modo apenas superficial pela psicanálise, está ligado às doenças de cura difícil e, portanto, foi mantido fora da prática, relegado à simples importância de uma anamnese, ou seja, de uma interpretação das presumíveis causas das doenças.

Em todas as doenças, mesmo as físicas, a importância dos fatos ocorridos na infância é reconhecida; e as doenças que têm suas causas na infância são as mais graves e menos

curáveis. Pode-se dizer, portanto, que a forja das predisposições situa-se na infância.

Todavia, enquanto as indicações relativas às doenças somáticas já resultaram no desenvolvimento de ramos científicos como a higiene infantil, a puericultura e, por fim, a eugenia, bem como se realizou um movimento social prático de reforma do tratamento físico da criança, com a psicanálise não se deu o mesmo. A constatação das origens infantis das graves perturbações psíquicas do adulto e das predisposições que intensificam os conflitos do adulto com o mundo exterior não resultou em qualquer ação prática para a vida infantil.

Talvez por adotar uma técnica de sondagem do subconsciente, a mesma técnica que permitiu a descoberta no adulto transformou-se num obstáculo em relação à criança. Esta, que por sua natureza não se presta à mesma técnica, não precisa recordar a sua infância: ela é a infância. É preciso observá-la mais que sondá-la, mas de um ponto de vista psíquico, procurando verificar os conflitos pelos quais ela passa nas suas relações com o adulto e o ambiente social. É evidente que tal ponto de vista nos tira do campo da técnica e das teorias psicanalíticas, transportando-nos para um novo campo de observação da criança em sua existência social.

Não se trata de percorrer a difícil senda da investigação de indivíduos doentes, mas de abrir espaço na realidade da vida humana, orientada no sentido da *criança psíquica*. O que se apresenta no problema prático é toda a vida do homem, em sua evolução a partir do nascimento. Desconhece-se a página da história da humanidade que narra a aventura do homem psíquico: a *criança sensível* que encontra seus obstáculos e se vê imersa em conflitos insuperáveis com o adulto mais forte que ela, que a domina sem a compreender. É a página em branco, na qual ainda não se escreveram os sofrimentos ignorados que perturbam o campo espiritual puro e delicado da criança, estruturando-lhe no subconsciente um homem inferior, diferente do que lhe teria sido destinado pela natureza.

Esse complexo problema é ilustrado pela psicanálise, mas não está ligado a ela. A psicanálise limita-se ao conceito de doença e de medicina curativa. No que concerne à psicanálise, o problema da criança implica uma profilaxia porque se relaciona com o tratamento normal e geral da infância como um todo — tratamento que contribui para evitar obstáculos, conflitos e suas conseqüências, que são as doenças psíquicas

das quais se ocupa a psicanálise, ou os simples desequilíbrios morais, que ela considera extensivos a quase toda a humanidade.

Cria-se, assim, em torno da criança um campo de exploração científica totalmente novo e independente até de seu único paralelo, que seria a psicanálise. Trata-se essencialmente de uma forma de *auxílio à vida psíquica infantil* e integra-se ao contexto da normalidade e da educação: sua característica, porém, é a penetração de fatos psíquicos ainda ignorados na criança, somada ao despertar do adulto — que assume perante a criança atitudes erradas que têm origem no subconsciente.

2. O acusado

A palavra *repressão*, empregada por Freud a propósito das mais profundas origens das perturbações psíquicas encontradas no adulto, é, por si mesma, uma ilustração.

A criança não pode expandir-se como deve ocorrer com um ser em via de desenvolvimento. E isto porque o adulto a reprime. *Adulto* é um termo abstrato. A criança é um ente isolado na sociedade; conseqüentemente, se o adulto exerce uma influência sobre ela, é imediatamente identificado: o adulto que está mais próximo. Primeiro a mãe, depois o pai, por fim os professores.

A sociedade atribui aos adultos uma tarefa exatamente oposta, porque lhes confere o mérito da educação e desenvolvimento da criança. Na sondagem dos abismos da alma, surge, pelo contrário, uma *acusação* contra os que se consideravam protetores e benfeitores da humanidade. Tornam-se *acusados*. Todavia, de vez que todos são pais e mães, e muitos são professores e guardiães das crianças, a acusação se estende ao adulto: à sociedade responsável pelas crianças. Tal acusação surpreendente tem algo de apocalíptico; é misteriosa e terrível como a voz do Juízo Final: “O que fizeste das crianças que te confiei?”

A primeira reação é de defesa, um protesto: “Fizemos o melhor possível; as crianças são o nosso amor; cuidamos delas com nosso próprio sacrifício”. Confrontam-se dois conceitos contraditórios: um é consciente e o outro se relaciona com fatos inconscientes. A defesa é conhecida, antiga, radical e não tem interesse. O que interessa é a acusação e, também, o acusado. Este anda à roda, fatigando-se em aperfeiçoar os cuidados e a educação das crianças, e acaba apanhado num labirinto de problemas, numa espécie de bosque aberto mas sem saída — porque desconhece o *erro* que traz consigo.

A pregação em favor da criança deve persistir na ati-

tude de acusação contra o adulto: acusação sem remissão, sem exceção.

Eis que, a certa altura, a acusação transforma-se num centro de interesse fascinante, pois não denuncia erros involuntários, o que seria humilhante, indicando falha ou ineficácia. Denuncia erros *inconscientes* — e, por isso, se engrandece, conduz à autodescoberta. E todo engrandecimento verdadeiro decorre da descoberta, da utilização do desconhecido.

É por isso que, em todos os tempos, a atitude dos homens para com seus próprios erros foi ambígua. Todo indivíduo sofre com o erro consciente, mas é atraído e fascinado pelo erro ignorado, pois este contém o segredo do aperfeiçoamento, que está *além* dos limites conhecidos e ambicionados, e o eleva a um nível superior. Assim, o cavaleiro medieval estava sempre pronto a duelar a cada pequena acusação que o diminuísse no campo consciente; mas prostrava-se diante do altar, declarando humildemente: “Sou culpado; confesso-o diante de todos. E a culpa é só minha”. Os relatos bíblicos proporcionam-nos exemplos interessantes de tal contraste. Que causa reuniu a multidão em torno de Jonas, em Nínive, e por que o entusiasmo de todos, desde o rei até o povo, foi tanto a ponto de impulsioná-los a engrossar o rol de seguidores do profeta? Este os acusa de serem grandes pecadores e afirma que, caso não se convertam, Nínive será destruída. Como João Batista atrai o povo às margens do Jordão, que doces palavras encontra ele para conseguir uma afluência tão extraordinária? Chamava-os de “raça de víboras”.

Eis o fenômeno espiritual: pessoas que acorrem para se ouvirem acusar. E acorrer é consentir, reconhecer. Trata-se de acusações duras e insistentes, que chegam às profundezas do inconsciente para o fazer mesclar-se ao consciente; todo desenvolvimento espiritual é uma conquista do consciente, que assume o que ainda se encontrava fora dele. Da mesma forma, o progresso da civilização avança pelo caminho das descobertas.

Ora, para tratar a criança de um modo diferente do atual, para salvá-la dos conflitos que colocam em perigo sua vida psíquica, é necessário antes de tudo dar um passo fundamental, essencial, do qual depende tudo: modificar o adulto. Este, com efeito, ao afirmar que já faz tudo que lhe é possível e que, como declara, ama a criança a ponto de sacrificar-se por ela, confessa encontrar-se diante do insupor-

tável. Deve necessariamente recorrer a algo mais, além de tudo que é notório, voluntário e consciente.

Também para a criança existe o desconhecido. Existe uma parte da alma da criança que sempre foi desconhecida e que se deve conhecer. Ocorre também em relação à criança a descoberta que conduz ao ignorado, pois além da criança observada e estudada pela psicologia e pela educação existe igualmente a criança ainda ignorada. É necessário partir à sua procura com um espírito de entusiasmo e de sacrifício, como fazem aqueles que, ao saberem da existência de ouro oculto em algum lugar, acorrem a regiões desconhecidas e removem montanhas à procura do metal precioso. Assim deve proceder o adulto, procurando esse algo desconhecido que se esconde na alma da criança. É uma tarefa na qual todos devem colaborar, sem diferenças de casta, raça ou nacionalidade, pois trata-se de extrair o *elemento indispensável* ao progresso moral da humanidade.

O adulto não tem compreendido a criança e o adolescente; em conseqüência, trava contra eles uma luta perene. O remédio não consiste em fazer o adulto aprender alguma coisa ou integrar uma cultura deficiente. Não. É preciso partir de uma base diferente. É necessário que o adulto encontre em si mesmo o erro ignorado que o impede de *ver a criança*.

Se essa preparação não foi efetuada e se ainda não foram adotadas as atitudes adequadas a tal preparação, é impossível ir-se adiante.

Fazer uma introspecção não é tão difícil quanto se supõe, pois o erro, embora inconsciente, causa o sofrimento da angústia, e a menor sugestão do remédio faz com que se sinta uma aguda necessidade dele. Da mesma forma que a pessoa com uma luxação no dedo sente necessidade de recolocá-lo na posição normal, pois sabe que sua mão está incapacitada de trabalhar e que, sem isso, não haverá alívio da dor, sente-se a necessidade de corrigir o consciente tão logo o erro seja percebido, pois então tornam-se intoleráveis a debilidade e o sofrimento prolongadamente suportados. Isto feito, tudo prossegue facilmente. Quando surge em nós a convicção de que nos atribuíamos méritos exagerados, de que nos acreditávamos capazes de ir além do que nossa tarefa e nossas possibilidades exigiam de nós, torna-se possível e é interessante reconhecer as características de almas diferentes das nossas, como são as das crianças.

O adulto tornou-se egocêntrico em relação à criança;

não egoísta, mas egocêntrico, porquanto encara tudo que se refere à criança psíquica segundo seus próprios padrões, chegando assim a uma incompreensão cada vez mais profunda. É esse ponto de vista que o leva a considerar a criança um *ser vazio*, que o adulto deve preencher com seu próprio esforço, um *ser inerte e incapaz*, pelo qual ele deve fazer tudo, um *ser desprovido de orientação interior*, motivo pelo qual o adulto deve guiá-lo passo a passo, do exterior. Enfim, o adulto é como o criador da criança, e considera suas ações boas ou más a partir de suas relações com ela. O adulto é a pedra de toque do bem e do mal. É infalível, é o bem segundo o qual a criança deve moldar-se; tudo aquilo que, na criança, se afasta das características do adulto é um mal que este se apressa em corrigir.

Com esta atitude que, inconscientemente, *anula a personalidade da criança*, o adulto age convencido de estar cheio de zelo, amor e sacrifício.

3. Intervalo biológico

Ao tornar públicas suas descobertas relativas à segmentação da célula germinativa, Wolf demonstrou o processo da criação dos seres vivos e, ao mesmo tempo, legou-nos, através da observação direta, um aspecto vivo e suscetível da existência de diretrizes interiores no sentido de um padrão preestabelecido. Foi ele quem derrubou algumas idéias fisiológicas, como as de Leibnitz e de Spallanzani, sobre a preexistência no germe da forma completa do ser. A escola filosófica da época supunha que no ovo, ou seja, na origem, já estivesse formado — ainda que imperfeitamente e em proporções mínimas — o ser que posteriormente se desenvolveria, caso fosse colocado em contato com um ambiente favorável. Tal idéia provinha da observação da semente de uma planta, que já contém, oculta entre os dois cotilédones, uma minúscula planta completa, na qual é possível reconhecer raízes e folhas, e que posteriormente, lançada à terra, desenvolve aquele todo já existente no germe da planta. Pressupunha-se um processo análogo para os animais e para o homem.

Mas quando Wolf, após a invenção do microscópio, pôde observar como se forma realmente um ser vivo (começou a estudar o embrião de pássaros), constatou que a origem é uma simples célula germinativa, na qual o microscópio, justamente por proporcionar a possibilidade de observarmos o invisível, revelou não existir forma alguma. A célula germinativa (que resulta da fusão de duas células), possui apenas a membrana, o protoplasma e o núcleo, como qualquer outra célula; representa simplesmente a célula elementar em sua forma primitiva, sem qualquer tipo de diferenciação. Qualquer ser vivo, seja vegetal ou animal, provém de uma célula primitiva. O que tínhamos visto antes da invenção do microscópio, isto é, a plantinha no interior da semente, é um embrião já desenvolvido da célula germinativa

e que superou a fase que se completa dentro do fruto, o qual lança posteriormente à terra a semente madura.

Existe, porém, na célula germinativa, uma propriedade deveras singular: a de subdividir-se rapidamente — e de fazê-lo segundo um padrão preestabelecido. Todavia, não há na célula primitiva o mínimo vestígio material desse padrão. Apenas existem em seu interior pequenos corpúsculos: os cromossomos que se relacionam à hereditariedade.

Acompanhando os primeiros estágios do desenvolvimento nos animais, vê-se a primeira célula dividir-se em duas; depois, estas em quatro, e assim por diante, até a formação de uma espécie de bola vazia chamada mórula, que depois se invagina em duas camadas que deixam entre si uma abertura, constituindo-se assim uma cavidade de parede dupla — a gástrula. Através de multiplicações, invaginações, diferenciações, um ser complexo continuava a desenvolver-se em órgãos e tecidos. Conseqüentemente, a célula germinativa, embora tão simples, límpida e desprovida de qualquer padrão material, trabalha com exatíssima obediência à ordem imaterial que traz dentro de si, como um servo fiel que conhece de cor a missão recebida e trata de cumpri-la, sem portar consigo qualquer documento capaz de revelar o comando secreto recebido. O padrão só é visto através da atividade das células infatigáveis, podendo-se distinguir apenas o trabalho já realizado. Fora deste, nada aparece.

Nos embriões dos mamíferos — e, por conseguinte, no do homem —, um dos primeiros órgãos que aparece é o coração, ou melhor, aquilo que se transformará no coração, uma pequena vesícula que se põe a pulsar imediata e ordenadamente, obedecendo a um ritmo estabelecido: bate duas vezes no tempo que o coração materno leva para bater apenas uma. E continuará pulsando incansavelmente, pois é o motor vital que auxilia todos os tecidos vitais em formação, enviando-lhes os materiais necessários à vida.

No conjunto, é um trabalho oculto, maravilhoso, porque se realiza por si mesmo — é o próprio milagre da criação surgida do nada. As sapientíssimas células vivas nunca se enganam, encontrando em si mesmas o poder de se transformarem profundamente, seja em células cartilagosas, seja em células nervosas ou em células de revestimento cutâneo — e cada tecido assume o seu posto exato. Esta maravilha da criação, espécie de segredo do universo, é rigorosamente ocultada: a natureza envolve-a com véus e invólucros impe-

netráveis. E só ela pode rompê-los, ao lançar para o exterior um ser maduro, que surge no mundo como a *criatura nascida*.

Contudo, o ser que nasce não é apenas um corpo material. Transforma-se, por sua vez, numa espécie de *célula germinativa* que contém funções psíquicas latentes, de tipo já definido. O novo corpo não funciona apenas em seus órgãos, mas tem também outras funções: os instintos, que não podem ser contidos numa célula, devem ser dispostos em um corpo vivo, em um ser já nascido. Assim como toda célula germinativa traz em si o padrão do organismo sem que seja possível chegar-lhe aos *documentos*, todo corpo recém-nascido, qualquer que seja a espécie a que pertença, traz em si o padrão de instintos psíquicos, de funções que colocarão o novo ser em contato com o meio ambiente. Qualquer que seja tal ser — até mesmo um inseto.

Os maravilhosos instintos das abelhas, que as conduzem a uma organização social tão complexa, começam a agir apenas nas abelhas já formadas e não nos ovos ou nas larvas. O instinto de voar atua no pássaro já nascido e não antes disso. E assim por diante.

Com efeito, quando o ser novo é formado torna-se sede de misteriosas orientações que darão lugar aos atos, às características, ao trabalho, ou seja, às funções no ambiente externo.

O ambiente não deve proporcionar apenas os meios para a existência fisiológica, como também os requisitos necessários às tarefas que traz consigo todo ser animal, o qual dele recebe não só a exigência de viver mas também a de exercer uma função destinada a preservar o mundo e sua harmonia. Em consequência, o ambiente varia para cada ser, de acordo com a sua espécie.

O corpo possui exatamente a forma adequada a essa superfunção psíquica, que deve passar a fazer parte da economia do universo. Nos animais, é evidente a existência de tais funções superiores, inerentes ao ser já nascido: sabe-se que aquele mamífero recém-nascido será pacífico porque é um cordeiro; que aquele outro será feroz porque é um leão. Sabe-se que aquele inseto trabalhará incessantemente segundo uma disciplina inalterável porque é uma formiga e que aquele outro nada fará senão cantar solitariamente porque é uma cigarra.

Assim, a criança recém-nascida não é simplesmente um corpo pronto para funcionar, mas constitui um embrião espiritual que possui diretrizes psíquicas latentes. Seria absur-

do pensar que logo o homem, caracterizado e distinto de todas as demais criaturas pela grandiosidade de sua vida psíquica, fosse o único a não ter um padrão de desenvolvimento psíquico.

O espírito pode ser tão profundamente latente a ponto de não se manifestar como o instinto do animal, que já está pronto a revelar-se em suas ações estabelecidas. O fato de não ser movido por instintos-orientações fixos e determinados, como os animais, é sinal de um fundo de liberdade de ação que requer uma elaboração especial, quase uma criação deixada a cargo do desenvolvimento de cada indivíduo e que é, portanto, imprevisível, muito mais delicada, difícil e oculta. Conseqüentemente, existe na alma da criança um segredo que permanecerá impenetrável se ela própria não o revelar à medida que elaborar sua formação. É o que acontece na segmentação da célula germinativa, na qual nada existe senão um padrão. Trata-se, todavia, de um padrão impossível de ser desvendado e que se manifestará apenas quando os detalhes do organismo tomarem forma.

Eis o motivo pelo qual a criança pode fazer-nos revelações relativas ao *designio natural do homem*.

Entretanto, devido à delicadeza que está ligada a cada criação surgida do nada, a vida psíquica da criança necessita de uma defesa e de um ambiente análogo aos invólucros e véus com que a natureza envolve o embrião físico.

E OUVIU-SE SOBRE A TERRA
UMA VOZ TRÊMULA
NUNCA ANTES OUVIDA, SAÍDA DE UMA
[GARGANTA
QUE NUNCA ANTES VIBRARA.

Falaram-me de um homem que vivia na mais profunda obscuridade; seus olhos nunca tinham visto o mais leve claro, como se ele estivesse no fundo de um abismo.

Falaram-me de um homem que vivia no silêncio; jamais lhe chegará ao ouvido um rumor, mesmo quase imperceptível.

Ouvi falar de um homem que vivia o tempo todo literalmente imerso na água, uma água estranhamente morna, e que, de repente, foi lançado sobre o gelo.

Ele inflou os pulmões que jamais haviam respirado (em comparação, os tormentos de Tântalo seriam um brinquedo!), e sobreviveu. O ar distendeu-lhe de uma só vez os pulmões encolhidos desde a origem.

Então, o homem gritou.

E ouviu-se sobre a Terra

uma voz trêmula, nunca antes ouvida, saída de uma garganta que nunca antes vibrara.

Tratava-se do homem que repousara.

Quem será capaz de imaginar o que seja o repouso absoluto?

O repouso de quem nem mesmo tem o trabalho de comer, pois outros comem por ele;

e permanece no abandono de suas fibras, porque outros tecidos vivos produzem o calor necessário à sua vida;

e nem mesmo seus tecidos internos trabalham para defender-se das toxinas e bacilos, porque outros tecidos trabalham para ele.

Seu único trabalho foi o do coração, que já batia antes que ele nascesse. Sim, enquanto ele ainda não existia, seu coração já pulsava, duplamente, como pulsa qualquer outro coração. E sabia que era o coração de um homem.

*E agora... é ele que avança:
e assume todos os trabalhos:
ferido pela luz e pelo som, fatigado até as mais íntimas
[fibras de seu ser:
emitindo o forte grito:
"Por que me abandonaste?"*

E esta é a primeira vez que o homem reflete em si o Cristo moribundo, e o Cristo que ascende!

4. O recém-nascido

O ambiente sobrenatural

A criança que nasce não ingressa num ambiente natural, mas entra no ambiente da civilização, onde se desenvolve a vida dos homens. É um ambiente *sobrenatural*, construído acima da natureza e às suas expensas, pelo impulso de obter auxílios minuciosos à vida do homem e facilitar-lhe a adaptação.

Entretanto, que providências tomou a civilização para auxiliar o recém-nascido, o homem que exerce o esforço supremo de adaptação quando, com o nascimento, passa de uma vida a outra?

A traumatizante passagem do nascimento deveria requerer um tratamento científico para o recém-nascido, pois em nenhuma outra época da vida o homem enfrenta semelhante ocasião de luta e contraste, bem como de sofrimento.

Todavia, não é tomada qualquer providência que facilite essa passagem crucial, embora devesse existir na história da civilização humana uma página anterior a todas as outras, que relatasse o que o homem civilizado faz em auxílio do ser que nasce. Mas essa página está em branco.

Muitos, pelo contrário, pensarão que a civilização atual preocupa-se muito com a criança que nasce.

Como?

Quando nasce uma criança, todos se preocupam com a mãe: diz-se que a mãe padeceu. Mas não sofreu também a criança?

Pensa-se em manter obscuridade e silêncio em torno da mãe, porque está fatigada.

Mas não o estará a criança, que chega de um lugar onde

não a atingia o mínimo vestígio de luz nem o mais leve rumor?

Para ela, portanto, é necessário preparar obscuridade e silêncio.

Cresceu num local protegido contra qualquer choque, qualquer oscilação de temperatura, no líquido morno e uniforme, criado exclusivamente para seu repouso, onde não lhe chegavam jamais o mínimo vislumbre de luz nem o mais leve rumor, e deixa bruscamente seu ambiente líquido, trocando-o pelo ar.

De que maneira vai o adulto ao encontro dela, que vem do nada e agora se encontra no mundo, com olhos delicados que jamais viram a luz e ouvidos mergulhados no silêncio?

Como vai ele ao encontro do ser de membros atormentados, que até o nascimento permaneceu no ventre da mãe, sem qualquer contato com o exterior?

Ele passa repentinamente do ambiente líquido para o ar livre, sem atravessar transformações sucessivas como o girino que se transforma em rã.

Seu corpo delicado fica exposto ao choque brutal das coisas sólidas, é manipulado pelas mãos desalmadas do homem adulto.

Com efeito, as pessoas da casa mal ousam tocá-lo porque é tão frágil: os parentes e a mãe olham-no com temor e o confiam a *mãos peritas*.

Sim; todavia, frequentemente essas mãos peritas não são suficientemente hábeis para tocar num ente tão delicado. Não basta apenas segurar bem a criança com mãos fortes.

É necessário preparar-se para saber aproximar-se daquele ser delicado. Por que um enfermeiro, antes de acercar-se de um doente adulto ou de um ferido, é obrigado a treinar prolongadamente a técnica de mover o enfermo? Ou a de aplicar delicadamente uma pomada ou ataduras?

Com a criança tal não ocorre.

O médico a manipula sem cuidados especiais, e quando o recém-nascido chora desesperadamente todos o fitam com um sorriso complacente. Aquela é a sua voz. O choro é sua linguagem e seus gritos se fazem necessários para limpar os olhos e dilatar os pulmões.

O recém-nascido é prontamente vestido.

Em certa época, era envolto em ataduras rígidas como se estivesse engessado e o minúsculo ser, que antes estivera encolhido no útero materno, ficava teso e imobilizado.

Não obstante, não há necessidade de vestir o recém-nascido, nem no primeiro momento nem durante o primeiro mês.

Efetivamente, se desejarmos acompanhar a história do vestuário do recém-nascido, constataremos uma evolução gradativa, desde invólucros rígidos, passando para uma indumentária leve, até a progressiva diminuição das peças de roupa; mais um passo e a roupa do recém-nascido será de todo abolida.

A criança deveria permanecer nua, como a representa a arte. Os anjos são pintados ou esculpidos completamente nus e, no presépio, a Virgem Maria adora a Criança Divina nua e assim a toma nos braços.

Na verdade, a criança tem necessidade de ser aquecida pelo ambiente e não pelas roupas. Não possui em si calor suficiente para enfrentar a temperatura externa, pois vivia antes no calor do corpo materno. Sabe-se que as roupas nada mais podem fazer que conservar o calor do corpo, ou seja, impedir que ele se disperse. E se o ambiente for aquecido as roupas tornam-se um obstáculo entre o calor ambiental e o corpo da criança que deve recebê-lo.

Vemos que, nos animais, mesmo quando os recém-nascidos são recobertos de penugem ou de pêlos ralos, o corpo da mãe os recobre a fim de aquecê-los.

Não desejo insistir demais neste argumento. Tenho certeza de que, se pudessem falar-me, os americanos relatariam os cuidados prestados aos recém-nascidos em seu país; os alemães e ingleses me perguntariam, surpresos, como posso ignorar os progressos realizados em suas pátrias nesse ramo da medicina e enfermagem. Deverei responder, porém, que estou a par de tudo isso e que já estudei em alguns desses países o que foi feito de mais sofisticado, bem como os progressos conseguidos. Mas, sobretudo, falta agora a nobreza de consciência necessária para acolher dignamente o homem que nasce.

É verdade que se faz muita coisa, mas o que é o progresso senão ver o que não se via antes e acrescentar algo ao que já parecia de todo suficiente e, portanto, insuperável? Ora, a criança não é compreendida dignamente em parte alguma do mundo.

Eu desejaria, contudo, abordar um outro ponto e apontar o fato de que nós, embora amando profundamente a criança, alimentamos um instinto quase de defesa contra ela, que prevalece desde o primeiro momento em que ela

nos chega. E não é apenas um instinto de defesa, mas de avareza, que nos faz acorrer a zelar pelas coisas que possuímos, mesmo quando estas nada valem.

A partir do instante do nascimento da criança, o espírito do adulto se exprime sempre nesse sentido: cuidar para que a criança não estrague, não suje, não incomode.

Creio que quando a humanidade adquirir plena compreensão da criança, encontrará um modo muito mais perfeito de cuidar dela.

Estudou-se em Viena algo vantajoso para o recém-nascido: aqueceu-se a parte da cama onde a criança seria acomodada ao nascer e foram inventados colchões descartáveis de materiais absorventes.

Mas os cuidados com os recém-nascidos não se devem limitar a defendê-lo da morte, a isolá-lo de agentes infecciosos, como se faz atualmente nas clínicas mais modernas, onde as *nurses*¹ que se aproximam da criança usam máscaras esterilizadas a fim de que os micróbios da boca não a contaminem.

Existem os problemas do "tratamento psíquico da criança" desde o nascimento, bem como os dos cuidados destinados a facilitar sua adaptação ao mundo exterior.

Nesse sentido, ainda é necessário realizar experiências nas clínicas e fazer uma propaganda junto às famílias, para que a atitude em relação ao recém-nascido possa mudar.

Persiste nas famílias ricas a preocupação com a magnificência do berço e as rendas preciosas para as roupas do recém-nascido. Em relação a isso, é de supor que, se fosse costume açoitar as crianças, existiriam, segundo tal critério, chicotes com cabo de ouro incrustado de pérolas para fustigar as crianças ricas.

Na verdade, o luxo para os recém-nascidos demonstra a total ausência de consideração pela criança psíquica. A riqueza da família deveria prover a criança privilegiada do melhor tratamento e não de luxo. O melhor tratamento para ela seria ter um lugar protegido do barulho da cidade, onde existisse silêncio suficiente e fosse possível moderar e corrigir a iluminação. A temperatura constante de um ambiente aquecido, como já há algum tempo existe nas salas de operações, deveria ser a preparação para se receber a criança nua.

¹ "Enfermeira", "ama-seca". Em inglês no original. (N. do E.)

Outro problema é o de mover e transportar a criança, reduzindo ao mínimo a necessidade de tocá-la com as mãos. A criança deve ser tomada num sustentáculo leve e flexível, como uma almofada embutida numa rede delicada, que lhe sustente o corpo inteiro encolhido numa posição semelhante à fetal.

Tais sustentáculos são manipulados com delicadeza e vagar, por mãos leves e treinadas por meio de minuciosa preparação. A colocação da criança em posição vertical ou horizontal exige uma habilidade especial. Já se faz tal estudo em enfermagem: existe uma técnica especial para erguer o enfermo e transportá-lo horizontal e vagarosamente. É a técnica mais elementar da assistência a doentes. Ninguém mais ergue um enfermo nos braços, mas move-o por meio de um sustentáculo flexível delicadamente introduzido por baixo do corpo e assim o desloca de modo a não alterar sua posição horizontal.

Ora, o recém-nascido é um enfermo; assim como a mãe, ele correu um perigo mortal — o prazer e a alegria que sentimos ao vê-lo vivo deve-se, em parte, ao alívio do perigo por que ele passou. Algumas vezes a criança quase foi estrangulada e reviveu com o auxílio da respiração artificial; tem freqüentemente a cabeça deformada por um hematoma, ou seja, um extravasamento de sangue sob a pele. Contudo, o recém-nascido não pode ser confundido com um enfermo adulto. Suas necessidades não são as de um enfermo, mas as de quem faz um inconcebível esforço de adaptação, acompanhado pelas primeiras impressões psíquicas de um ente que vem do nada mas é sensível.

O sentimento para com o recém-nascido não é de compaixão, mas de veneração pelo mistério da criação, pelo segredo de um infinito que se compõe dentro de limites que nos são perceptíveis.

Observei um recém-nascido que, apenas salvo de um perigoso estado de asfixia, foi colocado numa banheira bem próxima do chão. No movimento rápido que o baixou para ser mergulhado na água, o menino esbugalhou os olhos e teve um sobressalto, esticando as pernas e braços como quem se sente cair.

Foi sua primeira experiência de medo.

As ações com as quais tocamos e movimentamos a criança, a delicadeza de sentimentos que ela nos deve inspirar, fazem-nos lembrar os gestos com os quais o sacerdote católico manipula a Sagrada Hóstia sobre o altar — com

mãos purificadas, gestos estudados e meditados, movimentada a hóstia ora em sentido vertical, ora horizontal, com paradas e pausas, como se tais gestos estivessem carregados de tanta potência a ponto de precisarem ser interrompidos a intervalos. E, quando depõe a hóstia, o sacerdote se ajoelha a fim de adorá-la.

E tudo isso se desenrola num ambiente silencioso, no qual a luz penetra filtrada através de cristais coloridos. Um sentimento de esperança e elevação impera no recinto sacro. O recém-nascido deveria viver num ambiente semelhante a esse.

Se traçarmos um paralelo entre os cuidados dispensados à criança e os dedicados à mãe, e imaginarmos o que seria para a mãe receber o mesmo tratamento que o recém-nascido, o erro que cometemos tornar-se-ia mais evidente.

A mãe é deixada imóvel, enquanto a criança é levada para longe dela a fim de não a incomodar com sua presença, sendo trazida para perto dela apenas nas horas em que deve ser alimentada. Nessas viagens a criança é manipulada sem maiores precauções para vestir belas roupas enfeitadas com fitas e rendas. Isto equivaleria a obrigar a mãe a levantar-se logo após o parto e trajar-se com elegância para comparecer a uma recepção.

A criança é tirada do berço e erguida até a altura dos ombros do adulto que a deve transportar; depois, é novamente abaixada para acomodar-se junto à mãe. Quem seria capaz de pensar em submeter a parturiente a tais movimentos? A justificativa que se costuma apresentar é a seguinte: a criança não tem consciência, e, como sem consciência não existe sofrimento ou prazer, seria utópico tratar o recém-nascido com tanto requinte.

Mas o que dizer dos cuidados prodigalizados aos adultos enfermos, que correm perigo de vida e estão inconscientes?

É a necessidade de socorro e não a consciência dessa necessidade que exige, em qualquer outra idade da vida humana, uma aguda atenção da ciência e do sentimento.

Não existe justificativa possível para isso.

O fato é que existe uma lacuna na história da civilização com relação à fase inicial da vida, uma página em branco, na qual ninguém ainda escreveu porque ninguém pesquisou as primeiras necessidades do homem. Não obstante, a cada dia nos tornamos mais conscientes da impressionante ver-

dade evidenciada por tantas experiências, ou seja, que as perturbações nos estágios iniciais (e mesmo no período pré-natal) influem em toda a vida do homem. A vida embrionária e a infantil são depositárias (como atualmente todos reconhecem) da saúde do adulto e da raça. Por que, então, não se leva em consideração o nascimento, a crise mais difícil a ser superada na vida?

Não damos atenção ao recém-nascido: para nós, ele não é um homem. Quando chega ao nosso mundo, não o sabemos receber, embora o mundo que criamos lhe seja destinado, a fim de que ele lhe dê continuidade e o faça avançar no sentido de um progresso superior ao nosso.

Tudo isso nos lembra as palavras de São João Evangelista:

“Ele veio ao mundo
e o mundo para Ele foi criado,
mas o mundo não o reconheceu.
Chegou à sua própria casa
e os seus não o receberam”.

5. Os instintos naturais

Os animais superiores, os mamíferos, guiados pelo instinto, não se descuidam do período delicado e difícil da amamentação de suas crias. Dá-nos um exemplo disso a humilde gatinha que vive em nossas casas, quando esconde os filhotes recém-nascidos num lugar apartado e escuro; é tão ciosa de sua prole que nem mesmo permite que a vejamos. E pouco tempo depois aparecem os gatinhos bonitos e vivazes.

Os mamíferos que vivem em liberdade total reservam cuidados ainda maiores a seus filhotes. Quase todos esses animais vivem em grupos numerosos, mas a fêmea próxima ao parto retira-se do grupo e procura um local afastado e escondido. Nascidos os filhotes, ela os mantém em silencioso isolamento por um período de tempo que varia, segundo a espécie, de duas ou três semanas a um mês ou mais. A mãe transforma-se rapidamente em enfermeira e protetora das novas criaturas. Os recém-nascidos não poderiam permanecer nas condições habituais de um ambiente cheio de luz e barulho; por isso, ela os guarda em local tranquilo e protegido. Embora geralmente as crias já nasçam com todas as funções desenvolvidas, sendo capazes de manter-se em pé e andar, a mãe, por meio de carinhosos cuidados e tentativas de educação, obriga-os a permanecerem isolados até que adquiram pleno domínio de suas funções e se adaptem ao ambiente. Só então ela os conduz de volta ao resto do grupo, a fim de viverem em companhia de seus semelhantes.

É verdadeiramente impressionante a história de tal solicitude materna, idêntica na essência, embora se trate de mamíferos de espécies tão diferentes, como cavalos, bisões, javalis, lobos e tigres.

A fêmea do bisão mantém-se longe da manada durante várias semanas, isolada com o filhote, cuidando dele com

uma ternura maravilhosa. Quando ele tem frio, cobre-o com as patas dianteiras; quando está sujo, lambe-o pacientemente para limpar-lhe o pêlo; quando o amamenta, apóia-se em apenas três patas, a fim de lhe facilitar a operação. Posteriormente, leva-o para o rebanho e continua a nutri-lo com a paciente indiferença comum a todas as fêmeas dos quadrúpedes.

As vezes, a mãe não se limita a procurar o isolamento nos últimos meses de gestação, mas dedica-se a um intenso trabalho de preparação de um local adequado aos nascituros. A loba, por exemplo, oculta-se num recanto remoto e obscuro do bosque, possivelmente em uma gruta que sirva de abrigo. Todavia, se não encontra um lugar apropriado, escava uma galeria ou prepara uma cova no tronco oco de alguma árvore, ou, ainda, constrói um abrigo que depois reveste com algo macio, geralmente com o próprio pêlo, que ela arranca do peito, com o que também facilita o aleitamento das crias. Dá à luz seis ou sete lobinhos, de olhos e ouvidos fechados, e cria-os escondidos, nunca se afastando deles.

Nesse período todas as mães são extremamente agressivas contra quem quer que tente aproximar-se do covil.

Tais instintos deformam-se quando os animais vivem em estado doméstico. As porcas chegam a devorar os próprios filhotes, enquanto a fêmea do javali é uma das mães mais ternas e afetuosas que existem. Até mesmo as leões cativas nas jaulas dos jardins zoológicos às vezes devoram as próprias crias.

Assim, a natureza só desenvolve suas providenciais energias protetoras quando os seres podem obedecer livremente aos instintos fundamentais.

A lógica do instinto é clara e simples: o mamífero recém-nascido deve receber uma assistência especial durante seus *primeiros contatos* com o ambiente exterior; deve-se, portanto, ter em conta um período inicial extremamente delicado, correspondente à sua chegada ao mundo, ao repouso necessário após o enorme esforço do nascimento e ao começo simultâneo de todas as funções.

Depois disso inicia-se a chamada primeira infância, ou seja, o primeiro ano de existência, o aleitamento; em suma, a primeira fase da vida no mundo.

Os cuidados dos animais que isolam os próprios filhos não se limitam ao corpo. A mãe preocupa-se também com o despertar psíquico dos instintos que nascem do íntimo do novo ser para formar *um outro indivíduo* da mesma raça. E

tal despertar faz-se melhor com luz reduzida e longe de ruídos, sob a vigilância da mãe, que, alimentando-os, auxilia e aperfeiçoa amorosamente os filhotes. O potro, enquanto suas extremidades se robustecem, aprende a conhecer a mãe e a acompanhá-la; e, à medida que se manifestam naquele corpo frágil as características do cavalo, começam a funcionar as condições hereditárias. Por isso, a égua não permite que ninguém lhe veja o filho antes que este se transforme num cavaleiro, assim como a gata não deixa que se examinem os filhotes antes que estes abram os olhos e se firmem nas patas, ou seja, que se transformem em gatinhos.

É evidente que a natureza zela com os maiores cuidados por essas poderosas realizações. A missão dos cuidados maternos é muito superior a uma tarefa puramente fisiológica. Mediante o amor cheio de ternura e as atenções delicadas, a mãe cuida sobretudo do despertar dos instintos latentes.

Da mesma forma, poder-se-ia dizer que — por meio de cuidados delicadíssimos que devem necessariamente ser prodigalizados ao recém-nascido — é preciso zelar pelo nascimento espiritual do homem.

6. O embrião espiritual

A encarnação

A palavra "encarnação" evoca a figura do recém-nascido, considerando-a como um espírito que se encerrou na carne para que viesse viver no mundo. Tal conceito é contemplado no cristianismo entre os mistérios mais veneráveis da religião, no qual o próprio espírito divino se encarna: "*Et incarnatus est de Spiritu Sancto: et homo factus est*".

A ciência, pelo contrário, considera o novo ser como vindo do nada: então, ele é carne, não uma encarnação. É apenas um desenvolvimento de tecidos e órgãos que constituem um todo vivo. Também isso é um mistério: como aquele corpo complexo e vivo surgiu do nada? Não é nosso objetivo, porém, determo-nos em semelhantes meditações, mas penetrar na realidade, aprofundando-nos sob a superfície.

Nos cuidados a serem prodigalizados ao recém-nascido deve-se ter muito em conta a *vida psíquica*. Se o recém-nascido já possui uma vida psíquica, com maior razão a possuirá a criança em seu primeiro ano de existência e ainda mais tarde. O progresso atual nos cuidados à infância consiste em levar em consideração não apenas a vida física como também a psíquica. Afirma-se hoje em dia: a educação deve começar desde o nascimento.

É evidente que a palavra *educação* não é empregada aqui no sentido de ensinamento, mas no de auxílio ao desenvolvimento psíquico da criança.

Acredita-se atualmente que a criança possui, desde o nascimento, uma autêntica vida psíquica, pois faz-se distinção entre consciente e subconsciente. Essa idéia de um sub-

consciente cheio de impulsos e de realidades psíquicas praticamente já entrou para a linguagem popular.

Todavia, mesmo que nos limitemos aos conceitos evidentes mais elementares, podemos admitir que subsiste na criança um jogo de instintos, relativos não apenas às funções digestivas mas também às funções psíquicas, como se observa desde o início nas crias dos mamíferos quando, rapidamente e por impulso intrínseco, assumem as características da espécie. No que diz respeito aos movimentos, parece que a criança dispõe de possibilidades mais lentas de desenvolvimento em comparação com os recém-nascidos de outras espécies animais. Com efeito, enquanto os órgãos sensoriais funcionam desde o instante do nascimento — pois a criança é de imediato sensível à luz, ao ruído, ao tato, etc. —, o movimento ainda é muito pouco desenvolvido.

A figura do recém-nascido é o impressionante ponto de partida: aquela criança que nasce inerte e que assim permanecerá por longo tempo, incapaz de manter-se ereta, necessitada de cuidados como um inválido, aquela criança muda, que por muito tempo só se fará ouvir através do choro, do grito de dor, fazendo que lhe acorram como a uma pessoa que pede socorro.

Só depois de muito tempo — meses ou um ano inteiro, talvez mais — aquele corpo se levantará e andará, deixará de ser inválido e passará a ser o corpo do homem-criança.

Ora, com a palavra *encarnação* queremos referir-nos a fatos psíquicos e fisiológicos do crescimento. Encarnação é o processo misterioso de uma energia que animará o corpo inerte do recém-nascido e dará à carne de seus membros, aos órgãos de articulação da palavra, o poder de agir segundo a vontade — e assim se encarnará o homem.

É realmente impressionante que a criança nasça e se mantenha inerte durante tanto tempo, enquanto as crias dos outros mamíferos quase de imediato após o nascimento — ou pelo menos após brevíssimo espaço de tempo — já se sustentam em pé, andam, procuram a mãe e se exprimem na linguagem própria da espécie, embora de maneira ainda frágil, imperfeita e quase patética. Mas os gatinhos realmente emitem miados, os cordeiros soltam tímidos balidos e o potro relincha. São vozes débeis, que tendem sobretudo ao silêncio, pois o mundo não ressoa de gritos e lamentos de animais recém-nascidos. O tempo de preparação é curto: trata-se de uma preparação fácil, de modo que se pode dizer que a carne do animal já nasce animada pelo instinto que

determina suas ações. Já se sabe como saltará o pequeno tigre e como pulará o cabrito que mal se pôs de pé após o nascimento. Conseqüentemente, todo ser que nasce não é apenas um corpo material; traz em si funções que não são as dos seus órgãos fisiológicos, mas que dependem do instinto. Todos os instintos se manifestam através de movimentos e representam características da espécie, que são ainda mais constantes e distintivas que a própria forma do corpo.

O animal — como diz a própria palavra — é caracterizado pela animação e não pela forma.

Todas as características que não sejam relativas ao funcionamento do organismo vegetativo podem ser reunidas e chamadas de características psíquicas. Ora, tais características já se encontram em todos os animais desde o nascimento. Por que logo o homem-criança não possui tal animação?

Uma teoria científica explica que os movimentos instintivos dos animais são uma conseqüência de experiências feitas pela espécie em épocas anteriores e transmitidas por hereditariedade. Por que logo o homem é um ser tão renitente a herdar de seus antepassados? Não obstante, os homens sempre andam eretos, sempre falaram uma linguagem articulada e estiveram prontos a dar hereditariedade a seus descendentes. Seria absurdo pensar que logo o homem, caracterizado e distinto de todas as demais criaturas pela grandiosidade de sua vida psíquica, seja o único a não possuir um padrão de desenvolvimento psíquico. Deve existir alguma verdade oculta sob tais contradições. O espírito pode ser tão profundamente latente a ponto de não se tornar manifesto como o instinto do animal, que já vem pronto para revelar-se em ações preestabelecidas.

O fato de não ser movido por instintos-guias fixos e determinados como os dos animais é sinal de uma inata liberdade de ação que requer uma elaboração especial, quase uma criação deixada a cargo do desenvolvimento de cada indivíduo e que é, por conseguinte, imprevisível. Permitam-nos recorrer a uma comparação bastante afastada do assunto: a comparação com os objetos que nós mesmos produzimos. São objetos produzidos em série, todos iguais entre si e fabricados com rapidez, por meio de moldes ou máquinas, ou objetos produzidos à mão, devagar, todos diferentes entre si. O valor dos objetos artesanais está em que cada um traz a marca direta do autor, quer se trate da marca da perícia de uma bordadeira, quer da marca da capacidade de um gênio, no caso de uma obra de arte.

Poder-se-ia dizer que a diferença psíquica entre o animal e o homem é essa: o animal é como o objeto fabricado em série — cada indivíduo reproduzindo de imediato as características uniformes fixadas na raça inteira. O homem, ao contrário, é como o objeto trabalhado à mão: cada um diferente do outro, cada um possui um espírito criador próprio, que o transforma numa obra de arte da natureza. Mas o trabalho é lento e demorado. Antes que surjam os efeitos exteriores tem que haver um labor íntimo que não é a reprodução de um tipo fixo, mas a criação de um tipo novo — consequentemente, é um enigma, um resultado de surpresa, que permanece oculto durante longo tempo, exatamente como ocorre com a obra de arte que o autor conserva na intimidade do estúdio, transfundindo-se nela antes de a expor ao público.

O trabalho através do qual se forma a personalidade humana é a obra oculta da encarnação. O homem inerte é um enigma. Aquele corpo inerte contém em si o mecanismo mais complexo dentre todos os que existem nos seres vivos — e pertence ao homem. Este pertence a si mesmo e deve encarnar-se com o auxílio de sua própria vontade.

O que vulgarmente se chama de *carne* é um conjunto de órgãos motores denominados, em fisiologia, músculos voluntários. O próprio termo indica que são movidos pela vontade, e nada pode indicar melhor o fato de que o movimento está ligado à vida psíquica. A vontade nada poderia fazer sem os órgãos, sem os seus instrumentos.

A despeito de seus instintos, os animais de qualquer espécie, mesmo os mais insignificantes insetos, nada poderiam fazer se lhes faltassem os órgãos do movimento. Nas formas mais perfeitas — e, portanto, sobretudo no homem — os músculos são infinitamente complexos e tão numerosos que os estudantes de anatomia costumam dizer: “Para guardar na memória todos os músculos é preciso dissecá-los ao menos sete vezes”. Ademais, durante o funcionamento, os músculos se associam para executar ações complicadíssimas. Alguns exercem impulsos, outros assumem atitude passiva, alguns são capazes apenas de efetuar uma aproximação, outros um contato. E quantas funções opostas se efetuam não por contraste, mas por harmonia!

Uma inibição corrige um impulso e, por isso, sempre o acompanha; a um músculo que aproxima articula-se outro que une — sem associações reais, ou seja, grupos de músculos juntam-se em movimentos únicos e, assim, o mo-

vimento pode complicar-se infinitamente, como acontece, por exemplo, com os acrobatas, ou como se pode ver nos músculos da mão de um violinista, capaz de imprimir ao arco movimentos infinitesimais.

Cada movimento é uma associação de ações opostas; cada modulação requer a ação de quase um exército, que atua ao mesmo tempo que um exército oposto — ambos habilmente treinados até a perfeição.

Não se teve confiança total na natureza, porque a parte superior — construtiva e diretora — foi confiada à energia individual, uma energia que se sobrepõe à natureza e, portanto, é supranatural. Este é o fato primordial a considerar no homem. O espírito humano animador deve encarnar-se para atuar e abrir caminho no mundo. Tudo isso constitui o primeiro capítulo da vida da criança.

A encarnação individual possui, por conseguinte, diretrizes psíquicas: deve existir na criança uma vida psíquica que precede a vida motora e é anterior a qualquer expressão externa, bem como é independente dela.

Seria um grave erro acreditar que a criança possua músculos débeis, e por isso não se consiga manter ereta, ou que a incapacidade de coordenar os movimentos seja inata no ser humano.

A força muscular dos recém-nascidos é mais que evidente nos impulsos e resistências dos seus membros. E nada existe de mais perfeito que a difícil coordenação do sugar e deglutir, já pronta quando a criança nasce. A natureza insere na criança condições novas em relação às dos animais recém-nascidos. Libera o campo da movimentação do absolutismo imperativo dos instintos. Os instintos se retraem e os músculos aguardam, fortes e obedientes, um novo comando — esperam o brado da vontade para coordenar-se a serviço do espírito humano. Devem assumir as características não apenas de uma espécie, mas de um indivíduo que os anima. Existem, sem dúvida, também os instintos da espécie, que impõem as características fundamentais; sabe-se que cada criança andarás em atitude ereta e falará. Contudo, podem resultar variedades individuais tão insuspeitadas a ponto de constituírem um enigma.

Podemos adivinhar como serão todos os animais que atingem a fase adulta: um corredor ágil e excelente, caso se trate de uma gazela; um animal lento e desajeitado, se elefante; feroz quando tigre; roedor e devorador de vegetais, caso se trate de um coelho.

Mas o homem é capaz de tudo, e sua aparente inércia prepara a maravilhosa surpresa da individualidade. Sua voz desarticulada algum dia articulará palavras: só não sabemos qual será seu idioma. Falará a língua que aprender em seu ambiente, com atenção, construindo os sons com esforços incalculáveis, depois as sílabas e finalmente as palavras. Será o elaborador voluntário de todas as suas funções de relacionamento com o ambiente, será o criador de um novo ser.

O fenômeno da criança inerte ao nascer sempre foi constatado, dando lugar a reflexões filosóficas, mas, até hoje, ainda não chamou a atenção dos médicos, nem dos psicólogos, nem dos educadores: permaneceu como um dentre tantos fatos evidentes em relação aos quais nada se fez senão constatá-los. Muitos fatos são assim deixados de lado durante longo tempo, trancados à chave nos depósitos do subconsciente.

Na prática da vida cotidiana, porém, tais condições da natureza infantil resultaram em muitas conseqüências que representam um grande perigo para a vida psíquica da criança. Levaram a pensar erroneamente que não só os músculos — ou seja, a carne — fossem inertes, mas que a própria criança também o fosse — um ser passivo, desprovido de vida física. E perante o espetáculo magnífico mais tardio de sua manifestação, o adulto atreveu-se a adquirir a convicção errônea de ser ele quem anima a criança com seus cuidados e auxílio. Fez disso seu dever e responsabilidade; apresentou-se a seus próprios olhos como modelador da criança e construtor de sua vida psíquica. Supôs-se capaz de realizar do exterior um trabalho criativo, fornecendo estímulos, diretrizes e sugestões destinados a desenvolver na criança a inteligência e a vontade.

O adulto atribui-se um poder quase divino: terminou por acreditar-se o Deus da criança e viu-se a si mesmo como está no Gênesis: “Eu criei o homem à minha imagem e semelhança”. A soberba foi o primeiro pecado do homem: o fato de arvorar-se em substituto de Deus foi a causa da miséria de toda uma descendência.

Com efeito, se a criança traz em si a chave de seu próprio enigma individual, se possui um padrão psíquico e diretrizes de desenvolvimento, estes devem ser potenciais e extremamente delicados nas tentativas de realização. Então, a intervenção intempestiva do indivíduo adulto, voluntário-

so e exaltado por seu ilusório poder, é capaz de anular tais padrões ou desviar-lhes as realizações ocultas.

O adulto pode realmente cancelar o desígnio divino que remonta às origens do homem, fazendo com que, de geração em geração, o homem sempre cresça deformado na sua encarnação.

É esse o grande, o fundamental dentre os problemas práticos da humanidade. Toda a questão reside em que a criança possui uma vida psíquica ativa, embora não seja capaz de manifestá-la, porque deve elaborar prolongadamente em segredo as suas difíceis realizações.

Tal conceito sugere uma visão impressionante: a de uma alma aprisionada, obscura, que procura vir à luz, nascer e crescer, e que vai paulatinamente animando a carne inerte, chamando-a com o brado da vontade, aflorando à luz da consciência com o esforço de um ser que nasce. E no meio ambiente aguarda-o um ser dotado de um poder enorme, gigantesco, que o agarra e quase o esmaga.

No meio ambiente nada está preparado para receber o fato grandioso que é a encarnação de um homem, porque ninguém o vê e, por isso, ninguém o aguarda (não existe para ele qualquer proteção, qualquer auxílio).

A criança que se encarna é um embrião espiritual que deve viver às expensas do ambiente, mas, como o embrião físico, precisa ser protegido por um ambiente exterior especial, cheio de amor, rico de nutrição, onde tudo é feito para acolhê-lo e nada para lhe causar obstáculos.

Uma vez compreendida essa realidade, a atitude do adulto em relação à criança deve mudar. A figura da criança, embrião espiritual que se está encarnando, desperta-nos, impõe-nos novas responsabilidades.

Aquele corpinho tenro e gracioso que adoramos, cercamos de cuidados apenas físicos, que é quase um brinquedo em nossas mãos, assume um novo aspecto e incute reverência. "*Multa debetur puero reverentia.*"

A encarnação efetua-se através de esforços ocultos: tudo que cerca esse trabalho criativo constitui um drama desconhecido, que ainda não foi escrito.

Nenhum outro ser na criação é submetido à penosa sensação do querer que ainda não existe mas deverá comandar — e deverá comandar coisas inertes, para torná-las ativas e disciplinadas. Uma vida incerta e delicada mal aflora à consciência, colocando os sentidos em contato com o am-

biente, e logo se propaga pelos músculos no perpétuo esforço de realizar-se.

Ocorre um intercâmbio entre o indivíduo, ou melhor, o embrião espiritual, e o ambiente; graças a este, o indivíduo se forma e se aperfeiçoa. Esta atividade primordial, construtiva, é análoga à função da pequena vesícula que, no embrião físico, representa o coração e que assegura o desenvolvimento e a nutrição de todas as partes do corpo do embrião, enquanto se alimenta através dos vasos sanguíneos da mãe, seu ambiente vital. A individualidade psíquica desenvolve-se e organiza-se pela ação desse *motor* em relação com o ambiente. A criança esforça-se por assimilar o ambiente, e de tais esforços nasce a profunda unidade da sua personalidade.

Essa ação lenta e gradual constitui um contínuo apropriar-se do instrumento por parte do espírito, o qual deve zelar incessantemente, com esforço, pela sua soberania, a fim de que o movimento não morra na inércia e não se automatize. O espírito deve comandar continuamente, para que o movimento, livre do domínio de um instinto fixo, não conduza ao caos. O exercício de tal esforço produz um desenvolvimento sempre ativo de energia construtiva e contribui para a obra perpétua da encarnação espiritual.

Assim se forma, por si mesma, a personalidade humana, como o embrião e a criança se transformam no criador de homens, no "pai do homem".

Na realidade, o que fizeram o pai e a mãe?

O pai atuou unicamente com o fornecimento de uma célula invisível. A mãe, além de uma célula germinativa, proporcionou o ambiente vivo adequado, com os requisitos necessários à proteção e ao desenvolvimento, a fim de que a célula germinativa se segmentasse tranqüilamente por atividade própria, produzindo o recém-nascido inerte e mudo. Quando se diz que o pai e a mãe construíram o filho, repete-se uma expressão inexata. É necessário dizer: o homem foi construído pela criança — esta é o pai do homem.

Deve-se considerar sagrado o esforço secreto da infância: essa laboriosa manifestação merece uma expectativa acolhedora, pois nesse período de formação determina-se a personalidade futura do indivíduo.

De tal responsabilidade nasce o dever de estudar e penetrar com profundidade científica as necessidades psíquicas da criança, preparando-lhe um ambiente vital.

Estamos nos primórdios de uma ciência que precisa de um grande desenvolvimento e à qual o adulto deve prestar a colaboração de sua inteligência para conseguir, através de prolongados esforços, a última palavra no conhecimento da formação do homem.

7. As delicadas estruturas psíquicas

Os períodos sensíveis

Antes mesmo de podermos falar em meios de expressão, a sensibilidade da criança muito pequena possui uma estrutura psíquica primitiva, que pode permanecer oculta.

Todavia, seria errôneo concluir que — no caso da linguagem, por exemplo — isso não corresponda à verdade. Do contrário, chegar-se-ia à afirmação de que essa linguagem já existe totalmente formada no espírito, embora os órgãos motores da palavra ainda não sejam capazes de expressão. O que existe é a predisposição para construir uma linguagem. Algo semelhante ocorre com a totalidade do mundo psíquico, cuja linguagem constitui uma manifestação externa. Na criança existe a atitude criativa, a energia potencial para construir um mundo psíquico às expensas do ambiente.

Tem para nós um interesse deveras especial a recente descoberta efetuada na biologia dos chamados períodos sensíveis estreitamente ligados aos fenômenos do desenvolvimento. De que depende o desenvolvimento? Como cresce um ser vivo?

Quando se fala de desenvolvimento, de crescimento, fala-se de um fato constatável exteriormente, mas que há bem pouco tempo foi penetrado em alguns pormenores de seu mecanismo interno.

Houve nos estudos modernos duas contribuições para a aquisição de tal conhecimento: um é o estudo das glândulas de secreção interna relacionadas com o crescimento físico, que se tornaram repentinamente populares devido à imensa influência que têm exercido no tratamento das crianças.

O outro é o dos períodos sensíveis, que abre novas possibilidades à compreensão do crescimento psíquico.

Foi o cientista holandês De Vries que descobriu os períodos sensíveis nos animais, mas fomos nós, em nossas escolas, que descobrimos os períodos sensíveis no crescimento das crianças e os utilizamos sob o ponto de vista da educação.

Trata-se de sensibilidades especiais que existem nos seres em via de evolução, ou seja, nos estados infantis, as quais são passageiras e limitam-se à aquisição de uma determinada característica. Uma vez desenvolvida essa característica, a sensibilidade cessa e, assim, cada característica se estabelece com o auxílio de um impulso, de uma possibilidade temporária. Em consequência, o crescimento não é um processo vago, uma fatalidade hereditária inata nos seres vivos, mas um trabalho minuciosamente orientado por instintos periódicos, ou passageiros, que servem de guias porque impõem a uma atividade determinada, a qual por vezes difere de maneira evidente da atividade do indivíduo em estado adulto. Os seres nos quais De Vries primeiro identificou os períodos sensíveis foram os insetos, que têm um período de formação muito evidente porque passam por metamorfoses, que são suscetíveis de observação em laboratórios experimentais.

Tomemos o exemplo citado por De Vries, de um pobre e humilde vermezinho que é a larva da borboleta vulgar. Sabe-se que as larvas crescem rapidamente, alimentando-se com voracidade e, por isso, são grandes destruidoras das plantas. No caso, trata-se de uma larva que, nos primeiros dias de vida, não pode nutrir-se com as folhas das árvores grandes, mas apenas com as folhinhas tenras que se encontram nas extremidades dos ramos.

O fato, porém, é que a bondosa borboleta-mãe vai, por instinto, depositar seus ovos exatamente no ponto oposto, ou seja, no ângulo formado pelo ramo no local onde se insere no tronco principal, a fim de preparar para sua prole um lugar seguro e abrigado. Quem indicará às pequenas larvas, mal saídas do ovo, que as folhinhas tenras de que necessitam estão lá longe, na extremidade oposta do galho? Eis que a larva é dotada de grande sensibilidade à luz, que a atrai e fascina, e vai avançando, à maneira peculiar das lagartas, na direção da luz mais forte, até a ponta do galho. Finalmente, faminta, chega às folhas tenras que lhe servirão de alimento. É estranho que, apenas terminado esse período, ou seja, quando cresce o suficiente para alimentar-se de outro modo, a lagarta perca a sensibilidade à luz. Após certo tempo, a luz lhe causa indiferença, o instinto se acalma, fica

completamente esgotado: passou o seu momento de utilidade. Então, a lagarta segue por outros caminhos, em busca de outros fatos e de outros meios de vida.

Não se tornou cega à luz, mas apenas indiferente a ela.

Uma sensibilidade ativa transforma bruscamente as larvas de borboleta, que se haviam mostrado tão vorazes em destruir plantas viçosas e belas, numa espécie de faquires jejuadores. Durante seu rigoroso jejum, constroem uma espécie de sarcófago no qual permanecerão sepultadas como seres sem vida; trata-se de um trabalho intenso e irresistível. Naquele sepulcro prepara-se o ser adulto, provido de esplêndidas asas, cheias de luminosidade e beleza.

Sabe-se que as larvas das abelhas atravessam um estágio durante o qual todas as fêmeas poderiam tornar-se rainhas. Mas a comunidade escolhe apenas uma entre elas e as operárias fabricam exclusivamente para a eleita uma substância nutritiva especial que os zoólogos denominam "geléia real". Assim, alimentada com manjares reais, a eleita transforma-se em rainha da colmeia. Se, passado algum tempo, a comunidade resolvesse eleger outra, esta jamais conseguiria chegar a ser rainha, porque o período de voracidade terminou e seu corpo está privado da capacidade de desenvolver-se.

Eis aí o que pode conduzir à imediata compreensão do ponto essencial do problema também em relação às crianças: a diferença entre um impulso animador, que leva à realização de atos maravilhosos e espantosos, e uma indiferença que causa cegueira e inépcia.

O adulto não pode exercer sobre esses diversos estados qualquer influência externa.

Todavia, se a criança é impedida de agir segundo as diretrizes de seu período sensível, perde-se a oportunidade de uma conquista natural. E fica perdida para sempre.

Durante seu desenvolvimento psíquico, a criança realiza conquistas miraculosas — e só o hábito de observar o milagre acontecer diante de nós torna os espectadores insensíveis a ele. Como, porém, a criança vinda do nada se orienta neste mundo complicado? Como consegue distinguir as coisas e através de que prodígio aprende uma linguagem em suas minuciosas particularidades, sem ter um professor, mas apenas vivendo? E vivendo com simplicidade, com alegria, sem se cansar, ao passo que um adulto, para orientar-se num ambiente novo, necessita de tantos auxílios, e para aprender um novo idioma tem que dispensar esforços áridos, sem ja-

mais chegar à perfeição da língua materna, que adquiriu na infância.

A criança realiza suas aquisições nos períodos sensíveis, que se poderiam comparar a um farol aceso que ilumina interiormente, ou a um campo elétrico que ocasiona fenômenos ativos. É essa sensibilidade que permite à criança relacionar-se com o mundo exterior de maneira excepcionalmente intensa. Cada esforço é um acréscimo de poder. O torpor da indiferença, a fadiga, só ocorrem depois que a aquisição foi completada no período sensível.

E quando uma dessas paixões psíquicas se esgota, outras se acendem, de modo que a infância passa de conquista em conquista, numa contínua vibração vital, que todos nós identificamos e chamamos de alegria e felicidade infantis. Nessa bela chama espiritual, que arde sem consumir ou apagar-se, realiza-se a obra criativa do mundo espiritual do homem. Cessado o período sensível, as conquistas intelectuais devem-se a uma atividade reflexa, ao esforço da vontade, ao trabalho de pesquisa; e no torpor da indiferença nasce a fadiga do trabalho. Nisso consiste a diferença fundamental, essencial, entre a psicologia da criança e a do adulto. Existe, portanto, uma especial vitalidade interior que explica os milagres das conquistas naturais da criança. Contudo, se durante o período sensível algum obstáculo se opuser ao seu trabalho, a criança sofre uma perturbação, ou mesmo uma deformação, e daí surge o martírio espiritual que ainda é desconhecido, mas cujo estigma inconsciente quase todos os homens trazem consigo.

O trabalho do crescimento, ou seja, da conquista ativa das características, passou despercebido até hoje. Todavia, temos notado através de longa experiência as reações dolorosas e violentas da criança quando obstáculos externos lhe impedem a atividade vital. Não se notando as causas de tais reações, nós as julgamos desprovidas de motivo e as medimos pela resistência que apresentam em ceder a nossas tentativas de acalmá-las. Referimo-nos com o termo vago "caprichos" a fenômenos muito diferentes uns dos outros: capricho é para nós tudo aquilo que não possui causa aparente, toda ação ilógica e incontrolável. Constatamos, porém, que alguns caprichos apresentam uma tendência para agravar-se com o tempo, o que é um indício de causas permanentes que continuam a agir e para as quais, obviamente, ainda não encontramos remédio.

Ora, os períodos sensíveis podem esclarecer-nos muitos

dos caprichos infantis. Não todos, porque existem diferentes causas de conflitos interiores e muitos caprichos já são conseqüências de desvios da normalidade que se agravam precisamente com um tratamento errado. Mas os caprichos relacionados aos conflitos interiores ligados aos períodos sensíveis são passageiros, exatamente como o período sensível é transitório, e não deixam marca no caráter. Acarretam, porém, a conseqüência mais grave de um desenvolvimento imperfeito, que é irreparável no futuro estabelecimento da vida psíquica.

Os caprichos do período sensível são expressões exteriores de necessidades insatisfeitas, alarme de uma condição errada, de um perigo — e desaparecem de imediato quando ocorre a possibilidade de compreendê-los e satisfazê-los. Observa-se, então, que a calma sucede a um estado de agitação que pode até mesmo assumir a forma de doença. Conseqüentemente, é necessário procurar a causa de toda manifestação infantil, que nós chamamos de caprichosa exatamente porque essa causa nos escapa à percepção — quando pode tornar-se para nós uma orientação para penetrarmos nos recessos misteriosos da alma infantil e para prepararmos um período de compreensão e de paz nas nossas relações com a criança.

Perscrutando os períodos sensíveis

A encarnação e os períodos sensíveis poderiam comparar-se a um buraco aberto sobre os fatos íntimos da alma em via de estruturação de modo a permitir ver quais dos órgãos internos funcionam na elaboração do crescimento psíquico da criança. Eles demonstram que o desenvolvimento psíquico não ocorre por acaso, nem tem origem nos estímulos do mundo exterior, mas é guiado pelas sensibilidades passageiras que são instintos temporários aos quais está ligada a aquisição das várias características. Embora isso aconteça às expensas do meio ambiente, este não tem valor construtivo, limitando-se a proporcionar os meios necessários à vida, analogamente ao que ocorre em relação à vida do corpo, que extrai do ambiente, através da nutrição e da respiração, seus elementos vitais.

São as sensibilidades interiores que orientam a escolha, no meio ambiente polimorfo, das coisas necessárias e das situações favoráveis ao desenvolvimento. E de que maneira orientam? Tornando a criança sensível a determinadas coisas e deixando-a indiferente em relação a outras. Quando tal sensibilidade surge na criança, é como se dela partisse uma luz que clareia apenas certas coisas, não o fazendo com outras — e aí está todo o seu mundo. Mas não se trata apenas de um intenso desejo de encontrar-se em tais situações ou de adquirir tais elementos. Existe na criança uma possibilidade deveras especial, única, de aproveitar-se delas para crescer, pois é durante o período sensível que se efetuam as aquisições psíquicas, como a de poder orientar-se no meio ambiente, ou a capacidade de animar nos detalhes mais íntimos e delicados os seus instrumentos motores.

Nessas relações de sensibilidade entre a criança e o ambiente está a chave que poderá abrir para nós o fundo misterioso no qual o embrião espiritual realiza os milagres do crescimento.

Podemos imaginar essa maravilhosa atividade criadora como uma série de vivas emoções que brotam do subconsciente e, em contato com o meio ambiente, estruturam a consciência do homem. Partem da confusão para chegar à distinção e, posteriormente, à criação da atividade — como podemos imaginar, por exemplo, no aprendizado e domínio da linguagem.

Eis que na aquisição da linguagem, enquanto os sons do ambiente permanecem confusos e indistinguíveis no caos, os sons singulares de uma linguagem articulada e incompreensível isolam-se repentinamente, fazendo-se ouvir distintos, atraentes, fascinantes — e o espírito ainda incapaz de pensar escuta uma espécie de música que enche o seu mundo. Então, as próprias fibras da criança o escutam. Não todas as fibras, mas só as fibras ocultas que até então haviam vibrado apenas para gritar desordenadamente; despertam com um movimento regular, seguindo uma disciplina e uma ordem que mudam seu modo de vibrar. Tal fato prepara uma nova era para o cosmo do embrião espiritual. Contudo, este vive intensamente o seu presente e nele se concentra: a glória futura do ser lhe é desconhecida.

O ouvido escuta pouco a pouco, e também a língua se movimenta com uma nova animação. A língua que até então se limitara a sugar começa a sentir vibrações interiores, passa a procurar a garganta, os lábios, as bochechas, como se obe-

decendo a uma força irresistível e ilógica. Pois tais vibrações são vida, mas ainda de nada servem senão para proporcionar um prazer inefável.

A criança inteira apresenta sinais desse imenso prazer que lhe nasceu no íntimo, os membros encolhidos, os punhos cerrados, a cabeça ereta e virada na direção da pessoa que fala, os olhos intensamente fixos nos lábios que se movem.

Está ocorrendo o período sensível: o comando divino que traz às coisas inertes o sopro animador do espírito.

Esse drama interior da criança é um drama de amor e é a única e grande realidade que se desenvolve nas regiões ocultas da alma — é a única e grande realidade que, passo a passo, enche-a por completo. Tais atividades maravilhosas, que não ocorrem sem deixar marcas indeléveis, que engrandecem o homem e lhe conferem as características superiores que o acompanharão pela vida inteira, realizam-se na humildade do silêncio.

Tudo se passa, portanto, de maneira tranqüila e sem ser observado até que as condições do próprio meio ambiente correspondam suficientemente às necessidades interiores. A linguagem, por exemplo, que se situa entre animações mais laboriosas e corresponde ao mais longo período sensível das crianças, permanece em segredo porque a criança sempre encontra em torno de si pessoas que falam e lhe proporcionam os elementos necessários à sua estruturação. A única coisa que permite avaliar de fora o estado sensível da criança é o seu sorriso, o seu prazer evidente quando se lhe dirigem breves palavras, pronunciadas nitidamente de modo que lhe seja dado distinguir os sons, como se distinguem os repiques dos sinos de uma catedral. Ou quando se vê a criança acalmar-se numa paz feita de beatitude, quando, à noite, um adulto lhe canta uma canção de ninar, repetindo sempre as mesmas palavras — e, em tal estado de delícia, ela abandona o mundo consciente para ingressar no repouso dos sonhos. Nós o sabemos e por isso lhe dirigimos aquelas palavrinhas carinhosas, para obtermos em troca seu sorriso cheio de vida. Eis por que, desde tempos imemoriais, as pessoas se aproximam à noite da criança que chama e pede a palavra e a música, com a ansiedade de quem pede conforto quando está prestes a morrer.

Estas são, digamos, as provas positivas da sensibilidade criativa. Todavia, existem outras provas bastante mais visíveis que possuem, ao contrário, um significado negativo. Isso ocorre quando, no meio ambiente, opõe-se um obstáculo ao

funcionamento interior da criança. Então, a existência de um período sensível pode manifestar-se através de reações violentas, com um desespero que julgamos não ter motivo e, em consequência, chamamos de caprichos. Estes são expressões de uma perturbação interior, de uma necessidade insatisfeita que cria um estado de tensão, e representam uma tentativa da alma para pedir auxílio, defender-se.

Manifesta-se então um aumento de atividade inútil e desordenada, que se poderia comparar no campo físico às febres altas que atacam inesperadamente as crianças, sem que lhes corresponda uma causa patológica proporcional. Sabe-se que é própria da criança a particularidade de sofrer impressionantes elevações de temperatura devido a pequenas enfermidades que deixariam um adulto quase no estado normal: uma espécie de febre fantástica, que desaparece com a mesma facilidade com que surgiu. Ora, podem existir no campo psíquico agitações violentas por causas mínimas, e estão relacionadas com a excepcional sensibilidade da criança. Tais reações sempre foram notadas. Com efeito, os caprichos da criança, que se apresentam quase desde o nascimento, foram considerados prova da perversidade inata no ser humano. E se cada alteração das funções for considerada enfermidade funcional, devemos chamar de enfermidade funcional também as alterações relativas ao lado psíquico da vida. Os primeiros caprichos da criança são as primeiras doenças do espírito.

Foram notados porque os fatos patológicos são os primeiros a se fazerem percebidos: jamais é a calma que evidencia problemas e exige reflexão, mas as perturbações, os desvios. As coisas mais evidentes da natureza não são as suas leis, mas os seus erros. Assim, ninguém se dá conta dos sinais exteriores imperceptíveis que acompanham as obras criativas da vida ou as funções que as conservam posteriormente. Os fatos de criação, bem como os de conservação, permanecem despercebidos.

Ocorre com as coisas vitais o mesmo que com os objetos por nós fabricados: são expostos nas vitrines já acabados, mas as oficinas permanecem fechadas ao público, embora sejam a parte mais interessante. Da mesma forma, não há dúvida de que, no funcionamento do corpo, os mecanismos dos diversos órgãos internos são admiráveis, mas ninguém os vê ou deles toma conhecimento. O próprio indivíduo que os possui e vive por causa deles não se dá conta de sua estupefante organização. A natureza trabalha em segredo, como

está prescrito para a caridade cristã: "Que a tua mão direita não saiba o que faz a esquerda". A esse equilíbrio harmonioso de energias conjugadas denominamos "saúde", "normalidade". Saúde! É o triunfo do todo sobre a parte, do objetivo sobre as causas.

Ressaltamos objetivamente todos os pormenores das doenças, enquanto as maravilhas laboriosas da saúde podem passar despercebidas, ignoradas. Com efeito, na história da medicina, as doenças foram conhecidas desde os tempos mais remotos. Encontram-se vestígios de tratamento cirúrgico do homem pré-histórico, e as raízes da medicina remontam às civilizações egípcia e grega. Mas a descoberta das funções dos órgãos internos é recentíssima; a descoberta da circulação do sangue data do século XVII da nossa era; a primeira autópsia de um corpo humano com o objetivo de estudar os órgãos internos foi feita em 1600. E posteriormente, pouco a pouco, foi a patologia — ou seja, a doença — que penetrou e descobriu indiretamente os segredos da fisiologia, isto é, das funções normais.

Não é de espantar, portanto, que se tenham posto em relevo na criança apenas as doenças psíquicas, deixando permanecer na mais profunda obscuridade o funcionamento normal do espírito. Isso é tanto mais compreensível devido à extrema delicadeza de tais funções psíquicas, as quais elaboram suas estruturas à sombra, em segredo, sem qualquer possibilidade de manifestar-se.

A afirmação é um pouco surpreendente, mas não absurda: o adulto tomou conhecimento apenas das doenças da alma infantil, mas não da saúde — a alma permaneceu oculta, como todas as energias do universo que ainda não foram descobertas.

A criança sã é como o mito do homem criado por Deus à sua imagem e semelhança, mas que ninguém jamais conheceu, porque só se conhece a sua descendência deformada desde a origem.

Caso não seja prestado qualquer auxílio à criança, se o meio ambiente não for preparado para recebê-la, ela estará em permanente perigo sob o ponto de vista da sua vida psíquica. A criança está no mundo como um "exposto", isto é, como um abandonado; está exposta a contatos perniciosos, a lutas pela existência psíquica, inconsciente mas reais, cujas conseqüências são fatais para a estrutura definitiva do indivíduo.

O adulto não a auxilia porque ignora até mesmo o

esforço ao qual ela se submete e, conseqüentemente, não percebe o *milagre* que está se *realizando*: o milagre da criação a partir do nada, levado a efeito por um ser aparentemente desprovido de vida psíquica.

Resulta disso um novo modo de tratar a criança, até então considerada um corpinho vegetativo, necessitado unicamente de cuidados higiênicos. Devem prevalecer, ao contrário, as impressões das manifestações psíquicas e, portanto, a ação em favor daquilo que se aguarda e não do que já aconteceu. O adulto não pode continuar cego diante de uma realidade psíquica que está em curso no recém-nascido: é necessário que acompanhe a criança e a auxilie desde o início de seu desenvolvimento. Não deve ajudá-la a estruturar-se, pois tal tarefa compete à natureza; deve respeitar delicadamente as manifestações desse trabalho, fornecendo-lhe os meios necessários à estruturação — os meios que a criança não conseguiria apenas com suas próprias energias.

E se isso acontece, se a criança sã está entre os segredos das energias ocultas e a vida psíquica se desenvolve sobre uma base de desequilíbrios funcionais, de doenças, devemos refletir a respeito da enorme quantidade de deformações que necessariamente resultarão de tal fato. Quando ainda não existia a higiene infantil, a mortalidade das crianças destacava-se pela quantidade impressionante, mas não era o único fenômeno da época: entre os sobreviventes, quantos cegos, raquíticos, aleijados, paralíticos não havia, quantas monstruosidades e debilidades orgânicas, que predispunham às infecções disseminadas no meio ambiente: tuberculose, lepra, escrófula.

Um quadro semelhante deve apresentar-se diante de nós, que não temos qualquer higiene psíquica para oferecer à criança, nada preparamos no ambiente para protegê-la e salvá-la, ignoramos, portanto, até mesmo a existência de suas funções ocultas, que vibram no intento de criar uma harmonia espiritual.

Antes de tudo, há a morte, e, a ela associadas, várias deformidades, cegueira, debilidade, interrupção do desenvolvimento e, além disso, a soberba, a busca de poder, a avareza, a ira, a perturbação, que se desenvolvem num desconcerto moral de todas as funções. Esse quadro não é uma figura de retórica ou uma comparação, mas simplesmente a terrível realidade do presente espiritual descrito com as mesmas palavras de um recente passado físico.

De pequenas causas que agem no ponto de origem da

vida podem resultar os mais profundos desvios. O homem cresce e amadurece num ambiente espiritual que não é o seu e vive, como reza a tradição, tendo perdido o paraíso.

Observações e exemplos

Para demonstrar a existência de uma vida psíquica nas crianças muito pequenas não é possível recorrer a experiências científicas, como se faz na psicologia experimental e como tentaram fazer alguns psicólogos modernos que submeteram a experiências os estímulos sensitivos das crianças, procurando atrair-lhes a atenção e aguardando alguma manifestação motora que representasse uma *resposta psíquica*.

Nada poderá ser provado numa idade limitada pelo primeiro ano de vida, quando já existe uma relação espiritual com os órgãos do movimento, isto é, já está em desenvolvimento a animação ou encarnação.

É necessário que exista uma vida psíquica, embora embrionária, anterior a qualquer funcionamento do movimento voluntário.

Todavia, o primeiro impulso provém de um sentimento. Como, por exemplo, demonstrou Lewin por meio de sua cinematografia psicológica, a criança que deseja um objeto estende-se na direção deste com uma tensão do corpo inteiro, e só muito mais tarde (com o progresso da coordenação motora) lhe será possível separar os diversos atos e, assim, estender apenas a mão para alcançar o objeto desejado.

Pode-se encontrar outro exemplo numa criança de quatro meses que olha com atenção a boca de um adulto que fala, expressando-se com vagos movimentos dos lábios mudos mas, sobretudo, com a atitude da cabeça, perfeitamente rígida e creta, como se atraída por aquele interessante fenómeno. Só aos seis meses a criança conseguirá começar a articular algumas sílabas. Antes que se iniciem as articulações sonoras, existe um sensível interesse pelos acúmulos de sons e vai se elaborando despercebidamente a animação dos órgãos da fala, o que atesta a existência prévia de um fato psíquico gerador dessas ações. Tais sensibilidades são suscetíveis de observação, mas não de experiência. A experiência tentada pelos adeptos da psicologia experimental seria

um dos fatos exteriores que poderiam prejudicar o trabalho secreto da vida psíquica infantil, apelando de fora e intempestivamente às energias construtivas.

A vida psíquica da criança é observada da mesma maneira pela qual Fabre observou os insetos, estudando-os em seu ambiente de vida normal, a fim de conhecê-los ao vivo, e mantendo-se oculto para não os perturbar. E deve-se começar a observação quando os sentidos, como se fossem órgãos preênses, vão recolhendo e acumulando impressões conscientes do mundo exterior, pois uma vida se está desenvolvendo espontaneamente às expensas do meio ambiente.

Para ajudar a criança não é necessário recorrer a complexas formas de observação ou converter-se em intérprete delas; basta a disposição de auxiliar o espírito desse pequeno ser, porque a lógica será suficiente para transformar-nos em seus aliados.

Apresentamos um exemplo adequado para explicar a simplicidade de tal procedimento, partindo de um dos mais óbvios pormenores: julga-se que a criança deva estar sempre deitada, pois é incapaz de manter-se em pé. A criança deveria receber do meio ambiente suas primeiras impressões sensoriais — tanto do céu como da terra. Contudo, não lhe é permitido ver o céu. Na verdade, ela contempla o teto do quarto, que na melhor das hipóteses será liso e branco, ou o cortinado do berço. Não obstante, tem que captar com os olhos suas primeiras impressões, com as quais alimentará seu espírito ávido. A idéia de que a criança necessita ver alguma coisa levou a que se lhe mostrassem certos objetos com o objetivo de distraí-la das condições que, erroneamente, a isolam do ambiente. Então, seguindo-se um processo da psicologia experimental, atou-se ao berço da criança uma bola, suspensa por um barbante, ou algum outro objeto oscilante cujo intento era distraí-la. Esta, ávida de captar imagens do ambiente, acompanha com o olhar o objeto que oscila à sua frente e, ainda incapaz de movimentar a cabeça, é obrigada a exigir de seus olhos um esforço contrário à natureza. Tal esforço deformante deve-se à posição grosseira e artificial em que se encontra a criança, não tanto em relação ao objeto, mas ao movimento deste.

Bastaria erguer a criança, apoiando-a em um plano ligeiramente inclinado, para que ela pudesse alcançar com os olhos o ambiente inteiro; seria ainda melhor colocá-la num jardim onde ela tivesse diante dos olhos o panorama das

plantas suavemente ondulantes, flores de coloração viva e passarinhos.

É necessário que os campos de exploração da criança sejam os mesmos durante muito tempo, pois, vendo constantemente as mesmas coisas, ela aprende a reconhecê-las e encontrá-las nos mesmos lugares, bem como a distinguir os objetos deslocados pelos movimentos dos seres animados.

8. A ordem

Um dos períodos sensíveis mais importantes e mais misteriosos é o que torna a criança extremamente sensível à ordem.

Tal sensibilidade manifesta-se já no primeiro ano de vida e prolonga-se, também, ao segundo.

Pode nos parecer maravilhoso e extravagante que as crianças tenham um período sensível relativo à ordem exterior, enquanto impera a convicção predominante de que a criança seja desorganizada por natureza.

É difícil julgar uma atitude tão delicada quando a criança vive num ambiente fechado, como o das residências urbanas, cheio de objetos grandes e pequenos que o adulto coloca e desloca com finalidades totalmente estranhas à criança. Se esta possui um período de sensibilidade à ordem, é exatamente por esse motivo que encontra em torno de si o máximo de obstáculos, o que lhe provoca um estado anormal.

Na verdade, quantas vezes a criança chora sem motivo aparente e é impossível consolá-la?

Na alma da criança existem segredos profundos, ainda desconhecidos do adulto que vive em sua companhia.

De todo modo, bastará suspeitar da existência de tais necessidades ocultas para que o adulto possa dedicar-lhes atenção e observar os sentimentos específicos da criança que se manifestam dessa maneira.

As crianças pequenas revelam um amor característico pela ordem. Já entre um ano e meio e dois anos de idade elas demonstram claramente, embora de forma confusa, sua exigência de ordem no ambiente. A criança não pode viver na desordem porque esta lhe causa um sofrimento que se manifesta através do choro desesperado e até mesmo de uma agitação persistente que pode assumir o aspecto de verdadeira doença. A criança pequena observa de imediato a de-

sordem que os adultos e as crianças maiores ignoram com facilidade. Evidentemente, a ordem no ambiente exterior toca-lhes uma sensibilidade que vai desaparecendo com a idade, uma das sensibilidades temporárias próprias aos seres em evolução, que nós denominamos períodos sensíveis. Este é um dos períodos sensíveis mais importantes e mais misteriosos.

Se, porém, o ambiente não é adequado e a criança se encontra entre adultos, essas manifestações tão incessantes que se desenvolvem pacificamente podem converter-se em angústia, enigma e capricho.

Para poder surpreender uma manifestação positiva dessa sensibilidade, ou seja, uma expressão de entusiasmo e alegria ligada à sua satisfação, é necessário que pessoas adultas sejam permeáveis a tais estudos de psicologia infantil, tanto mais que o período sensível à ordem manifesta-se já nos primeiros meses de vida. Só as *nurses* preparadas para entender nossos princípios podem dar exemplo disso. Citarei o caso de uma *nurse* que se deu conta de que a menina de cinco meses que ela levava a passear num carrinho pelos jardins da casa demonstrou interesse e prazer ao ver uma pedra de mármore branco engastada num velho muro cinzento. Embora existissem flores lindíssimas nos jardins da mansão, a menina, em seu passeio sempre igual, parecia excitar-se de prazer quando se aproximava da pedra de mármore. Por isso, a *nurse* parava diariamente o carrinho diante daquele objeto que parecia tão incapaz de causar um prazer duradouro a uma menina de cinco meses de idade.

São, ao contrário, os obstáculos que proporcionam possibilidades mais fáceis de constatar a existência de um período sensível — e talvez a maior parte dos caprichos precoces sejam resultantes de tal sensibilidade. Citarei alguns exemplos colhidos na vida real. Eis uma pequena cena familiar: a personagem principal é uma menina com cerca de seis meses de idade. À *nursery*, ou seja, ao quarto onde a menina reside habitualmente, chega certo dia uma senhora em visita e coloca a sombrinha em cima de uma mesa. A menina parece agitar-se, evidentemente não por causa da senhora, mas devido à sombrinha, pois, após fitá-la demoradamente, começa a chorar. A senhora, interpretando o fato como um desejo da menina de ter em mão a sombrinha, apressa-se em aproximá-la da pequenina, acompanhando o gesto com os sorrisos e carinhos que é hábito dedicar às

crianças. Mas a pequenina repele o objeto e continua a gritar. Fazem-se outras tentativas semelhantes, enquanto a menina agita-se cada vez mais. O que fazer? Eis a delinear-se um daqueles caprichos precoces que se apresentam quase desde o nascimento. De repente, a mãe da menina, que possuía algum conhecimento das manifestações psíquicas a que nos referimos, tira a sombrinha de cima da mesa e leva-a para o quarto vizinho. A menina se acalma imediatamente. A razão do sofrimento era a sombrinha em cima da mesa, isto é, um objeto fora de lugar, que perturbava violentamente o quadro habitual das posições de todos os objetos na ordem que a menina sentia necessidade de lembrar-se.

Outro exemplo: trata-se de um menino maior, com um ano e meio de idade, e eu tomei parte ativa no episódio. Achava-me, com um pequeno grupo, na passagem que atravessa a Gruta de Nero, em Nápoles. Estava conosco uma jovem senhora que trazia consigo um menino, na realidade pequeno demais para percorrer a pé aquele trajeto subterrâneo que atravessa todo um morro.

Com efeito, após algum tempo o menino estacou e a senhora o tomou nos braços. Ela mesma, porém, não calculara bem as próprias forças: sentindo muito calor, parou para tirar o casaco e pendurá-lo no braço. E, com aquele estorvo, pegou também o menino no colo. A criança começou a chorar e seu pranto aumentou, tornando-se cada vez mais clamoroso. A mãe procurava, em vão, acalmá-lo; estava obviamente exausta e começava a ficar nervosa. Todos à sua volta se perturbaram e, naturalmente, ofereceram-se para ajudá-la. O menino passou de colo em colo, sempre mais agitado; e todos o exortavam, aos gritos, piorando a situação. Pareceu necessário devolvê-lo aos braços da mãe. Contudo, chegara ao ápice daquilo que se chama capricho e a situação parecia deveras desesperadora.

Nesse ponto, o guia interveio e, com sua energia masculina e decidida, agarrou a criança nos braços robustos. O menino, então, teve uma reação realmente violenta. Como eu acreditava que tais reações sempre têm uma causa psicológica de sensibilidade interior, fiz uma tentativa: aproximei-me da mãe do menino e indaguei-lhe: "Senhora, permite-me ajudá-la a vestir o casaco?" Ela me olhou atônita, pois ainda sentia calor, mas, confusa, fez-me a vontade e se deixou vestir outra vez o casaco. O menino se acalmou de imediato. Cessaram as lágrimas e a agitação. E ele repetiu

diversas vezes: "To, *palda*", com o que desejava dizer "il *paletot sulle spalle*" ("o casaco nos ombros"). "Sim", parecia pensar ele, "mamãe deve ficar com o casaco nos ombros. Finalmente alguém me entendeu." Estendeu os braços para a mãe e, sorridente, voltou para ela. O passeio completou-se na maior tranqüilidade. O casaco foi feito para estar sobre os ombros, não para ser carregado no braço, como um trapo, e aquela desordem na pessoa da mãe constituiu um conflito inquietante para o menino.

Assisti a outra cena familiar deveras significativa. A mãe, que se sentia indisposta, estava sentada — ou, melhor dizendo, estendida — numa poltrona de braços sobre a qual a criada colocara duas almofadas. E a menina, que completara vinte meses de idade, aproximou-se dela pedindo "uma história". Que mãe resiste ao desejo de contar uma história ao filho? Embora não se sentisse bem, a mulher começou a narrar uma fábula, que a menina acompanhava com a máxima atenção. Todavia, a mãe estava tão indisposta que não conseguiu continuar; teve de levantar-se e pedir para ser levada à cama, no quarto ao lado. Permanecendo perto da poltrona, a menina começou a chorar. Pareceu evidente a todos que ela chorava por causa do sofrimento da mãe. Procuraram tranqüilizá-la, mas quando uma criada foi pegar as almofadas na poltrona, a fim de levá-las ao quarto da patroa, a menina começou a gritar: "Não, as almofadas não!..." Dava a impressão de querer dizer: "Ao menos alguma coisa deve ficar no lugar!"

Com carinhos e palavras suaves, a menina foi levada para perto da cama da mãe. Esta, conquanto passasse mal, esforçou-se por continuar a fábula, julgando satisfazer assim a curiosidade não mitigada da filha. Esta, porém, soluçando e com o rosto banhado de lágrimas, repetia: "Mamãe, poltrona!" — querendo dizer que a mãe deveria ter permanecido na poltrona.

A fábula já não lhe interessava, e as circunstâncias haviam contribuído para tal mudança: a mãe e as almofadas haviam trocado de lugar, a linda fábula iniciada num quarto terminava em outro, ocasionando no espírito da menina um conflito dramático e irreparável.

Tais exemplos indicam a intensidade do instinto em questão: o que surpreende é a extrema precocidade de sua manifestação, de vez que na criança de dois anos a necessidade de ordem já começa a atingir o período em que se torna estímulo de uma ação prática e deixa de perturbar-lhe

o espírito. Um dos fenômenos mais interessantes é, precisamente, o que se observa em nossas escolas: se um objeto está fora do lugar, a criança de dois anos o percebe e vai arrumá-lo. Dá-se conta, além disso, da desordem em pequenos detalhes pelos quais as crianças maiores e os adultos passam perto sem perceber. Se, por exemplo, um sabonete estiver sobre a mesinha e não dentro da saboneteira, se uma cadeira estiver enviesada ou fora do lugar, é a criança de dois anos que nota imediatamente e trata de arrumá-los. Todos puderam observar fatos semelhantes em nossa escola de paredes de vidro construída no salão principal do maior edifício da Exposição de San Francisco, no ano da inauguração do Canal do Panamá. Um menino de dois anos, terminado o trabalho cotidiano da escola, preocupava-se em recolocar no lugar todas as cadeiras, alinhando-as ao longo da parede. Dava a impressão de refletir durante o trabalho. Um dia, enquanto colocava no lugar uma cadeira grande, parou com ar indeciso e voltou atrás para dispor a cadeira em posição ligeiramente oblíqua — que era, de fato, sua verdadeira posição.

Dir-se-ia que a ordem representa um estímulo excitante, um apelo ativo. Certamente, porém, é algo mais que isso: é uma das necessidades que representam real prazer na vida. Com efeito, observa-se em nossas escolas que também crianças muito mais velhas, de três ou quatro anos de idade, após terminarem um exercício, recolocam as coisas no lugar, trabalho que está, indubitavelmente, entre os mais agradáveis e espontâneos. A ordem das coisas significa conhecer a posição dos objetos no ambiente, lembrar-se do lugar onde cada um deles se encontra, ou seja, orientar-se no ambiente e dominá-lo em todos os detalhes. O ambiente pertencente ou dominado pelo espírito é aquele que se conhece, aquele onde é possível movimentar-se de olhos fechados e ter à mão tudo que nos cerca: é um local necessário à tranquilidade e felicidade da vida. Evidentemente, o *amor pela ordem* de forma como o entendem as crianças não é aquele que estendemos e exprimimos com palavras frias.

Trata-se, para o adulto, de um prazer externo, de um bem-estar mais ou menos indiferente. A criança, porém, forma-se à custa do ambiente, e tal formação construtiva não se efetua segundo uma fórmula vaga, pois exige uma orientação precisa e definida.

A ordem, para as crianças, é comparável ao plano de sustentação sobre o qual devem apoiar-se os seres terrestres

para conseguirem caminhar, equivale ao elemento líquido no qual vivem os peixes. Nos primeiros anos de vida recolhem-se os elementos de orientação do ambiente no qual o espírito deverá atuar para as suas futuras conquistas.

Que tudo isso se reflita num prazer vital é demonstrado por algumas brincadeiras das crianças muito pequenas que nos surpreendem pela falta de lógica e relacionam-se com o puro prazer de encontrar os objetos em seus devidos lugares. Antes de exemplificá-los, desejo citar uma experiência realizada pelo professor Piaget, de Genebra, com seu filho. Escondia um objeto sob a almofada que cobria o assento de uma poltrona e depois, quando a criança se afastava, ocultava o mesmo objeto sob a almofada da poltrona em frente à primeira. A idéia era que o menino procurasse o objeto e não mais o encontrasse no lugar primitivo; e, a fim de facilitar-lhe a busca, o professor o escondia em um local semelhante. Todavia, o menino limitava-se a tirar a almofada da primeira poltrona e a dizer em sua linguagem: "Não está mais aqui". Nada fazia, porém, para procurar o objeto desaparecido. Então, o professor repetiu a experiência, permitindo que o menino visse o objeto ser transferido de uma poltrona para outra. Não obstante, o menino repetiu a mesma cena da primeira vez e, também, o comentário: "Não está mais aqui". O professor, prestes a julgar o filho muito pouco inteligente, levantou num gesto quase impaciente a almofada da segunda poltrona e perguntou: "Você não notou que o coloquei aqui?" Ao que o menino respondeu, apontando a primeira poltrona: "Sim. Mas devia estar lá".

Não interessava ao menino apoderar-se do objeto, mas que este voltasse ao seu lugar. Sem dúvida, ele pensava que o professor não entendera a brincadeira, que consistia em pegar um objeto encontrado em seu devido lugar. Portanto, se o objeto não voltava ao seu lugar, isto é, sob a almofada da primeira poltrona, qual seria a graça do brinquedo?

Experimentei o mais profundo espanto quando comecei a assistir à chamada brincadeira de esconder de crianças entre dois e três anos de idade. Nesse tipo de brinquedo, elas pareciam excitadas, felizes e em grande expectativa. Todavia, sua brincadeira de esconde-esconde consistia no seguinte: uma delas, na presença das demais, encolhia-se sob uma mesinha coberta por uma toalha que chegava até o chão; depois, todas as outras crianças saíam do quarto e, então, voltavam, levantavam a toalha e, com gritos de ale-

gria, encontravam o companheiro ali escondido. A mesma coisa repetia-se inúmeras vezes. Cada uma delas dizia: "Agora é minha vez", e ia meter-se sob a mesinha. Em outras ocasiões, vi crianças maiores que brincavam de esconder com um menino pequeno. Quando este se colocou atrás de um móvel e os maiores, voltando à sala, fingiram não o ver e, sobretudo, não o procurar, julgando que assim contentavam o menorzinho escondido, este logo gritou: "Estou aqui" — num tom de quem perguntasse: será que não perceberam onde eu estava?

Certo dia, eu mesma tomei parte numa dessas brincadeiras: deparei com um grupo de crianças que gritavam e batiam palmas festivamente porque haviam encontrado o companheiro escondido atrás da porta. Vieram ao meu encontro e pediram: "Brinque conosco. Esconda-se". Concordei. Todas correram lealmente para fora da sala, afastando-se para não verem onde eu me esconderia. Eu, em lugar de colocar-me atrás da porta, enfiei-me num canto, ocultando-me atrás de um armário. Quando as crianças tornaram a entrar na sala, correram todas juntas a procurar-me atrás da porta. Esperei algum tempo e, finalmente, constatando que não me procuravam, saí de meu esconderijo. As crianças estavam tristes e desiludidas: "Por que não quis brincar conosco? Por que não se escondeu?"

Se é verdade que no brinquedo se procura o prazer (e, de fato, as crianças estavam alegres ao repetirem sua absurda brincadeira), faz-se necessário dizer que o prazer que as crianças encontram numa determinada faixa etária é achar as coisas em seus lugares. O esconder-se é interpretado por elas como fazer tais deslocamentos através de locais escondidos ou encontrá-las em lugares não visíveis, como se tivessem dito consigo mesmas: "Não se vê de fora, mas eu sei onde está e sou capaz de encontrar qualquer coisa de olhos fechados, seguro do lugar onde foi colocada".

Tudo isso demonstra que a natureza insere na criança a sensibilidade à ordem, como conseqüência de um sentido interior que não é a distinção entre as coisas, mas a identificação das relações entre as coisas — e, por isso, unifica o ambiente num todo cujas partes são independentes entre si. Tal ambiente, conhecido em seu todo, possibilita a orientação para movimentar-se e alcançar objetivos. Sem essa conquista, ficaria faltando o fundamento da vida de relacionamentos. Seria como possuir móveis sem ter uma casa onde colocá-los. Assim, de que serviria a acumulação das imagens

se não existisse a ordem que as organiza? Se o homem conhecesse apenas os objetos, mas não suas relações, situar-se-ia num caos sem saída. Foi a criança que funcionou em favor da mente do homem, a fim de dar-lhe aquela possibilidade que mais parece um dom da natureza: a capacidade de orientar-se, de dirigir-se para procurar seu caminho na vida. No período sensível à ordem, a natureza ministrou a primeira lição: de modo semelhante à lição ministrada pelo professor que mostra à criança a planta da sala de aula a fim de iniciá-la no estudo dos mapas geográficos que representam a superfície da Terra. Ou poder-se-ia dizer que a natureza consignou ao homem, com essa lição, uma bússola para orientar-se no mundo, assim como deu à criança a capacidade de reproduzir exatamente os sons de que se compõe a linguagem — aquela linguagem de desenvolvimento infinito, que o adulto fará evoluir no decorrer dos séculos. A inteligência do homem não surge do nada: edifica-se sobre os alicerces elaborados pela criança em seus períodos sensíveis.

A ordem interior

A sensibilidade à ordem existe na criança sob dois aspectos simultâneos: o exterior, que diz respeito às relações entre as partes no ambiente, e o interior, que proporciona o sentido das partes do corpo que atuam no movimento, bem como de suas posições — o que se poderia chamar de orientação interior.

A orientação interior foi objeto de estudo da psicologia experimental, que reconheceu a existência de um sentido muscular que permite dar-se conta da posição dos diversos membros do corpo e fixa uma memória especial: a memória muscular.

Tal explicação vem constituir uma teoria completamente mecânica, fundamentada nas experiências dos movimentos efetuados conscientemente. Se, por exemplo, a pessoa movimentou um braço para pegar um objeto, tal movimento foi percebido, está memorizado e pode reproduzir-se. Enfim, o homem teria assim a orientação através da qual pode decidir movimentar o braço direito ou o esquerdo, voltar-se para um lado ou para outro, por meio de experiên-

cias que faz sucessivamente, agindo segundo a razão e a vontade.

Mas a criança demonstrou, pelo contrário, a existência de um período sensível muito desenvolvido, referente às posições do corpo, muito antes de ser capaz de movimentar-se livremente e, portanto, fazer experiências. Ou seja: a natureza prepara uma sensibilidade especial para as atividades e posições do corpo.

As antigas teorias referiam-se aos mecanismos nervosos, mas os períodos sensíveis referem-se a fatos psíquicos, constituindo luzes e vibrações espirituais que antecedem a consciência. Trata-se de energias que partem do que não existe, dando origem aos elementos fundamentais com os quais se devem elaborar as estruturas futuras do mundo psíquico. Tal possibilidade inicia-se, portanto, como dom da natureza, e as experiências nada fazem além de desenvolvê-la. As provas negativas que denunciam não só a existência como a agudez desse período sensível aparecem quando há no ambiente circunstâncias que causam obstáculos ao tranqüilo desenvolvimento das conquistas criativas. Então, surge na criança uma agitação viva e, muitas vezes, violenta, que apresenta não apenas as características bem conhecidas do capricho irresistível, mas pode também assumir a forma de doenças incuráveis em caso de persistência das circunstâncias desfavoráveis.

Vencido o obstáculo, desaparecem imediatamente tanto o capricho como a doença, e surge com extrema nitidez a causa do fenômeno.

Um exemplo interessante por sua clareza é o de uma *nurse* inglesa, que passo a descrever. Devendo afastar-se por pouco tempo da família da criança confiada aos seus cuidados, deixou como substituta outra *nurse* igualmente capacitada, que achou fácil a tarefa de cuidar da criança, exceto quando se tratava de lhe dar banho. Então, a criança se agitava e se desesperava: o choro não era sua única reação, mas também atitudes violentas e gestos de defesa, com os quais procurava escapar à *nurse*. Em vão, esta dedicava os cuidados mais minuciosos à perfeita preparação do banho; pouco a pouco, a criança tomou aversão por ela. Quando a primeira *nurse* retornou, o menino tornou-se calmo e bem-comportado, deixando-se banhar e revelando prazer nisso. A *nurse* cursara nossa escola, e interessou-se por descobrir o elemento psíquico ao qual se poderiam atribuir os fenômenos ocorridos. Com grande paciência, tratou de indagar e de in-

terpretar as palavras imperfeitas pronunciadas por uma criança de tão tenra idade.

Os elementos que ela conseguiu colher foram os seguintes: o menino julgava a segunda *nurse* malvada — por quê? Porque lhe dava banho de uma forma inversa à habitual. As duas *nurses*, postas em confronto, constataram que, enquanto a primeira segurava a criança com a mão direita perto da cabeça e a esquerda perto dos pés, a segunda costumava fazer o contrário.

Citarei outro exemplo no qual a agitação da criança era mais grave, assumindo formas de doença, enquanto as causas eram menos fáceis de descobrir. Vi-me envolvida e, embora não interviesse diretamente na qualidade de médica, tive oportunidade de assistir a todo o problema. A criança em questão ainda não alcançara a idade de um ano e meio. A família voltava de uma viagem deveras prolongada e a criança realmente era pequena demais para suportar tamanha fadiga. Pelo menos, era essa a opinião de todos. Contavam, porém, que a viagem transcorrera sem incidentes. A família dormira todas as noites em excelentes hotéis reservados com antecedência, nos quais tinham sido providenciados berço e alimentação para a criança. Estavam agora num amplo apartamento mobiliado; não havia berço, mas a criança dormia numa espaçosa cama, junto com a mãe. A doença do menino começara com agitações noturnas e distúrbios digestivos. À noite, era necessário carregar a criança no colo, pois seus gritos eram atribuídos a cólicas abdominais. Foram convocados pediatras, um dos quais prescrevera alimentação à base de vitaminas, que era preparada com os mais minuciosos cuidados. Os banhos de sol, os passeios e os tratamentos físicos mais modernos não surtiam qualquer alívio. O menino piorava e as noites se tornaram, para toda a família, vigílias torturantes. Afinal, sobrevieram convulsões: o menino contorcia-se na cama em espasmos impressionantes. Os acessos convulsivos passaram a ocorrer também duas ou três vezes durante o dia. Decidiu-se, portanto, consultar o mais renomado médico especialista em doenças nervosas infantis, marcando-se uma consulta. No caso, fui a escolhida. O menino parecia são e, segundo o relato dos pais, mostrara-se são e tranqüilo durante a viagem inteira. Conseqüentemente, todas aquelas manifestações podiam resultar de uma causa psíquica. Quando tive essa impressão, a criança estava na cama, dominada por um de seus acessos de agitação. Peguei duas poltronas e coloquei-as uma diante

da outra, de modo que as duas juntas formassem uma espécie de caminha circundada por uma proteção, à semelhança de um berço. Arrumei dentro dela lençóis e cobertores e, sem dizer uma palavra, dispus tudo ao lado da cama. A criança olhou, parou de gritar, rolou sobre si mesma até chegar à beira da cama e deixou-se cair no berço improvisado, repetindo "cama, cama, cama". Adormeceu imediatamente. Os distúrbios cessaram por completo.

Evidentemente, a criança era sensível aos contatos com uma cama pequena que lhe abrigasse o corpo, contra a qual seus membros encontrassem apoio, enquanto, para ela, a cama grande era desprovida de proteção. Em consequência, ocorreu em sua orientação interior uma desordem que foi a causa do penoso conflito que a tinha feito passar pelas mãos de tantos médicos. Assim, os períodos sensíveis são extremamente poderosos: constituem a força irradiante da natureza criadora.

A criança não sente a ordem como nós a sentimos. Já somos ricos de impressões e, portanto, indiferentes; a criança é pobre e vem do nada. Tudo que ela faz é feito do nada. Só ela sente a fadiga da criação e nos torna seus herdeiros. Somos como os filhos de um homem que adquiriu riquezas com o suor de seu rosto e nada compreendemos das lutas e da cansaça que nosso pai teve que enfrentar. Somos ignorantes e frios, temos uma atitude de superioridade, porque estamos bem providos e bem situados na sociedade. Bastanos agora usar a razão que a criança nos preparou, a vontade que ela construiu para nós, os músculos aos quais ela deu energia para que pudéssemos utilizá-los, e nos orientamos no mundo porque ela nos proporcionou tal faculdade. Sentimos a nós mesmos porque ela nos elaborou tal sensibilidade. Somos ricos porque somos herdeiros da criança, que traz do nada todos os fundamentos de nossa vida. A criança atua no imenso esforço de dar o primeiro passo: aquele que leva do nada ao princípio. Está tão próxima das próprias origens da vida que age por agir, porque assim ocorre no plano da criação, não se fazendo sentir nem recordar.

9. A inteligência

A criança nos demonstrou que a inteligência não se elabora lentamente, do exterior, como foi concebido por uma psicologia mecanicista, que ainda exerce a máxima influência prática tanto na ciência pura como na educação e, conseqüentemente, no tratamento da criança, isto é: as imagens dos objetos exteriores batem à porta dos sentidos e quase entram à força, penetrando por transmissão devida a um impulso externo, instalando-se lá dentro, no campo psíquico, reunindo-se e associando-se paulatinamente, organizando-se, influenciando na elaboração da inteligência.

Um complexo de coisas que estão mais ou menos resumidas no antigo ditado: "*nihil est in intellectu quod non fuerit in sensu*". Tal conceito pressupõe a criança psíquica como uma coisa passiva à mercê do ambiente e, por isso, sob o completo domínio do adulto. Deve-se acrescentar a isso outro postulado comum: a criança psíquica não só é passiva, mas, como se diz na educação antiga, é como um recipiente vazio e, portanto, um objeto a ser enchido e modelado.

Nossas experiências certamente não levam a diminuir a importância do ambiente na elaboração da mente. É sabido que nossa pedagogia considera o ambiente de uma importância tão grande a ponto de constituir o fulcro central de toda a estrutura pedagógica. Sabe-se também que as sensações são por nós encaradas de uma forma tão fundamental e sistemática como jamais foi feito em nenhum outro método educativo. Existe, porém, uma diferença sutil entre o velho conceito da criança passiva e a realidade: a existência da sensibilidade interior da criança. Há um período sensível muito prolongado, até a idade de quase cinco anos, que, de maneira verdadeiramente prodigiosa, torna a criança capaz de assenhorear-se das imagens do ambiente. A criança é,

portanto, um observador que assume ativamente as imagens por meio dos sentidos, o que é muito diferente de dizê-la capaz de recebê-las como um espelho. Quem observa o faz por um impulso interior, por um sentimento, por um gosto especial: portanto, escolhe as imagens. Tal conceito foi ilustrado por James, quando afirmou que ninguém jamais vê um objeto na totalidade de seus detalhes, mas cada indivíduo vê apenas uma parte dele, de acordo com seus próprios sentimentos e interesses: conseqüentemente, a descrição da mesma coisa é feita de maneiras diversas pelas várias pessoas que a viram. James apresentou exemplos brilhantes. Afirmava: "Se você estiver usando uma roupa nova, com a qual está muito satisfeito, observará com especial atenção, na rua, as roupas das pessoas elegantes e, assim, correrá o risco de acabar sob as rodas de um automóvel".

Ora, poder-se-ia indagar: quais serão as preocupações da criança pequena, que a induzem a escolher entre as infinitas imagens mescladas umas às outras que ela encontra no ambiente? É evidente que a criança, por ainda não ter experiências, não pode sofrer o impulso de uma preocupação de origem exterior, como as mencionadas por James. A criança parte realmente do nada e é o ser ativo que progride sozinho. E, para entrar no tema: o fulcro em torno do qual atua interiormente o período sensível é a razão. O raciocínio, como função natural e criativa, germina paulatinamente como uma coisa viva que cresce e se concretiza à custa das imagens que recolhe do ambiente.

Essa é a força irresistível, a energia primordial. As imagens organizam-se de imediato a serviço do raciocínio — e é a serviço do raciocínio que a criança absorve primitivamente as imagens. É ávida delas; pode-se mesmo dizer insaciável. Sempre se soube que a criança é vivamente atraída pela luz, pelas cores, pelos sons, deleitando-se com eles numa vivacidade extremamente perceptível. Desejamos, porém, demonstrar o fato interior, isto é, o raciocínio como motivador primordial — embora se trate de um raciocínio que se acha em estado puramente germinativo. Não há necessidade de indicar até que ponto tal condição psíquica da criança deve ser digna de veneração e de auxílio da nossa parte: a criança passa do nada ao princípio, dando origem ao dom privilegiado que caracteriza a superioridade do homem — a razão. E progredirá por esse caminho, muito antes que seus minúsculos pés consigam avançar pelo caminho por onde se deslocará o corpo.

Um exemplo pode esclarecer muito melhor que uma dissertação, e, com esse objetivo, citarei um caso deveras impressionante. Trata-se de uma criança com quatro semanas de idade que ainda não saíra de casa desde que nascera. A *nurse* a trazia nos braços, quando se apresentaram juntos diante da criança o pai e um tio que residiam na casa. Os dois homens tinham aproximadamente a mesma estatura e idade. O menino teve um movimento de intensa surpresa, quase de espanto. Então, eles, que possuíam algumas noções da nossa psicologia, esforçaram-se por ajudar a criança e tranqüilizá-la. Permaneceram diante dela, mas se separaram, andando um para a direita e outro para a esquerda, embora se mantivessem em seu campo visual. O menino voltou a cabeça para olhar um deles com evidente preocupação e, após fitá-lo, sorriu-lhe.

De repente, porém, seu olhar assumiu uma expressão mais que preocupada, apavorada. Com um movimento rápido, virou a cabeça para olhar o outro homem, a quem fitou demoradamente. E só depois de algum tempo lhe sorriu.

Repetiu essas transições entre a preocupação e o sorriso, acompanhadas de muitos movimentos com a cabeça para a direita e para a esquerda. Fê-lo uma dezena de vezes antes de se dar conta de que havia dois homens. Eram os dois únicos homens que a criança vira até então, e tanto um como o outro já lhe haviam feito festas muitas vezes, pegando-a no colo e mimando-a com palavras carinhosas. Ela compreendera que se tratava de uma pessoa diferente da mãe, da *nurse*, do grupo feminino que ela tivera oportunidade de observar dentro de casa. Todavia, jamais tendo visto os dois homens juntos, formara a idéia de que existia um único homem. Daí seu espanto ao perceber tão subitamente que aquela pessoa, a quem ela tão trabalhosamente catalogara em meio ao caos, duplicava-se de repente.

Acabava de constatar seu primeiro erro. Pela primeira vez, com quatro semanas de idade, a falácia da razão humana se apresentara ao seu espírito, que lutava no processo da encarnação.

Em outro ambiente, no qual os adultos não tivessem qualquer noção da existência da vida psíquica da criança desde o nascimento, ela não teria recebido o auxílio que lhe deram os dois homens, prestando-se a facilitar-lhe um passo difícil, um esforço no intuito de elaborar a consciência.

Quero agora citar exemplos de crianças com mais idade. Uma menina de sete meses brincava com uma almofada, sen-

tada no chão, sobre um tapete. A capa da almofada era estampada com flores e crianças, e ela, com um entusiasmo e uma alegria evidentes, cheirava as flores e beijava as crianças. Uma empregada doméstica sem instrução, a cujos cuidados a menina fora confiada, interpretou o fato da seguinte maneira: a menina gostava da brincadeira de cheirar e beijar tudo. Apressou-se, portanto, em dar à criança toda sorte de objetos, dizendo-lhe para cheirar isto e beijar aquilo. Assim, aquela mente em organização, que começava a identificar as imagens e a reconhecê-las pelo movimento, cumprindo com alegria e tranqüilidade um trabalho interior construtivo, ficou confusa. Seu misterioso esforço para estabelecer uma ordem interior foi cancelado por um adulto incompreensivo, como faria uma onda do mar com desenhos na areia da praia.

Os adultos podem dificultar e até mesmo impedir tal trabalho interior quando interrompem bruscamente as reflexões das crianças e, sem compreendê-las, procuram distraí-las: pegam a criança pela mão, beijam-na para diverti-la ou tentam fazê-la adormecer, sem jamais levarem em conta o íntimo trabalho psíquico que se desenvolve em seu espírito. Inconsciente desse misterioso trabalho, o adulto pode agir cancelando o primitivo desejo infantil.

É absolutamente necessário, pelo contrário, que a criança conserve com plena nitidez as imagens que vai captando, porque só com a nitidez e distinção das impressões ela consegue formar a própria inteligência.

Um especialista em alimentação artificial de crianças no primeiro ano de vida realizou uma experiência interessantíssima. Fundara uma clínica famosa e importante, e seus estudos tinham-no levado à conclusão de que, além da alimentação, devem-se levar em conta também os fatores individuais: não se pode recomendar um dos muitos sucedâneos do leite como *excelente* alimento para crianças, ao menos até uma certa idade, porque todo alimento pode ser bom para uma criança e ruim para outra. A clínica era modelar, tanto do ponto de vista clínico como estético. O efeito dos processos adotados sobre a saúde das crianças era excelente até os seis meses de idade, mas, em seguida, elas começavam a não passar tão bem. Isto representou um autêntico enigma, porque a alimentação artificial é muito mais fácil de ser ministrada após o primeiro semestre de vida. Nessa mesma clínica, o professor abrira um ambulatório para mães pobres que não conseguiam amamentar os próprios filhos e recor-

riam a ele, pedindo-lhe conselhos sobre a alimentação artificial. Eis que as crianças atendidas no ambulatório não revelavam qualquer problema depois do sexto mês de vida, como ocorria com as internadas na clínica. Após repetidas observações, o professor concluiu que elementos psíquicos intervinham naquele fenômeno inexplicável; depois de conceber tal idéia, conseguiu certificar-se de que as crianças com mais de seis meses de idade internadas em sua clínica sofriam de "tédio por falta de alimento psíquico". Passou, então, a distraí-las e diverti-las, levando-as a passear não só nos terraços da clínica como também em lugares novos para elas, restituindo-lhes a saúde.

A partir de inúmeras experiências ficou provado, com absoluta certeza, que as crianças recolhem, já no primeiro ano de idade, impressões sensoriais do ambiente, de maneira tão nítida que já reconhecem imagens representadas por figuras, isto é, num plano e em perspectiva. Mas, além disso, pode-se afirmar que tais impressões já estão ultrapassadas e não mais representam um interesse vivo.

Desde o princípio do segundo ano de vida, a criança já não é mais atraída com o mesmo entusiasmo, peculiar aos períodos sensíveis, pelos objetos vistosos e as cores vivas. Dir-se-ia que se interessa pelo invisível, ou aquilo que se encontra à margem da consciência.

Constatee pela primeira vez essa sensibilidade em uma menina de quinze meses de idade. Escutei chegar do jardim sua risada forte, rara em crianças tão pequenas. Ela saíra sozinha e estava sentada nos tijolos do terraço; ali perto, uma magnífica sebe de gerânios floria sob um sol quase tropical. A menina, porém, não dava atenção às flores. Mantinha os olhos fixos no chão, onde não havia nada. Tratava-se, portanto, de um dos enigmas infantis. Aproximei-me muito devagar e olhei, mas nada consegui ver. Então, a menina explicou-me, com palavras quase monossilábicas: "Uma coisa se mexe ali". Com o auxílio de tal indicação, vi um inseto imperceptível, quase microscópico, que se movimentava com grande agilidade. Era quase da mesma cor dos tijolos. Portanto, o que impressionara a menina fora a existência de um ser tão minúsculo, capaz de mover-se, de correr! Aquela maravilha proporcionava-lhe uma alegria clamorosa, maior que a geralmente encontrada nas crianças — e não era a alegria causada pelo sol, pelas flores, pelas cores.

Uma impressão análoga foi-me causada certa vez por um menino mais ou menos da mesma idade. Sua mãe lhe

preparara uma verdadeira coleção de cartõezinhos ilustrados a cores. O menino pareceu interessado em exhibir-me os cartões e trouxe-me o volumoso pacote. “O automóvel”, disse-me ao seu modo, com uma palavra quase monossilábica: “bambam”. Depreendi, porém, que se tratava de mostrar-me um automóvel.

Havia tamanha variedade de belas figuras que se tornou evidente a intenção materna de proporcionar, com aquela coleção, prazer e instrução ao mesmo tempo.

Havia figuras de animais exóticos; girafas, leões, ursos, macacos, pássaros; e, também, animais domésticos que deviam interessar a um menino pequeno: ovelhas, gatos, jumentos, cavalos, vacas; e pequenas cenas e paisagens onde apareciam juntos animais, casas e pessoas. O mais curioso, porém, era faltar na rica coleção a figura de um automóvel. “Não vejo nenhum automóvel”, declarei ao menino. Então, ele procurou e encontrou um cartão, dizendo triunfalmente: “Aqui está”. Era uma cena de caçada, cujo objetivo principal era mostrar a figura central de um bellissimo cão de caça. Mas afastado, em perspectiva, estava o caçador com a espingarda ao ombro. Num ângulo, a distância, uma casinha e uma linha sinuosa que devia representar uma estrada — e, sobre essa linha, um ponto escuro. O menino indicou aquele ponto com o dedo, dizendo: “Automóvel”. Com efeito, em proporções quase invisíveis, podia-se reconhecer que aquele ponto representava um automóvel. Era, portanto, a dificuldade de vê-lo, o fato de que um carro pudesse estar representado em proporções tão minúsculas, o que tornava para o menino a figura digna de interesse e de ser mostrada.

Pensei que talvez aquela variedade de ilustrações belas e úteis não fosse compreendida pelo menino. Escolhi um cartão que apresentava o pescoço comprido e a cabeça de uma girafa, e comeci a explicar: “Veja que pescoço esquisito, tão comprido. . .” Ao que ele disse, muito sério: “Afa” (girafa). Faltou-me coragem para continuar.

Dir-se-ia que existe, no segundo ano de idade, um período no qual a natureza leva a inteligência a sucessivos progressos, a fim de que a criança tome total conhecimento de todas as coisas.

Citarei alguns exemplos da minha própria experiência. Certa vez, desejei mostrar a um menino, que tinha cerca de vinte meses de idade, um livro bonito — um livro de adultos. Era um Evangelho, ilustrado por Doré, que ali havia

reproduzido quadros clássicos, como a *Transfiguração* de Rafael. Escolhi uma figura de Jesus chamando a si as crianças e comecei a explicar:

— Há uma criança no colo de Jesus e outras apóiam a cabeça nele. Todas o olham e ele as ama. . .

O rosto do menino não mostrava o menor interesse. E eu, a fim de passar-me por indiferente, virei a página e comecei a folhear o livro à procura de outras ilustrações. De repente, o menino disse-me: “Dorme”.

Surgiu-me no espírito a impressão um tanto perturbadora do enigma infantil.

— Quem dorme?

— Jesus — respondeu energicamente o menino. — Jesus dorme.

E fez menção de virar as páginas para trás, a fim de mostrar-me.

A figura de Jesus, no alto, fitava as crianças abaixo; para isso, tinha que baixar as pálpebras, como os olhos de uma pessoa adormecida. Eis que a atenção do menino voltava-se para um pormenor que nenhum adulto notaria.

Prosegui a explicação, detendo-me na figura do Cristo e dizendo:

— Veja. Jesus se eleva da terra e as pessoas ficam espantadas. Veja essa criança que revira os olhos, essa mulher com os braços estendidos. . .

Dei-me conta de que a ilustração não era adequada ao menino e, portanto, não fora bem escolhida. Todavia, o que agora me interessava era extrair alguma outra réplica enigmática e comparar o que vê o adulto numa figura tão complexa com o que nela vê um menino tão pequeno. Desta feita, porém, ele deixou escapar pelo nariz uma espécie de grunhido, como se dissesse: “Ora, vamos em frente”, e seu rostinho não revelou qualquer expressão de interesse. E, enquanto eu voltava a virar as páginas, ele agitava um pequeno guizo que trazia ao pescoço e que tinha a forma de um coelho. Afinal, disse: “Coelho!” E eu pensei: “Bem, distraiu-se com o coelho”. Mas logo o menino interveio energicamente para fazer-me voltar às páginas anteriores. Com efeito, num canto da figura da *Transfiguração* aparece um coelhinho. Quem alguma vez reparara nesse detalhe? Evidentemente, existem em nós e nas crianças duas personalidades psíquicas diferentes; não se trata de um mínimo que cresce gradativamente até um máximo.

Quando os professores dos jardins de infância ou das

primeiras classes elementares se esforçam por mostrar a crianças de três ou quatro anos um objeto banal, como se elas nunca tivessem visto coisa alguma e tivessem chegado ao mundo naquele instante, deve produzir um efeito semelhante ao de quem escuta e é tomado erroneamente por surdo. As pessoas gritam e soletram as palavras para dizer à criança coisas que ela já escutou. E, em lugar de responder, ela protesta: "Mas eu não sou surdo!"

O adulto julgava que as crianças só fossem sensíveis a objetos vistosos, a cores muito vivas, a sons estridentes, e, portanto, pensou em proporcionar à atenção das crianças estímulos fortes. Todos constatamos que as crianças são atraídas por pessoas que cantam, por campainhas e sinos que tocam, bandeiras ao vento, luzes fortes, etc. Mas essas fontes de atração violentas, procedentes do exterior, são ocasionais; distraem a atenção, impõem com violência os aspectos visíveis externos e desperdiçam os estímulos que atingem os sentidos. Façamos uma comparação, embora inexacta: se estamos lendo um livro interessante e, de repente, soa na rua uma música barulhenta, levantamo-nos e corremos à janela, movidos pela curiosidade. Observando-se um adulto imerso na leitura correr repentinamente à janela, atraído pelo som, dir-se-ia que os homens são estimulados sobretudo pelos sons. Raciocinamos dessa mesma forma ao julgarmos as crianças. O fato de uma forte causa estimulante externa que atrai a atenção da criança ser ocasional não se relaciona com a parte construtiva profunda, ligada à vida interior da criança. Podemos descobrir as manifestações desta última quando temos possibilidade de observar que as crianças mergulham na contemplação minuciosa de pequenas coisas aparentemente desprovidas de interesse. Quem nota a miudeza de um objeto e dedica todo seu interesse a tal observação já não a sente como impressão sensível, mas como expressão de uma inteligência de amor.

Na prática, o espírito infantil é ignorado pelos adultos e se lhes apresenta como um enigma, porque é julgado apenas pelas reações da impotência prática e não pela energia psíquica poderosa por si mesma. Faz-se necessário refletir que há um motivo causal decifrável para cada manifestação da criança. Não existe fenômeno que não tenha seus próprios motivos, suas razões de ser. É fácil julgar cada reação obscura, cada momento difícil da criança, dizendo: "É um capricho". Tal capricho deve assumir perante nós a importância de um problema a ser solucionado, de um enigma a ser

decifrado. É difícil, sem dúvida, mas extremamente interessante. Trata-se sobretudo de uma atitude nova, que representa uma elevação moral do adulto, fazendo deste um estudioso em lugar do tirano cego, do juiz despótico que, na verdade, ele é em relação à criança.

Com relação a isso, lembrarei a conversa de um grupo de mulheres reunidas numa saleta. A dona da casa tinha junto de si o próprio filho, de dezoito meses de idade, que brincava sozinho e tranqüilamente. Falava-se de livros infantis. "Há muitos bastante estúpidos, com ilustrações grotescas", dizia a jovem mãe. "Tenho um intitulado *Sambo*. Sambo é um negrinho cujos pais lhe dão diversos presentes de aniversário: um chapeuzinho, sapatinhos, meias, um terninho, de lindas cores. E enquanto lhe preparam também uma excelente refeição, Sambo, impaciente por exhibir-se com as roupas novas, sai de casa às escondidas. Pelo caminho, depara com muitos animais ferozes e, para aplacá-los, tem que ceder a cada um deles uma peça do vestuário: o chapeuzinho à girafa, os sapatinhos ao tigre, etc. Até que o pobre Sambo volta para casa nu e banhado em lágrimas. Mas tudo termina com o perdão dos pais e a alegria da ótima refeição ao redor de uma mesa opulenta, como mostra a última ilustração do livro."

E a mulher mostrava o livro ilustrado, que passava de mão em mão, quando o menino disse de repente: "Não, Lola". Todas ficaram surpresas: parecia um enigma infantil a ser decifrado. O menino repetia energicamente sua misteriosa declaração: "Não, Lola".

— Lola — explicou a mãe — é o nome da *nurse* que cuida de meu filho há alguns dias.

Mas o menino continuava a gritar com energia cada vez maior aquele "Lola", como se movido por uma espécie de capricho insensato. Finalmente, mostramos-lhe o livro de Sambo e ele indicou a última ilustração da capa interna, não a do texto, que apresentava o negrinho em prantos. Então, por fim, compreendeu-se que "Lola", na linguagem infantil do menino, significava a palavra espanhola "*llora*", que quer dizer "chora".

E, na verdade, ele tinha razão, porque a última ilustração do livro não era a do texto, representando a alegre refeição, mas da parte interna da capa, que mostrava Sambo chorando. Ninguém prestara atenção a esta última figura. Assim, era perfeitamente lógico o protesto do menino, que

interviera para corrigir quando a mãe declarara que tudo "terminara alegremente".

Evidentemente, para ele o livro terminava com o pranto de Sambo, pois observara-o melhor que a mãe, examinando-o escrupulosamente, até a última ilustração. O mais impressionante, porém, era que ele fizera um comentário exato sem conseguir acompanhar a complicada conversa.

A personalidade psíquica da criança é, sem dúvida, diferente da nossa e não passa gradativamente do mínimo ao máximo.

A criança, captando detalhes ínfimos e reais das coisas, deve alimentar uma idéia de inferioridade em relação a nós, já que só vemos nas imagens sínteses mentais inacessíveis a ela. Portanto, ela deve nos considerar incapazes, gente que não sabe ver as coisas. A seus olhos, não temos qualquer exatidão; ela percebe que nós, indiferentes e inconscientes, deixamos de captar pormenores interessantíssimos. Caso pudesse exprimir-se, revelar-nos-ia certamente que, no seu íntimo, não tem a menor confiança em nós, do mesmo modo que nós não temos nela, já que é estranha à nossa maneira de pensar.

É por isso que adulto e criança não se compreendem.

10. Os conflitos durante o desenvolvimento

Dormir

O conflito entre adulto e criança começa quando esta atinge o ponto de desenvolvimento que lhe permite agir.

Até então, ninguém pode impedir totalmente a criança de ver e ouvir, ou seja, de realizar a conquista sensorial do seu mundo.

Todavia, quando a criança age, anda, toca nos objetos, o quadro que então se apresenta é completamente diferente. Embora amando profundamente a criança, o adulto sente nascer em si um irresistível instinto de defesa contra ela. Ora, os dois estados psíquicos — o da criança e o do adulto — diferem tanto entre si que a convivência do adulto com a criança se torna quase impossível caso não se recorra a adaptações. Não é difícil compreender que tais adaptações serão completamente desfavoráveis à criança, que se encontra num estado de absoluta inferioridade social. A repressão dos atos incômodos da criança no ambiente onde impera o adulto será a resultante absolutamente fatal do fato de o adulto não estar consciente de sua própria atitude defensiva, mas conscientemente convencido apenas de seu amor e de sua generosa dedicação. . . . A defesa inconsciente aflora à consciência que se mascara, e a avareza que se apresenta, ansiosa, em defesa dos objetos úteis ou caros ao adulto, transforma-se de imediato no “dever de educar a criança, a fim de fazê-la aprender os bons hábitos”. E o temor ao pequeno perturbador do bem-estar do adulto tornar-se-á “a necessidade de fazer a criança repousar bastante, a fim de lhe assegurar a saúde”.

A mulher do povo, em sua simplicidade, contenta-se com defender-se abertamente do filho por meio de tapas,

gritos, insultos, mandando a criança sair de casa para a rua, alternando tais atitudes com carinhos expansivos e beijos sonoros que correspondem, no quadro da vida, ao terno amor pela criança.

O formalismo é inerente às atitudes morais predominantes nas camadas mais altas da sociedade, onde são apreciadas e, conseqüentemente, exclusivamente admitidas apenas algumas formas de sentimento: o amor, o sacrifício, o dever, o controle dos atos exteriores. Todavia, as mães das classes superiores desembaraçam-se de seus filhos incômodos tanto quanto ou ainda mais que as mães do povo, porque os entregam a amas que os levam a passear e os fazem dormir muito.

A paciência, a gentileza e até mesmo a submissão das mães das classes mais altas para com as *nurses* constituem um verdadeiro compromisso tácito de tudo perdoar e aturar, desde que a criança perturbadora seja mantida à distância dos pais e dos objetos que lhes pertencem.

Mal sai da prisão de sua carne inerte e exulta na vitória de seu próprio eu, que lhe animou os maravilhosos instrumentos de atividade que são os órgãos do movimento voluntário, a criança depara com a poderosa hoste de gigantes que lhe impede o ingresso no mundo. Tal situação dramática pode trazer-nos à mente o êxodo de povos primitivos que desejavam libertar-se da escravidão e avançavam por lugares inóspitos e desconhecidos, como fez o povo hebraico, liderado por Moisés. Quando os sofrimentos do deserto pareciam desembocar num oásis de bem-estar onde outros povos viviam tranqüilos, não era recebido com hospitalidade, mas com a guerra. E foi a amarga recordação da guerra de resistência dos amalecitas contra o povo errante que encheu o povo judaico de pavor de uma guerra imaginária. Foi isso que os dispersou e os fez vagar sem orientação pelo deserto durante quarenta anos — no deserto que eles já haviam ultrapassado e onde tantos tombavam exaustos a cada passo.

É um fato da natureza humana. Os que possuem um ambiente estabelecido defendem-se dos invasores. É algo evidente e violento nos povos: mas a cruel força motriz desses fenômenos oculta-se na profundidade inconsciente do espírito humano, e sua primeira e mais despercebida manifestação ocorre quando o povo dos adultos estáveis defende a tranqüilidade e as posses contra o povo invasor das novas gerações. Todavia, o povo invasor não se detém: combate desesperadamente, porque luta pela vida.

Essa batalha, mascarada pela defesa do inconsciente, já se realiza entre o amor dos pais e a inocência das crianças.

É muito cômodo para o adulto dizer: "A criança não deve se movimentar, não deve tocar nos nossos objetos, nem falar ou gritar, deve permanecer deitada, comer e dormir. Ou sair de casa, embora com pessoas que não a amem e não pertençam à família". O adulto, por força da inércia, escolhe o caminho mais fácil para ele: faz a criança dormir.

Quem duvida de que dormir seja necessário?

Entretanto, se a criança é um ser tão desperto e capaz de observações, não é dorminhoca por natureza. Precisar-se-á de um sono normal, e nós devemos, sem dúvida, contribuir escrupulosamente para a satisfação dessa necessidade. Deve-se, porém, distinguir o sono normal da criança do sono que lhe provocamos artificialmente. Sabe-se que o ser de vontade mais forte é capaz de sugestionar o mais fraco e que se infiltra sugestão iniciando o processo pela indução do sono. Quem quer sugestionar, começa provocando sono. Assim, o adulto faz a criança adormecer por sugestão, conquanto o faça inconscientemente.

É próprio do adulto, quer seja representado por mães ignorantes quer por mães cultas, e pessoas especializadas em cuidar de crianças, como as *nurses*, condenar unanimemente o pequeno ser vivo a dormir. Não só o bebê de poucos meses de idade, como também a criança de dois, três, quatro ou mais anos de idade, estão condenados a dormir além de suas necessidades. As crianças do povo, não. Estas correm o dia inteiro pelas ruas e não incomodam as mães; conseqüentemente, escapam a esse perigo. Ora, é bem sabido que as crianças do povo são menos nervosas que os filhos de pessoas cultas. Não obstante, a medicina recomenda, como preceito fundamental, o sono prolongado, associando-o indiscriminadamente aos cuidados da vida vegetativa. Recordo-me de um menino de sete anos que me confessou jamais ter visto as estrelas, pois sempre o haviam obrigado a dormir antes do anoitecer. Disse-me: "Eu gostaria, por uma só noite, de escalar uma montanha e deitar-me no chão para olhar as estrelas".

Muitos pais se gabam de ter acostumado muito bem os filhos a dormir bem cedo, de modo a ficarem livres para sair à noite.

A cama onde as crianças podem movimentar-se livre-

mente — difere do berço, cuja aparência sugere ao mesmo tempo beleza e morbidez, é diferente da cama dos adultos, feita para as pessoas se estenderem comodamente e dormirem — é uma alta gaiola de ferro na qual os pais fazem baixar a criança sobre um colchão forçosamente alto, de modo que os adultos consigam manipulá-la sem terem o incômodo de inclinar-se, onde a criança ficará abandonada e poderá chorar, mas não se machucará.

O ambiente é escurecido de forma que a luz, mesmo com o raiar de um novo dia, não penetre no quarto para acordar a criança.

Uma primeira forma de auxílio à vida psíquica da criança é a reforma da cama e dos hábitos relativos ao prolongado sono induzido e não natural. A criança deve ter o direito de dormir quando sente sono e de levantar-se quando quer. Para isso, recomendamos — e muitas famílias já o adotaram — a abolição do clássico berço infantil e sua substituição por um colchão bem baixo, quase rente ao chão, onde a criança possa deitar-se e levantar-se à vontade.

A cama pequena e baixa, quase rente ao chão, é econômica como todas as alterações que ajudam a vida psíquica da criança, pois esta necessita de coisas simples — e as poucas coisas que existem especialmente para ela são, na maior parte dos casos, complicadas quase a ponto de lhe dificultarem a vida. Essa reforma foi efetuada por numerosas famílias, que colocaram um colchão sobre o piso, forrando-o com uma ampla coberta. Então, as crianças vão deitar-se espontaneamente à noite, alegres, e levantam-se de manhã sem acordar ninguém. São exemplos que demonstram realmente a existência de um profundo engano nas normas impostas às crianças e que o adulto, fatigado e querendo fazer o bem à criança, na verdade age contra as necessidades dela, seguindo — talvez inconscientemente — seus instintos de defesa, que poderiam ser facilmente superados.

Deste conjunto de fatos resulta que o adulto deve procurar interpretar as necessidades da criança, a fim de acompanhá-la e assisti-la com seus cuidados, preparando-lhe um ambiente adequado. Só assim é possível dar início a uma nova era na educação: a do auxílio à vida. E só assim poderá, afinal, encerrar-se a época em que os adultos consideravam a criança pequena um objeto que se apanhava e transportava para qualquer lugar e que, depois de crescida, devia apenas obedecer e seguir os adultos. É necessário que o adulto se convença a manter-se numa posição secundária e se esforce

para compreender a criança, no intuito de tornar-se seu companheiro e auxiliar-lhe a vida. Eis a orientação educativa no que se refere às mães e a todos os educadores que se aproximam da criança. Se a personalidade da criança deve ser educada em seu desenvolvimento e ela é mais fraca, torna-se necessário que a personalidade mais forte do adulto se faça passiva e, recebendo e seguindo a orientação que a própria criança lhe oferece, considere uma honra poder compreendê-la e segui-la.

11. Andar

Corresponder às necessidades do ser imaturo, adaptando-se a elas e renunciando às próprias necessidades — eis o que o adulto deve fazer.

Os animais superiores fazem algo semelhante instintivamente: adaptam-se às necessidades dos filhotes. Nada é mais interessante do que ocorre quando o elefantinho é conduzido pela mãe à manada de adultos: a grande massa dos enormes paquidermes diminui a marcha para acompanhar o andar do pequeno; quando este se cansa e pára, todos param também.

Em algumas formas de civilização já acontecem sacrifícios similares em favor das crianças. Certo dia, observei e segui os passos de um pai japonês que levava para passear o filhinho com cerca de um ano e meio ou dois anos de idade. De repente, o menino abraçou-se às pernas do pai e este parou, ficando à disposição do filho, que começou a voltar em torno da perna escolhida. Quando o menino terminou o exercício, o lento passeio recomeçou. Pouco depois, entretanto, o menino sentou-se na beirada da calçada e o pai parou a seu lado. O rosto paterno se apresentava sério e normal. O homem nada fazia de excepcional — era apenas um pai que levava o filho para passear.

Assim se deveria fazer para possibilitar às crianças o exercício essencial de *andar* na época em que o organismo tem necessidade de fixar tantas coordenações motoras, que tendem a estabelecer o equilíbrio do indivíduo e a realizar a enorme e difícil tarefa reservada aos seres humanos: andar ereto apenas sobre duas pernas.

Embora o homem possua um corpo formado de partes que correspondem às dos mamíferos, tem que andar apenas sobre dois membros articulados, em vez de quatro. Até mesmo os macacos possuem membros superiores muito com-

pridos, a fim de poderem apoiar as mãos no solo quando caminham; só o homem deve confiar totalmente a dois membros todas as funções do “deslocamento em equilíbrio”, em lugar do “deslocamento com o corpo apoiado”. Além disso, quando os mamíferos se deslocam levantam sempre duas patas diagonais, de modo que o corpo está sempre sobre dois apoios. O homem, porém, alterna seu apoio sobre um pé de cada vez. Tal dificuldade é solucionada pela natureza, mas através de dois meios: um é o instinto e outro é o esforço voluntário individual.

A criança não desenvolve a capacidade de andar ereta esperando que ela chegue, mas “andando”. O *primeiro passo*, acontecimento festejado com tanta alegria pela família, é realmente uma conquista da natureza e assinala a passagem do primeiro para o segundo ano de idade. É quase o nascimento do homem ativo que substitui o homem inerte: inicia-se para a criança uma vida nova. A fisiologia considera o estabelecimento dessa função um dos marcos fundamentais que permitem julgar a normalidade do desenvolvimento. A partir de então, porém, é o *exercício* da criança que entra em jogo. A conquista do equilíbrio e do deslocamento seguro é o resultado de prolongados exercícios e, conseqüentemente, do esforço individual. Sabe-se que a criança se lança a caminhar com um impulso irresistível e corajoso. Quer andar temerariamente, é um verdadeiro soldado que se atira à vitória sem se preocupar com os riscos. E, por isso, o adulto deseja colocá-la ao abrigo de tais riscos, com proteções que são, na verdade, obstáculos; procura mantê-la protegida no interior do *cercado*, ou prende-a no carrinho no qual é levada a passear, por longo tempo — mesmo quando já possui pernas robustas.

Isso acontece porque a criança tem o passo mais curto que o do adulto e menos resistência que ele nas longas caminhadas — e o adulto é incapaz de renunciar ao seu próprio ritmo. Mesmo quando o adulto em questão é uma *nurse*, isto é, uma pessoa especializada e exclusivamente dedicada a cuidar de uma só criança, é esta que deve adaptar-se às condições daquela, não o inverso. A *nurse* caminha com o seu passo, visando diretamente o local escolhido como meta do passeio, empurrando o carrinho no qual a criança tem quase a mesma função de uma bela fruta que se leva ao mercado numa carrocinha. Só quando chega à meta — um lindo parque, digamos — a *nurse* escolhe um banco onde sentar-se, tira a criança do carrinho e permite que ela ande no gramado,

sob sua vigilância. Todo esse tratamento tem em vista o "corpo da criança", sua vida vegetativa e a proteção contra qualquer perigo externo, mas não as necessidades essenciais e construtivas da vida de relacionamentos.

A criança entre um ano e meio e dois anos de idade é capaz de percorrer quilômetros a pé e, também, de superar trechos difíceis, ladeiras e escadas. Só que ela caminha com uma finalidade totalmente diferente da nossa. O adulto anda para chegar a uma meta externa e segue diretamente para ela; além disso, tem no passo um ritmo já estabelecido, que o transporta quase mecanicamente. A criança anda para elaborar suas próprias funções e, portanto, tem um objetivo criativo por natureza. É lenta e ainda não possui um ritmo de passadas ou uma finalidade. Sente-se, porém, atraída pelas coisas e afasta-se ocasionalmente do caminho. O auxílio que o adulto poderia proporcionar seria abrir mão de seu próprio ritmo, de sua meta.

Conheci em Nápoles uma jovem família cujo filho caçula tinha um ano e meio. Para chegarem à praia, no verão, tinham que percorrer cerca de um quilômetro e meio de uma estrada íngreme que descia o morro, quase impraticável para automóveis e carrinhos. Os jovens pais desejavam levar o menino consigo, mas era por demais cansativo transportá-lo no colo. A própria criança os ajudava, percorrendo a pé o longo trecho de estrada. Parava a intervalos, perto de alguma flor, ou sentava-se no capim para observar algum animal. Certa vez, permaneceu cerca de quinze minutos observando atentamente um jumento que pastava. Assim, todos os dias ele descia e subia, sem fatigar-se, o caminho longo e difícil.

Conheci na Espanha duas crianças entre os dois e três anos de idade que faziam caminhadas de dois quilômetros e muitas outras que passavam mais de uma hora descendo e subindo escadas de degraus muito estreitos.

Ainda a propósito desses aspectos, existem muitas mães que se referem aos "caprichos" de seus filhos pequenos.

Certa vez, uma senhora indagou-me a respeito dos caprichos de uma menininha que andava sozinha havia apenas poucos dias. A criança gritava ao ver escadas e tinha acessos de raiva quando a pegavam no colo para descê-las.

A mãe receava ter observado mal, pois parecia ilógico que a menina realmente se agitasse e chorasse justamente quando passava por escadas, e pensava que talvez se tratasse de mera coincidência. Mas era evidente que a menina desejava descer e subir escadas "sozinha". Aquele atraente ca-

minho, cheio de apoios e lugares onde sentar-se, obviamente a seduzia mais que os gramados, onde o pezinho se afundava na relva alta e as mãos não encontravam apoio. Mas os gramados eram os únicos lugares onde lhe permitiam ficar sem ser tomada nos braços de um adulto ou colocada num carrinho.

É fácil observar que as crianças procuram movimentar-se e andar — e uma escada ao ar livre estará sempre cheia de crianças que sobem, descem, sentam-se, levantam-se, deitam-se escorregar. A capacidade de uma criança de rua para movimentar-se entre obstáculos, evitar os perigos, correr e até mesmo agarrar-se a veículos em movimento revela nitidamente uma potencialidade muito diferente da inércia da criança medrosa e, em última análise, preguiçosa, pertencente às classes sociais elevadas. Nenhuma das duas foi *ajudada* a desenvolver-se: uma permaneceu no ambiente inadequado e cheio de perigos onde vive o adulto, a outra foi reprimida ao ser retirada desse ambiente perigoso e dele afastada por obstáculos protetores.

A criança, elemento essencial da conservação e estruturação do homem, assemelha-se ao Messias, de quem diziam os profetas que “não tinha onde pousar a cabeça”.

12. A mão

É interessante salientar que duas das três grandes etapas consideradas pela fisiologia como expoentes do desenvolvimento normal da criança relacionam-se a aspectos motores. São o início do deslocamento e da fala. A ciência, pois, considerou essas duas funções motoras como uma espécie de horóscopo no qual se lê o futuro do homem. Com efeito, as duas complexas manifestações indicam que o homem (a criança) conseguiu a primeira vitória do *eu* sobre os seus instrumentos de expressão e de atividade. Ora, a linguagem é uma característica verdadeiramente humana, pois é a expressão do pensamento. O mesmo não acontece com o deslocamento, que é comum a todos os animais.

O animal, ao contrário do vegetal, “desloca-se no ambiente”, e quando tal deslocamento é confiado a órgãos especiais, que são os membros articulados, então o caminhar torna-se a característica fundamental. No homem, porém, embora o “deslocar o corpo no espaço” tenha uma importância tão grande a ponto de fazer dele o invasor do mundo inteiro, o andar não é o movimento característico de ser inteligente.

Em vez disso, as verdadeiras “características motoras” ligadas à inteligência são a linguagem e a atividade da mão a serviço da inteligência para realizar o trabalho. Sabe-se que os primeiros vestígios do homem nas eras pré-históricas são avaliados pela existência de pedras lascadas e pedras polidas, que foram seus primeiros instrumentos de trabalho. É essa, portanto, a característica que assinala um novo rastro na história biológica dos seres vivos sobre a Terra. A própria linguagem aparece como documento do passado humano quando, do estado sonoro que se perde no ar, passou a constituir um trabalho da mão que a esculpiu na pedra. E, também na morfologia do corpo e na função de deslocamento, a

característica é essa “libertação da mão”: é a dedicação do membro articulado superior a outras funções que já não são o simples “deslocamento no espaço”, mas as de órgão executivo da inteligência. Assim, o homem assume uma nova posição na evolução dos seres vivos, demonstrando a unidade funcional da psique com o movimento.

A mão é um órgão de estrutura delicada e complexa que permite à inteligência não só manifestar-se como também estabelecer relações especiais com o ambiente. Pode-se dizer que o homem “apodera-se do ambiente com a mão” e o transforma sob a orientação da inteligência, cumprindo assim sua missão no grande quadro do universo.

Seria lógico, portanto, ao querer-se avaliar o desenvolvimento psíquico da criança, levar em consideração o início de suas expressões de movimento, que se poderiam chamar de intelectuais: o aparecimento da linguagem e de uma atividade de mão dirigida ao trabalho.

O homem, por um instinto subconsciente, tem dado importância a essas duas manifestações motoras da inteligência — essas duas “características” próprias e exclusivas do gênero humano —, ligando-as uma à outra. Todavia, só o tem feito em alguns símbolos relacionados com a vida social do adulto. Por exemplo: quando um homem e uma mulher se casam, pronunciam uma palavra e unem as mãos. Prometer-se em casamento diz-se “dar a palavra”; pedir em casamento diz-se “pedir a mão”. Quem jura diz uma palavra e faz um gesto com a mão. Até mesmo nos rituais em que existe uma forte expressão do *eu*, a mão aparece. Pilatos, para exprimir que se eximia de qualquer responsabilidade, usou a expressão ritual de lavar as mãos no caso em questão e lavou-as, realmente, diante da multidão. O sacerdote católico, antes de iniciar a parte principal da missa, anuncia: “Lavarei minhas mãos entre os inocentes” — e realmente as lava, embora não só já as tenha lavado como também purificado antes de subir ao altar.

Tudo isso demonstra que a mão é sentida no subconsciente da humanidade como uma manifestação do *eu* interior. O que se poderia imaginar de mais sagrado e maravilhoso que o desenvolvimento desse “movimento humano” na criança? Nenhuma outra manifestação deveria ser acolhida com mais solene expectativa.

O primeiro avanço daquela mãozinha em direção às coisas, o lançar daquele movimento que representa o esforço do *eu* para ingressar no mundo, deveria encher de admira-

ção o espírito do adulto. Pelo contrário, porém, o homem *tem medo* daquelas pequenas mãos estendidas na direção de objetos sem valor e sem importância que o cercam, de modo que assume uma atitude de defesa dos objetos contra a criança. Afana-se em repetir-lhe para não tocá-los, da mesma forma que lhe repete para não se movimentar, não falar!

E nesse afã em meio às trevas do seu subconsciente, delinea-se e toma forma uma defesa para a qual ele pede auxílio aos outros homens, como se devesse combater clandestinamente uma força que lhe ameaça o bem-estar e as propriedades.

A criança, para ver e ouvir, ou seja, para captar do ambiente os elementos necessários ao início de sua estruturação mental, tem que apropriar-se deles. Ora, quando deve movimentar-se de maneira construtiva, também tem necessidade de objetos exteriores para manipular, ou seja, é preciso que existam no ambiente motivos de atividade. Entretanto, no ambiente familiar não se leva em consideração esta necessidade da criança. Por isso, os objetos que a rodeiam são todos de propriedade do adulto e destinados ao uso deste. São objetos proibidos para a criança, "tabus". Uma proibição de tocá-los soluciona o problema vital do desenvolvimento infantil. Se a criança consegue pegar o que lhe está ao alcance da mão, quase parece um cachorrinho faminto que encontra um osso e vai roê-lo num canto qualquer, procurando alimentar-se com algo insuficiente para nutri-lo, receoso de que alguém o escorrace.

Mas a criança não se movimenta ao acaso; elabora as coordenações necessárias para organizar os movimentos, sob a orientação do seu *eu*, que está no comando. É o *eu*, o grande organizador e coordenador, que elabora a unificação da fonte psíquica e dos órgãos da expressão, à custa de contínuas experiências integradoras. O importante, portanto, é que a criança, em sua espontaneidade, escolha e execute as ações. Ora, esse movimento de formação possui características especiais — não se trata de impulsos desordenados e levianos. Não é correr, saltar, manipular os objetos ao acaso, simplesmente deslocando-os e, conseqüentemente, causando em torno de si a desordem e a destruição das coisas; o movimento construtivo é impelido por ações que a criança viu efetuadas diante de si. As ações que ela procura imitar sempre se relacionam com a manipulação ou utilização de algum objeto. A criança procura realizar ações semelhantes às que viu os adultos efetuarem, usando os mesmos objetos. Em

conseqüência, tais atividades estão ligadas ao uso dos diversos ambientes familiares e sociais. A criança desejará varrer, lavar a louça ou a roupa, despejar água ou lavar-se, pentear-se, vestir-se, etc. Tratando-se de um fato universal, foi chamado de imitação e definido do seguinte modo: a criança faz aquilo que viu alguém fazer. Todavia, tal interpretação não é correta, pois a imitação da criança é diferente da imitação imediata que nos ocorre quando nos referimos aos macacos. Os movimentos construtivos da criança partem de um quadro psíquico, elaborado com base numa consciência. A vida psíquica, que deve exercer o comando, possui sempre um caráter de preexistência sobre os movimentos a ela ligados. Conseqüentemente, quando uma criança deseja movimentar-se, sabe previamente o que quer fazer. E sempre quer fazer uma coisa conhecida, isto é, algo que ela já viu alguém fazer. O mesmo se pode dizer em relação ao desenvolvimento da linguagem. A criança assume a linguagem que ouve falar ao seu redor e, quando diz uma palavra, é porque a aprendeu ouvindo alguém dizê-la e a manteve presente na memória. Contudo, utiliza-a segundo sua própria necessidade do momento.

Tal conhecimento e utilização da palavra ouvida não é, porém, uma imitação de papagaio repetidor. Não se trata de uma imitação imediata, mas, sobretudo, de uma observação armazenada ou de um conhecimento adquirido. A execução é um ato distinto e separado do primeiro. Esta diferença é muito importante porque esclarece um aspecto das relações entre adulto e criança, permitindo compreender mais intimamente as atividades infantis.

Ações elementares

Antes mesmo de conseguir agir com um motivo lógico evidente, como viu os adultos fazerem, a criança começa a agir com objetivos próprios, utilizando os objetos com uma finalidade freqüentemente incompreensível para os adultos. Isso acontece amiúde com crianças de um ano e meio a três anos de idade. Eu, por exemplo, vi um menino de um ano e meio encontrar em casa uma pilha de guardanapos bem passados e dobrados, arrumados uns sobre os outros com

extremo cuidado. Ele pegou apenas um dos guardanapos dobrados, segurando-o com a máxima cautela, com uma das mãos por baixo, para evitar que se desdobrasse, e o levou ao extremo oposto diagonal da sala, pondo-o no chão e dizendo: "Um". Voltou pelo mesmo caminho diagonal, demonstrando ser guiado por uma especial sensibilidade orientadora. Chegando ao local de origem, pegou outro guardanapo da mesma maneira, transportou-o pelo mesmo trajeto e o depôs sobre o que já colocara no chão, repetindo: "Um". E assim prosseguiu até transportar todos os guardanapos existentes na pilha. Depois, por meio de uma manobra semelhante, tornou a levá-los todos ao lugar de origem. Embora a pilha de guardanapos não voltasse a ficar nas perfeitas condições em que a deixara a criada, todos eles continuavam bem dobrados. E a pilha, embora parecendo um tanto avariada, não poderia ser considerada realmente desmantelada. Felizmente para o menino, nenhuma pessoa da família surgiu na sala durante a prolongada manobra. Quantas vezes as crianças vêem atrás de si um adulto que grita: "Pare! Pare! Largue isso!" E quantas vezes as minúsculas e veneráveis mãozinhas levam tapas para se acostumarem a não tocar nas coisas!

Outro trabalho "elementar" fascinante das crianças é tirar e recolocar a tampa de uma garrafa, especialmente quando é feita de cristal facetado e reflete as cores do arco-íris, como a tampa de um frasco de perfume. Esse trabalho de retirar e recolocar as tampas de garrafas parece constituir um dos movimentos elementares preferidos das crianças; também é atraente para elas levantar e baixar a tampa de grandes tinteiros ou caixas, assim como abrir e fechar a porta de um armário. Compreende-se que estoure freqüentemente uma guerra entre adulto e criança por causa de tais objetos ambicionados pelos meninos, mas intocáveis porque pertencem à mãe, ou à escrivaninha do pai, ou a um pequeno móvel de sala. E a reação "caprichosa" é uma consequência freqüente disso. Todavia, a criança não quer precisamente aquele tinteiro e aquele frasco: contentar-se-ia com qualquer objeto feito para ela que lhe permitisse exercitar os mesmos movimentos.

Estes e outros atos semelhantes são as ações elementares desprovidas de qualquer finalidade lógica que se podem considerar o primeiro balbuciar do homem trabalhador. A esse período de preparação destinam-se alguns de nossos materiais para crianças muito pequenas, como, por exemplo, os

sólidos de encaixar, que tiveram tanto sucesso no mundo inteiro.

A idéia de deixar a criança agir é facilmente compreendida, mas, na prática, surgem obstáculos complexos que estão profundamente enraizados no espírito do adulto. Este, mesmo que muitas vezes queira concordar com os desejos da criança e dar-lhe liberdade de tocar nos objetos e tirá-los do lugar, sente-se impossibilitado de resistir a impulsos vagos que acabam por dominá-lo.

Uma jovem nova-iorquina familiarizada com estas idéias desejava colocá-las em prática com seu lindo filho de um ano e meio. Certo dia, viu-o transportar (sem motivo) do quarto para a sala uma jarra cheia de água. Observou a tensão e o esforço da criança, que se movimentava com dificuldade e repetia incessantemente consigo mesma: "*Be careful, be careful*" (tome cuidado). A jarra era pesada, e, a certa altura, a mãe não conseguiu resistir e ajudou o menino, tirando-lhe a jarra das mãos e levando-a para onde ele queria. A criança começou a chorar, mortificada, e a mãe, triste por ter causado sofrimento ao filho, justificou-se alegando que, embora conhecesse a necessidade que impulsionava o menino, parecia-lhe injusto permitir que ele se cansasse e perdesse tanto tempo com algo que ela poderia fazer num instante.

"Compreendo que fiz mal", disse-me a mulher ao pedir-me conselho.

Refleti sobre o outro aspecto do problema, sobre o sentimento de defesa dos objetos, que se poderia chamar de "avareza em relação à criança". E respondi: "A senhora possui algum serviço de porcelana — xícaras de café, por exemplo — de grande valor? Deixe o menino transportar uma delas e veja o que acontece". Ela seguiu meu conselho e, posteriormente, contou-me que seu filho transportou as pequenas xícaras com extrema atenção e cuidado, parando a cada passo, e levou-as a salvo até o destino. A mãe experimentava dois sentimentos: o prazer de ver o filho trabalhar e a preocupação com as xícaras. Mas deixou o menino à vontade, e ele pôde cumprir a tarefa que o entusiasmava e que não deixava de ter ligação com sua saúde psíquica.

Noutro caso, coloquei nas mãos de uma menina de um ano e dois meses um pano de pó, e ela pôde realizar um delicioso trabalho, pois, sentada, passou a limpar vários objetos pequenos e reluzentes. Mas havia em sua mãe uma espécie de defesa que não lhe permitia entregar à menina

objetos que, na sua opinião, nada tinham a ver com as necessidades de uma criança pequena.

A primeira manifestação do instinto de trabalho na criança é a revelação mais surpreendente para o adulto que não lhe tenha compreendido a importância. Ele constata que se lhe impõem enormes renúncias, quase uma mortificação interior de sua personalidade, uma abdicação do seu ambiente, que seria incompatível com a vida social ativa à qual pertence. A criança é, sem dúvida, extra-social no ambiente do adulto, mas cortar-lhe sem mais nem menos o acesso a ele, como se tem feito até hoje, significa "reprimir-lhe o crescimento", como se a condenassem a tornar-se muda.

A solução desse conflito consiste em preparar o ambiente para acolher as manifestações superiores da criança. Quando a criança pronuncia a primeira palavra não é necessário preparar coisa alguma para ela, e o balbuciar de sua linguagem entra na casa como um som aceito. Mas a obra da mão minúscula, que constitui quase um balbuciar do homem trabalhador, requer "motivos de atividade" sob a forma de objetos que lhe correspondam. Então, vê-se a criança realizar ações que exigem um esforço que freqüentemente ultrapassa o que julgamos ser o limite de suas possibilidades materiais. Tenho uma fotografia de uma menina inglesa que carrega um daqueles pães prismáticos, característicos do país, tão grande que os dois braços não são suficientes para sustentá-lo e ela é obrigada a apoiá-lo também no corpo. Assim, vê-se obrigada a andar toda inclinada para trás e sem conseguir ver onde pisa. Na fotografia reconhece-se apenas a emoção do cão que a acompanha sem a perder de vista: retesado e pronto para lançar-se em seu auxílio. Mais além, pessoas adultas seguiam a menina com o olhar preparadas para correr até ela e tomar-lhe o pão dos braços. Às vezes, as crianças pequenas demonstram uma capacidade e uma exatidão tão precoces que nos deixam perplexos — desde que se encontrem num ambiente adequado.

13. O ritmo

O adulto, que ainda não compreendeu a atividade da mão infantil como uma necessidade vital e não reconhece nela a primeira manifestação de um instinto de trabalho, impede a criança de trabalhar. Nem sempre a reação do adulto é de defesa, pois podem existir outras causas para essa atitude. Uma delas é que o adulto vê a finalidade exterior das ações e fixou seu modo de agir segundo a sua própria constituição mental. Alcançar um fim com a ação mais direta e, portanto, no mínimo tempo possível, é para o adulto uma espécie de lei da natureza, que ele chama de "lei do menor esforço". Ao ver a criança fazer grandes esforços para realizar algo inútil, que ele seria capaz de efetuar num átimo e com muito maior perfeição, o adulto procura ajudá-la, quase que para eliminar um espetáculo que o perturba.

O entusiasmo que o adulto vê na criança por coisas insignificantes fere-o como algo grotesco e incompreensível. Se uma criança nota uma toalha desarrumada sobre uma mesinha e se recorda da maneira como costuma ser colocada, deseja arrumar a toalha e recolocá-la exatamente como viu antes; podendo fazê-lo, procede devagar, embora despendendo toda a energia e entusiasmo de que é capaz. Isso acontece porque "recordar" é o grande trabalho de sua mente e recolocar algo no devido lugar, como viu antes, é a ação triunfante de seu estágio de desenvolvimento. Mas só consegue fazê-lo quando o adulto está longe e não se dá conta do seu esforço.

Se a criança procura pentear-se, o adulto, em vez de sentir uma espécie de felicidade diante desse gesto maravilhoso, considera-se violentado em suas leis estabelecidas, pois vê que ela, ao pentear-se, não o faz tão bem nem tão depressa, como também não atingirá o objetivo — enquanto

ele, adulto, é capaz de fazê-lo depressa e melhor. Então, a criança, que realiza com deleite uma ação construtiva de sua personalidade, vê o adulto, aquele ser infinitamente alto, poderoso além de qualquer limite, contra o qual ela não pode lutar, aproximar-se e tomar-lhe o pente das mãos, declarando que a penteará. E o mesmo acontece quando o adulto vê o filho esforçar-se na tentativa de vestir-se ou calçar os sapatos. Todas as tentativas infantis são cerceadas. O adulto irrita-se não apenas com o fato de a criança tentar inutilmente cumprir uma tarefa, mas também com seu ritmo, com aquela maneira diferente de se movimentar.

O ritmo não é como uma idéia velha que se pode mudar ou uma idéia nova que se pode compreender. O ritmo de movimento faz parte do indivíduo, é uma característica inata, quase como a forma do corpo, e se está em harmonia com outros ritmos semelhantes, não pode se adaptar a ritmos diferentes sem provocar sofrimento.

Se, por exemplo, estamos perto de um paralítico e devemos caminhar a seu lado, sentimos uma espécie de angústia. E se vemos um paralítico que leva lentamente um copo aos lábios para beber, com risco de derramar o líquido, surge do impacto insuportável desses ritmos diferentes de movimento um sofrimento do qual procuramos escapar, reagindo e substituindo o ritmo alheio pelo nosso — e chamaríamos a isso auxiliar o paralítico.

Algo semelhante faz o adulto com a criança. Por uma defesa inconsciente, procura impedir que ela faça movimentos lentos, exatamente como afugentaria de modo irresistível uma inofensiva mosca que o incomodasse.

Por outro lado, o adulto é capaz de suportar o movimento que representa agilidade e ritmo acelerado na criança; nesse caso, está sempre disposto a aturar a desordem e perturbação que a criança irrequieta traz ao ambiente. É quando o adulto se torna capaz de “munir-se de paciência”, porque se trata de algo nítido e explícito — e a vontade do adulto sempre se manifesta em relação às ações conscientes. Mas quando existe lentidão nos movimentos da criança, ele intervéem irresistivelmente com a *substituição*. Assim, em vez de auxiliar as crianças em suas necessidades psíquicas mais essenciais, o adulto *substitui* a criança em todas as ações que esta desejaria realizar sozinha, cerceando-lhe todos os meios de atividade e transformando-se no mais poderoso obstáculo ao desenvolvimento da vida. O choro desesperado da criança “caprichosa”, que não deseja se fazer lavar, pentear ou

vestir, é o expoente de um primeiro drama que se desenrola nos conflitos humanos. Quem seria capaz de supor que esse auxílio *inútil prestado* à criança seja a raiz primordial de todas as *repressões* e, conseqüentemente, dos danos mais perigosos que o indivíduo adulto pode lhe acarretar?

Os japoneses têm uma concepção impressionante do inferno da criança.

Faz parte de seu culto aos mortos depositar nos túmulos das crianças pequenos seixos, ou objetos semelhantes, para ajudá-las a se salvarem, no além, dos tormentos que os demônios procuram continuamente infligir-lhes. Quando a criança está construindo seus castelos de brinquedo, surge um demônio que se atira sobre ela e os destrói. As pedrinhas depositadas pelos pais piedosos lhe permitem a reconstrução.

Eis um dos mais impressionantes exemplos da projeção do subconsciente numa outra vida.

14. A substituição da personalidade

A substituição da criança pelo adulto não advém apenas do fato de este agir em lugar dela, mas também de ele infiltrar a própria vontade na criança, assumindo-lhe o lugar. Então, não é mais a criança que age, mas o adulto que age na criança.

Quando Charcot, em seu famoso instituto de psiquiatria, demonstrou a substituição de personalidade nos histéricos por meio da sugestão, causou uma profunda impressão, pois suas experiências abalaram os conceitos fundamentais tidos como mais seguros: os de que o homem era senhor de seus próprios atos. Todavia, foi possível demonstrar experimentalmente que se podia suggestionar um indivíduo a ponto de suprimir-lhe a personalidade, substituindo-a por outra: a do suggestionador.

Tais fatos, embora reservados à clínica e a experiências limitadíssimas, abriram, não obstante, um novo rumo de pesquisas que levaram a novas descobertas. Em torno desses fenômenos tiveram início os estudos relativos à dupla personalidade, ao subconsciente e aos estados psíquicos sublimados — enfim, ao aprofundamento no campo do consciente, efetuado pela psicanálise.

Existe um período da vida extremamente predispósito à sugestão: o período da infância, no qual a consciência infantil está em formação e a sensibilidade a elementos exteriores se encontra em estado criativo. Então, o adulto pode insinuar-se, quase penetrar sutilmente, animando com a própria vontade a sublimar-se a posse que é a vontade da criança e que constitui sua maleabilidade.

Em nossas escolas ocorria que, se ao mostrar-se à criança como fazer um exercício, empregava-se demasiada paixão ou exageravam-se os movimentos com demasiada energia ou excessiva exatidão; em decorrência disso, desaparecia nela a

capacidade de julgamento e de agir segundo sua própria personalidade. Percebia-se quase um movimento dissociado do *eu* que deveria comandá-la; era como se ela tivesse sido invadida por um outro *eu*, estranho e mais forte, o qual, embora com uma ação discreta, tivera o poder de arrancar, direi mesmo de derrubar a personalidade infantil dos tenros órgãos que a ela pertencem. Não é apenas voluntariamente que o adulto sugestiona a criança, mas também sem o querer nem saber — sem que tenha idéia do problema.

Citarei alguns exemplos. Aconteceu-me ver um menino com cerca de dois anos colocar um par de sapatos usados sobre o lençol branco de uma cama recém-arrumada. Eu, num movimento espontâneo (melhor dizendo, irrefletido), peguei os sapatos e os depusitei no chão, a um canto, dizendo: “Isto é sujo!” Em seguida, fiz com a mão o gesto de limpar o lençol no ponto onde o menino pusera os sapatos. Depois do incidente, o menino, sempre que via um par de sapatos, corria a pegá-los, dizendo: “É sujo”. Mudava-os de lugar e depois ia passar a mão sobre uma cama, como se a limpasse, embora os sapatos não tivessem entrado em contato com a coberta.

Outro exemplo: uma mulher recebeu, satisfeita, um pacote, abriu-o e nele encontrou um retalho de seda, com o qual envolveu a filha, e uma corneta, que levou aos lábios e tocou. A menina gritou alegremente: “Música!” E, durante muito tempo depois disso, toda vez que a menina pegava um pedaço de tecido, se alegrava e exclamava: “Música!”

Os fatores inibidores são especialmente favoráveis à infiltração de uma vontade alheia nas ações de uma criança, quando a vontade do adulto não atua de maneira tão violenta a ponto de provocar uma reação. Isso ocorre com maior freqüência nas classes de pessoas educadas, *self controlled*, em especial por obra de *nurses* requintadas. Quero citar o caso deveras ilustrativo de uma menina com cerca de quatro anos de idade que se encontrava sozinha com a avó na mansão da família. A menina demonstrou o desejo de abrir a torneira do chafariz do jardim, para ver o repuxo, mas quando estava a ponto de fazê-lo, retirou a mão. A avó encorajou-a a abrir a torneira, mas a menina respondeu: “Não, a *nurse* não quer”. Então, a avó procurou persuadir a neta, dando-lhe seu total consentimento. A menina sorriu, revelando prazer, satisfação e, sobretudo, seu desejo de ver o repuxo; contudo, embora esticasse o braço, a mão que se aproximava da torneira retraía-se sem a abrir. Tal obediência

ao comando remoto da *nurse ausente* era tão poderoso na criança que sua força distante sobrepujava a persuasão de uma pessoa ali presente.

Caso semelhante é o de um menino mais velho, com cerca de sete anos, o qual, quando tinha vontade de se levantar e correr para alguma coisa que o atraía à distância, via-se obrigado a retroceder e tornar a sentar-se, quase como se por uma oscilação da vontade que ele já não era capaz de vencer. E não se conhecia o "padrão" que assim o comandava, pois diluíra-se na memória infantil.

O amor ao ambiente

Pode-se dizer que a sugestionabilidade das crianças é a exacerbação de uma das funções psíquicas construtivas, ou seja, da característica sensibilidade interior que chamamos de "amor ao ambiente". A criança observa apaixonadamente as coisas e se sente atraída por elas, mas, sobretudo, é atraída pelas ações do adulto, a fim de conhecê-las e reproduzi-las. Ora, sob esse ponto de vista, o adulto poderia ter uma espécie de missão: ser um inspirador das ações infantis, um livro aberto no qual a criança leria a orientação de seus próprios movimentos e aprenderia o que lhe é necessário saber para agir com acerto. O adulto, porém, para assumir tal tarefa, deveria manter-se sempre calmo e agir *lentamente*, a fim de que sua ação fosse clara em todos os seus detalhes para a criança que o estivesse observando.

Se, ao contrário, o adulto se entrega a seus ritmos rápidos e fortes, pode, em vez de inspirar a criança, influir em seu espírito e assumir o seu lugar por intermédio da sugestão.

Até mesmo os objetos, sensorialmente atraentes, podem possuir um poder de sugestão e atração, agindo como um ímã sobre a atividade da criança. Cito, a esse respeito, uma interessante experiência feita pelo professor Levine, ilustrada por meio de sua cinematografia psicológica. O objetivo é conhecer o comportamento diverso das crianças deficientes e das crianças normais em nossas escolas (mais ou menos na mesma idade e em condições exteriores semelhantes) perante os mesmos objetos. Sobre uma mesa comprida

apresentam-se objetos variados, entre os quais alguns de nossos materiais.

Primeiro entra um grupo de crianças, que se mostram atraídas, interessadas pelos objetos. Estão animadas e sorridentes, parecendo contentes por estarem entre tantas coisas.

Cada uma pega um material e trabalha com ele. Em seguida, passa para outro — e assim por diante, fazendo inúmeras experiências. A cena termina.

Entra um segundo grupo de crianças, que se movimentam com lentidão, param, olham, pegam apenas um objeto, reúnem-se em torno dele e, depois, parecem permanecer inertes. A segunda cena termina.

Qual dos dois grupos é de crianças deficientes e qual o de crianças normais? Os deficientes são as crianças animadas, alegres, que se movimentam muito, que vão de coisa em coisa, que querem experimentar tudo. Ao público que vê o filme, parecem realmente as mais inteligentes, porque todos estão acostumados a considerar inteligentes as crianças inquietas, alegres, que vão de coisa em coisa.

As crianças normais, ao contrário, movimentam-se com calma, ficam muito quietas, fixam-se num objeto como se refletissem. Conclusão: calma, movimento escasso e comedido, atitude pensativa — eis a figura da criança normal.

A experiência acima relatada parece contrastar com os conceitos geralmente predominantes, porque no ambiente comum as crianças inteligentes agem como os deficientes do filme. A criança normal, calma e pensativa, é um tipo novo, mas logo demonstra que seus movimentos controlados estão sob domínio do eu e são conduzidos segundo a razão. Ela assume o comando da sugestão que lhe vem das coisas e dispõe livremente delas. Conseqüentemente, o que importa não é a maneira de movimentar-se, mas a posse de si mesmo. O importante não é que o indivíduo se movimente de tal ou qual modo, neste ou naquele sentido, mas que consiga conquistar seus órgãos motores. A capacidade de movimentar-se sob a orientação do próprio eu e não pela pura e simples atração das coisas leva à concentração numa única coisa — que é um fenômeno de origem interior.

O movimento delicado e refletido é o fato verdadeiramente normal. É o aspecto sintético de uma ordem que pode chamar-se disciplina interior. A disciplina dos atos exteriores é a expressão de uma disciplina interior que se organizou a partir daquela ordem. Quando isso não aconteceu, a atividade deixa de obedecer às diretrizes da perso-

nalidade, que pode ser dominada pela vontade alheia, e fica à mercê das coisas externas, como um barco à deriva.

A vontade exterior dificilmente sabe levar à disciplina das ações, porque não cria a organização. Nesse caso, pode-se dizer que a individualidade fica fragmentada. A criança perde a oportunidade de desenvolver-se segundo a sua própria natureza, podendo quase comparar-se a um homem que pousasse com um balão no deserto e, de repente, visse o balão ser arrastado pelo vento, deixando-o sozinho. O indivíduo nada mais poderá fazer para controlá-lo e não vê coisa alguma em torno de si para substituí-lo. Eis a figura do homem que pode resultar do conflito entre o adulto e uma criança: é uma inteligência obscurecida, não desenvolvida e afastada dos meios de expressão, que giram desregradamente ao sabor dos elementos.

15. A atividade motora

É necessário ressaltar a importância da atividade motora na estruturação da psique. Tem sido um grave erro incluir o movimento entre as diversas funções do corpo, sem fazer distinção suficiente de sua essência em relação a todas as funções da vida vegetativa, como a digestão, a respiração, etc. Costuma-se considerar o movimento como algo que meramente auxilia o funcionamento normal do corpo, favorecendo a respiração, a digestão e a circulação.

Todavia, sendo uma função preponderante e característica do mundo animal, o movimento influi também nas funções da vida vegetativa. Trata-se, por assim dizer, de uma característica anteposta a todas as funções. Seria errôneo, porém, considerar o movimento unicamente do ponto de vista físico. Vejamos o esporte, por exemplo: não resulta apenas no melhoramento da saúde física, mas também infunde coragem e confiança em si mesmo, eleva o moral e suscita enorme entusiasmo nas multidões, o que significa que suas conseqüências psíquicas são muito superiores às de ordem puramente física.

O desenvolvimento da criança, caracterizado pelo esforço e pelo exercício individuais, não se apresenta como um simples fenômeno relacionado à idade, mas resulta também de manifestações psíquicas. É de suma importância que a criança possa captar as imagens e mantê-las claras e ordenadas, porque o *eu* elabora sua própria inteligência graças ao vigor das energias sensitivas que a orientam. A razão se estrutura por meio desse trabalho interior e oculto — e constitui, em última análise, o que distingue o homem, ser racional, indivíduo que, raciocinando e ajuizando, é capaz de querer. E quando quer, se põe em movimento.

Diante da criança, o adulto assume a atitude de quem espera que a razão se desenvolva com o tempo, ou seja, com

a idade; e a despeito de se dar conta do afã da criança, que cresce à custa de esforço próprio, o adulto não lhe presta qualquer auxílio, limitando-se a aguardar que o ser racional surja para contrapor sua razão à da criança. E, sobretudo, inibe-lhe a vontade quando esta se exprime por meio de movimentos. Para compreender a essência do movimento, é preciso considerá-lo como a encarnação funcional da energia criadora que eleva o homem ao nível de sua espécie, animando-lhe os órgãos de movimento, instrumentos com os quais ele age no ambiente exterior e cumpre seu ciclo pessoal, a sua missão. O movimento não é apenas a expressão do *eu*, mas um fator indispensável para a estruturação da consciência, sendo o único meio tangível que coloca o *eu* em relações bem definidas com a realidade exterior. Em consequência, o movimento é fator essencial para a elaboração da inteligência, que se alimenta e vive de aquisições obtidas no ambiente exterior. Até mesmo as idéias abstratas resultam de um amadurecimento dos contatos com a realidade — e esta se capta por meio do movimento. As idéias mais abstratas, como as de espaço e de tempo, são concebidas através do movimento. Este constitui, portanto, um fator que liga o espírito ao mundo. Todavia, o dispositivo psíquico executa a ação em duplo sentido, como concepção interior e execução exterior. O mecanismo do movimento representa o máximo da complexidade no gênero humano. Os músculos são tão numerosos que não é possível usá-los todos, de modo que se pode dizer que o homem dispõe sempre de uma reserva de órgãos inativos. Com efeito, o indivíduo que, no exercício de uma profissão, executa delicados trabalhos manuais, põe em funcionamento e utiliza certos músculos que não seriam usados por um bailarino, por exemplo. E vice-versa. Pode-se dizer que a personalidade se desenvolve utilizando apenas uma parte de si mesma.

Para manter-se no estado normal, porém, deve haver uma atividade suficiente dos músculos que estão em condições de funcionamento em todos os seres humanos. Sobre esse alicerce desenvolvem-se as infinitas possibilidades individuais. Ora, quando esse quantitativo normal não é atingido, produz-se uma diminuição de energia individual.

Se existem em nós músculos inativos que normalmente deveriam estar em funcionamento, resulta uma depressão não apenas física como também moral. Por isso, a reatividade motora também é sempre derivada de energias espirituais.

Mas o que melhor nos faz compreender a importância

do movimento é o conhecimento da conexão direta existente entre as funções motoras e a vontade. Todas as funções vegetativas do organismo, embora ligadas ao sistema nervoso, são independentes da vontade. Cada órgão tem sua própria função fixa, que atua constantemente, e as células e tecidos possuem a estrutura adequada às funções que devem exercer, como profissionais e operários especializados a tal ponto que se tornam incapazes de fazer qualquer coisa que não esteja incluída em sua especialidade. A diferença fundamental entre esses elementos e as fibras musculares reside no fato de que, embora nas fibras musculares as células estejam aptas a desempenhar seu trabalho especializado, não funcionam continuamente por si mesmas, mas necessitam de um comando para entrarem em ação e não atuam sem receber ordem. Poder-se-ia compará-las a soldados que aguardam ordens de seus superiores hierárquicos e que, para isso, preparam-se com disciplina e obediente diligência.

As células a que nos referimos antes têm funções determinadas, como, por exemplo, segregar leite ou saliva, fixar o oxigênio, eliminar as substâncias nocivas ou combater microrganismos, e todas juntas, por meio de um trabalho perene, mantêm a economia orgânica, tal como, na estrutura social, operam as organizações de trabalho. Sua adaptação a um determinado trabalho é essencial para o funcionamento do todo.

A multidão de células musculares, pelo contrário, deve ser livre, ágil e rápida, a fim de estar sempre pronta a obedecer ao comando.

Para obedecer, porém, é preciso estar preparado — e como a preparação se consegue através de prolongado exercício, é indispensável que este se cumpra, a fim de se obter a coordenação entre os vários grupos que deverão agir juntos e executar com exatidão as instruções do comando.

Essa perfeita organização baseia-se numa disciplina que permite que uma ordem oriunda do centro chegue a qualquer ponto periférico e a cada indivíduo. E, em tais condições, o organismo, na sua complexidade, é capaz de operar milagres.

De que serviria a vontade sem o seu instrumento?

Justamente por meio desse movimento a vontade se difunde por todas as fibras e se realiza. Assistimos aos esforços feitos pela criança e às lutas que ela sustenta para alcançar tal finalidade. A aspiração, ou melhor, o impulso da criança tende a aperfeiçoar e dominar o órgão sem o qual ela nada

seria, isto é, não passaria de uma imagem de homem, desprovida de vontade. Nesse caso, não só seria incapaz de exteriorizar os frutos de sua inteligência, como esta nem mesmo produziria frutos. O dispositivo da função volitiva não é um simples instrumento de execução, mas de elaboração.

Uma das mais inesperadas — e, portanto, mais surpreendentes — manifestações das crianças que agiam livremente em nossas escolas foi o amor e a exatidão com que cumpriam suas tarefas. No menino que se encontra em condições de vida livre manifestam-se as ações com as quais ele procura não só captar as imagens visíveis no ambiente, mas também o amor à exatidão na execução das ações. Então, o espírito aparece como que impelido para a existência e realização de si mesmo. A criança é um descobridor: um homem que nasce de uma nebulosa, como um ser indefinido e maravilhoso, que busca sua própria forma.

16. A incompreensão

Sem ter qualquer noção da importância da atividade motora da criança, o adulto limitou-se a impedi-la, como se ela pudesse ser causa de perturbações.

Até mesmo aos cientistas e educadores escapou a importância capital dessa atividade na estruturação do homem. Entretanto, se a própria palavra "animal" traz em si a idéia de "animação", ou seja, de atividade, e a diferença entre vegetais e animais consiste no fato de estarem os primeiros fixos no terreno enquanto os últimos são capazes de movimentar-se de um lugar a outro, como é possível querer impor restrições à atividade motora da criança?

Do subconsciente do adulto surgem expressões como "a criança é uma planta, uma flor", que significa "tem que ficar quieta". Diz-se igualmente "é um anjo", ou seja, um ser que se move e voa, mas fora do mundo em que vivem os homens.

Assim se revela a misteriosa cegueira do espírito humano em limites que ultrapassam os estreitos confins reconhecidos pela psicanálise nos escotomas, que ela qualifica de cegueira parcial, existentes no subconsciente das pessoas.

Trata-se de uma cegueira extremamente profunda, visto que a ciência, com seus métodos precisos concebidos para descobrir o ignorado, aproximou-se, sem conseguir revelar, da mais formidável evidência da vida humana. Todos concordam em reconhecer a importância dos órgãos dos sentidos na estruturação da inteligência. E já que ninguém duvida do valor da inteligência, é também evidente que um surdo-mudo ou um cego encontrarão dificuldades insuperáveis em seu desenvolvimento, de vez que a audição e a visão são as portas da inteligência, isto é, sentidos intelectivos. E é consenso universal que os surdos-mudos e cegos, em igualdade de condições intrínsecas, permanecem inferiores, em termos

de inteligência, às pessoas que podem dispor de todos os sentidos. Também é reconhecido por todos que os sofrimentos dos cegos e dos surdos são de caráter especial e, conseqüentemente, compatíveis com uma saúde perfeita. Ninguém poderia admitir a idéia absurda de que, privando-se deliberadamente a criança da visão e da audição, conseguir-se-ia fazê-la absorver mais rapidamente a cultura intelectual e a moral social. Nunca poderia prevalecer o critério de recorrer aos cegos e surdos para melhorar a civilização.

Não é fácil, contudo, vulgarizar a idéia de que “o movimento tem importância considerável na estruturação intelectual e moral do homem”. Se o homem, durante sua estruturação, se descuidasse dos órgãos motores, teria seu desenvolvimento retardado e ficaria permanentemente num estado de inferioridade mais grave que o causado pela privação de um dos sentidos intelectivos.

O quadro dos sofrimentos do homem “prisioneiro da carne” é diferente e, também, mais dramático e profundo que os sofrimentos do cego ou do surdo-mudo. Embora os cegos e os surdos sejam privados de alguns elementos do ambiente e, portanto, de determinados meios exteriores de desenvolvimento, seu espírito possui tamanha energia de adaptação que, pelo menos até certo ponto, a sensibilidade de um dos seus sentidos consegue suprir a ausência de outro. O movimento, pelo contrário, está ligado à própria personalidade e nada pode substituí-lo. O homem incapaz de mover-se ofende a si mesmo, renuncia à vida, precipita-se num abismo sem fundo, convertendo-se num condenado perpétuo, como as figuras bíblicas expulsas do paraíso terrestre, que se aventuram, cheias de vergonha e dor, nos sofrimentos ignorados de um mundo desconhecido.

Quando se fala de “músculos”, costuma vir-nos à mente a idéia de algo mecânico, de um verdadeiro mecanismo de máquina motriz. Assim, parece que nos afastamos do conceito que temos de espírito, que é algo distante da matéria e, portanto, dos mecanismos.

Parece que idéias fundamentais são colocadas em causa quando atribuímos ao movimento uma importância superior à que se costuma dar aos sentidos intelectivos na estruturação da inteligência e, em conseqüência, do desenvolvimento intelectual do homem.

Entretanto, também nos olhos e ouvidos existem meca-

nismos. Nenhum mecanismo é mais perfeito que a espécie de “máquina fotográfica sublimada pela vida” que constitui o olho. E a estrutura do ouvido é um maravilhoso conjunto de cordas e membranas vibratórias que forma uma orquestra de jazz à qual nem mesmo falta o tambor.

Mas quando falamos da importância que esses estupendos aparelhos têm para a estruturação da inteligência humana, não pensamos neles como aparelhos mecânicos: consideramos sua utilização. É através desses admiráveis aparelhos vitais que o *eu* se relaciona com o mundo, operando-os de acordo com suas próprias necessidades psíquicas. A visão dos espetáculos naturais, do sol nascente, das maravilhas da natureza ou o prazer suscitado pelas obras de arte, as impressões sonoras exteriores, as vozes maravilhosas do homem que fala, a música — todas essas impressões múltiplas e constantes proporcionam ao *eu* interior as delícias da vida psíquica e o alimento necessário à sua manutenção. O *eu* é o verdadeiro agente, o único árbitro, e aquele que usufrui de tais impressões.

Se não existisse o *eu* capaz de ver e de usufruir, para que serviriam os mecanismos dos órgãos dos sentidos?

Ver e ouvir não têm a menor importância, mas vendo e ouvindo forma-se, mantém-se, usufrui e se desenvolve a personalidade do *eu*.

Raciocínio análogo pode-se estabelecer em relação ao movimento. Não há dúvida de que este dispõe de órgãos mecânicos, embora não sejam mecanismos rígidos e fixos, como a membrana do tímpano ou o cristalino do olho. O problema fundamental da vida humana — e, em consequência, da educação — é que o *eu* consiga animar e dominar seus próprios instrumentos motores, a fim de obedecer, em suas ações, ao elemento que é superior às realidades vulgares e às funções da vida vegetativa, “aquele elemento” que em geral é o instinto, mas que no homem faz parte da inteligência, a forma aparente do espírito criador.

Quando não pode realizar essas condições fundamentais, o *eu* se desagrega, como um destino que sai errando pelo mundo, separado do corpo que ele deveria animar.

17. Intelecto de amor

Todos os fenômenos da vida que se desenvolvem de acordo com suas próprias leis e dentro delas, estabelecendo harmonia entre os seres, adquirem consciência sob a forma de *amor*. Pode-se afirmar que este é o *controle* da salvação e o sinal da saúde.

O amor, sem dúvida, não constitui o agente motor, mas um reflexo deste, como os planetas que recebem luz de um astro maior. O agente motor é o instinto, o impulso criador da vida. Mas, ao realizar a criação, tende a fazer sentir o amor; por isso, o amor inunda a consciência da criança. E a realização da criança se efetua através do amor.

Com efeito, pode-se considerar amor pelo ambiente aquele impulso irresistível que, durante os "períodos sensíveis", une a criança às coisas. Não se trata do conceito que comumente se tem do amor, palavra que geralmente indica um sentimento emotivo; é um amor intelectual, que vê, observa e, amando, constrói. À inspiração que impele as crianças a observar poderia chamar-se, com uma expressão dantesca, "intelecto de amor".

A capacidade de observar de modo vivo e minucioso os aspectos do ambiente, que para nós, adultos, já não têm mais vida e são totalmente insignificantes, é certamente uma forma de amor. Não será, talvez, uma característica do amor a sensibilidade que nos faz notar num ser coisas que os outros não vêem e registrar particularidades que os outros não sabem valorizar ou descobrir, qualidades especiais que parecem ocultas e que só o amor é capaz de revelar? A inteligência da criança lhe revela o invisível, pois ela observa com amor e nunca com indiferença. Essa absorção ativa, ardente, minuciosa e constante no amor é uma característica da infância.

A vivacidade e a alegria sempre foram consideradas

pelo adulto uma manifestação de vida intensa e, portanto, uma característica infantil; o adulto não pensava no amor, isto é, na energia espiritual, na beleza moral que acompanha a criação.

Na criança, o amor ainda é desprovido de contrastes: ela ama porque assimila, porque a natureza lhe ordena que assim proceda; e absorve aquilo que capta, para torná-lo parte de sua própria vida e para nutrir-se dele.

No ambiente, o objeto do amor é, em especial, o adulto; deste a criança recebe os objetos e as ajudas materiais e dele toma, com intenso amor, tudo de que necessita para sua própria formação. O adulto é para ela um ser venerável, de cujos lábios, como de uma fonte inexaurível, brotam as palavras que lhe servirão para construir a linguagem e constituirão sua orientação. As palavras do adulto agem na criança como estímulos sobrenaturais.

E o adulto, com suas ações, ensina à criança saída do nada como os homens se movem: imitá-lo significa, para a criança, ingressar na vida. As palavras e ações do adulto a encantam e fascinam até nela penetrarem como uma sugestão. Em consequência, a criança é extremamente sensível perante o adulto, até o ponto de permitir que ele viva e aja nela mesma. O episódio do menino que colocou os sapatos em cima do lençol indica obediência e sugestão. O que o adulto lhe diz permanece gravado em sua mente como se um cinzel o tivesse esculpido em mármore. Lembrem-se do exemplo da menina cuja mãe recebeu um pacote contendo o pano e a corneta. Portanto, o adulto deve avaliar e pesar todas as palavras que pronuncia diante das crianças, porque estas têm sede de aprender e de acumular amor.

Diante do adulto, a criança está disposta à obediência até as raízes de seu espírito. Mas quando o adulto lhe pede que ela renuncie, em favor dele, ao comando do motor que impulsiona a criatura segundo normas e leis inalteráveis, a criança não pode obedecer. Seria como pretender fazê-la interromper, no período da dentição, o aparecimento dos dentes. Os caprichos e desobediências da criança não são outra coisa senão aspectos de um conflito vital entre o impulso criador e o amor para com o adulto que não a compreende. Quando, em lugar de encontrar obediência, depara com um capricho, o adulto deve pensar sempre nesse conflito e identificá-lo como a defesa de um gesto vital necessário ao desenvolvimento da criança.

É necessário refletir que a criança deseja obedecer e

que ama. A criança ama o adulto sobre todas as coisas, enquanto, pelo contrário, costuma-se dizer: "Como a criança é amada pelos pais!" Diz-se também dos professores: "Como as crianças são amadas pelos mestres!" Sustenta-se que é preciso ensinar a criança a amar: amar a mãe, o pai, os professores, todos os homens, os animais, as plantas, todas as coisas.

Mas quem lhe ensina tudo isso? Quem será professor de amor? Será, talvez, aquele que qualifica como caprichos todas as manifestações infantis, que pensa em defender-se contra a criança, defendendo também tudo aquilo que lhe pertence? Esse não pode ser professor de amor, porque não possui a sensibilidade que chamamos de "intelecto de amor".

Pelo contrário, quem ama de verdade é a criança, que deseja sentir o adulto a seu lado e que sente prazer em atrair a atenção dele sobre si: "Veja-me, estamos juntos".

À noite, quando vai deitar-se, chama a pessoa a quem ama e gostaria que esta não a deixasse. E quando vamos comer, o lactante quer ir conosco, não tanto para comer também, mas para olhar-nos, para estar perto de nós. O adulto passa junto desse amor místico sem o reconhecer — mas trate de cuidar-se: aquela criança que o ama crescerá e desaparecerá. Quem o amará como ela? Quem o chamará, à hora de ir para a cama, dizendo: "Fique comigo" — em vez de dizer com indiferença: "Boa noite"? Quem desejará, além disso, estar junto de nós à mesa, apenas para olhar-nos? Nós nos defendemos contra esse amor — e nunca tornaremos a encontrar outro igual! — e replicamos, impacientes: "Não tenho tempo, não posso, tenho mais o que fazer!", quando, no fundo, pensamos: "É preciso corrigir as crianças; do contrário, elas nos escravizam". Queremos libertar-nos dela para fazermos aquilo que nos agrada, para não renunciarmos à nossa comodidade.

Um terrível capricho da criança consiste em ir acordar os pais de manhã — e a *nurse* tem por dever evitar de todas as formas tal delíto, como se fosse o anjo da guarda do sono matutino dos pais.

Mas o que, senão o amor, impele a criança que mal se levantou da cama a ir procurar os pais?

Quando ela salta da cama, bem cedinho, ao nascer do sol, como devem fazer as criaturas puras, vai procurar os pais ainda adormecidos como se lhes quisesse dizer: "Aprendam a viver santamente, já amanheceu, é dia!" Não pretende

fazer o papel de pedagogo; está apenas correndo para rever os entes que ama.

O quarto provavelmente ainda está escuro, bem fechado, para que a claridade do dia não incomode. A criança avança, vacilando, com o coração oprimido pelo medo do escuro, mas supera todos os temores e vai tocar carinhosamente nos pais. O pai e a mãe resmungam: “Já não lhe dissemos tantas vezes que não venha nos acordar de manhã cedo? . . .” E a criança replica: “Não vim acordar vocês, vim beijá-los”.

Como se dissesse: “Não queria despertá-los materialmente; desejava acordar-lhes o espírito”.

Sim, o amor da criança tem imensa importância para nós. O pai e a mãe dormem a vida inteira, tendem a adormecer sobre todas as coisas, e precisam de um novo ser que os desperte e os reanime com a energia fresca e viva que já não existe neles — um ser que se comporte diversamente deles e lhes diga todas as manhãs: “Levantem-se para uma vida nova, aprendam a viver melhor”.

Sim, viver melhor: sentir o sopro do amor.

Sem a criança, que o ajuda a renovar-se, o homem degeneraria. Se o adulto não procura renovar-se, forma-se paulatinamente em torno de seu espírito uma couraça que acaba por torná-lo insensível — e, desse modo insensato, seu coração se perderá! Isto nos traz à mente as palavras do Juízo Final, quando Cristo, dirigindo-se aos condenados, aos que nunca utilizaram os meios de renascimento encontrados durante a vida, os amaldiçoa:

— Ide, malditos, porque me encontrastes enfermo e não me curastes!

E eles respondem:

— Mas quando, Senhor, nós vos encontramos enfermo?

— Todas as vezes que encontrastes um pobre, um enfermo, era eu. Ide, malditos, porque eu estava encarcerado e não me visitastes.

— Oh, Senhor, quando estivestes num cárcere?

— Cada encarcerado era eu.

A dramática passagem do Evangelho significa que o adulto deve consolar o Cristo oculto em cada pobre, em cada condenado, em cada sofredor. Mas se a maravilhosa cena evangélica se aplicasse ao caso da criança, constataríamos que Cristo ajuda todos os homens sob a forma da criança.

— Eu vos amei, fui acordar-vos todas as manhãs e me repelistes.

— Mas quando, Senhor, viestes à minha casa pela manhã para me acordardes e eu vos repeli?

— O filho de vossas vísceras que vinha despertar-vos era eu. Aquele que vos implorava que não o abandonásseis, era eu!

Insensatos! Era o Messias que vinha despertar-nos e ensinar-nos o amor! E nós pensávamos que se tratasse de um capricho infantil — e, por isso, perdemos nosso coração!

Segunda parte

18. A educação da criança

* Faz-se necessário encarar uma realidade impressionante: a criança possui uma vida psíquica que passou despercebida em suas delicadas aparições e o adulto conseguiu, sem dar-se conta disso, anular-lhe os desígnios.

O ambiente do adulto não é um ambiente de vida para a criança, mas, sobretudo, um acúmulo de obstáculos entre os quais ela desenvolve defesas, adaptações deformadas, onde é vítima de sugestões. É a partir dessa realidade exterior que foi estudada a psicologia da criança e foram avaliadas suas características, para servirem de base à educação. Conseqüentemente, a psicologia infantil deve ser reexaminada radicalmente. Por tudo que já vimos, sob cada resposta surpreendente da criança existe um enigma a ser decifrado, e cada um de seus caprichos é a impressão exterior de uma causa profunda que não se pode interpretar como um choque superficial, defensivo, contra um ambiente inadequado, mas é o expoente de uma característica superior e essencial que procura manifestar-se.

É evidente que todos os episódios que mascaram exteriormente o espírito oculto nos seus esforços individuais de realizar a vida, todos os caprichos, conflitos, deformações, não podem dar idéia de uma personalidade. São apenas uma soma de características. Entretanto, se a criança, esse embrião espiritual, segue um desígnio construtivo em seu desenvolvimento psíquico, é forçoso que exista uma personalidade. Existe um homem oculto, uma criança desconhecida, um ser vivo seqüestrado que é necessário libertar.

Essa é a primeira missão urgente da educação — e libertar, nesse sentido, é conhecer; é, também, descobrir o ignorado.

Se existe uma diferença essencial entre as pesquisas psicanalíticas e essa psicologia da criança desconhecida, ela con-

siste primordialmente em que o segredo do subconsciente do adulto é algo que permanece reprimido pelo próprio indivíduo. E é necessário voltar-se para o indivíduo, a fim de ajudá-lo a desenredar o emaranhado sepulto sob adaptações complexas e rígidas, sob símbolos e disfarces organizados durante uma longa vida. O segredo da criança, pelo contrário, está apenas oculto pelo ambiente. E é sobre o ambiente que se torna necessário agir para liberar as manifestações infantis: a criança encontra-se num período de criação e expansão, bastando simplesmente abrir-lhe a porta. Com efeito, aquilo que se está criando, aquilo que do nada passa a existir e que de potencial se transforma em real não pode ser complicado ao surgir do nada. Além disso, trata-se de uma energia expansiva, não havendo empecilhos à sua manifestação.

Assim, preparando-se um ambiente aberto, adequado ao momento vital, deve surgir espontaneamente a manifestação psíquica natural e, portanto, a revelação do segredo da criança. Sem este princípio, é evidente que todos os esforços da educação poderão perder-se num labirinto sem saída.

Eis a verdadeira nova educação: partir primeiro à descoberta da criança e efetuar sua libertação. Nisto, pode-se dizer, consiste o problema da existência: primeiro, existir. Depois, deve seguir-se o outro capítulo, tão prolongado quanto a duração da evolução até o estado adulto, que é o problema do auxílio que se deve proporcionar à criança.

Ambas as etapas, porém, têm como fundamento um ambiente que facilite a expansão do ser em via de desenvolvimento, na medida em que os obstáculos sejam reduzidos ao mínimo possível: é o ambiente que capta as energias, porque oferece os meios necessários ao desenvolvimento da atividade que delas resulta. Ora, o adulto também faz parte do ambiente e deve adaptar-se às necessidades da criança, bem como torná-la independente, a fim de não servir-lhe de obstáculo e de não substituí-la nas atividades através das quais se efetua o seu amadurecimento.

O nosso método de educação da criança caracteriza-se justamente pela importância central que nele se atribui ao ambiente.

Até mesmo a nova imagem do nosso professor tem suscitado interesse e discussão: o mestre passivo, que liberta a criança do obstáculo de sua própria atividade, de sua autoridade, a fim de que ela se torne ativa, e que, satisfeito

quando a vê agir sozinha e progredir, não atribui o mérito a si mesmo. Deve inspirar-se nos sentimentos de São João Batista: "Convém que ela cresça e que eu diminua". É igualmente conhecido um dos outros princípios característicos do método: o respeito à personalidade infantil, levado a um extremo nunca antes atingido.

Esses três pontos essenciais foram desenvolvidos em instituições educativas especiais, que tiveram a princípio o nome de "Casas das Crianças", o qual evoca o conceito de ambiente familiar.

Quem acompanhou esse movimento educacional sabe que ele foi e ainda é discutido. O que mais suscitou discussões foi a inversão de atitudes do adulto e da criança: o professor sem cátedra, sem autoridade e quase sem ensinar, e a criança transformada em centro da atividade, aprendendo sozinha, livre na escolha de suas ocupações e dos seus movimentos. Quando não foi considerado utopia, parecia exagero.

Em contrapartida, o outro conceito do ambiente material adaptado às proporções do corpo da criança foi recebido com simpatia. Salas claras e iluminadas, com janelas baixas, cheias de flores, móveis pequenos de todos os tipos, exatamente como a mobília de uma casa moderna — mesinhas pequenas, poltronazinhas, cortinas graciosas, armários baixos, ao alcance das mãos das crianças, que neles colocam os objetos e pegam o que desejam — tudo isto pareceu um verdadeiro melhoramento de importância prática na vida da criança. E acredito que a maior parte das Casas das Crianças conserve justamente essa característica exterior como ponto principal.

Hoje, após um prolongado trabalho de pesquisa e experiências, sentimos a necessidade de retomar o assunto e dá-lo a conhecer, especialmente quanto a suas origens.

Seria um grave erro acreditar que a observação eventual das crianças tenha feito surgir uma idéia tão ousada como a de supor uma natureza oculta na criança, e que de tal instituição tenha resultado o conceito de uma escola especial e de um método especial de educação. É impossível observar o que é desconhecido, assim como não é possível que alguém, por vaga intuição, imagine que a criança possua duas naturezas e diga: "Agora, tentarei demonstrar isso com uma experiência". O que é novo deve surgir, por assim dizer, por sua própria energia. Muitas vezes, não há cego mais

incrédulo do que aquele a quem se faz esta revelação. Ele rejeita o que é novo exatamente como o faz o resto do mundo, e é preciso que esse "novo" se apresente com tenaz insistência antes de ser finalmente visto, reconhecido e acolhido com veemência. Todavia, com quanta veemência o indivíduo que foi impressionado recebe a nova luz, conserva-a, encanta-se com ela e lhe dedica a vida! Fá-lo com tanto entusiasmo a ponto de dar a impressão de que ele próprio a criou, quando, na verdade, nada mais fez que mostrar-se sensível às suas manifestações. Então chegar-se-á ao ponto de *reconhecer* e fazer aquilo que está escrito no Evangelho: "O reino dos Céus é semelhante a um mercador que parte em busca de lindas pérolas: se encontra uma de grande valor, vai vender tudo o que possui a fim de adquiri-la". Para nós, o mais difícil é percebermos e, depois, convencer-mo-nos da coisa nova, pois é justamente para o que é novo que se cerram as portas de nossa percepção.

O campo mental é como um salão aristocrático, fechado a desconhecidos: para nele entrar é necessário ser apresentado por alguém que seja conhecido — "passar do conhecido para o desconhecido". O *novo*, pelo contrário, tem que arrombar a porta fechada ou entrar à socapa. Então, esse novo produz lá dentro uma surpresa, uma perturbação. Não terá sido sem emoção e incredulidade que Volta viu mexer-se a rã morta e com cérebro extirpado; não obstante, constatou o fato e isolou a eletricidade. Às vezes, basta um fato mínimo para abrir horizontes ilimitados, porque o homem é, por sua própria natureza, um pesquisador, um explorador — mas sem que um desses fatos mínimos seja descoberto e aceito não é possível progredir.

No campo da física e da medicina adquirem-se nítidas noções do que seja um fenômeno novo: é uma descoberta inicial de fatos desconhecidos e, conseqüentemente, insuspeitados, ou seja, tidos como não existentes. Um fato é sempre objetivo e, por isso, não depende de intuição. Quando se trata de comprovar a existência de um fato novo, é preciso demonstrar que ele existe por si, isto é, isolá-lo. Então, vem uma segunda etapa: estudar as condições nas quais o fenômeno se manifesta. Uma vez solucionado este problema fundamental, pode-se estudá-lo, ou seja, começar as pesquisas. A pesquisa deve ter uma ante-sala: o aparecimento. Ora, existe uma forma de estudos que se efetuam exclusivamente para reproduzir, conservar, dominar um fenômeno, a fim de que este não se dilua como uma visão, mas se transforme

numa realidade, algo tangível e, em consequência, de valor objetivo.

A primeira Casa das Crianças fornece o exemplo de uma descoberta inicial que, a partir de fatos mínimos, abriu caminhos ilimitados.

As origens do nosso método

Algumas de minhas anotações, encontradas entre cartas antigas, descrevem da seguinte maneira as origens do nosso método.

Quem sois?

Em 6 de janeiro de 1906 foi inaugurada a primeira escola para crianças pequenas normais de três a seis anos de idade — não posso dizer com o meu método, porque este ainda não existia, mas ali em breve nasceria. Naquele dia, porém, havia apenas cerca de cinqüenta criancinhas paupérrimas, de aspecto rude e tímido, muitas delas chorando, quase todas filhas de analfabetos, que tinham sido confiadas aos meus cuidados.

O projeto inicial era reunir os filhos pequenos de operários que residiam, num conjunto de habitações populares, a fim de que não ficassem abandonados pelas escadas, não sujassem as paredes e não criassem desordem. Para isso, reservaram uma sala no próprio conjunto, para servir de refúgio, de creche. E fui chamada a encarregar-me daquela instituição que “poderia ter um bom futuro”.

Tive a indefinível impressão de que estava por nascer uma obra grandiosa.

As palavras da liturgia que foram lidas na igreja justamente naquele dia da Epifania pareciam um augúrio e uma profecia: “A terra estava toda coberta de miséria, quando surgiu a estrela do oriente, cujo esplendor guiava a multidão”.

Todos os participantes da inauguração ficaram admirados, comentando entre si: “Por que Montessori exagera tanto a importância de uma creche para os pobres?”

Comecei minha obra como um camponês que tivesse guardado uma boa semente de trigo e ao qual fosse oferecido um campo de terra fértil onde semeá-la livremente.

Mas tal não ocorreu: tão logo revolvi os torrões daquela terra, encontrei ouro em vez de trigo. Os torrões ocultavam um tesouro precioso. Eu não era o camponês que acreditara ser, mas parecia-me mais com Aladim, tendo nas mãos, sem o saber, uma chave capaz de franquear-me tesouros ocultos.

Com efeito, minha atuação sobre crianças normais trouxe-me uma série de surpresas.

É lógico supor que os meios que haviam produzido excelente resultado educativo em crianças deficientes pudessem constituir uma verdadeira chave para auxiliar o desenvolvimento das crianças normais, e que todos os meios bem-sucedidos na fortificação de mentes débeis e na correção de inteligências perturbadas contivessem os princípios de uma higiene mental ótima para ajudar mentes normais a crescerem fortes e saudáveis. Tudo isto nada tem de maravilhoso, e a teoria educacional que resultou posteriormente é o que se pode elaborar de mais positivo e científico para persuadir espíritos equilibrados e prudentes. Isso não impede, porém, que os primeiros resultados me tenham mergulhado na mais profunda admiração e, freqüentemente, incredulidade.

Os objetos que eu apresentava às crianças não tinham sobre elas o mesmo efeito que sobre as deficientes. A criança normal atraída pelo objeto nele fixava toda a sua atenção e continuava a trabalhar sem descanso, numa concentração admirável. E *só então*, depois de trabalhar, parecia satisfeita, descansada e feliz. Era descanso o que se lia naqueles rostinhos serenos, nos olhos infantis brilhantes de contentamento, depois de cumprido um trabalho espontâneo. Era como se os objetos fossem como a pequena chave usada para dar corda a um relógio. Após uma corda rápida, o relógio continuava a funcionar sozinho. No caso, porém, a criança, depois de haver trabalhado, ficava mentalmente mais forte e saudável que antes. Foi preciso tempo para que eu me convencesse de que isso não era uma ilusão. A cada nova experiência que me provava tal verdade, eu permanecia incrédula durante longo tempo e, simultaneamente, impressionada, comovida e receosa. Quantas vezes ocorreu-me censurar a professora quando me relatava o que as crianças faziam! “Não me venha contar essas fantasias”, advertia eu severamente. E recorde-me de que ela, sem ofender-se e comovida até as lágrimas, respondia-me: “Tem razão. Quando vejo essas coisas, penso que são os anjos que inspiram as crianças”.

Um dia, finalmente, com grande emoção e levando a

mão ao coração para animá-lo em sua fé, pensando com grande respeito naquelas crianças, disse comigo mesma: *Quem sois?* Talvez eu tivesse encontrado aquelas criancinhas que Cristo tomava nos braços e que lhe inspiraram as divinas palavras: “Aquele que receber em meu nome uma destas crianças estará me recebendo” e “Se não vos tornardes como as crianças, não entrareis no reino dos Céus”.

Foi assim que o acaso me fez encontrá-las. Eram crianças choronas, medrosas, tão tímidas que não se conseguia fazê-las falar, com rostos inexpressivos, o olhar espantado, como se nunca tivessem visto nada na vida. Eram, com efeito, pobres crianças abandonadas, crescidas em casas miseráveis e escuras, sem um estímulo psíquico, sem qualquer cuidado. Pareciam mal nutridas aos olhos de todos e não era preciso ser médico para perceber que tinham necessidade urgente de alimentação, de vida ao ar livre e de sol. Flores fechadas, mas sem a frescura dos botões — espíritos encerrados em invólucros fechados.

Quais foram, portanto, as condições que permitiram a transformação impressionante dessas crianças, *ou melhor, o aparecimento de novas crianças*, cujo espírito se manifestou com tal esplendor que difundiu sua luz pelo mundo inteiro?

As condições deviam ser singularmente favoráveis, para que se realizasse “a libertação do espírito da criança”. Elas deviam estar afastadas de todos os obstáculos repressivos. Mas quem seria capaz de supor quais eram tais obstáculos repressivos? E quais eram, por outro lado, as circunstâncias favoráveis e mesmo necessárias para fazer aflorar ao exterior um espírito oculto? Muitas dessas circunstâncias pareceriam opostas e negativas em relação a um objetivo tão elevado.

Começamos pelas condições das famílias dessas crianças. Pertenciam ao mais baixo nível social, porque não se tratava realmente de operários, mas de gente que procurava dia a dia uma ocupação provisória, um biscate, e, conseqüentemente, não se podia ocupar com os próprios filhos. Quase todos os pais eram analfabetos.

Não sendo possível encontrar uma verdadeira professora para um lugar sem futuro, contratou-se uma pessoa que, embora tivesse iniciado anteriormente um curso de magistério trabalhava como operária e não tinha qualquer preparo ou os preconceitos que indubitavelmente existiriam em qualquer professora. A condição particularíssima devia-se ao

fato de não ser aquela instituição privada uma verdadeira obra social, visto ter sido fundada por uma companhia imobiliária que pretendia abater os gastos de manutenção da escola como despesas indiretas de conservação do conjunto residencial. As crianças eram recolhidas a fim de que as paredes permanecessem intactas e o conjunto não tivesse necessidade de freqüentes reformas. Não se podia pensar em obras beneficentes, como cuidados médicos às crianças enfermas e alimentação gratuita à população escolar. As únicas despesas possíveis eram as habituais de um escritório, ou seja, móveis e utensílios suplementares. Por isso, começou-se por fabricar os móveis em vez de adquirir bancos escolares. Sem essas circunstâncias deveras singulares, não teria sido possível isolar o fator puramente psicológico e demonstrar sua influência nas transformações das crianças. A Casa das Crianças, portanto, não era verdadeiramente uma escola, mas uma espécie de maquinismo de medição levado ao zero para o início de um trabalho. Foi assim que, não podendo figurar no ambiente das crianças bancos escolares, cátedra, nem outros móveis desse tipo utilizados nas escolas, fabricou-se uma mobília sob medida, como se fossem móveis de uma casa ou de um escritório. Simultaneamente, mandei fabricar um material científico exatamente como o que já utilizara numa instituição para crianças deficientes e que ninguém imaginava que pudesse ser transformado em material escolar.

Não se deve crer que o “ambiente” da primeira Casa das Crianças fosse gracioso e leve como o que hoje se conhece. Os móveis mais imponentes eram uma sólida mesa para a professora, que dominava o ambiente quase como uma cátedra, e um imenso armário, alto e maciço, no qual se podia colocar toda espécie de objetos — suas robustas portas eram trancadas por chaves que permaneciam no bolso da professora. As mesas destinadas às crianças foram construídas segundo o critério da solidez e durabilidade, tão compridas que três crianças sentavam-se a cada uma, em fila, e dispostas umas atrás das outras como era costume fazer com os bancos escolares. A única novidade eram as cadeirinhas e pequenas poltronas, muito simples — uma para cada criança. Faltavam ali até mesmo as flores que posteriormente se transformaram numa característica de nossas escolas, porque no pátio, tratado como jardim, havia apenas árvores e pequenos gramados. Formando semelhante conjunto, a escola não me podia dar a lisonja de realizar qualquer

experimento importante. Não obstante, empenhei-me em tentar uma educação científica dos sentidos, a fim de testar as eventuais diferenças de reações entre as crianças normais e as deficientes, e, sobretudo, para procurar uma correspondência, que se me afigurava interessante, entre as reações de crianças normais mais jovens e de crianças deficientes de mais idade.

Não fiz qualquer restrição à professora e não lhe impus deveres especiais, limitando-me a ensinar-lhe a utilização de alguns dos materiais sensoriais, para que pudesse apresentá-lo adequadamente às crianças. Isto lhe pareceu fácil e interessante, além de não lhe impedir a própria iniciativa.

Com efeito, dentro de pouco tempo descobri que ela mesma fabricara outros materiais: cruces douradas com enfeites de cartolina que, segundo ela, serviriam para premiar as crianças mais aplicadas. E, realmente, eu muitas vezes encontrei uma delas com o peito adornado por um daqueles inócuos pendurucalhos. Ela também tomou a iniciativa de ensinar a todas as crianças a continência militar, levando a mão à testa, embora o aluno mais velho tivesse cinco anos de idade. Todavia, isto parecia causar-lhes satisfação e eu achava a coisa tão engraçada quanto inofensiva.

Assim implantou-se nossa vida de paz e isolamento.

Por muito tempo ninguém se deu conta de nós. Gostaria de recapitular os principais acontecimentos dessa época, embora se trate de coisas mínimas, dignas daquelas historietas infantis que começam por "era uma vez...", em vez de fatos a serem expostos solenemente. E até mesmo minhas intervenções posteriores foram tão simples e verdadeiramente pueris que ninguém poderia levá-las em conta de um ponto de vista científico. Não obstante, uma descrição regular importaria num volume de observações, ou melhor, de descobertas psicológicas.

19. A repetição do exercício

O primeiro fenômeno que me chamou a atenção foi o de uma menina com cerca de três anos, que se exercitava em enfiar e retirar os pequenos cilindros dos encaixes sólidos que são manipulados à semelhança de rolhas de garrafas. Trata-se, porém, de cilindros de diâmetros diferentes, a cada um dos quais corresponde uma colocação. Surpreendi-me ao ver uma menina tão pequena repetir tantas vezes um exercício, demonstrando profundo interesse por ele. Não se notava qualquer progresso de rapidez e de habilidade na execução: era uma espécie de moto-contínuo. E eu, pelo hábito de observar, comecei a contar os exercícios, pois desejei constatar até que ponto subsistiria a estranha concentração que me era revelada. E mandei também que a professora fizesse todas as outras crianças cantar e movimentar-se. O que de fato aconteceu, sem que a menina se atrapalhasse de forma alguma em seu trabalho. Então, peguei delicadamente a poltroninha onde a menina estava sentada e, com ela dentro, coloquei-a em cima de uma mesinha. Num movimento rápido, a menina agarrou o objeto e, pondo-o sobre os joelhos, continuou o mesmo trabalho. Desde que eu iniciara a contagem, ela repetira o exercício quarenta e duas vezes. Parou, como se despertasse de um sonho, e sorriu como uma pessoa feliz, observando tudo em redor com o olhar luminoso e brilhante. Parecia nem mesmo haver percebido todas aquelas manobras que não a tinham conseguido perturbar. E agora, sem qualquer causa externa, o trabalho terminara. O que terminara? E por quê?

Esse foi o primeiro vislumbre que se apresentou das profundezas desconhecidas do espírito infantil. E tratava-se de uma menina bem pequena, naquela idade em que a atenção é instável, quase impossível de fixar, e passa de uma coisa para outra sem conseguir imobilizar-se. Não obstante,

verificara-se um fenômeno de concentração no qual o eu se subtraía a todos os estímulos exteriores. Tal concentração fora acompanhada por um movimento rítmico da mão, em torno de um objeto preciso, graduado cientificamente.

Fatos semelhantes se repetiram. E sempre as crianças saíam como pessoas descansadas, cheias de vida, com o aspecto de quem experimentou uma grande alegria.

Embora esses fenômenos de concentração, que provocavam quase uma insensibilidade ao mundo exterior, não fossem habituais, notei um estranho modo de comportar-se, comum a todas as crianças e quase que constante em todas as ações, que constitui a característica própria do trabalho infantil que posteriormente vim a chamar de repetição do exercício.

Via aquelas mãozinhas sujas trabalhando, e, um dia, pensei em ensinar às crianças algo útil: lavar as mãos. Observei que, depois de já estarem com as mãos limpas, elas continuavam a lavar-se. Saíam da escola e iam lavar as mãos. Algumas mães me contaram que os filhos desapareciam de casa de manhã — e eram encontrados no lavadouro, lavando as mãos. Orgulhavam-se de exhibir a todos as mãos limpas, tanto que certa vez foram confundidos com mendigos de mãos estendidas. O exercício se repetia e tornava a repetir-se, sem ter nenhum outro objetivo exterior. O mesmo aconteceu em muitas outras ocasiões: quanto maior a exatidão de detalhes com que um exercício era ensinado, mais parecia transformar-se num estímulo à repetição inexaurível.

20. Livre escolha

Uma outra observação revelou pela primeira vez um fato muito simples. As crianças usavam o material, mas era a professora quem o distribuía e depois tornava a guardá-lo. Ela me contou que quando fazia a distribuição as crianças se levantavam e se aproximavam dela; quantas vezes fossem mandados de volta a seus lugares, tornavam a levantar-se e aproximar-se. A conclusão da professora foi de que as crianças eram desobedientes.

Ao observá-las, compreendi que seu desejo era recolocar os objetos em seus respectivos lugares, e dei-lhes liberdade de fazê-lo. Desse modo, surgiu uma espécie de vida nova: arrumar os objetos e corrigir cada eventual desordem era uma atração fortíssima. Se um copo de água caía das mãos de uma das crianças, outras acorriam a recolher os cacos e enxugar o piso.

Um dia, porém, a professora deixou cair a caixa que continha cerca de oitenta tabuinhas de diferentes cores graduadas. Recordo-me de como ela ficou embaraçada, pois era difícil identificar tantas graduações de cores. Mas logo as crianças acorreram e, com grande espanto nosso, recolocaram rapidamente em seus lugares todas as variações de cor, revelando uma maravilhosa sensibilidade às cores, superior à nossa.

Certo dia, a professora chegou um pouco atrasada à escola e tinha-se esquecido de trancar o armário. Constatou que muitas crianças tinham-no aberto e se agrupavam junto à porta. Depois, cada uma delas pegava um objeto e o levava consigo. A professora julgou tal procedimento como um instinto de furto. As crianças que roubam, que não têm respeito pela escola e pela professora, precisavam — segundo ela — de severidade e de educação moral. Acreditei que a interpretação correta seria que, àquela altura, as crianças

já conheciam tão bem os objetos que eram capazes de escolhê-los sozinhas. E assim foi.

Desse modo teve início uma atividade animada e interessante: as crianças tinham desejos particulares e escolhiam suas ocupações. Desde então foram adotados os armários baixos, onde os objetos são colocados à disposição das crianças, que os escolhem de acordo com suas necessidades interiores. E foi desse modo que o princípio da livre escolha passou a acompanhar o da repetição do exercício.

Foi a partir da livre escolha que se tornaram possíveis observações sobre as tendências e necessidades psíquicas das crianças.

Uma das primeiras conseqüências interessantes foi constatar que as crianças não utilizavam todo aquele material científico que eu mandara preparar, mas apenas alguns dos objetos. Escolhiam quase sempre as mesmas coisas, algumas com evidente preponderância, enquanto outras ficavam abandonadas, acumulando poeira.

Eu lhes apresentava todos os materiais e fazia com que a professora os oferecesse e explicasse sua utilização, mas as crianças não os pegavam espontaneamente.

Compreendi então que no ambiente da criança *tudo deve ser medido*, além de colocado em ordem, e que da eliminação da confusão e do supérfluo nascem justamente o interesse e a concentração.

21. Os brinquedos

Embora existissem na escola, à disposição das crianças, jogos e brinquedos verdadeiramente esplêndidos, ninguém se interessava por eles, o que me surpreendeu a tal ponto que resolvi intervir pessoalmente e usar os brinquedos com elas, ensinando-lhes a manipulação da louça em miniatura, acendendo o fogão na minúscula cozinha e colocando por perto uma linda boneca. As crianças interessavam-se por um momento, mas logo se afastavam e não escolhiam espontaneamente os brinquedos. Então, compreendi que os brinquedos talvez fossem algo inferior para a vida da criança e que esta só recorria a eles na falta de coisa melhor, mas que havia alguma coisa mais elevada que indubitavelmente prevalecia no espírito da criança sobre todas as coisas fúteis. O mesmo se poderia pensar em relação a nós: jogar xadrez ou bridge é agradável nos momentos de lazer, mas deixaria de sê-lo se fôssemos obrigados a não fazer outra coisa na vida. Quando se tem uma ocupação elevada e urgente, esquece-se o bridge. E a criança tem sempre outras coisas diante de si, e coisas urgentes.

Para ela, cada minuto que passa é precioso, pois representa a passagem de um grau inferior a um superior. Com efeito, a criança cresce continuamente, e tudo que se refere aos meios de desenvolvimento lhe é fascinante e a torna indiferente à atividade ociosa.

22. Prêmios e castigos

Um dia entrei na escola e avistei um menino sentado numa poltroninha no meio da sala, sozinho e sem fazer nada. Trazia no peito a pomposa condecoração da professora. Esta me informou que o menino estava de castigo. Pouco antes, porém, ela havia premiado outro menino, prendendo-lhe ao peito a condecoração. Este, ao passar pelo menino castigado, entregara-lhe a condecoração, quase como se fosse algo inútil e incômodo para quem deseja trabalhar.

O castigado contemplava com indiferença o penduruca-lho, olhando tranqüilamente ao redor, isto é, sem realmente sentir o castigo. Este primeiro fato já reduzia a zero prêmios e castigos. Entretanto, quisemos observar mais a fundo e, depois de uma larguíssima experiência, constatamos que o fato se repetia de maneira tão constante que a professora terminou por sentir uma espécie de vergonha tanto de premiar como de castigar crianças que permaneciam igualmente indiferentes a prêmios e castigos.

A partir de então, não se distribuíram mais prêmios nem castigos. O mais surpreendente foi a freqüente rejeição do prêmio.

Tratava-se de um despertar da consciência, de um senso de dignidade que antes não existia.

23. O silêncio

Um dia entrei na classe levando no colo uma menina de quatro meses, que eu havia recebido da mãe no pátio. Ela estava toda apertada em ataduras, como é costume nas camadas populares, e em seu rostinho rechonchudo e rosado não havia lágrimas. Causou-me profunda impressão o silêncio daquela criaturinha; fiz questão de transmitir isso às crianças, e lhes disse: “Ela não faz o mínimo barulho”. Em tom de brincadeira, acrescentei: “Nenhum de vocês saberia comportar-se assim”.

Percebi com espanto uma forte tensão nas crianças que me fitavam. Pareciam suspensas de meus lábios, sentindo profundamente minhas palavras. Continuei: “Vejam como sua respiração é delicada! Ninguém conseguiria respirar como ela, sem fazer barulho”. As crianças, espantadas e imóveis, prendiam a respiração. Naquele momento, fez-se um silêncio impressionante, no qual se tornou audível o tique-taque do relógio, que habitualmente não se escutava. Parecia que a menina trouxera consigo uma atmosfera de silêncio que não existe na vida normal.

Ninguém fazia o mais imperceptível movimento. Veio-lhes o desejo de sentir aquele silêncio e, portanto, de produzi-lo. Todas as crianças prestavam-se a isso — não se poderia dizer com entusiasmo, porque o entusiasmo tem algo de impulsivo que se manifesta exteriormente. Tratava-se, pelo contrário, da manifestação de uma correspondência nascida de um desejo profundo. Em acordo tácito, as crianças permaneciam imóveis, controlando até mesmo a respiração, mantendo o sereno aspecto atento de quem faz meditação. Pouco a pouco, em meio ao silêncio impressionante, ouviam-se ruídos levíssimos, como o de uma gota d’água à distância ou o pio de uma avezinha.

Foi assim que nasceu o nosso exercício de silêncio.

Um dia, ocorreu-me a idéia de aproveitar o silêncio para colocar à prova a acuidade auditiva das crianças. Assim, pensei em chamá-las com voz abafada, de uma certa distância. Quem ouvisse seu nome chamado deveria vir para perto de mim, procurando andar sem fazer barulho. Com quarenta crianças, tal exercício de paciente expectativa implicava um esforço que eu acreditava impossível. Por isso, levei comigo balas e chocolates para recompensar as crianças que se aproximassem de mim. Elas, porém, recusaram os doces. Pareciam dizer: "Não estrague nossa bela impressão! Ainda estamos no prazer espiritual — não nos tire dele!"

Compreendi que as crianças eram sensíveis não só ao silêncio como também a uma voz que as chamava de maneira quase imperceptível. Vinham devagar, andando nas pontas dos pés, com cautela, evitando esbarrar em algo — e seus passos não eram ouvidos.

Em seguida, ficou evidente que cada exercício de movimento, no qual cada erro pode ser notado como, neste caso, o barulho em meio ao silêncio, leva as crianças a aperfeiçoá-lo: a repetição do exercício é capaz de levar qualquer um a uma educação exterior das ações — e tão perfeita que seria impossível consegui-la através de ensinamentos externos.

Nossas crianças aprenderam a movimentar-se entre as coisas sem esbarrar nelas, a correr sem produzir ruído, tornando-se espertas e ágeis. E sentiam prazer na própria perfeição. O que lhes interessava era descobrir a si mesmas, as suas possibilidades, e se exercitarem numa espécie de mundo oculto como é o da vida que se desenvolve.

Muito tempo deveria passar antes que eu me convencesse de que a recusa dos doces tinha realmente uma razão particular. Os doces, dados como prêmio e como futilidade, representavam um alimento dispensável e irregular. Pareceu-me algo tão extraordinário que resolvi repetir o teste com insistência, de vez que é bem sabido que a gulodice por doces é própria das crianças. Levava doces e os distribuía, mas as crianças os recusavam ou metiam-nos no bolso do avental. Julgando que, por serem tão pobres, desejassem levar doces para a família, eu lhes disse: "Estes doces são para vocês e estes outros para levarem para casa". Elas os pegavam, mas metiam-nos todos no bolso do avental e não os comiam. Todavia, apreciavam o presente, porque certa vez uma das crianças, achando-se enferma e acamada, recebeu a visita da professora e ficou tão agradecida que abriu

uma caixinha e dela retirou uma bala que recebera de presente na escola, oferecendo-a à mestra. A bala permanecera ali por semanas a fio, como uma tentação, mas a criança não a tocara. Tal fato era tão comum nas crianças que, nas escolas inauguradas posteriormente, numerosos visitantes vinham exclusivamente para constatar o fenômeno, que foi descrito em muitos livros da época. Trata-se de um fato psíquico espontâneo e natural, porque ninguém já procurara ensinar às crianças a penitência e a renúncia aos doces, como também a ninguém poderia ocorrer a idéia, a estranha fantasia de afirmar: "As crianças não devem brincar nem comer doces". As crianças rejeitavam espontaneamente aquelas doçuras exteriores inúteis enquanto se elevavam na vida espiritual. Certa vez uma pessoa distribuiu biscoitos de formas geométricas, e as crianças, em vez de comê-los, olhavam-nos interessadamente e comentavam: "Este é um círculo! Este é um retângulo!" Também é engraçada a história daquele menino do povo que observava a mãe cozinhar. Ela pegou um pacote inteiro de manteiga e a criança disse: "É um retângulo!" A mãe cortou uma ponta e o menino comentou: "Agora, você cortou um triângulo". E acrescentou: "Sobrou um trapézio". E não disse a frase habitual: "Quero um pedaço de pão com manteiga".

24. A dignidade

Um dia veio-me à mente dar uma lição um pouco humorística sobre o modo de se assoar o nariz. E após imitar várias maneiras de usar o lenço com tal objetivo, terminei indicando como se deve fazê-lo com discrição, de maneira a produzir o mínimo ruído possível, deslizando um pouco o lenço para disfarçar o ato. As crianças ouviam e observavam com grande atenção e não riam — e eu me indagava qual seria o motivo de tamanho sucesso. Entretanto, mal terminei estalou uma salva de palmas tal como, num teatro, o artista arranca do público uma ovação a custo contida. Eu jamais ouvira dizer que crianças tão pequenas pudessem transformar-se numa multidão que aplaudia — e que aquelas minúsculas mãos fossem capazes de manifestar tanta força. Ocorreu-me então que eu talvez tivesse tocado um ponto sensível do aspecto social daquele pequeno mundo. As crianças possuem, a propósito do problema em pauta, uma espécie de condição humilhante, uma degradação que é sinal de desprezo permanente: sempre são admoestadas por isso e, especialmente nas classes populares, recebem um apelido que designa essa inferioridade. Todos gritam, todos ofendem — especialmente nas escolas, onde terminam por pregar um lenço no avental, de forma bem visível, para que as crianças não o percam. Mas nunca ninguém lhes ensinou como se deve fazer. É preciso compreender que as crianças são sensíveis aos atos de desprezo com os quais os adultos as humilham. A minha lição lhes fazia justiça, permitia que se elevassem na sociedade.

Assim o compreendi quando, após larguíssima experiência, me dei conta de que as crianças possuem um profundo sentimento de dignidade pessoal e seu espírito pode ficar ferido, magoado, oprimido, de uma forma que o adulto jamais conseguiria imaginar.

Aquele dia não terminou dessa maneira: quando me retirava, as crianças começaram a gritar: "Obrigado! Obrigado pela lição!" E depois que saí, vieram atrás de mim pela rua, numa procissão silenciosa ao longo da calçada, até que eu lhes disse: "Quando voltarem, tomem cuidado para não esbarrar nas quinas das paredes e corram nas pontas dos pés". Deram meia-volta e desapareceram pelo portão adentro como se voassem. Pobres crianças, eu as tocara em sua dignidade social.

Quando recebíamos visitas, as crianças se comportavam com dignidade e amor-próprio, sabiam dirigir seu trabalho e receber com um entusiasmo cordial.

Uma vez foi anunciada a visita de uma pessoa importante que desejava ficar sozinha com elas, a fim de observá-las. Fiz à professora a seguinte recomendação: "Deixe as coisas correrem espontaneamente". E, virando-me para as crianças, acrescentei: "Amanhã, vocês receberão uma visita. Gostaria que ela pensasse: essas crianças são as mais lindas do mundo". Posteriormente, perguntei quais tinham sido os resultados da visita. "Foi um grande sucesso", disse-me a professora. "Algumas crianças pegaram uma cadeira e disseram cortesmente ao visitante: 'Fique à vontade'. Outras lhe disseram: 'Bom dia'. E quando ele se foi, correram às janelas para gritar-lhe: 'Muito obrigado pela visita! Até logo!'" Ao que repliquei: "Mas por que se preocupou tanto em prepará-las? Recomendei-lhe que deixasse as coisas correrem normalmente". E a professora respondeu: "Eu não lhes disse nada". E explicou-me, também, que as crianças haviam trabalhado com o maior empenho, cada uma ocupando-se com um objeto diferente, e que tudo corra maravilhosamente bem, para grande espanto e comoção do visitante.

Durante muito tempo permaneci cheia de dúvidas, incrédula, atormentando a professora por recear que ela tivesse feito ensaios, preparativos. Finalmente, porém, fiquei esclarecida. As crianças tinham sua dignidade, homenageavam as visitas e sentiam orgulho de mostrar o melhor que eram capazes de fazer. Por acaso eu não lhes dissera: "Gostaria que ela pensasse: essas crianças são as mais lindas do mundo"? Mas certamente não agiram assim devido à minha exortação. Bastava dizer: "Virá uma visita", como se anuncia uma personagem ilustre num salão, e eis um pequeno povo consciente e responsável, cheio de dignidade e graça, pronto para a situação. Compreendi que as crianças *não eram tímidas*.

Não existiam obstáculos entre seu espírito e o ambiente: havia uma expansão plena e natural, como a de uma flor de lótus que abre até os estames a corola branca e assim permanece, aberta para receber os raios do sol e exalando um delicado perfume. *Nenhum obstáculo*: eis a questão. Nada a ocultar, nada a fechar, nada a temer. Apenas isso. A desenvoltura resultava, pode-se dizer, de uma adaptação imediata e perfeita ao ambiente.

Um espírito ágil e ativo, que nelas sempre estava à vontade, emanava uma cálida luz espiritual que desenredava os emaranhados que oprimiam os adultos com os quais elas entravam em contato. Aquelas crianças acolhiam tudo com amor. Assim, começaram a receber visitas que buscavam nelas uma impressão nova e vivificante.

Era curioso constatar como tais encontros suscitavam no espírito dos visitantes sensações diferentes das habituais. Por exemplo: senhoras trajadas com grande elegância, adornadas com jóias valiosas como se fossem a uma recepção, saboreavam a ingênua admiração, totalmente isenta de inveja, das crianças e se sentiam felizes com o modo pelo qual estas exprimiam tal admiração.

As crianças acariciavam os belos tecidos e as mãos finas e perfumadas das senhoras. Certa vez, um menino se acercou de uma senhora de luto, apoiou de encontro a ela sua cabecinha e depois tomou-lhe a mão, prendendo-a entre as suas. Posteriormente, a mulher, comovida, declarou que ninguém lhe proporcionara tanto conforto quanto aquelas criancinhas.

Um dia, a filha do presidente de nosso Conselho de Ministros quis acompanhar o embaixador da República Argentina numa visita à Casa das Crianças. Recomendaram ao embaixador que não fizesse aviso prévio da visita, para poder presenciar a espontaneidade de que ouvira falar. Entretanto, chegando ao local, soube que era feriado e a escola estava fechada. No pátio estavam algumas crianças, que se aproximaram. Um menino disse com a maior naturalidade: "Não faz diferença ser feriado, porque estamos todos em casa e a chave está com o porteiro".

Em seguida, entraram em ação, chamando os colegas pelo nome, fizeram abrir a porta e se puseram a trabalhar. Sua maravilhosa espontaneidade ficou comprovada de forma indiscutível.

As mães das crianças eram sensíveis a tais fatos e vinham fazer-me confidência sobre sua intimidade familiar.

Contavam-me: “Essas crianças de três ou quatro anos dizem coisas que nos ofenderiam se não fossem nossos filhos. Por exemplo: ‘Está com as mãos sujas, precisa lavá-las’. E também: ‘Precisa limpar as manchas das roupas’. Ouvindo delas essas coisas, não nos sentimos ofendidas. Elas nos advertem, como acontece nos sonhos”.

Ocorreu que aquela gente do povo foi-se tornando mais ordenada e cuidadosa. Os panos rasgados desapareceram dos peitoris das janelas. Pouco a pouco as vidraças ficaram brilhantes e vasos com gerânios floridos ornamentavam as janelas que davam para o pátio.

25. A disciplina

Malgrado essa destreza e desenvoltura de maneiras, as crianças, em conjunto, davam a impressão de ser extraordinariamente disciplinadas. Trabalhavam tranqüilas, cada uma atenta às próprias ocupações; andavam de um lado para outro, a passos ligeiros, para trocar os materiais ou colocar seus trabalhos no lugar. Saíam da sala, davam uma olhadela no pátio e voltavam. Satisfaziam os desejos expressos pela professora com surpreendente rapidez. A professora dizia: "Cumprem de tal maneira o que lhes digo que começo a sentir-me responsável por cada palavra que pronuncio".

Com efeito, se ela pedisse que fizessem o exercício do silêncio, mal terminava de falar e as crianças se punham imóveis.

Essa aparente dependência não as impedia de agir por si mesmas, dispondo do seu tempo e do seu dia. Escolhiam sozinhas os objetos, arrumavam a escola e, se a professora chegava atrasada, ou saía, deixando-as sozinhas, tudo corria igualmente bem. Era esse o principal motivo de atração para quem as observasse: a ordem e a disciplina estreitamente ligadas à espontaneidade.

Qual seria a origem daquela disciplina perfeita, vibrante mesmo ao manifestar-se através do silêncio mais profundo? Daquela obediência que adivinhava a fim de estar sempre preparada para executar?

A calma nas aulas das crianças que trabalhavam era impressionante e comovente. *Ninguém a provocara, de modo que ninguém jamais conseguiria obtê-la a partir do exterior.*

Teriam, porventura, aquelas crianças penetrado em seu ciclo orbital, como ocorre com as estrelas que seguem incansavelmente suas trajetórias, sem se afastarem de sua ordem, continuando a brilhar por toda a eternidade? A Bíblia a elas se refere numa linguagem que se aplica a tais manifesta-

ções infantis: “As estrelas, chamadas, responderam: ‘Aqui estamos’. E brilharam alegremente”. Uma disciplina natural desse gênero parece ultrapassar as coisas próximas e manifesta-se como um exemplo da disciplina universal que rege o mundo. É a disciplina de que falam os antigos salmos bíblicos quando dizem que ela se perdeu entre os homens. E tem-se a impressão de que sobre essa disciplina natural deveria estruturar-se qualquer outra disciplina que tivesse causas externas imediatas, como é o caso da disciplina social. Era justamente esse o principal motivo de espanto, que mais induzia à reflexão, que parecia possuir algo de misterioso: a ordem e a disciplina tão estreitamente unidas conduziam à liberdade.

26. O início da aprendizagem

A escrita — a leitura

Certo dia duas ou três mães vieram procurar-me, em delegação, e me pediram que ensinasse seus filhos a ler e escrever. Tratava-se de mães analfabetas. E como eu resistisse (tal empresa era demasiadamente remota para mim), insistiram em tentar convencer-me.

Foi então que ocorreram os fatos mais surpreendentes, porque o que eu ensinei às crianças de quatro a cinco anos de idade foram apenas algumas letras do alfabeto, que mandei a professora recortar em cartolina. E mandei também recortá-las em papel de lixa, para que as crianças as tocassem com a polpa dos dedos e adquirissem um sentido da maneira de escrevê-las. Arrumei-as em seguida em alguns quadros, agrupando as letras de formatos mais semelhantes, a fim de tornar uniformes os movimentos das pequeninas mãos que deveriam tocá-las. A professora, satisfeita, dedicou-se àquela iniciação básica.

Não entendíamos por que motivo as crianças revelavam tamanho entusiasmo: faziam procissões levando ao alto, como estandartes, as letras de cartolina e soltando gritos de alegria. Por quê?...

Um dia, surpreendi um menino que perambulava sozinho, repetindo consigo mesmo: "Para fazer Sofia é preciso um S, um O, um F, um I, um A". E repetia também os sons, ou sílabas, que compunham a palavra. Conseqüentemente, efetuava um estudo, analisando a palavra que tinha em mente e procurando os sons de que era composta; com o interesse íntimo de quem faz uma descoberta, dava-se conta de que cada um dos sons correspondia a uma letra do alfabeto. Com efeito, no que consiste a escrita alfabética se-

não em fazer um sinal corresponder a um som? A linguagem, em si, é o que se fala e nada mais é que a tradução verdadeiramente literal dessa correspondência. Toda a importância do progresso da escrita alfabética reside no ponto de encontro do qual duas linguagens se desenvolvem paralelamente. E, no início, uma delas — a linguagem escrita — cai do alto como gotículas esparsas, destacadas umas das outras, que depois formam um curso d'água definido, isto é, as palavras e as frases.

É uma chave, um verdadeiro segredo que, uma vez descoberto, duplica uma riqueza: permite à mão dominar um trabalho vital quase inconsciente, como é a linguagem falada, e criar uma outra linguagem que a reflete em todos os pormenores. A mente e a mão têm participações iguais.

Então, a mão pode dar um impulso e fazer daquelas gotas uma segunda catarata. Toda linguagem, por ser um curso d'água, é capaz de precipitar uma catarata, pois esta não passa de um acúmulo de gotas.

Uma vez estabelecido um alfabeto, deve logicamente derivar-se dele uma linguagem escrita, que é uma consequência natural. Para isso, é necessário que a mão saiba traçar sinais. Todavia, os sinais alfabéticos são simples símbolos que não representam qualquer figura e, por conseguinte, facilísimos de desenhar. Eu, porém, nada refleti sobre tudo isso quando se registrou, na Casa das Crianças, o seu mais importante acontecimento.

Ocorreu que, um dia, um menino começou a escrever. Ficou tão maravilhado que se pôs a gritar: "Escrevi! Escrevi!" E as crianças correram para rodeá-lo, interessadas, fitando as palavras que o colega traçara no chão servindo-se de um pedaço de giz branco. "Eu também! Eu também!", gritaram outras, afastando-se a correr. Iam procurar meios para escrever, e algumas se juntaram diante de um quadro-negro. Outras estenderam-se no chão. E assim começou a desenvolver-se a linguagem escrita, como uma explosão.

Aquela atividade inexaurível foi realmente como uma catarata. As crianças escreviam em toda parte: nas portas, nas paredes e até mesmo, em casa, nas côdeas de pão. Tinham cerca de quatro anos de idade. A descoberta da escrita era um fato imprevisto. A professora me dizia: "Este menino começou a escrever ontem, às três horas".

Ficamos verdadeiramente abismadas, como diante de um milagre. Todavia, quando apresentávamos livros às crianças (e muitas pessoas que tiveram notícia do acontecido trou-

xeram livros ilustrados e belíssimos), estes eram acolhidos com frieza — como objetos com belas figuras, por certo, mas que as distraíam da coisa apaixonante na qual tudo se concentrava: a escrita. Talvez aquelas crianças nunca tivessem visto um livro — e por muito tempo procuramos atrair seu interesse para os livros. Era impossível até mesmo fazê-las compreender o que fosse a leitura. Assim, guardamos todos os livros, à espera de uma ocasião mais propícia. Elas também não liam a escrita manual. Era raro que uma delas se interessasse por ler o que outra escrevera; conseqüentemente, dir-se-ia que não sabiam mesmo ler aquelas palavras. Muitas crianças viravam-se para fitar-me, admiradas, quando eu lia em voz alta as palavras por elas escritas, como se indagasse: “Como você sabe?”

Só depois de seis meses começaram a entender o que era a leitura e, mesmo assim, apenas associando-a à escrita. Deviam acompanhar com os olhos os sinais que minha mão traçava sobre o papel em branco e, desse modo, perceberem que assim eu transmitia meus pensamentos, como se falasse. Logo que captaram nitidamente a idéia, passaram a pegar os pedaços de papel nos quais eu escrevia e os levavam para algum canto isolado, procurando lê-los. Faziam-no mentalmente, sem emitir qualquer som. Percebia-se que tinham compreendido pelo sorriso repentino que lhes distendia os rostinhos contraídos pelo esforço. Depois, colocavam-se em movimento de um pulo, como se impulsionados por uma mola oculta, pois cada uma das minhas frases era uma “ordem”, como se eu dissesse em voz alta: “Abra a janela”, ou “Venha para perto de mim”, etc. E assim se iniciou a leitura, que passou posteriormente a frases compridas, que davam ordens complexas. Parecia, porém, que a linguagem escrita era entendida pelas crianças apenas como outro modo de exprimir-se, uma outra forma da linguagem falada que, como aquela, se transmite diretamente de uma pessoa a outra.

Com efeito, quando chegavam visitas, muitas das crianças que antes quase se excediam nas saudações vocais passaram a ficar caladas: levantavam-se e iam escrever no quadro-negro: “Fique à vontade”, “Obrigado pela visita”, etc.

Certa vez, falava-se de uma grande calamidade ocorrida na Sicília, onde um terremoto destruíra inteiramente a cidade de Messina, fazendo centenas de milhares de vítimas. Um menino com cerca de cinco anos levantou-se e foi escrever no quadro-negro. Começou assim: “Não gosto de...” Nós o observávamos, supondo que desejasse deplorar a ca-

tástrofe. Em vez disso, ele escreveu: "Não gosto de ser pequeno". Que estranha reflexão! Mas o menino continuou a escrever: "Porque se fosse grande eu ia ajudar". Não só fez uma pequena composição literária, como também revelou seu bom coração. Era filho de uma mulher que o sustentava vendendo verduras num cesto, pelas ruas.

Mais tarde, ocorreu um fato surpreendente. Enquanto preparávamos o material para ensinar o alfabeto impresso e repetir o teste com os livros, as crianças começaram a ler todos os impressos que existiam na escola, inclusive alguns realmente difíceis de decifrar, como um certo calendário onde estavam impressas palavras escritas com letras góticas. Ao mesmo tempo, os pais vieram queixar-se de que as crianças paravam na rua para ler os letreiros das lojas e não era mais possível andar ao lado delas. Era evidente que as crianças se interessavam por decifrar os sinais alfabéticos e não por conhecer algumas palavras. Viam uma escrita diferente e tratavam de conhecê-la, conseguindo extrair dela o sentido de uma palavra. Era um esforço de intuição comparável ao que impele os adultos a estudarem demoradamente os sinais de escritas pré-históricas gravadas na pedra, até que o sentido deles extraído forneça a prova de terem decifrado caracteres desconhecidos. Eis a motivação da nova paixão que nascia nas crianças.

Demasiada pressa de nossa parte em explicar os caracteres impressos anularia esse interesse e essa energia intuitiva. Uma intempestiva insistência em fazer ler as palavras nos livros seria igualmente uma intervenção negativa que, por uma finalidade sem importância, diminuiria a energia daquelas mentes dinâmicas. É assim, os livros permaneceram por muito tempo nos armários. Só mais tarde as crianças se puseram em contato com os livros. Começou com um fato deveras interessante. Um menino chegou à escola muito excitado, ocultando na mão um pedaço de papel amarrotado, e segredou a um colega: "Adivinhe o que está neste pedaço de papel. . ." "Nada. É um pedaço de papel rasgado." "Não, tem uma história. . ." "Uma história aí dentro?" Isto atraiu uma multidão de pequenos interessados. O menino apanhara o papel num monte de lixo. E pôs-se a ler. Leu a história.

Então, as crianças compreenderam o significado de um livro. Depois disso, pode-se dizer que os livros foram saqueados. Muitas crianças, encontrando uma leitura interessante, arrancavam a página e a levavam para casa. Aqueles

livros! A descoberta de seu valor foi deveras perturbadora. A ordem e tranqüilidade habituais foram alteradas e fazia-se necessário disciplinar aquelas mãozinhas frementes que destruíam por amor. Antes mesmo de ler os livros e de respeitá-los, as crianças, com algum auxílio, tinham corrigido a ortografia e aperfeiçoado de tal forma a escrita, que foram comparadas às crianças da terceira série nas escolas primárias.

27. Paralelos físicos

Durante todo aquele tempo nada se fez para melhorar as condições físicas das crianças. Agora, porém, ninguém reconheceria naqueles rostos corados e em seu aspecto vivo as crianças desnutridas e anêmicas que pareciam necessitadas de cuidados urgentes, de alimentos e de remédios reconstituintes. Estavam saudáveis como se tivessem feito tratamentos que recomendassem muito sol e ar puro.

Na verdade, se os fatores psíquicos deprimentes podem influir no metabolismo, diminuindo a vitalidade, o contrário também pode ocorrer, isto é, os fatores psíquicos estimulantes podem reativar o metabolismo e todas as funções físicas. E aquela era uma prova disso. Hoje, que se estudam as energias dinâmicas da matéria, isto não causaria maior impressão; naquela época, porém, suscitou profunda surpresa.

Falava-se de “milagres”, e a notícia das crianças maravilhosas espalhou-se num instante; a imprensa referiu-se ao caso com eloquência. Escreveram-se livros sobre elas, que também serviram de inspiração a romancistas que, reportando a descrição exata do que tinham visto, pareciam ilustrar um mundo desconhecido. Falou-se da descoberta da alma humana, falou-se de milagres, citou-se a transformação das crianças — e o mais recente livro inglês a respeito delas intitulava-se *New children* (Novas crianças). Muitas pessoas vieram de países distantes, em especial dos Estados Unidos, para constatar aqueles fatos surpreendentes. As nossas crianças bem podiam repetir as palavras bíblicas que tinha sido lidas nas igrejas no dia 6 de janeiro, na festa dos Reis Magos, que foi o dia da inauguração da escola: “Eleva teu olhar e olha em redor: todos estes se reuniram para virem ter contigo. A ti se dirigirá toda a multidão vinda do outro lado do mar”.

28. Conseqüências

Este rápido relato de fatos e impressões causa perplexidade quanto à questão do “método”, pois não se compreende através de que método foram obtidos tais resultados.

Mas aí reside o problema.

Não se vê o método: *o que se vê é a criança*. Vê-se o espírito da criança que, libertado dos obstáculos, age segundo sua própria natureza. As qualidades infantis que se entreviram pertencem simplesmente à *vida*, assim como as cores dos pássaros e o perfume das flores. Não são, absolutamente, conseqüência de um “método educacional”. É evidente, porém, que esses fatos naturais podem ter sido influenciados pelo trabalho educativo que teve por meta protegê-las, cultivando-as de modo a facilitar-lhes o desenvolvimento.

O homem pode agir, através do cultivo, até mesmo sobre as flores nas quais as cores e os aromas são naturais, assegurando o aparecimento de determinadas características ou desenvolvendo em termos de força e beleza as características primitivas apresentadas pela natureza.

Ora, os fenômenos surgidos na Casa das Crianças são caracteres psíquicos naturais. Todavia, não são aparentes como os fatos naturais da vida vegetativa, porque a vida psíquica é tão dinâmica que suas características podem até mesmo desaparecer em conseqüência de condições inadequadas do ambiente e ser substituídas por outras. Faz-se necessário, portanto, antes de proceder a uma ação educativa, implantar condições ambientais que favoreçam a aparição das características normais que estão ocultas. Para isso, basta simplesmente “afastar os obstáculos”; este deve ser o primeiro passo, o alicerce da educação.

Não se trata, conseqüentemente, de desenvolver características existentes, mas de primeiro descobrir a natureza e depois auxiliar o desenvolvimento da normalidade.

Se estudarmos a primeira aparição de condições que se produziram ao acaso e originaram o surgimento das características normais, poderemos reconhecer entre elas algumas de especial destaque.

Uma é o ambiente agradável proporcionado às crianças no qual elas não sofriam coação. E devia ser extremamente agradável, para crianças criadas em locais miseráveis, aquela casa branca e limpa, com mesinhas novas, as cadeirinhas e pequenas poltronas fabricadas especialmente para elas, os pequenos canteiros gramados do pátio ensolarado.

Outra é o caráter *negativo* do adulto: os pais analfabetos, a professora operária sem ambições ou preconceitos. Tal situação poderia ser considerada um estado de “calma intelectual”.

Sempre se admitiu que um educador deve ser *calmo*. Mas esta calma era encarada em termos de caráter, de impulsos nervosos. Trata-se aqui, porém, de uma calma mais profunda: um estado de vazio, ou melhor, de *desimpedimento mental*, que produz limpidez interior. É a “humildade intelectual”, muito próxima da pureza de intelecto que predispõe a compreender a criança e que deveria, por conseguinte, constituir a preparação essencial da professora.

Outra circunstância notável é o oferecimento às crianças de um material científico adequado e atraente, aperfeiçoado para a educação sensorial, e de meios — como os sólidos articulados — que permitem uma análise e um aperfeiçoamento dos movimentos, bem como a concentração da atenção, inexecutáveis quando o ensinamento feito de viva voz pretende despertar as energias por meio de solicitações exteriores.

Portanto: ambiente adequado, professor humilde, material científico — eis os três pontos exteriores.

Procuremos agora colocar em destaque algumas das manifestações das crianças.

A mais evidente, que parece abrir, num passe de mágica, a porta para a expansão das características normais, é a atividade definida de concentrar-se num trabalho, num exercício com qualquer objeto exterior, com movimentos da mão que são guiados pela inteligência. Eis que então se libertam algumas características que têm uma evidente motivação interior, como a “repetição do exercício” e “a livre escolha das coisas”. É quando surge a criança, iluminada de alegria, incansável, porque a atividade é como um metabolismo psíquico ao qual estão ligados a vida e, em consequência,

o desenvolvimento. Agora, é a escolha da criança que orienta tudo: ela reage efusivamente a determinados testes, como o exercício do silêncio, entusiasma-se com certos ensinamentos que lhe abrem um caminho de justiça e dignidade, absorve intensamente os meios que lhe permitem desenvolver a mente. Em contrapartida, rejeita outras coisas: os prêmios, os doces, os brinquedos. Além disso, fica demonstrado que a ordem e a disciplina constituem para ela necessidades e manifestações vitais. E é apenas uma criança: fresca, sincera, alegre, que grita quando se entusiasma, que aplaude, corre, cumprimenta em voz alta, agradece efusivamente, chama as pessoas e vai atrás delas para demonstrar a sua gratidão, aproxima-se de todos, admira tudo e a tudo se adapta.

Selecionamos, pois, as coisas que ela escolheu e levamos em conta suas manifestações espontâneas para elaborar uma espécie de lista, anotando o que ela recusou, a fim de evitarmos perda de tempo.

- 1.º *Trabalho individual:*
 - Repetição do exercício
 - Liberdade de escolha
 - Verificação dos erros
 - Análise dos movimentos
 - Exercícios de silêncio
 - Boas maneiras nos contatos sociais
 - Ordem no ambiente
 - Meticuloso asseio pessoal
 - Educação dos sentidos
 - Escrita isolada da leitura
 - Escrita anterior à leitura
 - Leituras sem livros
 - Disciplina na atividade livre

E ainda:

- 2.º *Abolição dos prêmios e castigos:*
 - Abolição dos silabários
 - Abolição das lições coletivas¹
 - Abolição de programas e de exames
 - Abolição de brinquedos e guloseimas
 - Abolição da cátedra da professora

¹ Isto não significa que nas Casas das Crianças não se ministrem lições coletivas, mas estas não são o único nem o principal meio de ensino: constituem apenas uma iniciativa destinada a temas e atividades especiais.

Não há dúvida de que está delineado nessa relação um método educativo. Em suma: partem da criança diretrizes práticas positivas, bem como experimentais, para a elaboração de um método educacional em que a escolha feita por ela oriente a estruturação e sua vivacidade vital atue como controle dos erros.

É também maravilhoso constatar que na posterior estruturação de um verdadeiro método educativo longamente elaborado com base na experiência tenham-se conservado intactas as primitivas diretrizes vindas do nada. Isto nos faz lembrar o embrião de um vertebrado, no qual aparece uma linha denominada linha primitiva, um verdadeiro desenho insubstancial que posteriormente se transformará na coluna vertebral. E, analisando um pouco mais a comparação, poder-se-ia distinguir um todo dividido em três partes: cabeça, região torácica e região abdominal. E, depois, muitos pontos especiais que se vão definindo ordenadamente, pouco a pouco, terminando por solidificar-se: as vértebras. Assim, no primeiro esboço de um método educativo existe um todo, uma linha básica, onde se destacam três fatores principais: o ambiente, o professor e o material; além disso, muitas particularidades que se vão definindo, justamente com as vértebras.

Seria interessante acompanhar passo a passo essa elaboração que, pode-se dizer, constitui a primeira obra da sociedade humana orientada pela criança, a fim de fazer uma idéia da evolução dos princípios que, num primeiro momento, se apresentaram como revelações insuspeitadas. *Evolução* é a primeira palavra para indicar os sucessivos desenvolvimentos desse método singular, por que os novos pormenores devem-se a uma vida que se desenvolve à custa do ambiente. Todavia, tal ambiente é muito especial, pois também ele, por obra do adulto, constitui uma resposta ativa e vital aos novos desígnios que a vida infantil manifesta ao desenvolver-se.

A rapidez prodigiosa com que se multiplicaram as tentativas de aplicação desse método nas escolas de crianças de todas as condições sociais e de todas as raças ampliou de tal modo a experiência, que colocou em destaque, de forma indubitável, pontos constantes, tendências universais e, pode-se muito bem dizer, as *leis naturais*, que devem ser o fundamento primordial da educação.

As escolas que se seguiram à primeira Casa das Crianças são especialmente interessantes porque constituíram a continuação da mesma atitude de aguardar os fenômenos es-

pontâneos infantis, sem que se definisse uma preparação exterior de métodos determinados.

Um exemplo impressionante foi uma das primeiras Casas das Crianças fundadas em Roma. As circunstâncias eram ainda mais excepcionais que na primeira escola, porque se tratava, no caso, de crianças órfãs, sobreviventes de uma das maiores catástrofes: o terremoto de Messina. Eram cerca de sessenta crianças retiradas dos escombros.

Não se conheciam seus nomes nem condições sociais. O tremendo choque as tornara, quase todas, iguais: abatidas, mudas, ausentes. Era difícil alimentá-las e fazê-las dormir. À noite, ouviam-se gritos e choros. Criou-se para elas um ambiente delicioso, e a rainha da Itália ocupou-se generosamente delas. Fabricaram-se móveis pequenos e claros, reluzentes, inclusive pequenos armários com portas, cortinas coloridas, mesinhas circulares bem baixas e de cores vivas, além de outras mesas retangulares mais altas e claras, cadeirinhas e pequenas poltronas. E, sobretudo, deu-se às crianças louça atraente, pequenos pratos e talheres, minúsculos guardanapos e até mesmo sabonetes e toalhas de tamanho adequado às pequeninas mãos.

Por toda parte, havia enfeites e sinais de esmero. Quadros nas paredes e uma profusão de vasos com flores. O local era um convento de irmãs franciscanas, com extensos jardins, amplas alamedas e flores bem cultivadas. Havia tanques com peixes vermelhos, pombos. . . Tal era o ambiente no qual as irmãs, com seus hábitos alvacentos, que os grandes véus tornavam majestosos, moviam-se silenciosas e tranquilas.

Ensinavam boas maneiras às crianças com uma precisão que se foi aperfeiçoando dia a dia. Na ordem religiosa existiam muitas freiras pertencentes à sociedade aristocrática, que passaram a colocar em prática as mais minuciosas regras da vida mundana que tinham abandonado, evocando-as através das lembranças de seus antigos costumes. As crianças pareciam insaciáveis de tais requintes. Aprenderam a comportar-se como príncipes à mesa, bem como a servir a mesa como criados de alta categoria. A refeição já não as atraía pelo alimento, mas pelo espírito de exatidão, pelo exercício dos movimentos controlados, pelos conhecimentos edificantes. E, pouco a pouco, renasceram até mesmo o apetite infantil e o sono tranqüilo. A mudança daquelas crianças causava uma profunda impressão: eram vistas saltitar carregando objetos pelo jardim, levando a mobília de uma sala

para um recanto ao ar livre, sob as árvores, sem nada quebrarem, sem esbarrarem em nada, exibindo fisionomias animadas e alegres.

Foi ali que se empregou pela primeira vez o termo *conversão*: “Essas crianças dão-me a impressão de convertidos”, disse uma das mais eminentes escritoras italianas daquela época. “Não existe conversão mais maravilhosa que aquela que faz superar a melancolia e a depressão, elevando a um plano de vida mais alto.”

Tal conceito, que dava uma forma espiritual a um fenómeno inexplicável e impressionante aos olhos de todos, comoveu muita gente, a despeito do significado contrastante do termo, pois a idéia de conversão parece opor-se ao estado de inocência da infância. Tratava-se, porém, de uma mudança espiritual que as libertava da dor e do abandono, num renascimento para a alegria.

Tristeza e remorso são condições que indicam afastamento da fonte das energias vitais, e, sob esse aspecto, reencontrar as energias vitais é converter-se. Então, desaparecem juntos a tristeza e o remorso, na alegria e na purificação.

E foi o que realmente aconteceu com as nossas crianças: ocorriam, simultaneamente, a ressurreição da tristeza para a alegria, o desaparecimento de tantos defeitos temidos, porque geralmente incorrigíveis, mas, sobretudo, a eliminação de características geralmente encaradas como qualidades. Foi, na verdade, uma luz deslumbrante emitida pelas crianças. Tudo no homem está errado e deve ser refeito. E para refazê-lo só existe um modo: retornar às fontes únicas das energias criativas. Sem essa demonstração tão complexa das crianças que, nas nossas escolas, provinham das condições mais normais de vida, não teria sido possível distinguir o bem e o mal no caráter infantil, porque o homem já formara um juízo próprio e sancionado como bom na criança tudo o que para ele significava adaptação da criança às condições de vida do adulto, e vice-versa. E nesses juízos contrastantes haviam-se anulado as características naturais da criança. A criança desaparecera, era um desconhecido frente ao mundo do adulto: o bem e o mal sepultavam-na.

29. Crianças privilegiadas

Um outro tipo de crianças pertencentes a condições sociais excepcionais são os filhos dos ricos. Poderia parecer bastante mais fácil educá-las que às paupérrimas crianças da primeira escola ou os órfãos do terremoto de Messina. Em que deveria consistir, pois, a sua conversão? As crianças ricas são de fato privilegiadas, cercadas dos mais preciosos cuidados de que dispõe a sociedade. Entretanto, para esclarecer tal preconceito, reporto-me a algumas páginas de um dos meus livros, no qual professoras que dirigiam nossas escolas na Europa e nos Estados Unidos fornecem simplesmente suas primeiras impressões sobre as dificuldades encontradas.

A beleza do ambiente infantil, a magnificência das flores não atraem a criança rica; as alamedas de um jardim não lhe são convidativas e a correspondência entre criança e material não se produz.

A professora fica desorientada pelo fato de que as crianças não se atiram, como era esperado, sobre os objetos a fim de escolhê-los segundo suas próprias necessidades.

Quando, em nossas escolas, as crianças são pobres, isso ocorre quase sempre desde o primeiro instante; mas em se tratando de crianças ricas, já fartas dos objetos mais raros, dos brinquedos mais esplêndidos, é muito difícil haver uma reação aos estímulos que lhes são oferecidos. Uma professora americana, Miss G., escreveu de Washington:

“As crianças pegavam os objetos das mãos das outras; quando eu tentava mostrar um objeto a um aluno, os outros deixavam cair o que tinham nas mãos e, ruidosamente, sem objetivo, reuniam-se em volta de nós. Quando eu terminava de explicar um objeto, todos o agarravam e lutavam entre si pela sua posse. Não mostravam o mínimo interesse pelo material: passavam de um objeto a outro sem se fixarem em nenhum. Um menino era tão incapaz de permanecer quieto a

ponto de não conseguir manter-se sentado pelo tempo necessário para fechar os dedos em torno de um dos pequenos objetos que lhe eram oferecidos. Em muitos casos, o movimento das crianças era desprovido de um objetivo: corriam em volta da sala sem terem uma meta prefixada. Nesses movimentos, não tomavam o menor cuidado de respeitarem os objetos; na verdade, esbarravam nas mesas, derrubavam as cadeiras e pisavam no material. Às vezes, começavam um trabalho num lugar e depois corriam noutra direção para pegar outro objeto e abandoná-lo segundo seus caprichos.”

Mlle D. escreveu de Paris:

“Devo confessar que minhas experiências foram deveras desanimadoras. As crianças eram incapazes de fixar-se mais que alguns instantes num trabalho. Nenhuma perseverança, nenhuma iniciativa por parte delas. Às vezes, seguiam-se umas às outras, comportando-se como um rebanho de ovelhas. Quando uma pegava um objeto, todas queriam imitá-la. Por vezes, rolavam pelo chão, deixando as cadeiras de pernas para o ar”.

De uma escola para crianças ricas em Roma chegou-nos a seguinte descrição lacônica:

“A maior preocupação é a disciplina. As crianças se mostram desorientadas no trabalho e refratárias a diretrizes”.

Agora, eis alguns relatos quanto ao nascimento da disciplina:

Miss G. relatava de Washington:

“Em poucos dias aquela massa nebulosa de partículas vertiginosas (crianças desordenadas) começou a assumir uma forma definitiva. Parecia que as crianças começavam a orientar-se: começaram a descobrir um interesse original nos muitos objetos que, no princípio, tinham desprezado como brinquedos insípidos e, como resultado deste novo interesse, começavam a agir como indivíduos independentes, extremamente individualizados. Então, ocorria que um objeto que absorvesse toda a atenção de uma criança não tivesse a mínima atração para outra; as crianças se separavam umas das outras em suas manifestações de atenção.

“A batalha só está definitivamente ganha quando a criança descobre qualquer coisa — um determinado objeto — que lhe suscite espontaneamente um grande interesse. Algumas vezes tal entusiasmo chega de improviso e com estranha rapidez. Numa ocasião, experimentei despertar o interesse de um menino com quase todos os objetos do nosso

sistema, sem conseguir extrair dele a mínima centelha de atenção; então, ao acaso, mostrei-lhe duas tabuinhas de cor vermelha e azul, chamando-lhe a atenção para a diferença das cores. De repente, ele as agarrou com ânsia e aprendeu numa só lição as cinco cores básicas. Nos dias seguintes, pegou todos os objetos que antes desdenhara e, pouco a pouco, interessou-se por todos.

“Um menino que, no princípio, tinha uma capacidade mínima de concentrar sua atenção encontrou a saída daquele estado caótico interessando-se por um dos mais complexos objetos que faziam parte do material: os chamados comprimentos. Brincou continuamente com ele durante uma semana inteira e aprendeu a contar e fazer contas simples de somar. Então, voltou aos objetos mais simples: os sólidos de encaixe, os cilindros, e se interessou por todas as partes do sistema.

“Logo que as crianças encontram um objeto que lhes interesse, a desordem desaparece de imediato e a divagação mental termina”.

A mesma professora ilustra o despertar de uma personalidade:

“Eram duas irmãs, uma de três e outra de cinco anos. A menina de três anos não existia em termos de individualidade, pois seguia de modo preciso a irmã mais velha. Se a mais velha tinha um lápis azul, a menor não se dava por satisfeita enquanto não tivesse também um lápis azul; a mais velha comia pão com manteiga, a menor não comia outra coisa senão pão com manteiga — e assim por diante. A menor não se interessava por coisa nenhuma na escola, limitando-se apenas a seguir materialmente a irmã e a imitar tudo que esta fazia. Certo dia, a menina interessou-se por cubos cor-de-rosa: erigiu sua torre, demonstrando vivíssimo interesse, e repetiu inúmeras vezes o mesmo exercício, esquecendo completamente a irmã maior. Esta ficou tão admirada com o fato que a chamou e lhe disse: “Como é possível eu estar enchendo um círculo e você construindo uma torre?” Daquele dia em diante, a menorzinha tornou-se uma personalidade e começou a desenvolver-se por si mesma, deixando de ser um espelho da irmã”.

Mlle D. fala de uma menina de quatro anos que era absolutamente incapaz de transportar um copo d'água, mesmo cheio apenas até a metade, sem entorná-lo. Conseqüentemente, esquivava-se a essa tarefa, por saber-se incapaz de cumpri-la. Posteriormente, veio a interessar-se por outro

exercício e, após ser bem-sucedida nele, passou a transportar copos d'água sem qualquer dificuldade. Como alguns colegas pintavam com aquarela, sua mania era levar água para todos sem entornar uma gota.

Outro fato deveras singular foi relatado por uma professora italiana, Miss B., que tinha na escola uma menininha que ainda não sabia falar e só emitia sons inarticulados, tanto que os pais tinham-na levado a um médico para verificar se ela era anormal. Um dia, a menina interessou-se pelos sólidos de encaixe e se distraiu por muito tempo enfiando e retirando os pequenos cilindros de madeira das suas cavidades. Depois de haver repetido com intenso interesse aquele trabalho, correu à professora e disse: "Venha ver".

Mlle D. relata:

"Após as férias do Natal, ao recomeçarem as aulas, produziu-se uma grande alteração na classe. Parecia que a ordem se estabelecera espontaneamente, sem que eu intervisse nesse sentido. As crianças aparentavam estar por demais ocupadas em suas tarefas para se entregarem, como antes, a ações desordenadas. Iam sozinhas escolher no armário os objetos que antes davam a impressão de aborrecê-las. Criou-se na classe uma atmosfera de trabalho. As crianças que até então pegavam os objetos apenas por um capricho momentâneo passaram a mostrar necessidade de uma espécie de regra — uma regra pessoal e interior: concentravam seus esforços em trabalhos precisos e metódicos, demonstrando verdadeira satisfação em sobrepujarem as dificuldades. Este trabalho precioso produziu um resultado imediato em seu caráter: tornaram-se donas de si mesmas".

O exemplo que impressionou Mlle D. foi o de um menino de quatro anos e meio que havia desenvolvido extraordinariamente a imaginação, tanto que, quando lhe apresentavam um objeto, não observava a sua forma, mas personalizava-o, bem como a si mesmo, falando continuamente. Além disso, era impossível fixar-lhe a atenção no objeto propriamente dito. Enquanto divagava mentalmente, era incapaz de fazer qualquer ação precisa — como, por exemplo, abotoar um simples botão. Repentinamente, passou a operar-se nele uma maravilha: "Constatee com espanto que ocorria nele uma mudança: tomou como ocupação predileta um dos exercícios e, posteriormente, todos os outros. Dessa maneira, acalmou-se".

Essas antigas descrições exatas de professoras que abriam escolas antes que fosse estabelecido um método se-

guro poder-se-iam repetir ao infinito, sempre uniformes. Fatos e dificuldades semelhantes são constatados em quase todas as crianças felizes que possuem uma família inteligente e amorosa, que se ocupa delas. Existem dificuldades espirituais ligadas ao que chamamos de bem-estar e que nos explicam a ressonância, em todos os corações, das famosas palavras de Cristo no Sermão da Montanha: "Bem-aventurados os humildes, bem-aventurados os que choram".

Mas todas são chamadas, todas conseguem vir, superando as próprias dificuldades — razão pela qual o fenômeno que foi denominado "conversão" é uma característica própria da infância. Trata-se de uma mudança rápida, às vezes instantânea, e que sempre ocorre pela mesma causa. Não se poderia citar um só exemplo de conversão fora do trabalho interessante que concentra a atividade. E assim acontecem as mais diversas conversões: os exaltados se acalmam, os reprimidos ressurgem, e todos caminham juntos na mesma estrada de trabalho e disciplina, continuando em um progresso que se desenvolve por si mesmo e é movido por alguma energia interior que se manifesta ao ser encontrada uma saída.

Existe um caráter explosivo nos fatos que se estabelecem imprevisivelmente e constituem o prenúncio seguro de um desenvolvimento posterior. Da mesma forma, de um dia para outro aponta o primeiro dente da criança, de um dia para outro ela dá o primeiro passo; e quando o primeiro dente desponta é sinal de que a dentadura inteira virá, depois que a primeira palavra é pronunciada a linguagem se desenvolverá, dado o primeiro passo logo se estabelecerá para sempre o caminhar. Portanto, o desenvolvimento estava sustado, ou melhor, tomara um caminho errado — e isso em *todas as crianças*, de todas as condições sociais.

Em seguida, a difusão das nossas escolas pelo mundo inteiro, entre todas as raças, demonstrou que aquela conversão infantil é um fato geral de toda a humanidade. Foi possível fazer um estudo minucioso de inumeráveis características que se diluem para ceder lugar àquele mesmo quadro de vida. Conseqüentemente, na origem da vida, na criança pequena, ocorre constantemente um erro que deforma o tipo psíquico natural do homem, dando lugar a infinitos *desvios*.

O fato singular que se nota na conversão infantil é uma cura psíquica, um retorno às *condições normais*. Aquela criança, milagre de inteligência precoce, herói que se supera a si mesmo e à própria dor, encontrando a força de viver

e a serenidade, a rica que prefere o trabalho disciplinado às formas fúteis de vida — todas elas são *crianças normais*. O que se chamou de conversão quando não passava do aparecimento de um fato surpreendente deve ser considerado, após as constatações de tão longa experiência, *uma normalização*. Existe uma natureza oculta no homem, sepultada e, por isso, desconhecida, que é simplesmente a verdadeira natureza, a natureza conferida pela criação: a saúde.

Tal interpretação não cancela, porém, as características da conversão. Talvez até o adulto possa ser chamado de volta a esse estágio — mas tão dificilmente que a mudança não poderia ser reconhecida como um simples retorno à natureza humana.

Na criança, pelo contrário, as características psíquicas normais podem aflorar com facilidade. Então, todas as condições que estavam desviadas da norma desaparecem simultaneamente, como, no retorno à saúde, desaparecem juntos todos os sintomas de enfermidade.

Observando-se as crianças à luz dessa compreensão, poder-se-iam reconhecer com crescente freqüência afloramentos espontâneos de normalidade, mesmo em difíceis condições ambientais. Embora rejeitados, por não serem reconhecidos nem ajudados, ainda voltam, como energias vitais que abrem caminho entre os obstáculos e procuram prevalecer.

Poder-se-á dizer que a energia normal das crianças dá, como a voz de Cristo, uma lição de perdão: "Não deveis perdoar sete vezes, mas sete vezes sete".

Também a natureza profunda da criança perdoa e volta a aflorar diante da repressão do adulto. Não se trata, portanto, de um episódio passageiro da vida infantil, que reprime as características da normalidade, mas de uma luta devida a um trabalho contínuo de repressão.

30. A preparação espiritual do professor

Enganar-se-ia o professor que imaginasse poder preparar-se para sua missão apenas por meio de alguns conhecimentos e estudos. Acima de tudo, exigem-se dele determinadas disposições de ordem moral.

O ponto essencial da questão depende de como se deve observar a criança e do fato de não se poder limitar a um exame exterior, como se fosse o caso de um conhecimento teórico a respeito da maneira de instruir e educar as crianças.

Insistimos em afirmar que o professor deve preparar-se interiormente, estudando-se a si mesmo com metódica constância, a fim de conseguir suprimir os próprios defeitos mais enraizados, que constituem um obstáculo às suas realizações com as crianças. Para descobrir esses defeitos ocultos na consciência, necessitamos de ajuda externa, de uma certa *instrução*; é indispensável que alguém nos indique o que devemos ver em nós mesmos.

Nessa ordem de idéias, diremos que o professor deve ser *iniciado*. Ele preocupa-se excessivamente com as “tendências da criança”, com a maneira de “corrigir os erros da crianças”, com a “hereditariedade do pecado original”, quando devia começar por estudar os próprios defeitos, as suas más tendências.

“Tira primeiro a trave do teu olho e saberá tirar o cisco dos olhos das crianças.”

A preparação interior não passa de uma preparação genérica. Difere muito daquela que “busca a própria perfeição”, como é entendida pelos religiosos. Para se chegar a ser educador não é necessário pretender “ser perfeito, sem fraquezas”. Uma pessoa que procura continuamente elevar a própria vida interior talvez não se dê conta dos defeitos que a impedem de compreender as crianças. É preciso que al-

guém nos ensine e que nos deixemos orientar. Se desejamos educar, devemos ser educados.

A instrução que ministramos aos professores consiste em indicar-lhes a condição espiritual mais conveniente à sua missão, como o médico indica qual é o mal que aflige o organismo.

Eis uma advertência eficaz:

“O pecado mortal que nos domina e nos impede de compreender a criança é a ira”.

E, como um pecado jamais vem sozinho, mas traz outros consigo, a ira se associa a um outro pecado, aparentemente nobre, mas, na verdade, diabólico: o orgulho.

As nossas tendências más podem ser corrigidas de duas maneiras: uma interior, que consiste na luta do indivíduo contra seus próprios defeitos, nitidamente percebidos, e uma exterior, que é a resistência externa às manifestações das tendências más. A reação às formas exteriores é de grande importância porque, revelando a presença dos defeitos morais, gera a reflexão. A opinião alheia derrota o orgulho do indivíduo, as circunstâncias da vida subjagam a avareza, a reação do forte domina a cólera, a necessidade de trabalhar para viver vence os preconceitos, as convenções sociais derrotam a luxúria, a dificuldade de obter o supérfluo mitiga a prodigalidade, a necessidade da própria dignidade supera a inveja, e todas essas circunstâncias exteriores atuam incessantemente como uma advertência contínua e salutar. As relações sociais servem para manter o nosso equilíbrio moral.

Todavia, não cedemos às resistências sociais com a mesma pureza com que obedecemos a Deus. Se o nosso espírito não se resigna docilmente à necessidade de corrigir de boa vontade os erros que reconhecemos, ainda menos facilmente aceita a humilhante lição dos outros: humilha-nos mais ter que ceder do que cometer um erro. Quando se torna necessário retificar nossa conduta, uma exigência da defesa de nossa dignidade mundana impele-nos a simular que optamos pelo inevitável. A pequena simulação que consiste em dizer “não me agrada” a propósito de coisas que não podemos obter é uma das mais freqüentes. Opondo essa pequena simulação à resistência, entramos na luta em vez de começarmos uma vida de perfeição. E, assim como em toda luta o homem tem necessidade de organizar-se, a causa individual se reforça num combate coletivo: os que possuem o mesmo defeito tendem instintivamente a se apoiarem uns nos outros, procurando a força na união.

Escondemos nossos defeitos sob a alegação de deveres elevados e imprescindíveis, como, em tempo de guerra, as máquinas e instrumentos de destruição mimetizam-se sob aspectos inofensivos da campanha. E quanto mais fracas forem as forças exteriores que reagem contra nossos defeitos, mais agressivamente poderemos organizar as simulações defensivas.

Quando alguém não é atacado pelos próprios defeitos, é evidente a habilidade com que o mal se esforça por dissimular-se aos nossos próprios olhos. Já não é a vida que defendemos, mas nossos erros — e estamos prontos para defendê-los com disfarces que chamamos de “necessidade”, “dever”, etc. E vamos lentamente convencendo-nos de uma verdade que nossa consciência reconhecia como falsa e que a cada dia se torna mais difícil de retificar.

O professor — e, em geral, todos que aspiram a educar as crianças — deve libertar-se desse conjunto de erros que tornam falsa sua posição em relação à infância. O defeito fundamental, composto de orgulho e ira, tende a apresentar-se totalmente descoberto na consciência do professor. A ira é o principal defeito, e o orgulho lhe empresta um disfarce sedutor, a toga da dignidade, chegando até mesmo a exigir respeito.

Mas a ira é um dos pecados que mais facilmente encontram resistência por parte de terceiros. Conseqüentemente, é preciso refreá-la, e quem sofre a humilhação de mantê-la oculta acaba por envergonhar-se dela.

O caminho não é difícil, mas fácil e evidente: temos diante de nós criaturas como as crianças, incapazes de defender-se e de compreender-nos, que aceitam tudo quanto se lhe diz. Não só aceitam as ofensas, mas também se sentem culpadas de tudo quanto as acusamos.

O educador deve refletir profundamente nos efeitos desta situação na vida da criança. Esta não compreende a angústia por meio do raciocínio, mas sente-a no espírito e, com isso, deprime-se e deforma-se. As reações infantis — timidez, mentira, caprichos, choro sem motivo aparente, insônia, temores excessivos — representam um estado inconsciente de defesa da própria criança, cuja inteligência não consegue identificar a causa efetiva em suas relações com o adulto.

A ira não significa violência material. Do rude impulso primitivo derivaram-se outras formas sob as quais o homem, psicologicamente refinado, dissimula e mascara seu estado.

Em suas formas mais simples, a ira é uma reação à resistência da criança. Todavia, perante as obscuras expressões do espírito infantil, a ira se funde com o orgulho e, juntos, constituem um estado complexo, que assume a forma exata que designamos com o nome de tirania.

A tirania não merece discussão: coloca o indivíduo na fortaleza inexpugnável de autoridade reconhecida. O adulto domina a criança em virtude de um direito natural reconhecido, que ele possui pelo simples fato de ser adulto. Discutir tal direito significaria atacar uma forma de soberania estabelecida e consagrada. Se na comunidade primitiva o tirano é um representante de Deus, para a criança o adulto constitui a própria divindade, em torno da qual é impossível qualquer discussão. Aquela que poderia desobedecer, isto é, a criança, tem que calar-se e adaptar-se a tudo.

Se chega a manifestar qualquer resistência, esta dificilmente será uma resposta direta e intencional à ação do adulto; será mais uma defesa vital da própria integridade física ou uma reação inconsciente do espírito oprimido.

Crescendo, aprenderá posteriormente a dirigir a própria reação contra o tirano, diretamente; então, o adulto saberá vencer a criança com um acerto de contas, com justificativas ainda mais complicadas e tortuosas, convencendo-a de que aquela tirania tem como objetivo o seu bem.

De um lado o respeito, do outro o direito legítimo à *ofensa*: o adulto tem o direito de julgar a criança e ofendê-la. O adulto pode dirigir ou suprimir, segundo sua própria conveniência, as exigências da criança, cujos protestos podem ser julgados como insubordinação, atitude perigosa e inadmissível.

Eis um modelo de governo primitivo, no qual o súdito tem que pagar o tributo sem qualquer direito a apelação. Existiram povos que acreditavam que todas as coisas fossem uma dádiva graciosa do soberano. O mesmo acontece às crianças, que pensam dever tudo ao adulto. Não foi o adulto que criou essa crença? Ele assumiu o papel de criador, e seu orgulho o leva a acreditar que foi ele quem criou tudo que existe na criança. Ele a torna inteligente, boa e piedosa, fornece-lhe os meios de entrar em contato com o ambiente, com os homens e com Deus. Difícil empresa! E para que o quadro se complete, o adulto nega exercer uma tirania. Além disso, alguma vez existiu um tirano que confessasse sacrificar seus próprios súditos?

A preparação que nosso método exige do professor é o

auto-exame, a renúncia à tirania. Deve expelir do coração a ira e o orgulho, deve saber humilhar-se e revestir-se de caridade. Estas são as disposições que seu espírito deve adquirir, a base essencial da balança, o indispensável ponto de apoio para seu equilíbrio. Nisso consiste a preparação interior: o ponto de partida e a meta.

Por outro lado, isto não significa que todos os atos da criança devam ser aprovados, nem que se deva abster absolutamente de julgá-la, ou mesmo que se deva descurar de desenvolver-lhe a inteligência e os sentimentos — pelo contrário, o professor jamais deve esquecer-se de que é um mestre e que a sua missão positiva é educar.

Mas é necessário um ato de humildade, é preciso eliminar um preconceito aninhado em nossos corações.

Não devemos suprimir em nós mesmos aquilo que pode e deve nos auxiliar na educação, mas sim o nosso estado interior, a nossa atitude de adultos, que nos impede de compreendermos a criança.

31. Os desvios

Observando quais são as características que desaparecem na normalização, constata-se com surpresa que constituem a quase totalidade das características infantis identificadas, ou seja, não só as que poderiam ser consideradas defeitos infantis, mas também as que se julgam qualidades. Portanto, não são só a desordem, a desobediência, a preguiça, a gula, o egoísmo, a belicosidade, o capricho, mas também a chamada imaginação criativa, o gosto pelas histórias, o apego às pessoas, a submissão, o brinquedo, etc.; e até mesmo características estudadas cientificamente e identificadas como próprias das crianças, tais como a imitação, a curiosidade, a inconstância, a instabilidade da atenção. Vale dizer que a natureza da criança, tal como era conhecida anteriormente, é uma aparência que encobre outra natureza primitiva e normal. Trata-se da constatação de um fato ainda mais impressionante por ser universal, mas não de um fato novo, pois a dupla natureza do homem era conhecida desde a mais remota Antiguidade: a do homem criado e a do homem decaído. E a decadência já foi atribuída a um erro original pelo qual toda a humanidade é afetada; reconheceu-se também que esse pecado é fútil por si mesmo, algo desproporcionado à enormidade de suas conseqüências, mas constitui um afastamento do espírito criador, das leis promulgadas na criação. Depois disso o homem se torna um barquinho à deriva, levado pelo acaso, sem defesa contra os obstáculos do ambiente e contra as ilusões de sua inteligência — e, por conseguinte, perdido.

Tal conceito, que é a síntese da filosofia da vida, encontra uma correspondência singular e esclarecedora nos fatos ilustrados pela criança.

O que causa o desvio da criatura é uma coisa mínima, algo oculto e sutil que se insinua sob os atrativos do amor

e do auxílio, mas, no fundo, decorre de uma cegueira do espírito adulto, de um egoísmo disfarçado e inconsciente, que é realmente uma potência diabólica contra a criança. Esta, porém, renasce sempre fresca, trazendo dentro de si, intacto, o desígnio baseado no qual o homem deveria desenvolver-se.

Se a normalização está ligada a um fato definido e único, ou seja, a concentração numa atividade motora, deve-se supor que exista um fato único na origem de todos os desvios, isto é, que a criança, sob a ação do ambiente na idade de sua formação — quando sua energia potencial deveria desenvolver-se através da *encarnação* —, não tenha podido realizar o desígnio primitivo de seu desenvolvimento.

A possibilidade de reduzir inúmeras conseqüências a um fato único, simples e evidente, já demonstra que o fato do qual elas decorrem pertence a um período da vida primitiva, quando o homem ainda é um embrião espiritual e a causa única, imperceptível, pode deformar todo o ser que dele evolui.

32. As fugas

Pode-se, portanto, tomar o conceito da encarnação como orientação na interpretação das características desviadas, pois a energia psíquica deve encarnar-se no movimento e compor a unidade da personalidade atuante. Se não foi possível conseguir a unidade (devido à substituição da criança pelo adulto, ou por falta de motivações de atividade no ambiente), as duas coisas, ou seja, a energia psíquica e o movimento passam a desenvolver-se separadamente e disso resulta o "homem dividido", porque na natureza nada se cria e nada se perde, o que vale especialmente para as energias, que, tendo que desenvolver-se fora da finalidade designada pela natureza, fazem-no desviando-se. Desviam-se diante de tudo, pois perderam seu objetivo e vagam no vazio, no vácuo, no caos. A inteligência, que deveria estruturar-se através da experiência do movimento, *foge* para a fantasia.

Essa inteligência procurou algo, no início, mas não encontrou; agora, passa a vagar entre imagens e símbolos. Em termos de movimento, essas crianças irrequietas apresentam uma movimentação contínua, irreprimível, desordenada e sem finalidade. Suas ações apenas se iniciam e não se completam, porque a energia passa pelas coisas e não é capaz de firmar-se. O adulto, ao mesmo tempo que castiga as ações descompostas e perturbadoras dessas crianças fortes e irrequietas, ou as tolera com virtuosa paciência, admira e encoraja-lhes a fantasia, interpretando-a como imaginação, como fecundidade criativa da inteligência infantil. Sabe-se que Froebel elabora muitos de seus jogos com o objetivo de favorecer o desenvolvimento desse simbolismo. Ajuda a criança a ver nos cubinhos e pequenos paralelepípedos agrupados de diferentes maneiras ora cavalos, ora castelos ou, ainda, trens. Na verdade, o simbolismo da criança a impele a servir-se de qualquer objeto como de um interruptor elétrico

que acende a miragem fantástica na mente: um botão é um cavalo, uma cadeira é um trono, um lápis é um avião. Basta este exemplo para permitir a compreensão do motivo pelo qual se oferecem brinquedos às crianças, pois eles permitem uma atividade real, mas provocam ilusões e não passam de imagens imperfeitas e improdutivas da realidade.

Com efeito, os brinquedos parecem constituir a representação de um ambiente inútil, incapaz de conduzir à mínima concentração do espírito, e não têm finalidade, consistindo numa oferta de objetos a uma mente que vaga na ilusão. A atividade das crianças inicia-se de imediato em torno de tais objetos, como se um sopro arimador fizesse brotar uma pequena chama de um braseiro escondido sob as cinzas — mas logo a chama se extingue e o brinquedo é jogado fora. Não obstante, os brinquedos são as únicas coisas que o adulto fez para a criança psíquica, oferecendo-lhe assim um material no qual pode exercitar livremente sua atividade. Na verdade, o adulto só dá liberdade à criança nas brincadeiras, ou melhor, só com os seus brinquedos — e está convencido de que estes constituem o mundo no qual a criança encontra a felicidade.

Devido a tal convicção, que jamais foi abalada apesar de a criança cansar-se tão facilmente dos brinquedos e também quebrá-los com frequência, o adulto se manteve generoso e liberal quanto a esse aspecto, elevando a doação do brinquedo ao nível de um ritual. É a única liberdade que o mundo concedeu ao homem na venerável idade infantil, na época em que devem fixar-se as raízes da vida superior. Essas crianças “divididas” são julgadas, especialmente nas escolas, como inteligentíssimas, mas indisciplinadas e desordenadas. Nos nossos ambientes, porém, nós as vemos fixarem-se subitamente num trabalho e, então, desaparecem simultaneamente o divagar e a desordem motora: uma criança calma e serena, apegada à realidade, começa a operar sua própria elevação através do trabalho. A normalidade surgiu. Os órgãos motores saíram do caos no instante em que conseguiram ligar-se interiormente à sua fonte de orientação: dali em diante, tornar-se-ão o instrumento de uma inteligência ávida de conhecer e de penetrar na realidade do ambiente. Dessa maneira, a curiosidade errante transforma-se em esforço para conquistar a consciência. A psicanálise identificou a faceta anormal da imaginação e do brinquedo, e, com luminosa interpretação, classificou-os entre as “fugas psíquicas”.

“Fuga no brinquedo e na imaginação”; fuga é o correr para longe, o refugiar-se e, muitas vezes, o ocultar-se de uma energia que está fora de seu rumo natural, ou representa uma defesa subconsciente do eu que foge de um sofrimento ou de um perigo e se esconde sob uma máscara.

33. As inibições

Nas escolas os professores constataam que as crianças cheias de imaginação não atingem, como seria de esperar, os melhores resultados nos estudos. Pelo contrário, progredem pouco ou até mesmo não o fazem. Todavia, ninguém pensa que haja um desvio da inteligência propriamente dita; prefere-se julgar que uma grande inteligência criativa seja incapaz de aplicar-se a coisas práticas. Esta é a prova mais evidente de que a criança desviada sofre uma *diminuição da inteligência*, porque não a possui e nem mesmo pode conduzi-la no sentido do desenvolvimento. Isto pode repetir-se não apenas nos casos em que a inteligência foge para o mundo das ilusões, como também em tantos outros casos em que, ao contrário, a inteligência é mais ou menos reprimida e extinta no desencorajamento, isto é, quando em vez de fugir para o exterior, tranca-se no interior. O nível de inteligência média das crianças comuns é baixo em relação ao das crianças *normalizadas*. E isso ocorre em virtude de desvios que se poderiam comparar, embora imperfeitamente, a ossos luxados, deslocados de sua verdadeira posição, e compreende-se que cuidados delicados seriam necessários para conduzir a criança à normalização. Ao contrário, o que se costuma usar é a agressividade direta, tanto no ensinamento intelectual quanto na correção da desordem. É impossível constranger uma inteligência desviada a um trabalho forçado sem encontrar, ou melhor, provocar um fenômeno psicológico de defesa deveras interessante.

Não se trata da defesa já conhecida na psicologia comum que está ligada a ações exteriores como a desobediência ou a preguiça. Pelo contrário é uma defesa psíquica totalmente fora do domínio da vontade e representa um fato inconsciente que impede a recepção de idéias que se

deseje impor do exterior e conseqüentemente a sua compreensão.

É o fenômeno que os psicanalistas designaram pelo nome tão descritivo de “barreiras psíquicas” ou melhor, “inibições psíquicas”. Os professores deveriam conhecer esses fatos tão graves. Sobre a mente infantil desce uma espécie de véu que a torna cada vez mais cega e surda psiquicamente. Poder-se-ia exprimir essa função defensiva interior como se o espírito dissesse, no subconsciente: “Falam, mas não escuto; repetem, mas eu não os ouço. Não posso construir o meu mundo porque estou construindo uma muralha defensiva para impedir que vocês entrem”.

Essa lenta obra de prolongada defesa leva a agir como se as funções naturais se tivessem perdido, e não se trata aqui de uma questão de boa ou má vontade. Com efeito, os professores em presença de alunos portadores de inibições psíquicas julgam-nos pouco inteligentes ou incapazes, por natureza, de compreender certas matérias como, por exemplo, a matemática, ou impossibilitados de corrigir seus erros de ortografia. Se as inibições se relacionam com muitas matérias, ou mesmo com todo o estudo, crianças inteligentes podem ser confundidas com as deficientes e, após repetirem muitas vezes a mesma série, talvez sejam consideradas definitivamente deficientes. Na maior parte das vezes, a inibição psíquica não tem apenas a característica de impenetrabilidade, mas cerca-se de coeficientes que atuam à distância e que os psicanalistas chamam de “repugnâncias”. Em conseqüência: repugnância em relação a uma determinada matéria, depois repugnância geral aos estudos, à escola, à professora, aos colegas. Não existe mais amor ou cordialidade, e, por fim, a criança chega a ter medo da escola; então, aparta-se totalmente dela.

Nada mais comum que portar-se a vida inteira uma inibição psíquica originada na infância. Um exemplo é a repugnância característica que muitos conservam por toda a vida em relação à matemática: não se trata apenas de uma incapacidade de compreender, mas a simples menção do nome faz surgir uma barreira interior que impede a aproximação e produz fadiga antes mesmo que a atividade possa iniciar-se. O mesmo acontece com a gramática. Conheci uma jovencinha italiana, bastante inteligente, que cometia erros de ortografia verdadeiramente inconcebíveis em vista de sua idade e cultura. E qualquer tentativa de correção resultava inútil; até mesmo a leitura de autores clássicos não surtia

efeito. Um dia, porém, com enorme espanto, vi-a escrever um italiano correto e puríssimo. Foi um episódio que não posso pormenorizar aqui, mas é certo que a linguagem perfeitamente correta existia; todavia, uma força oculta a conservava tiranicamente encerrada, deixando aflorar apenas uma torrente de erros.

34. As curas

Poder-se-ia perguntar qual dos dois fenômenos de desvios, a fuga e a inibição, é o mais grave. Nas nossas escolas normalizadoras, as fugas da forma como citadas na imaginação e no brinquedo foram eliminadas com maior facilidade. Pode-se ilustrar com exemplos. Se alguém foge de um lugar porque ali não encontrou as coisas de que tinha necessidade, pode-se sempre imaginar que é possível chamá-lo de volta alterando as condições do ambiente.

Com efeito, uma das coisas observadas com maior frequência em nossas escolas é a rapidez de transformação das crianças desordenadas e violentas, que parecem retornar subitamente de um mundo distante. Essa mudança não ocorre apenas na aparência exterior que transforma a desordem em trabalho, mas é uma alteração profunda que se apresenta sob o aspecto de serenidade e satisfação. O desaparecimento dos desvios acontece como um fato espontâneo, uma transformação natural, embora já se tratasse de desvios que, caso não fossem eliminados na infância, poderiam acompanhar o indivíduo pelo resto da vida. Muitas pessoas adultas consideradas ricas de imaginação têm, na realidade, sentimentos vagos em relação ao ambiente e só tangem realidades sensoriais. Trata-se das pessoas ditas de temperamento imaginativo: desordenadas, admiram com facilidade as luzes do céu, as cores, as flores, as paisagens, a música, e são sensíveis às coisas da vida, como um romance.

Todavia, não amam a luz que admiram e seriam incapazes de deter-se para conhecê-la bem; as estrelas inspiradoras não conseguiriam manter-lhes a atenção sobre os mínimos conhecimentos astronômicos. Possuem tendências artísticas mas não produzem obras de arte, porque não lhes é possível qualquer aprofundamento técnico. Não sabem, geralmente, o que fazer com as mãos — são incapazes de

mantê-las quietas e de fazê-las agir, tocam as coisas com nervosismo e as quebram com freqüência, despedaçam distraidamente a flor que tanto admiram. Não podem criar nada de belo, não conseguem tornar sua vida feliz, não percebem a verdadeira poesia do mundo. São pessoas perdidas se alguém não as salva, pois confundem sua debilidade orgânica e sua incapacidade com um estado superior. Ora, esse estado, que predispõe a enfermidades psíquicas reais, originou-se nas raízes da vida: na idade onde o caminho interrompido provoca os desvios que, a princípio, são imperceptíveis.

As inibições, pelo contrário, são deveras difíceis de superar, mesmo que se trate de crianças pequenas. É uma estrutura interior que encerra o espírito e o oculta para defendê-lo do mundo. Um drama oculto se desenrola no interior daquelas barreiras múltiplas, que freqüentemente isolam de tudo o que é belo no exterior e que poderia causar felicidade. O estudo, os segredos da ciência e da matemática, os requintes fascinantes de um idioma imortal, a música, tudo isso passa a ser o "inimigo" do qual procura isolar-se. De alguma singular transformação de energia emanam trevas que cobrem e escondem o que poderia ser objeto de amor e vida. Os estudos provocam enfado e levam a uma aversão ao mundo e a qualquer preparação para fazer parte dele.

As inibições! Barreiras! Um termo tão sugestivo traz à mente associações de idéias com as defesas nas quais o homem encerrou o seu corpo antes que a higiene física lhe indicasse um modo de vida mais saudável. Os homens defendiam-se do sol, do ar, da água, cercando-se das barreiras de paredes impermeáveis à luz, fechando dia e noite as janelas que, por si, já ofereciam pouca passagem ao ar, recobrendo-se de roupas superpostas como as camadas de uma cebola, que mantinham os poros da pele isolados do intercâmbio com o ambiente purificador. O ambiente físico era barricado contra a vida. Mas também do lado social existem fenômenos que fazem pensar em barreiras. Por que os homens se isolam uns dos outros e cada grupo familiar se "fecha" com um sentido de isolamento e repugnância em relação aos outros grupos? A família não se isola para fruir de si mesma, mas para separar-se dos outros. Não se trata de barreiras para defender o amor. As barreiras da família são estanques, intransponíveis, mais fortes que as paredes das casas e, portanto, constituem barreiras que separam as

castas e as nações. As barreiras nacionais não têm por objetivo separar um grupo unido e uniforme, tornando-o livre e protegido contra os perigos. Uma ânsia de isolamento e de defesa reforça as barreiras entre uma nação e outra, erigindo obstáculos à circulação dos indivíduos e das coisas que estes produzem. Por que, se a civilização ocorreu através do intercâmbio? Será que, também para as nações, as barreiras são um fenômeno psíquico, decorrente de um grande sofrimento, de uma grande violência suportada? A dor se organizou — e foi tão imensa que barreiras cada vez mais rígidas e profundas limitaram a vida das nações.

35. A dependência afetiva

Existem crianças passivas, cujas energias psíquicas não têm força suficiente para fugir à influência do adulto e, em vez disso, entregam-se a ele, que tende a substituí-las em suas atividades, e tornam-se extremamente dependentes dele. Embora não tenham consciência do fato, a falta de energia vital facilmente as torna queixosas. São crianças que sempre se lamentam de alguma coisa, parecendo pequenos sofredores, e são considerados seres delicados de sentimento e sensíveis a seus afetos. Estão sempre aborrecidas, sem se darem conta disto, e recorrem aos outros, aos adultos, porque não conseguem escapar por si mesmas do tédio que as oprime. Como se sua vitalidade dependesse dos outros, apegam-se sempre a alguém. Pedem que o adulto as ajude, querem que ele brinque com elas, que lhes conte histórias, que cante, que nunca se afaste delas. Perto dessas crianças, o adulto se torna escravo delas: uma obscura reciprocidade mantém ambos subjugados — mas a aparência leva a acreditar que se compreendam e se amem profundamente. São essas crianças que estão continuamente a perguntar “por quê?”, sem dar tréguas, como se motivadas por uma ânsia de conhecer; observando-se bem, porém, percebe-se que não escutam a resposta e continuam a indagar. O que parece curiosidade de saber é, na verdade, um meio para manterem perto de si a pessoa de que têm necessidade para se suportarem.

Limitam de bom grado os próprios movimentos e obedecem a cada comando inibidor que parta do adulto, o qual encontra demasiada facilidade em substituir a vontade da criança pela sua, pois ela cede com facilidade. Cria-se assim o grande perigo que é a queda na inércia — inércia que se chama ociosidade ou indolência.

Tal estado de coisas, que o adulto acolhe favoravelmen-

te, pois não atrapalha sua própria atividade, é realmente o limite extremo que o desvio pode atingir.

O que é a indolência? É a depressão que dominou o espírito. Seria como a debilitação da força física de quem sofre de uma doença grave, que, no campo psíquico, é a depressão das forças vitais e criativas. A religião cristã considera a indolência como um dos pecados mortais, ou seja, um perigo mortal para a alma.

O adulto empurrou para trás o espírito da criança, substituiu-se a ela, atirou sobre ela todos os seus auxílios inúteis, suas sugestões, e desgastou-a — mas nem se deu conta disso.

36. A posse

Na criança muito pequena ou na criança normalizada existe um impulso que a leva a agir em harmonia com suas energias. O movimento em direção ao ambiente não é frio: é um amor penetrante, um índice vital comparável à fome. Quem sente fome possui em si um impulso para procurar nutrição. Isto não tem ligação com a lógica: não se diz, por exemplo: "Faz muito tempo que não como; sem comer, não posso ser forte nem viver; portanto, preciso procurar algo para comer!" Não; a fome é um sofrimento que impele irresistivelmente na direção do alimento. E a criança sente essa espécie de fome que a conduz na direção do ambiente, a fim de nele buscar coisas capazes de alimentar-lhe o espírito. E nutre-se com a atividade.

"Como os bebês recém-nascidos, amamos o leite espiritual."

Nesse impulso, ou seja, no amor ao ambiente, reside a característica do homem. Não seria correto afirmar que a criança sente uma paixão pelo ambiente, pois a paixão indica algo impulsivo e transitório, um impulso para "um episódio vital".

Ao contrário, o impulso que origina o amor da criança pelo ambiente impele-a a uma atividade incessante, a um fogo contínuo, comparável à combustão permanente dos elementos do corpo em contato com o oxigênio, causa da temperatura moderada e natural dos corpos vivos. A criança atíva tem a expressão de uma criatura que vive em ambiente adequado, isto é, no ambiente fora do qual não conseguiria realizar-se a si mesma. Se não possui esse ambiente de vida psíquica, tudo na criança permanece débil, é desviado e fechado, e ela se transforma num ser impenetrável e enigmático, numa criatura vazia, incapaz, caprichosa, entediada, excluída da sociedade. Ora, se é impossível para a criança

encontrar os motivos de atividade que seriam destinados a desenvolvê-la, ela vê só “as coisas” e deseja a “posse” delas. Pegar, possuir: eis algo que é fácil e para o qual a luz intelectual e o amor se tornam inúteis. A energia inflama-se noutra direção. “Eu quero”, diz a criança ao ver um relógio de ouro no qual não sabe ler as horas. “Não, quem quer sou eu!”, replica outra criança, disposta a quebrá-lo, a inutilizá-lo, para também possuí-lo. E assim tem início a competição entre as pessoas e a luta que destrói as coisas.

Quase todos os desvios morais são conseqüência desse primeiro passo que decide entre o amor e a posse, e que pode levar a dois caminhos divergentes, sempre para a frente, com toda a força da vida. A parte ativa da criança projeta-se para fora como os tentáculos de um polvo, apertando e destruindo os objetos que agarra com paixão. Os sentimentos de propriedade apegam-na veementemente às coisas e ela as defende como se defendesse a si mesma.

As crianças mais fortes e ativas defendem seus objetos entrando em luta contra as outras crianças que também desejam possuí-los; questionam continuamente entre si porque querem o mesmo objeto e porque uma deseja o da outra — e essa é a origem de relações que nada têm de amistosas e são a explosão de sentimentos não fraternais, verdadeiro início de luta e de guerra *por nada*. Todavia, não é por *nada*, mas por um fato grave: produziu-se um deslocamento, um obscurecimento daquilo que deveria existir — é a conseqüência de uma energia desviada. Portanto, a causa da posse é um mal interior, não o objeto.

Como se sabe, procura-se ministrar uma espécie de educação moral por meio de exortações, para que a criança não se apegue a coisas exteriores; a base de tal ensinamento é o respeito à propriedade alheia. Entretanto, quando a criança chegou a esse ponto já atravessou a ponte pela qual o homem se separou da grandiosidade de sua vida interior e, em conseqüência, voltou-se, com desejo, para as coisas exteriores. Assim, o germe se infiltrou no espírito da criança de tal modo que passou a ser considerado característico da natureza humana.

Também as crianças de características passivas voltam seu interesse para coisas exteriores, materiais, desprovidas de valor. Têm, porém, um modo diferente de “possuir”, que não é litigioso e geralmente não implica numa luta competitiva. Tendem sobretudo a acumular e esconder os objetos, o que as faz passar por colecionadoras. Mas é bem diferente

de colecionar objetos classificando-os sob a orientação de um conhecimento. Trata-se, pelo contrário, de crianças que acumulam os objetos mais diversos, que não têm a menor relação uns com os outros, desprovidos de qualquer atração. A patologia descreve um colecionamento vazio e ilógico, porque maníaco, ou seja, ditado por uma anomalia psíquica, identificando-o não só em homens doentes mentais como também nas crianças delinquentes, que freqüentemente têm os bolsos cheios de objetos disparatados e inúteis. Semelhante é o hábito de colecionar das crianças de caráter fraco, passivo, mas que é considerado normal. Se alguém lhes toma os objetos assim acumulados, essas crianças colocam-se na defensiva como podem.

É interessante a interpretação que o psicólogo Adler dá a tais manifestações. Comparou-as à avareza, fenômeno que ocorre nos adultos e cujo embrião já se pode identificar, em germe, na infância. É o fenômeno pelo qual o homem se apega a muitas coisas, recusando-se a abrir mão delas, embora não lhes sirvam para nada: flor mortífera que brota de um desequilíbrio fundamental. Os pais sentem-se satisfeitos por constatar que os filhos sabem defender suas posses, vendo nisso a natureza humana e identificando seu vínculo com a vida social. Também as crianças com tendência a acumular e guardar as coisas são figuras humanas compreensíveis para a sociedade.

37. O poder

Um outro caráter dos desvios que está associado à posse é o desejo do poder. Trata-se de um poder que é o instinto do dominador do ambiente, que leva, através do amor a esse ambiente, à posse do mundo exterior. Constitui, porém, um desvio, quando o poder, em vez de ser fruto de uma conquista que edifica a personalidade humana, reduz-se a tomar as coisas e aferrar-se a elas.

Ora, a criança desviada encontra-se diante do adulto, que, para ela, é por excelência o ser poderoso que dispõe de todas as coisas. Compreende o quanto poderosa chegaria a ser se conseguisse agir através do adulto. Assim, a criança dá início a uma ação de aproveitamento para conseguir obter do adulto muito mais do que poderia adquirir por seus próprios meios limitados. Tal processo é perfeitamente compreensível e vem, pouco a pouco, insinuar-se fatalmente em todas as crianças, tanto que é considerado como o fato mais comum e de mais difícil correção: é o clássico capricho infantil, tão lógico e natural que uma pessoa fraca, incapaz e tolhida, ao descobrir semelhante maravilha, ou seja, a possibilidade de persuadir um ser poderoso e livre que lhe está sempre vizinho e aproveitar-se dele, procura alcançá-la. A criança experimenta e passa a querer, cada vez mais, além dos limites que o adulto julgaria logicamente justos para ela. Na verdade, não existem limites para isso: a criança fantasia e, para ela, o adulto é onipotente e capaz de realizar os anseios de seus sonhos que flutuam numa atmosfera fascinante. Tal sentimento encontra plena realização nos contos de fadas, que, pode-se dizer, são o romance do espírito infantil. Nesses contos, as crianças sentem seu desejo obscuro ser exaltado sob formas atraentes. Quem recorre às fadas pode obter favores e riquezas que superam de modo fantástico a capacidade humana. Existem fadas boas e más, belas e feias,

podem ser encontradas sob a aparência de pessoas malvadas e de pessoas ricas, vivem tanto nas florestas como em palácios encantados. Parecem exatamente a projeção idealizada pela criança que vive entre adultos: existem fadas velhas como as avós e fadas jovens e belas como a mamãe; existem fadas andrajosas e fadas vestidas de ouro, assim como existem mães pobres e mães ricas, com esplêndidas roupas. E todas viciam as crianças.

O adulto, seja ele miserável ou orgulhoso, é sempre um ser poderoso junto à criança. Assim, esta inicia, na realidade da vida, a ação de aproveitamento que termina numa luta, a princípio agradável porque o adulto se deixa vencer e cede pelo prazer de ver o filho feliz; sim, o adulto impedirá a criança de lavar as mãos sozinha, mas certamente satisfará sua mania de posse. Todavia, depois de uma primeira vitória, a criança busca a segunda; e quanto mais o adulto cede, mais a criança quer. A amargura substitui a ilusão dos pais que viam a satisfação dos filhos. E como o mundo material tem limites bem demarcados e rígidos, enquanto a imaginação vaga pelo infinito, chega o momento do embate, da luta violenta. E o capricho da criança se torna o castigo do adulto. Com efeito, o adulto repentinamente se reconhece culpado e diz: "Acostumei mal o meu filho".

Até mesmo a criança passiva tem sua maneira de vencer: com afeto, pranto, súplica, melancolia, a atração de seus encantos — e também nestes casos o adulto cede até que nada mais pode dar. Então, sobrevém a infelicidade, que traz à vida todas as espécies de desvios do estado normal. O adulto reflete e, afinal, dá-se conta de ter tratado a criança de modo a desenvolver-lhe os vícios; então, procura uma forma de retroagir e corrigi-los.

Sabe-se, contudo, que nada pode corrigir o capricho da criança. E nenhuma exortação, nenhum castigo surtirão efeito, pois seria o mesmo que fazer a um homem que está com febre e delirando um discurso para provar-lhe que seria melhor ficar são e se ameaçasse espancá-lo caso não fizesse baixar a própria temperatura. Não, o adulto não viciou a criança ao ceder a ela, mas ao impedi-la de viver, impelindo-a a desviar-se do desenvolvimento normal.

38. O complexo de inferioridade

Em relação à criança, o adulto “manifesta um desprezo” do qual não está consciente, porque acredita que seu filho seja belo e perfeito, depositando nele o próprio orgulho e esperança no futuro, mas um impulso oculto leva-o a agir segundo uma disposição tenebrosa, que não é baseada apenas na convicção de que exista uma “criança vazia” ou uma “criança má” à qual ele deve dar conteúdo ou corrigir. É simplesmente o “desprezo pela criança”. É que aquela criança débil que tem diante de si é o seu próprio filho e, perante ela, o adulto é todo-poderoso, tendo até mesmo o direito de revelar sentimentos inferiores que se envergonharia de exibir na sociedade dos adultos. Entre essas tendências obscuras estão a avareza e o sentimento de tirania e absolutismo. Ali, no interior das paredes do lar, sob a máscara da autoridade paterna, ocorre a destruição lenta e contínua do eu infantil. Se, por exemplo, o adulto vê a criança mexer num copo de vidro, pensa e teme que o copo possa quebrar-se; naquele momento, a avareza o leva a considerar aquele copo um tesouro e, para conservá-lo, ele impedirá a criança de movimentar-se. Talvez esse adulto seja um homem riquíssimo que julga querer multiplicar por dez sua fortuna, a fim de tornar o filho ainda mais rico que ele; naquele instante, porém, dá ao copo um valor imenso e procura salvá-lo. Por outro lado, pensa: “Por que esse menino deve colocar o copo de um modo quando eu o coloquei de outro? Não sou eu a autoridade que pode dispor as coisas do jeito que melhor entender?” No entanto, aquele mesmo adulto, no fundo de si mesmo, ficaria satisfeito por realizar qualquer ato de abnegação em favor do filho: sonha vê-lo triunfar na vida algum dia, gostaria que ele fosse um homem famoso e poderoso — naquele momento, porém, surge-lhe no íntimo a tendência autoritária, tirânica, que se desperdiça na defesa de um obje-

to desprovido de valor. Na verdade, se um criado fizesse aquele gesto, o pai sorriria, e se uma visita quebrasse o copo, o pai faria questão de declarar que não importava, pois o copo não tinha qualquer valor.

Em conseqüência, a criança deve perceber com uma continuidade desesperadora que é a única pessoa considerada perigosa para os objetos e, portanto, a única tida como incapaz de tocá-los; que é uma criatura inferior, valendo quase menos que os objetos.

Há um outro conjunto de conceitos que é preciso levar em conta com relação à estrutura interior da criança. Esta não só tem necessidade de tocar nas coisas e de trabalhar com elas, como também de seguir a seqüência das ações, o que tem suma importância na estruturação interior da personalidade. O adulto já não observa deliberadamente a sucessão dos hábitos rotineiros da vida cotidiana, porque já a considera um fato ligado à própria existência, uma maneira de ser. Quando se levanta pela manhã, o adulto deve fazer isto e aquilo — e o faz como a coisa mais simples da vida. A sucessão das ações é quase automática e já não é percebida, da mesma forma como se respira sem pensar e como o coração pulsa sem que o sintamos. A criança, pelo contrário, tem necessidade de elaborar para si tal fundamento. Mas é impossível estabelecer-se um plano de ação a ser cumprido. Se a criança está brincando, o adulto chega e pensa que é hora de passear, veste-a e a leva embora. Ou, enquanto a criança está realizando um pequeno trabalho, como encher de pedras um baldinho, chega uma amiga da mamãe — e a mamãe vai buscar a criança, interrompendo-lhe o trabalho, a fim de exibi-la à recém-chegada. O adulto intervém sempre no ambiente da criança como um ser poderoso que dispõe da sua vida sem jamais a consultar, sem a levar em consideração, demonstrando que as ações da criança não têm qualquer valor. Ao contrário, quando um adulto se dirige a outro adulto na presença da criança, mesmo que se trate de um criado, não o interrompe sem dizer: “Faça o favor”, ou “Com licença”. Conseqüentemente, a criança sente que é diferente de todos, que possui uma inferioridade especial que a coloca num nível abaixo dos demais.

Ora, como dissemos, a sucessão das ações ligadas ao plano estabelecido interiormente é de suma importância. Um dia, o adulto explicará à criança que é necessário ser responsável por suas próprias ações. Todavia, tal responsabilidade tem como base primordial um padrão completo de ligação

entre as ações e um juízo a respeito de seu significado. E a criança sente apenas que todas as ações são insignificantes. O adulto, o pai, que se lamenta de não conseguir suscitar no próprio filho esse sentimento de responsabilidade e de domínio de suas ações, foi quem destruiu passo a passo a continuidade de concepção das sucessivas ações da vida e o sentimento da própria dignidade. A criança traz consigo uma convicção de inferioridade e impotência. Com efeito, para assumir qualquer responsabilidade é preciso ter a convicção de ser senhor das próprias ações e possuir confiança em si mesmo.

O desencorajamento mais profundo é o que decorre da convicção de "não poder". Suponhamos que uma criança parálitica e uma de grande agilidade devessem participar de uma competição de corrida: a parálitica não desejará competir; caso se defrontassem numa luta de boxe um gigante bem treinado e um homenzinho inexperiente, este não quereria lutar. A possibilidade de realizar esforços extingue-se antes mesmo de ser posta à prova e produz a sensação de incapacidade antes da experiência. Ora, o adulto extingue continuamente na criança o senso de esforço quando a humilha no sentimento da própria força e a convence da incapacidade. Não se contentando em impedir as ações da criança, o adulto lhe diz: "*Você não é capaz de fazer isto; é inútil tentar*". Ou, não se tratando de uma pessoa educada, dirá: "*Estúpido! Por que quer fazer isso? Não vê que é incapaz?*" E isto equivale a uma ofensa contra o trabalho ou contra a sucessão das ações e, também, contra a própria personalidade da criança.

Tal procedimento enraíza no espírito da criança a convicção de que não só as suas ações não têm qualquer valor, mas que até mesmo sua personalidade é inepta e incapaz de agir. Assim nasce o desencorajamento, a falta de confiança em si mesmo, pois se alguém mais forte que nós impede-nos de fazer algo a que nos propomos, poderemos pensar que talvez apareça alguém mais fraco, diante de quem conseguiremos recomeçá-lo. Todavia, se o adulto convence a criança de que a impossibilidade reside nela mesma, uma névoa encobre as idéias, provocando uma timidez, uma espécie de apatia, e um temor que posteriormente se tornam constitucionais — e todas essas coisas, em conjunto, constituem o "obstáculo interior" que a psicanálise define como "complexo de inferioridade". Trata-se de um obstáculo capaz de tornar-se permanente, como o sentimento humilhante de julgar-

se incapaz e inferior aos outros, que impede a participação nas provas sociais que se apresentam a cada passo na vida.

Pertencem a esse complexo a timidez, a indecisão, a repentina esquivia diante das dificuldades e críticas, o desabafo exterior no desespero do pranto frágil que acompanha essas penosas situações.

Ora, na "natureza normal" da criança a confiança em si mesmo, a segurança nas próprias ações, aparece como uma das características mais maravilhosas.

Quando o menino da escola de San Lorenzo disse aos visitantes, desiludidos por terem chegado num dia de férias, que as próprias crianças eram capazes de abrir a sala de aulas e trabalhar mesmo na ausência da professora, demonstrou uma energia de caráter perfeitamente equilibrada, que, na verdade, não fantasia as próprias forças, mas as conhece e domina muito bem.

A criança sabe o que empreende e domina de tal forma a sucessão de ações necessárias à realização do empreendimento que consegue atuar com simplicidade, sem julgar que está fazendo algo excepcional.

O menino que compunha palavras com o alfabeto móvel não teve a mínima perturbação quando a rainha parou diante dele e lhe ordenou que escrevesse "Viva a Itália", mas, como primeira providência, pôs-se a colocar nos devidos lugares as letras do alfabeto que havia utilizado, com a mesma serenidade que apresentaria se estivesse sozinho, quando seria de esperar que, em consideração à rainha, suspendesse de imediato o trabalho que estava fazendo e se aplicasse ao que lhe fora ordenado. Todavia, não conseguiu descuidar-se de sua tarefa habitual: antes de compor outras palavras com as mesmas letras era necessário colocar em ordem as letras já manipuladas. Com efeito, terminada a arrumação, o menino compôs as palavras "Viva a Itália".

Eis uma criança que domina as próprias emoções e ações, um homenzinho de quatro anos que sabe orientar-se com perfeita segurança em meio aos episódios que se desenvolvem em seu ambiente.

39. O medo

Outro desvio é o medo, que se considera uma das características naturais da criança. Quando se diz criança medrosa, subentende-se o medo ligado a uma perturbação profunda, quase independente das condições ambientais, e que, a exemplo da timidez, faz parte do caráter. Existem crianças passivas que, pode-se dizer, são como que revestidas de uma aura angustiosa de medo. Outras, pelo contrário, são fortes e ativas, e, embora freqüentemente corajosas diante do perigo, podem apresentar medos misteriosos, ilógicos e irresistíveis. Tais atitudes explicam-se como conseqüências de fortes impressões colhidas no passado, como o medo de atravessar a rua, o medo de que existam gatos embaixo da cama, o medo de ver uma galinha, isto é, estados semelhantes às fobias que a psiquiatria tem estudado nos adultos. Todas essas formas de medo existem especialmente nas crianças que “dependem do adulto” — e este se aproveita do estado nebuloso da consciência da criança para imprimir-lhe artificialmente medo de entidades vagas que agem nas trevas e, dessa maneira, impõem-lhe obediência. Esta é uma das mais nefastas defesas do adulto contra a criança e vem a agravar o temor natural da noite, que passa a povoar-se de imagens aterradoras.

Tudo quanto estabelece contato com a realidade e permite experiências com as coisas do ambiente, facilitando sua compreensão, afasta o estado perturbador do medo. Em nossas escolas normalizadoras, o desaparecimento dos medos subconscientes ou, também, o seu não aparecimento, constitui um dos resultados mais evidentes.

Uma família espanhola tinha três filhas crescidas, já mocinhas, e uma menor que freqüentava uma de nossas escolas. Se ocorria um temporal durante a noite, a menina era a única dentre as irmãs que não sentia medo e conduzia as mais velhas através da casa, para que elas se refugassem no

quarto dos pais. A presença daquela menina inatacável por medos misteriosos era um verdadeiro apoio para as irmãs maiores. Por isso, se durante a noite, como às vezes acontecia, a escuridão assustava as maiores, estas recorriam à menor para vencer o medo.

O "estado de ansiedade" é diferente do medo ligado ao instinto normal de conservação diante do perigo. Ora, esta espécie de medo normal é menos freqüente nas crianças que nos adultos, e não só porque as crianças experimentaram menos que os adultos os perigos exteriores. Dir-se-ia mesmo que prevalece na criança o caráter de enfrentar o perigo e que este caráter é mais desenvolvido nela que no adulto. Com efeito, as crianças também se expõem repetidamente ao perigo, como acontece nas vias urbanas, quando pegam caronas nos veículos, e no campo, quando trepam em árvores altas ou descem pelos precipícios; lançam-se também na água do mar e dos rios e freqüentemente aprendem a nadar com o risco da própria vida. São incontáveis os casos de heroísmo de crianças que se salvaram e tentaram salvar os companheiros. Citei o caso de um incêndio num asilo da Califórnia, no qual havia uma seção de crianças cegas: encontraram-se entre as vítimas vários cadáveres de crianças normais que, embora residissem numa outra parte da instituição, correram no momento de perigo para salvarem os cegos. Nas associações infantis do tipo dos escoteiros ocorrem diariamente exemplos de heroísmo infantil.

Poder-se-ia indagar se a normalização desenvolve essa tendência heróica que se encontra com tanta freqüência nas crianças. Ainda não tivemos nenhum episódio heróico em nossas experiências com a normalização, excetuando-se algumas expressões de intenções nobres que, porém, estão muito longe de um verdadeiro feito de heroísmo. Todavia, os fatos reais e comuns a nossas crianças referem-se a uma "prudência" que permite que elas evitem o perigo e, assim, vivam em meio a eles — como serem capazes de manejar facas à mesa e mesmo na cozinha, de manipular fósforos ou objetos de iluminação, de acender fogo, de permanecer sem vigilância perto de tanques de água, ou de atravessar uma rua da cidade. Em suma, as nossas crianças estão aptas a controlar as ações e também a temeridade, compondo uma forma de vida serena e superior. Conseqüentemente, a normalização não consiste em atirar-se aos perigos, mas no desenvolvimento de uma prudência que permite agir entre perigos, conhecendo-os e dominando-os.

40. As mentiras

Os desvios psíquicos, embora tenham infinitas características particulares, semelhantes aos ramos visíveis de uma planta vigorosa, dependem sempre das mesmas raízes profundas — e é nessas que se encontra o segredo único da normalização. Na psicologia comum e na educação corrente, pelo contrário, as ramificações particulares são consideradas defeitos específicos, que devem ser estudados e enfrentados separadamente, como se fossem independentes uns dos outros.

Um dos principais dentre eles é a mentira. Forma uma espécie de manto que oculta o espírito e é quase como um enxoval, tantas são as roupas, tantas e tão diversas são as mentiras, cada uma com importância e significado muito diferentes. Existem mentiras normais e mentiras patológicas. A antiga psiquiatria ocupou-se amplamente da mentira demente, isto é, irrefreável, ligada ao histerismo, no qual ela encobre de tal forma o espírito que a linguagem se transforma numa teia de mentiras. Foi igualmente a psiquiatria que chamou a atenção para a mentira da criança nas causas do juizado de menores e, em geral, sobre a possível mentira inconsciente das crianças chamadas a depor como testemunhas. Causou enorme impressão a constatação de que a criança cujo “espírito inocente” é quase sinônimo de verdade (a verdade fala pela boca da inocência) fosse capaz de fazer declarações falsas com ímpeto sincero. A atenção dos psicólogos criminalistas foi atraída por esses fatos surpreendentes e chegou-se à conclusão de que tais crianças eram realmente sinceras e a mentira decorria de uma forma de confusão mental agravada pelo momento emocional.

Tais substituições do verdadeiro pelo falso, tanto como estado permanente quanto como fato episódico, estão, sem a menor dúvida, muito afastadas das mentiras da criança que

procura ocultar-se por trás de uma defesa consciente. Todavia, encontram-se também em crianças normais e na vida cotidiana mentiras que não têm nenhuma relação com a defesa. A mentira pode ser uma verdadeira invenção, a necessidade de dizer coisas fantásticas que, todavia, podem ter sabor de serem acreditadas pelos outros e não têm por objetivo ganho pessoal ou qualquer outro interesse de ordem individual. Trata-se de uma verdadeira forma artística, como a de um ator que encarna uma personagem. Citarei um exemplo.

Certa vez, crianças me contaram que sua mãe, tendo visita para a refeição, preparou um suco de vegetais vitamínicos de sua própria invenção, a fim de fazer propaganda do vegetarianismo, e criou um suco natural tão exótico que o visitante declarou que passaria a tomá-lo, difundi-lo e fazer propaganda dele. O relato foi tão interessante e pormenorizado que pedi à mãe o favor de ensinar-me a preparar o composto vitamínico. A mulher, porém, respondeu-me que nunca pensara em preparar um suco semelhante. Eis um exemplo de pura criação da imaginação infantil, traduzida numa lorota oficial utilizada nas relações humanas sem outro objetivo que o de ilustrar uma história inventada.

Tais mentiras são quase opostas a outras, ditas por preguiça, para não ter que pensar em qual seja a verdade: "Porque sim!"

Por vezes, porém, a mentira é conseqüência de um raciocínio astucioso. Tive ocasião de conhecer um menino de cinco anos que fora deixado temporariamente pela mãe em um colégio. A monitora encarregada do grupo de crianças ao qual pertencia o menino em questão era especialmente adaptada ao ofício e se encheu de admiração pelo referido garoto. Após algum tempo, ele passou a queixar-se da monitora à mãe, descrevendo-a como exageradamente severa. A mãe procurou a diretora para pedir explicações e presenciou a demonstração mais luminosa do afeto com que a monitora sempre prodigalizara o menino. Então, a mãe se defrontou com o filho, indagando-lhe o motivo das mentiras. "Eu não podia dizer que a pessoa malvada é a diretora". Não parecia faltar ao menino coragem de acusar a diretora, mas, sobretudo, que ele sentia o domínio das conveniências. Muito mais se poderia dizer a respeito das formas de adaptação ao ambiente por meio de astúcia de que são capazes as crianças.

Pelo contrário, são próprias das crianças passivas e fra-

cas as mentiras forjadas às pressas, quase um reflexo defensivo, sem um conteúdo elaborado pela inteligência. Trata-se de mentiras ingênuas, desorganizadas, improvisadas e, por conseguinte, mais aparentes, e são muito combatidas pelos educadores, que se esquecem de que elas têm justamente o mais genuíno e claro significado de defesa contra os ataques dos adultos. As acusações que o adulto faz à criança de fraqueza, de vergonhosa inferioridade e de indignidade são a constatação de que essas mentiras revelam uma criatura inferior.

A mentira é um dos fenômenos ligados à inteligência que, na infância, ainda estão em formação, mas que se organizam com o aumento da idade e passam a constituir uma parte tão importante da sociedade humana a ponto de se tornarem indispensáveis, decentes e até mesmo estéticas, como o são as roupas do corpo. Em nossas escolas normalizadoras, o espírito da criança abandona as deformações do convencionalismo, mostrando-se natural e sincero. Todavia, a mentira não está entre os desvios que desaparecem como por milagre. Faz-se necessária mais uma reconstrução que uma conversão — e a clareza das idéias, a união com a realidade, a liberdade espiritual e o interesse ativo por coisas elevadas tornam o ambiente adequado a reconstituir um espírito sincero.

Contudo, analisando-se a vida social, constata-se que esta se encontra imersa na mentira como se numa atmosfera que não poderia ser purificada sem revolucionar a sociedade. Com efeito, muitas das nossas crianças que passaram para escolas secundárias foram julgadas desafortadas e insubordinadas, só porque eram muito mais sinceras que as outras e não tinham desenvolvido certas adaptações necessárias. Os professores não se davam conta de tal fato: a disciplina e as relações sociais já estavam organizadas com base na falsidade, e a sinceridade desconhecida parecia revolucionar a estrutura moral que fora estabelecida como fundamento da educação.

Uma das contribuições mais brilhantes da psicanálise para a história do espírito humano é a interpretação dos disfarces como adaptações do subconsciente. São os fingimentos do adulto e não as mentiras da criança que representam a terrível veste que se faz viva e se torna semelhante ao pêlo ou à plumagem dos animais, ou seja, um revestimento externo que recobre, embeleza e defende a máquina vital que se oculta sob ele. A proteção é a mentira do sentimento, que

o homem elabora dentro de si para conseguir viver, ou melhor, sobreviver no mundo com o qual seus sentimentos puros e naturais entrariam em conflito. E, visto que é impossível viver permanentemente num estado de conflito, o espírito se adapta.

Uma hipocrisia singular é a usada pelo adulto em relação à criança. O adulto sacrifica as necessidades da criança às suas, mas não o reconhece — porque lhe seria intolerável. Convence-se de estar exercendo um direito natural e agindo pelo bem futuro da criança. Quando a criança se defende, o espírito do adulto não percebe o verdadeiro estado de coisas, mas chama de desobediência e má tendência tudo que ela faz para salvar a própria vida. Pouco a pouco, a voz de verdade ou de justiça que já se fazia ouvir debilmente desaparece, sendo substituída pelos ouropéis sólidos, brilhantes e permanentes do dever, do direito, da autoridade, da prudência, etc. “O coração se solidifica, transforma-se em gelo e brilha como algo transparente, contra o qual tudo se despedaça.” “Meu coração tornou-se pedra; golpeio-o e minha mão se fere.” A bela imagem que Dante põe no abismo do Inferno, lá onde se refugia o ódio, são dois estados diferentes de espírito, como o estado líquido e o estado gasoso da água. Sim, o convencionalismo que serve de proteção é a mentira do espírito, que ajuda o homem a adaptar-se aos desvios organizados na sociedade, que endurece paulatinamente sob a forma de ódio o que antes era amor. Eis a tremenda mentira que se oculta nos recessos mais escondidos do subconsciente.

41. Reflexos sobre a vida física

Quase como se por coesão, alinham-se muitos tipos de características ao lado dos desvios psíquicos. Algumas dentre elas parecem divergentes porque se refletem sobre as funções do corpo. Existe um capítulo da medicina, hoje bem estudado, que se refere à causa psíquica de muitos distúrbios somáticos. Também alguns defeitos que parecem ligados por excelência ao corpo têm suas origens remotas no campo psíquico. Alguns desses estão relacionados de modo especial com as crianças: são os distúrbios nutritivos. As crianças fortes e ativas possuem uma tendência a uma voracidade que dificilmente se pode satisfazer com cuidados educativos e higiênicos. Tais crianças comem mais que o necessário, devido a uma tendência irresistível que é freqüentemente julgada com benevolência como “bom apetite”, embora cause distúrbios digestivos e estados tóxicos que, muitas vezes, exigem cuidados médicos.

Desde a Antiguidade é reconhecida como vício moral a tendência desordenada do corpo a ingerir alimentos além do necessário, inutilmente e, também, de modo prejudicial à saúde. Nessa tendência parece existir a degeneração de uma sensibilidade normal aos alimentos, que deveria impelir a buscá-los, mas, por outro lado, limitá-la ao necessário, a exemplo do que ocorre com os animais, cuja saúde é confiada aos instintos que orientam a autopreservação. Com efeito, a preservação do indivíduo tem dois aspectos: o ambiental, que consiste em evitar os perigos, e o do próprio indivíduo, que se relaciona com a alimentação. Nos animais, prevalece o instinto orientador, que leva não só à alimentação como também à determinação de sua medida. Na verdade, isto representa uma das características mais distintivas de todas as espécies animais. Quer nutrindo-se muito ou pouco, cada es-

pécie se até à quantidade que a natureza lhes dita por intermédio do instinto.

Só o homem apresenta o “vício da gula”, que leva a acumular insensatamente uma quantidade excessiva de alimentos no organismo, como também a uma tendência de absorver substâncias tóxicas. Dir-se-ia, portanto, que o aparecimento de desvios psíquicos acarreta a perda das sensibilidades protetoras que orientam no sentido da saúde. A prova disso está na criança desviada, na qual começam repentinamente os desequilíbrios alimentares. O alimento arai do exterior, por meio de sua aparência, e é acolhido pelo sentido externo do paladar — mas a sensibilidade de autopreservação, o fato vital interior, diminui e termina por desaparecer. Uma das mais impressionantes demonstrações ocorridas em nossas escolas normalizadoras foi que as crianças, após passarem de um estado de desequilíbrio psíquico à normalidade, perdiam o gosto pela gula e deixavam de ser vorazes. O que lhes interessava era o cumprimento exato de seus gestos e comerem com correção. Tal recuperação da sensibilidade vital foi admirada quase com incredulidade nos primeiros tempos, quando se falou em *conversão* das crianças. Descreveram-se minuciosamente algumas cenas infantis para convencer as pessoas da realidade do fenômeno. Alguns meninos, chegada a hora do almoço, sentavam-se diante de convidativos petiscos e ocupavam-se em colocar corretamente os guardanapos, em olhar os talheres para se lembrarem da maneira adequada de segurá-los, ou em ajudar um colega menor. Às vezes, mostravam-se tão minuciosos em tais cuidados que a comida esfriava. Outros ficavam tristes por não serem escolhidos para servir à mesa e, em vez disso, viam-se condenados à mais simples das tarefas: comer.

Uma contraprova da correspondência entre os fatos psíquicos e a alimentação é um fenômeno inverso. As crianças passivas apresentam uma repugnância singular e freqüentemente insuperável à ingestão de alimentos. Muitas se recusam a comer e, algumas vezes, de modo tão impressionante que provocam reais dificuldades em casa e nas instituições educacionais. Isso impressiona sobretudo quando ocorre em instituições onde se encontram crianças pobres, as quais, logicamente, deveriam aproveitar-se de todas as ocasiões favoráveis que lhes fossem oferecidas para se alimentarem com abundância. Semelhantes estados podem, por vezes, levar a criança a uma decadência física rebelde a qualquer cuidado. Não se deve confundir a recusa de alimentação com as dis-

pepsias, isto é, com verdadeiros estados anormais dos órgãos digestivos, que produzem falta de apetite. A criança não quer comer devido a um fato psíquico. Em alguns casos, isso ocorre por um impulso defensivo — quando se enfia a comida na boca da criança e se deseja obrigá-la a comer depressa, ou seja, com o ritmo do adulto, sendo que a criança possui um ritmo totalmente particular. O fato é reconhecido atualmente pelos pediatras, os quais observaram que as crianças não comem de uma só vez todo o alimento de que necessitam, mas interpõem prolongadas pausas em sua maneira lenta de comer.

Tal fato já é constatado nos lactentes, que não se separam da fonte de seu bem-estar quando estão saciados, mas o fazem para descansar, pois seu ritmo de mamar, além de lento, é intermitente. Conseqüentemente, pode-se reconhecer a possibilidade de uma defesa, quase de uma barreira, contra a violência com a qual a criança é coagida a nutrir-se fora de suas leis naturais. Todavia, existem casos em que não se pode invocar essa defesa. A criança não tem apetite quase que por sua própria constituição: é irremediavelmente pálida e nenhum tratamento, nem mesmo o da vida ao ar livre, ao sol e no mar, é capaz de vencer tão persistente inapetência. Mas há a seu lado um adulto opressor, repressivo, a quem a criança é extremamente apegada. Só existe um caminho para curá-la: mantê-la bem afastada da pessoa que a reprime e levá-la para um ambiente psiquicamente livre e ativo, a fim de que ela perca aquele apego que lhe deforma o espírito. A relação existente entre a vida psíquica e os fenômenos físicos considerados mais afastados da psique pura, como a alimentação, sempre foi reconhecida. Na história sagrada ilustra-se o caso de Esaú, que, pelo vício da gula, cedeu seus direitos de primogenitura, isto é, agiu sem inteligência, contra o seu próprio interesse. Com efeito, a gula é considerada um dos vícios que “ofuscam a mente”. É interessante sentir a exatidão com a qual São Tomás de Aquino ressalta a ligação existente entre a gula e o intelecto, afirmando que a gula diminui a capacidade de julgamento e, portanto, dificulta ao homem o conhecimento das realidades inteligíveis. A criança coloca a questão de modo inverso: é a perturbação psíquica que gera a gula.

A religião cristã liga totalmente esse vício a perturbações de ordem espiritual, incluindo-o entre os pecados mortais, ou seja, que levam à morte do espírito, a um caminho fechado por transgressão a uma das misteriosas leis que re-

gem o universo. Por um outro lado, totalmente moderno e científico, a psicanálise apóia indiretamente nosso conceito de perturbação do instinto orientador, isto é, da sensibilidade de autopreservação, mas interpreta-o de modo diferente e fala de "instinto de morte", ou seja, reconhece a existência no homem de uma tendência natural para ajudar o advento inevitável da morte, para facilitá-lo, para antecipar o fim, para encontrar a morte no suicídio. O homem se apega a venenos como o álcool, o ópio, a cocaína, por meio de uma tendência irresistível: apega-se à morte, chamando-a, trazendo-a a si, em lugar de apegar-se à vida e à salvação. Tudo isto, porém, não indica justamente o amortecimento de uma sensibilidade vital interior que deveria presidir à preservação do indivíduo? Caso semelhante tendência estivesse ligada à fatalidade da morte, deveria existir em todas as criaturas. Poder-se-ia dizer sobretudo que todo desvio psíquico orienta o homem para o caminho da morte e o torna ativo na destruição da própria vida: essa terrível tendência já se manifesta de maneira leve e quase imperceptível na primeira infância.

As enfermidades sempre podem ter um coeficiente psíquico, porque a vida psíquica e a vida física estão ligadas inseparavelmente, mas a alimentação anormal abre a porta ao advento de todas elas, estimulando-as. A enfermidade não passa, às vezes, de pura aparência que tem causas exclusivamente psíquicas, como se fosse uma imagem em vez de realidade. A psicanálise lançou uma grande luz quando demonstrou a fuga na doença. As fugas na doença não são simulações, mas apresentam sintomas reais, alterações febris da temperatura e verdadeiros distúrbios funcionais que, às vezes, assumem aparência grave. E, contudo, são enfermidades inexistentes, ligadas no subconsciente a fatos psíquicos que conseguem dominar e sobrepujar as leis fisiológicas. Com a doença, o eu consegue subtrair-se a situações ou obrigações desagradáveis. A doença resistente a todo tipo de tratamento só desaparece quando o eu é libertado da situação à qual deseja subtrair-se. Assim como os defeitos morais, muitas doenças e estados mórbidos das crianças podem desaparecer quando se providencia para que vivam num ambiente livre, onde exista uma atividade normalizadora. Hoje em dia, muitos pediatras reconhecem nossas escolas como Casas da Saúde, para onde enviam crianças portadoras de doenças funcionais resistentes aos tratamentos comuns, e se obtêm surpreendentes resultados de cura.

Terceira parte

42. O conflito entre o adulto e a criança

O conflito entre o adulto e a criança tem conseqüências que se estendem quase ao infinito na vida humana, semelhantes às ondas que se propagam até uma grande distância quando se joga uma pedra numa superfície de água tranqüila. Tanto num caso como no outro, as vibrações se transmitem e se desenvolvem concêntricamente em todas as direções.

Do mesmo modo, a medicina e a psicanálise descobrem as origens de muitos distúrbios físicos e mentais. Os psicanalistas, em busca das causas mais remotas dos distúrbios mentais, aventuram-se por caminhos deveras longínquos, como também os exploradores que procuravam as nascentes do rio Nilo tinham que percorrer imensas distâncias, topando mesmo com fantásticas cataratas, antes de chegarem à tranqüilidade ancestral dos grandes lagos. A ciência, querendo investigar as origens da debilidade, da incapacidade de resistência, nos meandros psíquicos do espírito humano, avançou além das causas imediatas e, penetrando a fundo nas causas conscientes, chegou às origens, encontrando os lagos serenos que são o corpo e o espírito da criança.

Caminhando em sentido inverso, caso nos interesse esta nova história da humanidade escrita no segredo da estruturação de seus elementos, podemos partir, portanto, dos grandes lagos da primeira infância e seguir o curso do rio dramático da vida que se desenrola e corre rápido por entre montanhas e obstáculos, serpenteando e desviando-se no difícil trajeto, atirando-se de um precipício a outro das cataratas, livre para fazer qualquer coisa à exceção de uma: parar, cessar de dar livre curso às águas tumultuosas da existência.

Em verdade, os males mais evidentes do homem adulto — as doenças físicas e os distúrbios nervosos e mentais —

refletem-se na infância e a vida infantil pode indicar-nos seus primeiros sintomas.

Além disso, é oportuno levar-se em conta uma outra realidade: qualquer mal grave e visível é acompanhado de uma infinidade de males menores. Os casos de morte em consequência de uma doença são muito raros em relação aos casos de cura da mesma. E se a doença representa um estado de prostração que não pode resistir ao ataque, devem existir juntamente com ele também muitos outros pontos fracos que não estão diretamente relacionados com a moléstia.

As condições anormais que predispoem à doença são como as ondas que repercutem ao infinito, como as vibrações do éter. Da mesma maneira que ao analisar-se uma amostra de água para saber se é pura e potável pode-se concluir que também o resto daquela água apresentará as mesmas características, quando numerosas pessoas morrem de uma moléstia ou se perdem por erro, é forçoso concluir que toda a humanidade vive no erro.

A idéia não é nova. Já nos tempos de Moisés acreditava-se que existe um erro na origem da humanidade, um pecado que a torna perversa e perdida. O pecado original parece um conceito ilógico e injusto, pois considera possível a cruel condenação de inumeráveis inocentes destinados a constituir a humanidade.

Mas nós, da mesma maneira, vemos à nossa frente crianças inocentes condenadas a carregar consigo as consequências fatais de um desenvolvimento viciado por erros seculares.

As causas a que nos referimos baseiam-se no conflito fundamental da vida humana, fértil de consequências e até agora insuficientemente pesquisado.

43. O instinto do trabalho

Antes destas novas descobertas relativas à infância, as leis de estuturação da vida psíquica constituíam uma incógnita absoluta. Entretanto, o estudo dos "períodos sensíveis" como fatores determinantes da formação do homem será uma das ciências de maior importância para a humanidade.

O desenvolvimento e o crescimento apresentam sucessivos fundamentos e ligações cada vez mais estreitas entre o indivíduo e o ambiente, pois o desenvolvimento da personalidade — ou seja, a chamada liberdade da criança — não pode ser outra coisa senão a independência progressiva desta em relação ao adulto, conseguida graças a um ambiente adequado, no qual ela possa encontrar os meios necessários para desenvolver as próprias funções. Isto é tão claro e simples como dizer que o desmame é efetuado preparando-se a criança para uma alimentação baseada em cereais e sucos de frutas, ou seja, utilizando os produtos do ambiente para substituir o leite materno.

Na educação, o erro da liberdade da criança consiste em considerar-se uma independência hipotética em relação ao adulto, sem a correspondente preparação do ambiente, que constitui uma ciência educacional que atenda à necessidade de determinadas prescrições higiênicas na alimentação infantil. Todavia, a preparação do ambiente em suas bases essenciais como fundamento de uma nova educação tem sido esboçada pela própria criança, de modo tão evidente a poder constituir uma realidade prática.

Entre as revelações feitas pela criança, existe uma essencial: o fenômeno da normalização por meio do trabalho. Milhares de experiências realizadas com crianças de todas as raças do mundo permitem demonstrar o fenômeno que constitui a experiência mais segura que já se realizou no campo da psicologia e da educação. É certo que, para a criança, o

pendor para o trabalho representa um instinto vital, porque sem trabalho é impossível organizar a personalidade, uma vez que esta sairia dos limites normais da própria estruturação: *o homem constrói-se trabalhando*. Nada pode substituir o trabalho ou compensar sua falta. Nem o bem-estar, nem o afeto. Por outro lado, não se consegue vencer os desvios com castigos ou exemplos. O homem se constrói trabalhando, efetuando trabalhos manuais nos quais a mão é o instrumento da personalidade, o órgão da inteligência e da vontade individual, que edifica a própria existência perante o ambiente. O instinto infantil confirma que o trabalho é uma tendência intrínseca da natureza humana, o instinto característico da espécie.

Por que motivo o trabalho, que deveria ser a suprema satisfação e a base primordial da saúde e da regeneração (como ocorre com as crianças), é rejeitado pelo adulto, que jamais chega a acreditar na sua dura necessidade, imposta pelo ambiente? Porque o trabalho social se apóia sobre bases falsas e o instinto profundo — desviado pela posse, pelo poder, pela hipocrisia e pelo monopólio — permanece oculto no homem, como um caráter recessivo. Nessas condições, o trabalho depende unicamente de circunstâncias exteriores ou da luta de homens desviados, transformando-se num trabalho forçado, que gera poderosas inibições psíquicas. Em consequência, o trabalho é duro e repugnante.

Mas quando, em circunstâncias excepcionais, o trabalho está ligado ao impulso íntimo do instinto, adquire — até mesmo no adulto — características muito diferentes. Nesse caso, torna-se encantador e irresistível, levando o homem a um nível muito acima de desvios e perturbações. Tal é o trabalho de quem realiza uma invenção, de quem cumpre esforços heróicos na exploração da terra, de quem executa obras de arte; nesses casos, o homem é possuído de um poder extraordinário, por meio do qual reencontra o instinto da espécie nos desígnios da própria individualidade. Esta, então, torna-se semelhante a um forte jato de água, que rompe a superfície dura e se ergue num impetuoso impulso, tornando a cair, depois, como chuva benéfica e refrescante, sobre a humanidade.

Tais impulsos geram o progresso da civilização, graças à qual ressurgem as características fundamentais do instinto normal de trabalho, no qual se alicerça o ambiente da sociedade humana.

O trabalho é, sem dúvida, a característica mais singular

do homem: o progresso da civilização está ligado à multi-forme atividade que tende à criação do ambiente para facilitar a vida do homem.

É curioso, porém, que o homem encontre nesse ambiente um modo de viver tão afastado da vida natural. Todavia, não se pode chamar tal ambiente de artificial; trata-se, sobretudo, de uma construção sobreposta à natureza, ou seja, *sobrenatural*, à qual o homem vai-se acostumando progressivamente até que ela se torne o seu elemento vital. Poder-se-ia comparar a história da civilização a uma das lentas evoluções que resultam numa espécie nova e definitiva, como poderia ser, na história da natureza animal, a passagem da vida marinha à terrestre, atravessando o estágio anfíbio. O homem, anfíbio, vivendo da natureza, criou paulatinamente para si a "supernatureza", participando amplamente de ambos os tipos de vida, mas com tendência a firmar-se, por fim, numa só delas. Hoje o homem já não vive da natureza, pois a utiliza toda, tanto a parte visível como a invisível, tanto a que se manifesta como a que se oculta nos mistérios da vida cósmica. Entretanto, o homem não passou simplesmente de um ambiente vital para outro: construiu seu próprio ambiente e nele vive tão exclusivamente que, hoje em dia, ser-lhe-ia impossível existir fora de sua maravilhosa obra criativa. Conseqüentemente, o homem vive do homem. A natureza não o socorre, como faz com os demais seres vivos. Ao contrário do passarinho, o homem não encontra na natureza os alimentos já preparados nem os meios de construir seu ninho; deve procurar no próprio homem tudo aquilo de que necessita. Por isso, cada indivíduo se acha ligado aos outros, cada um deles contribuindo com seu trabalho para o todo complexo em que vive a humanidade, o *ambiente sobrenatural*.

Mas se o homem vive do homem, é amo e senhor de sua própria existência e pode dirigi-la e dela dispor como melhor entender. Não está diretamente submetido às vicissitudes da natureza, mas isolado delas, e depende exclusivamente das vicissitudes humanas. Conseqüentemente, se a personalidade humana se desvia, toda a sua vida está em perigo — o perigo que existe para o homem em si.

É interessante verificar nas crianças o poder do instinto de trabalho e a influência da íntima união existente entre normalidade e trabalho sobre toda a estrutura da personalidade.

Esta é a melhor prova de que o homem nasce com uma finalidade concentrada no trabalho, porque é a natureza

que o impele a construir algo que depende dele e que deve estar unido à existência e aos objetivos da criação. Na verdade, é ilógico que o homem não participe da harmonia universal para a qual contribuem todos os seres vivos, cada um segundo a atividade do instinto inato da espécie. Os corais constroem ilhas e continentes, reconstituindo os litorais desagregados pela constante erosão das ondas; os insetos transportam e espalham o pólen das plantas, conservando grande parte da vida vegetal; o condor e a hiena limpam o ambiente de cadáveres insepultos; outros animais eliminam os detritos, enquanto outros fabricam mel e cera, e ainda outros a seda — e assim por diante. A missão da vida é tão imensa e essencial que a Terra se conserva graças à vida que abraça o globo terrestre com uma camada equivalente à atmosfera. Com efeito, hoje em dia a vida sobre a Terra é considerada uma *biosfera*. Os seres vivos não têm como finalidade primordial proverem a si mesmos, mas, ao fazê-lo, cumprem uma parte tão essencial da preservação da Terra a ponto de constituírem elementos necessários à harmonia telúrica. Os animais produzem mais do que exigem suas necessidades; da sua atividade resulta sempre um excedente imensamente superior aos requisitos diretos da preservação da espécie. Conseqüentemente, são todos operários do universo e cumpridores das leis universais. É o homem não pode se subtrair a essas leis, pois é um trabalhador por excelência: constrói a “supernatureza”, que, na riqueza de sua produção, evidentemente não corresponde ao simples fato da existência, mas, além disso, tem uma função de ordem cósmica.

A fim de que tal produção resulte perfeita, não deve ser inspirada pelas necessidades do próprio homem, mas pelos misteriosos desígnios do instinto do trabalho. Um desvio fatal separa, evidentemente, o homem de seu centro cósmico, do objetivo de sua vida. Na criança, a formação do homem — que constitui sua missão — deve unir-se intimamente, desde que seu desenvolvimento seja normal, aos instintos que orientam a estruturação individual. É nesta reside o grande segredo: a educação normal, da qual depende a “supernatureza”.

44. As características dos dois tipos de trabalho

O adulto e a criança, feitos para se amarem e conviverem amorosamente, encontram-se em contínuo conflito por causa da incompreensão que corrói as raízes da vida e se desenvolve num emaranhado de ações e reações.

Diversos são os problemas relacionados com esse conflito e alguns deles, claros e tangíveis, dependem exteriormente das relações sociais. O adulto tem uma missão a cumprir, tão complicada e intensa que se lhe torna sempre mais difícil interrompê-la, como exigiria a necessidade de acompanhar a criança e de adaptar-se ao seu ritmo e aos requisitos psíquicos de seu desenvolvimento. Por outro lado, o ambiente cada vez mais complexo e dinâmico do adulto é inadequado à criança. Podemos imaginar uma vida primitiva simples e pacífica, na qual a criança conseguia encontrar um refúgio natural junto ao adulto entregue a trabalhos simples e de ritmo calmo, cercado de animais domésticos, onde a criança tinha livre contato com os objetos e também podia trabalhar sem temor de provocar protestos. Quando sentia sono, adormecia sob uma árvore frondosa.

Lentamente, porém, a civilização subtraiu à criança o ambiente social. Tudo é excessivamente regrado, demasiado fechado e rápido. Não só o ritmo acelerado de vida do adulto passou a constituir um obstáculo à criança, mas o advento da máquina, que arrasta para longe como um vento impetuoso, privou-a até mesmo dos últimos recantos onde refugiar-se. Em consequência, a criança está impossibilitada de viver ativamente. Os cuidados que lhe dedicam consistem em salvar-lhe a vida dos perigos que se multiplicam e que a atormentam exteriormente. Mas, na realidade, a criança é um fugitivo no mundo, um ser inerte, um escravo. Ninguém pensa na necessidade de criar para ela um ambiente de vida

adequado; não se reflete que ela tem exigências de ação e de trabalho.

É preciso, portanto, que nos convençamos de que os problemas sociais são dois, porque duas são as formas de vida: o problema social do adulto e o problema social da criança — e de que existem dois tipos essenciais de trabalho: o do adulto e o da criança, ambos necessários à vida da humanidade.

O trabalho do adulto

O adulto, com sua atividade própria, deve construir o ambiente *sobrenatural*. É um trabalho exterior, feito de atividade e de esforço inteligente, e constitui o chamado trabalho construtivo, que é por natureza social, coletivo e organizado.

Para alcançar as finalidades de seu trabalho, o homem tem forçosamente que ordená-lo e regulá-lo mediante as normas que formam as leis sociais. Estas impõem uma disciplina coletiva à qual os homens se submetem voluntariamente, já que reconheceram como indispensável à ordem efetiva da vida social. Entretanto, além das leis que representam necessidades locais e geram diferenças entre os diversos grupos humanos, afirmam-se no decurso dos séculos outras leis fundamentais e radicadas na própria natureza, relativas ao trabalho em si: tais leis são comuns a todos os homens e a todas as épocas. Uma delas é a lei da repartição do trabalho, de aplicação universal a todos os seres vivos e indispensável, já que os homens se diferenciam entre si de acordo com a produção. Outra lei natural refere-se ao próprio indivíduo que trabalha: é a lei do menor esforço, segundo a qual o homem procura obter o máximo de produção trabalhando o mínimo possível. Esta lei tem uma importância imensa, não porque exista o desejo de trabalhar o mínimo possível, mas porque, de acordo com ela, obtém-se maior produção com menor consumo de energia: princípio tão útil a ponto de poder aplicar-se também à máquina, que substitui e integra o trabalho humano.

Estas são as “boas leis” sociais e naturais de adaptação ao trabalho.

Nem tudo, porém, desenvolve-se de acordo com essas “boas leis”, porque a matéria que o homem trabalha e que produz a riqueza é limitada, o que provoca o nascimento da competição, da “luta pela vida”, análoga à que se trava entre os animais.

Acima de tudo isso atuam os “desvios” do indivíduo, geradores de conflitos. A “avidez de posse” — sem relação com qualquer motivo de “preservação” do indivíduo ou da espécie — nasce fora do âmbito das leis naturais e, por conseguinte, não tem limites. A “posse” sobrepuja o “amor”, substituindo-o pelo ódio e, penetrando num ambiente “organizado”, impede o desenvolvimento do trabalho, não só no âmbito individual como também no das organizações sociais. Assim, a repartição do trabalho é substituída pelo aproveitamento do trabalho alheio, regulamentado por leis “de conveniência” que impõem como princípios sociais as consequências dos desvios humanos disfarçados pelas normas do “direito”. Desse modo, o erro triunfa na sociedade humana e se impõe por “sugestão” de princípios apresentados sob a forma de ordens morais e de necessidades vitais. Na nuvem trágica e tenebrosa imposta pelo mal sob a capa do bem, tudo se deforma e todos aceitam como uma necessidade os sofrimentos que dela decorrem.

A criança, que é um ser natural por excelência, vive materialmente junto ao adulto e se encontra, em toda família, associada às mais diversas condições de vida. Todavia, permanece sempre estranha à atividade social do adulto: sua atividade não pode ser aplicada à produção social. Na verdade, faz-se necessário incutir em nossa consciência o princípio de que a criança está excluída da possibilidade de participar da atividade social do adulto. Utilizando como símbolo do trabalho humano um ferreiro que bate na bigorna com uma pesada marreta, parece evidente que a criança seria incapaz de efetuar semelhante trabalho. Tomando como símbolo do trabalho intelectual um cientista que manipula instrumentos delicados para realizar pesquisas complexas e difíceis, também é óbvio que a criança é incapaz de dar qualquer contribuição a tais pesquisas. Pensemos também no legislador que estuda o aperfeiçoamento das leis: a criança não poderia substituí-lo nessa tarefa.

A criança é completamente estranha a essa sociedade e poderia resumir sua própria posição na frase evangélica: “O meu reino não é deste mundo”. Trata-se, portanto, de uma criatura totalmente apartada da organização elaborada

pelos homens, estranha ao mundo artificial que o homem construiu separadamente da natureza. No mundo em que ingressa ao nascer, a criança é um *extra-social* por excelência, entendendo-se como tal uma pessoa incapaz de adaptar-se à sociedade, que não pode tomar parte ativa na obra produtiva desta nem ajustar-se aos regulamentos de suas organizações; constitui, portanto, uma perturbação do equilíbrio estabelecido. Com efeito, a criança é um ser extra-social, que perturba sempre o ambiente onde se encontram os adultos e até mesmo a casa de seus pais. Sua falta de adaptação é agravada pela circunstância de ser ativa e incapaz de renunciar à sua própria atividade. Por isso, tende-se a combatê-la, obrigando-a a não intervir, a não aborrecer, procurando-se reduzi-la à passividade. Costuma-se, portanto, confiná-la em *nurseries* ou quartos de brinquedos; e também nas escolas, locais de exílio aos quais a criança é condenada pelo adulto até que seja capaz de viver no mundo sem causar incômodos. Só então poderá ser admitida na sociedade; antes, porém, deve prestar um compromisso de submissão ao adulto, como uma pessoa privada de direitos civis, porque, na verdade, sua existência civil é nula. O adulto é seu amo e senhor, e a criança deve estar sempre submetida às suas ordens — ordens que não admitem apelação e que, portanto, são justas *a priori*.

Procedente do nada, a criança ingressa na família do adulto perfeito, com a inteligência enriquecida pelas conquistas como um deus, é o único que lhe pode prover o necessário para viver. O adulto é o criador, a providência, o dominador, o executante. Nunca ninguém dependeu de outrem de maneira tão total e absoluta como a criança depende do adulto.

O trabalho da criança

A criança também é um trabalhador e um produtor. Embora não possa participar do trabalho do adulto, tem um trabalho a desenvolver, uma grande missão, importante e difícil: a de produzir o homem. Se do recém-nascido inerte, mudo, inconsciente e incapaz de movimentar-se forma-se um adulto perfeito, com a inteligência enriquecida pelas conquistas

tas da vida psíquica e resplandecente com a luz que lhe é dada pelo espírito, isto se deve à criança.

O homem é construído exclusivamente por ela. O adulto não pode intervir nesse trabalho; a exclusão do adulto do mundo da criança é mais evidente e absoluta que a exclusão da criança do trabalho produtor da “supernatureza” social na qual reina o adulto. O trabalho infantil é de espécie e potencialidade muito diferentes, poder-se-ia dizer até mesmo opostas: é um trabalho inconsciente, realizado por uma energia espiritual que está se desenvolvendo, um trabalho criativo que lembra a simbólica descrição da Bíblia, na qual, falando do homem, a Escritura diz apenas que “foi criado”. Mas como foi criado? Como recebeu essa criatura viva os atributos da inteligência e do poder sobre todas as coisas da criação, embora viesse do nada? Na criança, podemos observar e admirar esse ato em todos os seus pormenores — em todas as crianças. Nossos olhos contemplam cotidianamente esse maravilhoso espetáculo.

O que foi feito o foi para reproduzir-se em todas as criaturas humanas quando chegam ao mundo dos vivos: é a vida procedente da imortalidade, onde tudo se renova ao morrer. Diante da simples evidência da realidade, podemos repetir incessantemente: “A criança é a progenitora do homem”. Todo o poder do adulto decorre da possibilidade que teve a “pequenina progenitora” de cumprir plenamente a missão secreta que lhe foi confiada. O que coloca a criança na posição de um verdadeiro operário é o fato de não realizar apenas meditando ou repousando a finalidade do homem que deve construir. Não; seu trabalho consiste de atividade — ela cria continuamente ao realizá-lo. E é preciso levar-se em conta que nesse trabalho ela utiliza também o ambiente exterior, ou seja, o mesmo ambiente que o adulto utiliza e transforma. A criança cresce com o exercício; sua atividade construtiva consiste num autêntico trabalho que surge materialmente do ambiente exterior. A criança se exercita e se movimenta fazendo experiências; assim coordena os próprios movimentos e vai registrando as impressões provenientes do mundo exterior, que plasmam sua inteligência; conquista afanosamente sua própria linguagem à custa de milagres de atenção e de esforços iniciais que só a ela são possíveis, e, através de irrefreáveis tentativas, consegue manter-se de pé e correr. Assim procedendo, obedece a um programa e a um horário, como o mais diligente estudante, com a mesma constância invariável com a qual se movimentam os astros

ao longo de suas invisíveis trajetórias. Com efeito, pode-se medir a estatura da criança em todas as idades e constatar que atingiu os limites previstos; sabemos também que aos cinco anos ela chegará a um novo nível de inteligência e ainda a outro aos oito. Poder-se-á prever quais serão sua estatura e capacidade intelectual aos dez anos de idade, porque ela não desobedecerá ao programa estabelecido pela natureza. Por meio de uma atividade infatigável, constituída de esforços, experiências, conquistas e sofrimentos, de duras provas e lutas extenuantes, a criança desenvolve lentamente seu difícil e admirável trabalho, atingindo sempre novas formas de perfeição. O adulto aperfeiçoa o ambiente, mas a criança aperfeiçoa a criatura: seus esforços se assemelham aos de quem caminha sempre, sem parar para repousar, a fim de alcançar sua meta. Por isso, a perfeição do homem adulto depende da criança.

Nós, adultos, *dependemos* dela. No campo de sua atividade, somos seus filhos e dependentes, da mesma forma que ela é nosso filho e dependente no mundo do nosso trabalho. O homem é senhor num campo, mas a criança é amo e senhor em outro, ou seja, ambos dependem um do outro — são dois reis em dois reinos diferentes.

Eis a essência da harmonia de toda a humanidade.

Confronto entre as duas espécies de trabalho

Sendo o trabalho da criança constituído de ações relacionadas com objetos reais do mundo exterior, podemos transformá-lo em matéria de estudo para pesquisar as leis e identificar-lhes as origens, a fim de compará-lo com o trabalho do adulto. Tanto o adulto como a criança desenvolvem, à custa do ambiente, uma atividade imediata, consciente e voluntária, que se deve considerar como “trabalho” propriamente dito; além disso, porém, ambos têm em seu trabalho uma finalidade que não é diretamente consciente e voluntária. Não há existência vital, nem mesmo entre os vegetais, que não se desenvolva às expensas do ambiente. Esta frase não é rigorosamente correta no que se refere apenas a um juízo imediato. Mas a própria vida constitui uma energia que jorra do meio que tenda a manter todas

as coisas, criando e aperfeiçoando sem trégua o ambiente que, sem tal atividade, desagregar-se-ia. Por exemplo: os corais desenvolvem seu trabalho imediato de absorver da água do mar o carbonato de cálcio necessário à construção de seus diques de proteção; em relação ao ambiente, sua finalidade é criar novos continentes. Entretanto, assim como essa finalidade está deveras afastada da atividade imediata dos corais, estes podem ser estudados com rigor científico sem que os pesquisadores precisem topar com o continente por eles construído. O mesmo se pode dizer a respeito de todos os seres vivos e, em especial, do homem.

Encontra-se uma finalidade não imediata, mas visível e certa, no fato de que todo ser adulto é produto do trabalho criativo de um ser infantil. Estudando-se a criança em todas as suas partes, ou, melhor dizendo, o ser infantil, é possível pesquisar e conhecer tudo, do átomo fundamental da matéria ao mínimo pormenor de todas as funções. O que não se encontrará na criança é o próprio adulto.

Todavia, as duas finalidades remotas do ato imediato implicam num trabalho às expensas do ambiente.

Talvez a natureza revele em alguns de seus seres mais simples uma parte dos seus segredos. Entre os insetos, por exemplo, podemos registrar dois autênticos trabalhos produtivos: um é representado pela seda, fio brilhante com o qual os homens fabricam tecidos preciosos, e o outro pela teia de aranha, fio sem consistência adequada, que os homens se apressam em destruir. Pois bem: a seda é produto de um ser infantil, enquanto a teia é de um ser adulto. Sem dúvida, ambos são trabalhadores. Portanto, quando se fala de trabalho da criança e se faz sua comparação com o de um adulto, alude-se a duas espécies distintas de atividade, com finalidades diferentes — mas ambas são reais.

O que importa conhecer, porém, é o trabalho infantil. Quando a criança trabalha, não o faz para alcançar uma meta exterior. Seu objetivo é trabalhar, e quando, na repetição de um exercício, ela põe termo à própria atividade, esse ponto final independe de atos exteriores. Quanto à reação individual, a cessação do trabalho não tem relação com a fadiga, porque, pelo contrário, uma característica da criança é a de sair do trabalho completamente refeita e cheia de energia.

Com isso, fica indicada uma das diferenças entre as leis naturais do trabalho da criança e do adulto: a criança não segue a lei do menor esforço e sim uma lei oposta, pois

consome uma quantidade enorme de energia em um trabalho sem objetivo e emprega não apenas energia propulsora como também energia potencial na execução de todos os pormenores. De todo modo, o objetivo e a ação exterior são meios de importância eventual. É deveras impressionante a relação entre o ambiente e o aperfeiçoamento da vida interior, sendo este, segundo o adulto, o conceito que orienta a vida espiritual. O homem que se acha numa esfera de sublimação não se preocupa com as coisas exteriores, utilizando-as apenas no momento oportuno para o aperfeiçoamento interior. Ao contrário, quem está na esfera comum, ou melhor dizendo, em sua própria esfera, preocupa-se com as finalidades exteriores até o sacrifício, até comprometer com isso o espírito e a saúde.

Outra diferença evidente e indubitável entre o trabalho do adulto e o da criança consiste no fato de este último não admitir recompensas ou concessões; é necessário que a criança execute por si mesma a tarefa de crescer — e a execute até o final. Ninguém pode assumir os esforços da criança e crescer por ela, como também não é possível que, para chegar aos vinte anos, a criança procure a maneira de perder menos tempo; por isso, uma propriedade característica do ser infantil em via de desenvolvimento é cumprir seu programa e horário sem atrasos ou negligências. A natureza é uma mestra severa, que castiga a mínima desobediência com o que se chama “deficiência de desenvolvimento” ou desvio funcional, isto é, anormalidade ou doença.

A criança possui um *motor* diferente do adulto, que age sempre por excesso de motivos exteriores que exigem dele esforços árduos, sacrifícios e grande fadiga. Para essa missão, é necessário que a criança o tenha elaborado com perfeição, transformando-o num homem forte e robusto.

A criança, pelo contrário, não se cansa com o trabalho; cresce trabalhando e, por isso, o trabalho lhe aumenta a energia.

A criança jamais pede para ser dispensada de sua tarefa, mas sim que lhe permitam cumprir totalmente e por si mesma a sua missão. O trabalho de crescer constitui sua própria vida: “Trabalhar ou morrer”.

Se não conhecer esse segredo, o adulto jamais compreenderá o trabalho da criança. E, com efeito, ainda não o compreendeu, pois a impede de trabalhar, supondo que o repouso seja o que mais lhe favorece o bom crescimento. O adulto executa tudo em lugar da criança porque se orienta

segundo suas próprias leis naturais de trabalho: mínimo esforço e economia de tempo. Mais hábil e mais bem formado que a criança, procura vesti-la e banhá-la, transportá-la no colo ou no carrinho, reorganizar aquilo que a cerca, sem permitir que a própria criança participe de tais operações.

Quando se concede à criança um pouco de liberdade “no mundo e no tempo”, o menino, como primeira reação de defesa, exclama: “Quero ficar sozinho!” Nas nossas escolas, que são um ambiente adequado às crianças, elas mesmas pronunciam a seguinte frase, que revela uma necessidade interior: “Ajudem-me a fazer sozinho”.

Quanta eloquência nessa expressão contraditória! O adulto deve ajudar a criança, mas a fim de que esta possa agir e executar seu próprio trabalho no mundo. Não só assim se expressam as necessidades, mas também as qualidades do ambiente, que deve ser vital e não inerte. Não se trata de um ambiente a ser conquistado e usufruído, mas de um meio que facilite o estabelecimento das funções. Resulta evidente que o ambiente deve ser animado diretamente por um ser superior, organizado pelo adulto inteligente e preparado para tal missão. Este conceito difere não apenas daquele segundo, que sugere que se faça tudo em substituição à criança, mas também do outro, que aconselha um ambiente passivo no qual o adulto possa abandonar a criança.

Conseqüentemente, não basta preparar para a criança objetos de formatos e dimensões adequados a ela — é necessário preparar o adulto para ajudá-la.

45. Os instintos orientadores

Também na natureza existem duas formas de vida: a vida do adulto e a vida infantil — muito diferentes e, também, contrastantes. A vida do adulto é caracterizada pela luta, seja a da adaptação ao ambiente, ilustrada por Lamarck, seja a de concorrência e seleção natural, como sugeriu Darwin, as quais se desenvolvem não só para que a espécie consiga sobreviver, como também em prol da seleção da conquista sexual.

O que ocorre com os animais adultos pode ser comparado ao desenvolvimento da vida social entre os homens: esforços contínuos para a preservação da vida e a defesa contra os inimigos, lutas e sofrimentos para adaptação ao ambiente e, por fim, o amor e a conquista sexual. Darwin viu nesses esforços e na concorrência entre as espécies a causa da evolução, isto é, do aperfeiçoamento das criaturas, e assim explicou a sobrevivência física — da mesma forma que os historiadores materialistas atribuíram a evolução da humanidade às lutas e à concorrência entre os homens.

Todavia, enquanto não existem outros argumentos possíveis para explicar a história humana senão as aventuras dos adultos, o mesmo não ocorre em relação à natureza: a verdadeira chave da vida, que nela reside e se afirma, mostrando as inúmeras e maravilhosas variedades dos seres, encontra-se no capítulo reservado à parte infantil.

Antes de serem fortes para lutar, todos os seres vivos foram fracos e começaram por um estágio no qual os órgãos não podiam se adaptar porque ainda não existiam. E não há seres vivos que se iniciem pelo estado adulto.

Conseqüentemente, existe uma parte oculta da vida que deve possuir outras formas, outros meios, outras motivações, totalmente diferentes dos que surgem no jogo entre o indivíduo forte e o ambiente.

É o que se poderia chamar de “capítulo infantil da natureza”, no qual se oculta a verdadeira chave da vida, pois o que ocorre com o adulto só pode explicar as aventuras da sobrevivência.

As observações dos biólogos quanto à vida infantil dos seres vivos trouxeram à luz o aspecto mais maravilhoso e complexo da natureza: aquele que revelou realidades espantosas, possibilidades sublimes que enchem de poesia — e quase de religião — toda a natureza vital. Nesse campo, a biologia pesquisou e trouxe à luz o lado criativo e preservativo da espécie, ilustrando os instintos que orientam interiormente os seres vivos — instintos que, por serem diferentes da massa de instintos impulsivos relativos a reações imediatas entre o ser e a natureza, podem-se chamar de “instintos orientadores”.

Em biologia, sempre se agruparam em duas categorias fundamentais todos os instintos existentes, de acordo com sua finalidade: os instintos relativos à conservação do indivíduo e os referentes à preservação da espécie. Em ambas as categorias existem aspectos de luta, ligados a episódios passageiros, quase que encontros casuais entre o indivíduo e o ambiente. Pelo contrário, os instintos orientadores vitais e constantes, eminentemente conservativos, são verdadeiramente de outro tipo.

Por exemplo: entre os instintos de conservação do indivíduo, o instinto de defesa contra as causas desfavoráveis ou ameaçadoras corresponde à luta episódica contra tais fatores. Entre os instintos de preservação da espécie, é episódico o instinto que corresponde aos encontros com outros seres, sob formas opostas de união ou de luta sexual. Tais episódios, que são os mais violentos e evidentes, foram os que a biologia percebeu e estudou em primeiro lugar. Em seguida, porém, estudaram-se melhor os instintos de conservação do indivíduo e da espécie no que se refere a seu aspecto permanente e conservador.

Mas os instintos orientadores aos quais está ligada a própria existência da vida na sua grande função cósmica, bem como as reações ao ambiente, são delicadas sensibilidades interiores, assim como o pensamento puro é uma qualidade mental totalmente interior. Prosseguindo a comparação, poder-se-iam considerar pensamentos divinos que se elaboram no íntimo dos seres vivos e, depois, são levados ao mundo exterior para nele atuarem. Por isso, os instintos orientadores possuem, em vez do caráter impulsivo das lutas episó-

dicas, uma inteligência, uma sabedoria que conduz os seres através de sua viagem no tempo (os indivíduos) e na eternidade (a espécie).

Os instintos orientadores são especialmente maravilhosos quando se dedicam a orientar e proteger a vida infantil inicial, quando a criatura é ainda quase inexistente ou imatura, mas está encaminhada para atingir seu pleno desenvolvimento, quando ainda não possui as características da espécie, nem a força, a resistência ou as armas biológicas para a luta, nem a esperança da vitória final como prêmio estável da sobrevivência. Aqui, a orientação atua conjuntamente como uma forma de maternidade e educação, ambas misteriosas, ocultas no íntimo, como o segredo da criação. Conduz à salvação o ser inerme, que não tem em si mesmo matéria nem força para salvar-se por si mesmo. Um desses instintos orientadores está relacionado com a maternidade — o maravilhoso instinto ilustrado por Fabre e pelos biólogos modernos como a chave da sobrevivência dos seres. Outro é relativo ao desenvolvimento do indivíduo e foi ilustrado, nos períodos sensíveis, pelo biólogo holandês De Vries.

O instinto de maternidade não está ligado apenas à mãe, embora esta, como procriadora direta da espécie, tenha a maior parte dessa tarefa protetora, mas a ambos os pais e, às vezes, estende-se a toda uma sociedade.

Estudando-se mais profundamente o chamado instinto materno, termina-se por reconhecê-lo como uma misteriosa energia que não está necessariamente ligada aos seres vivos, mas existe como proteção da espécie, embora desprovida de matéria, como está expresso nos Provérbios: "Eu estava contigo no universo antes que qualquer coisa existisse".

Por instinto materno designa-se, portanto, de maneira genérica, o instinto orientador da preservação da espécie. Existem algumas características que dominam esse campo em todas as espécies, causando um holocausto de todos os demais instintos do adulto ligados à sua sobrevivência. O animal feroz pode trazer em si uma doçura e uma ternura que contrastam com sua natureza. O pássaro que voa tanto para procurar meios de subsistência quanto para fugir ao perigo, detém-se e vigia o ninho, encontrando outras defesas perante o perigo, mas jamais adotando a fuga. Portanto, os instintos inatos na espécie mudam imprevisivelmente de características. Além disso, em inúmeras espécies surge a tendência construtiva, que impele ao trabalho — algo que

jamais se encontra nos animais por si mesmos, porque no estado adulto eles se adaptam à natureza da maneira que a encontram. O novo instinto de proteção da espécie dá lugar, portanto, a um trabalho construtivo que tem por finalidade a preparação de abrigo e refúgio para os recém-nascidos. E cada espécie e variedade têm, nessa obra, uma orientação determinada. Nenhuma pega ao acaso o primeiro material que encontra, ou constrói adaptando-se aos locais. Não. A indicação é exata e definida. Por exemplo: as maneiras de construir o ninho são verdadeiras características diferenciais das variedades de pássaros. Entre os insetos existem exemplos maravilhosos de construção. Com efeito, os alvéolos das abelhas são palácios de perfeita arquitetura geométrica, nos quais uma sociedade inteira contribui para construir o abrigo das novas gerações. Existem outros casos menos vistosos, mas extremamente interessantes, como o das aranhas, excepcionais construtoras também para si mesmas, que sabem tecer e estender redes tão tênues e extensas para apanhar os inimigos. Repentinamente, a aranha muda radicalmente seu trabalho, e esquecendo-se de si mesma e dos inimigos, passa a construir um saquinho, com uma estrutura de trama totalmente nova, finíssima e compacta, completamente impermeável. Possui freqüentemente paredes duplas, o que o transforma em excelente refúgio nos lugares úmidos e frios onde vivem algumas variedades de aranhas. Por conseguinte, reflete uma verdadeira sabedoria quanto às exigências climáticas. Ali dentro, a aranha deposita em segurança os seus ovos. O mais estranho, porém, é que a aranha ama veementemente aquele saco. Em algumas observações de laboratório constatou-se que aquela aranha de corpo viscoso e cinzento, no qual nunca se teria imaginado pudesse existir um coração, é capaz de morrer de angústia diante do espetáculo dilacerante de encontrar o seu saco rasgado e destruído. E, na verdade, verifica-se que a aranha, sempre que pode, permanece de tal forma agarrada à sua construção que o saco quase parece fazer-lhe parte do corpo. Portanto, ela ama o saco, mas não os ovos nem as pequenas aranhas que, por fim, saem dele. Parece nem mesmo notar-lhes a existência. O instinto levou aquela mãe a executar um trabalho em favor da espécie, sem que o ser vivo da espécie seja verdadeiramente o seu objeto direto. Conseqüentemente, pode tratar-se de um "instinto sem objeto", que age irrefreavelmente e representa, com efeito, uma obediência ao

comando interior de fazer o que é necessário. E faz amar aquilo que foi comandado.

Existem borboletas que durante toda a vida sugaram o néctar das flores, sem conhecerem outro atrativo nem outro tipo de alimento. Todavia, chegado o momento de pôr os ovos, deixam de procurar as flores. Adotam outra diretriz; alteram o instinto de nutrição que orienta o indivíduo e são levadas a um ambiente diverso, adequado à nova espécie, que necessita de outros alimentos. A borboleta, porém, não conhece tais alimentos, como jamais conhecerá a espécie que dela se originará. Traz consigo um comando da natureza, estranho ao seu ser. A cigarra e, também, outros insetos semelhantes nunca depositam os ovos sobre as folhas que servirão de alimento às pequenas larvas, mas na face inferior, a fim de que permaneçam protegidos. Semelhante "reflexão inteligente" é feita por numerosos insetos que, porém, nunca se nutrem das plantas que escolhem para a sua prole. Conseqüentemente, conhecem teoricamente o capítulo da alimentação dos filhos e até mesmo prevêem os perigos da chuva e do sol.

O ser adulto que tem a missão de proteger os novos seres da espécie modifica, portanto, as próprias características e se transforma, como se chegasse um período em que a lei que rege habitualmente sua vida se suspendesse para dar lugar a um grande acontecimento da natureza.

É o milagre da criação. Então, tais seres fazem algo que não é viver, mas, poder-se-ia dizer, é um rito que se cumpre em torno desse milagre.

Constitui, realmente, um dos mais esplêndidos milagres da natureza o poder que têm os recém-nascidos, totalmente desprovidos de experiência, incapazes de orientar-se, de proteger-se no mundo exterior, guiados por instintos parciais nos "períodos sensíveis". Esses instintos são guias que conduzem através de sucessivas dificuldades e, a intervalos, reanimam a criatura com a força de impulsos irresistíveis. É evidente que a natureza não conferiu ao adulto as proteções de que goza o recém-nascido; ela tem seus guias e zela severamente para que sejam obedecidos. O adulto deve simplesmente colaborar, dentro dos limites em que agem os instintos orientadores para a proteção da espécie. E muitas vezes, como demonstram os peixes e os insetos, os dois instintos orientadores, o do adulto e o do novo ser, agem de modo separado e independente, isto é, sem que pais e filhos se encontrem na vida. Nos animais superiores, esses dois

instintos desenvolvem uma colaboração harmoniosa e, na confluência dos instintos orientadores maternos com os "períodos sensíveis" dos recém-nascidos, nasce o amor entre genitora e filhos, ou se produzem relações maternas, extensivas a toda a sociedade organizada, que exercem sua atividade nos confrontos dos novos produtos vivos da raça (como ocorre com os insetos que vivem em colônias — abelhas, formigas, etc.).

O amor e o sacrifício não são causas de proteção da espécie, mas efeitos do instinto orientador que tem suas raízes profundas no grandioso laboratório criador de vida e ao qual está ligada a sobrevivência de todas as espécies.

O sentimento facilita a missão imposta às criaturas e proporciona ao esforço aquela espécie de delícia que os homens encontram na perfeita obediência às ordens da natureza.

Caso se desejasse descortinar numa única visão o mundo dos adultos, poder-se-ia dizer que, periodicamente, manifesta-se nele um desvio das leis que lhe são próprias, as leis mais evidentes da natureza, por isso consideradas absolutas e intangíveis. Pois bem, essas leis intocáveis são violadas, inutilizadas, como se deixassem campo livre a *algo* superior e se inclinassem perante fatos contrários a elas, isto é, se fossem suspensas para dar lugar às novas leis que surgem na vida infantil da espécie. Assim se conserva a vida: mudanças a renovam e lhe permitem continuar eternamente.

Ora, podemos indagar-nos: de que modo participa o homem dessas leis da natureza? Diz-se que o homem encerra em si, como numa síntese suprema, todos os fenômenos naturais dos seres que lhe são inferiores, reassumindo-os e superando-os. Ademais, pelo privilégio da inteligência, resalta-os no esplendor da roupagem psíquica que é elaborada pela imaginação, pelo sentimento e pela arte.

Como, então, são expostas e sob que sublimes aparências manifestam-se essas duas vidas na humanidade? Na verdade, não aparecem duas vidas. Se procuramos no mundo humano, devemos dizer que nele se encontra a luta, o esforço de adaptação, o afã da vida exterior. Os fatos que ocorrem no mundo humano convergem todos para a conquista e a produção, como se nada mais houvesse a se considerar. A força humana se choca e se despedaça na competição. Se o adulto leva em consideração a criança, procede com a mesma lógica que adota em sua própria vida, encarando-a como um ser diferente e inútil, afastando-a de si, ou, por meio do que

chama de educação, faz um esforço para a atrair diretamente à órbita de sua própria vida. E age da mesma forma pela qual agiria (se fosse possível) uma borboleta que rompesse o casulo de sua ninfa para convidá-la a voar, ou uma rã que tirasse seu girino da água e se esforçasse por fazê-lo respirar com pulmões e a trocar por verde sua cor negra, se não lhe agradasse.

Quase o mesmo faz o homem com seus filhos: o adulto exhibe diante deles a própria perfeição, a própria maturidade, o próprio exemplo histórico, pedindo-lhes que o imitem. Não pensa, absolutamente, que as características diferentes da criança são de molde a tornar necessário prover um ambiente diverso e meios de vida adequados a essa outra existência infantil.

Como é possível explicar uma compreensão tão errada por parte do ser mais alto, mais evoluído, dotado de inteligência própria — o dominador do ambiente, a criatura cheia de poder, capaz de trabalhar —, possuidor de uma superioridade incomensurável em relação aos demais seres vivos?

Ele, o arquiteto, o construtor, o produtor, o transformador do ambiente, faz pelo seu filho menos que uma abelha, que um inseto, que qualquer criatura.

Será, porventura, possível que o instinto orientador mais elevado e essencial da vida falte totalmente à humanidade e que esta seja verdadeiramente inerte e cega diante do fenômeno mais emocionante da vida universal, do qual depende a existência da espécie?

O homem devia sentir, paralelamente, algo semelhante ao que sentem as outras criaturas, pois na natureza tudo se transforma, mas nada se perde — e as energias que regem o universo são especialmente indestrutíveis e continuam a existir mesmo quando são desviadas de sua finalidade.

O homem construtor — onde deve ele construir o ninho destinado ao filho? Nesse trabalho de construção, o homem deveria exprimir-se com sua arte mais elevada, que não se contamina e não se amolda a nenhuma exigência exterior, onde um impulso de amor generoso pode acumular riquezas que não se utilizam no mundo da produção. Existem locais em que o homem sente necessidade de abandonar suas características habituais, em que percebe que a parte essencial da manutenção da vida não é a luta, em que ele sente uma verdade brotar das profundezas para lhe dizer que sobrepujar os outros não é o segredo da sobrevivência, em que, por conseguinte, o abandono de si mesmo parece ser a ver-

dadeira coisa vivificante. Não haverá algum lugar onde a alma aspire a romper as leis férreas que a mantêm acorrentada ao mundo das coisas exteriores? Não existirá a busca ansiosa do milagre, a necessidade de recorrer ao milagre para dar continuidade à vida? E, simultaneamente, a aspiração a algo que esteja fora da vida individual, que vai mais além, estendendo-se à eternidade? É nesse caminho que se encontra a salvação. O homem sente a necessidade de renunciar ao seu estafante argumentar e está pronto a ceder.

Todos estes são os sentimentos que deveriam surgir no homem quando, com o nascimento de seu filho, intervém o fato que leva os demais seres vivos à suspensão de leis e ao holocausto de si mesmos, com a finalidade de impulsionar a vida até a eternidade.

Sim, existem lugares onde o homem deixa de sentir a necessidade de conquista, mas tem necessidade de purificação e de inocência, e, por isso, aspira à simplicidade e à paz. Nessa paz inocente, o homem procura uma renovação da vida, quase uma ressurreição do mundo opressor.

Sim, devem existir na humanidade sentimentos grandiosos, diferentes e opostos aos da vida cotidiana. São a voz divina que coisa nenhuma consegue abafar e que chama os homens, conclamando-os a se reunirem em redor do Menino.

46. A criança-professora

Descobrir os instintos orientadores do homem constitui uma das mais importantes pesquisas a serem desenvolvidas nos tempos modernos. Começamos tal estudo partindo inicialmente do nada, e essa foi nossa contribuição. Abriu-se um novo campo de pesquisa e os resultados até agora obtidos comprovam a existência de tais instintos e fornecem as primeiras indicações relativas ao modo de estudá-los.

Esse estudo só é possível em crianças normais, que vivem livremente num ambiente adequado às suas necessidades de desenvolvimento. Surge então uma nova natureza humana, com tanta nitidez que suas características normais se impõem como uma realidade indiscutível.

Incontáveis experiências demonstram uma verdade que interessa da mesma maneira a dois setores diferentes: o da educação e o da organização social do homem. É claro que a organização social dos homens que tivessem uma natureza diferente da conhecida deveria ser diferente, e a educação nos pode indicar também a maneira de normalizar a sociedade do adulto. Uma reforma social desse tipo não pode depender de uma idéia ou da energia de alguns organizadores, mas deles emergiria lenta e constantemente um novo mundo em meio ao mundo velho: o mundo novo da criança e do adolescente. Deste mundo deveriam surgir paulatinamente as revelações, as diretrizes naturais necessárias à vida normal da sociedade. É absurdo supor e esperar que reformas ideais ou energias individuais possam preencher um vácuo tão imenso como o que existe no mundo devido à opressão da criança.

Nada poderá remediar o mal resultante do fato de que todos os homens serão sempre mais "anormais" enquanto sua infância não se puder desenvolver segundo as diretrizes da natureza, mas, ao contrário, sofrer desvios irremediáveis.

A energia desconhecida que pode auxiliar a humanidade é a que reside na criança.

É hora de renovar o *nosce te ipsum*, ponto de partida de todas as ciências biológicas que têm contribuído para melhorar a vida física do homem através da medicina moderna e da higiene, elaborando uma civilização mais adiantada: a da higiene física.

No campo psíquico, porém, o homem ainda não se conhece. As primeiras pesquisas do *nosce te ipsum* físico foram realizadas por meio do estudo anatômico dos cadáveres humanos; as primeiras pesquisas do *nosce te ipsum* psíquico, através do estudo da criança recém-nascida. Viva.

Sem estas considerações fundamentais, parece não existir qualquer caminho aberto ao progresso ou à sobrevivência da humanidade da nossa civilização, e que todos os problemas sociais terão que permanecer sem solução, da mesma forma que continuarão insolúveis os problemas relativos à pedagogia científica moderna, porque o aperfeiçoamento da educação pode ter uma única base: a normalização da criança.

O mesmo procedimento deve ser aplicado à humanidade adulta, para a qual existe apenas um verdadeiro problema: *nosce te ipsum*, ou seja, o conhecimento das leis ocultas que orientam o desenvolvimento psíquico do homem. Todavia, tal problema já foi solucionado pela criança ao seguir um caminho prático, fora do qual não se vislumbra a salvação. Pois os homens desviados podem apossar-se de qualquer coisa boa e, buscando obter autoridade e força, sem a destruírem antes que possa ser aplicada, transformam-na em objeto perigoso à vida humana. Por isso, tudo que é bom, como o progresso e as descobertas, pode aumentar o mal-estar que aflige o mundo, como demonstram as máquinas, que constituem o progresso social mais tangível para todos nós. Qualquer invenção que poderia ser utilizada para gerar elevação e progresso é suscetível de ser manipulada também para a destruição, para a guerra, por uma indústria que só busca o enriquecimento. Os progressos da física, da química e da biologia, os aperfeiçoamentos dos meios de transporte não fazem senão aumentar os perigos de destruição, de miséria, de triunfo de uma barbárie cruel. Por conseguinte, nada devemos esperar do mundo exterior até que se reconheça que a conquista fundamental da vida social é a normalização do homem. Só depois disso o progresso exterior poderá trazer bem-estar e uma civilização mais perfeita.

Devemos, portanto, considerar a criança o destino de nossa vida futura. Quem desejar conseguir qualquer benefício para a sociedade deve necessariamente apoiar-se na criança, não só para salvá-la dos desvios, como também para conhecer o segredo prático da nossa vida. Sob esse ponto de vista, a figura da criança apresenta-se possante e misteriosa, e nós devemos meditar sobre ela porque, trazendo encerrado em si o segredo de nossa natureza, transforma-se em nossa professora.

47. A missão dos pais

Os pais não são os construtores da criança, mas seus guardiães. Devem protegê-la e cuidá-la num sentido deveras profundo, como uma missão sagrada que supera os interesses e conceitos da vida exterior. Os pais são guardiães sobrenaturais, como os anjos da guarda de que fala a religião, subordinados única e diretamente ao céu, mais fortes que qualquer autoridade humana e unidos à criança por laços indissolúveis, se bem que invisíveis. Para o cumprimento de tal missão, os pais devem purificar o amor que a natureza lhes depositou no coração e compreender que esse amor é a parte consciente de um sentimento mais profundo, que não deve ser contaminado pelo egoísmo ou pela inércia. Os pais devem entender e abraçar a questão social que hoje em dia se impõe: a luta para que o mundo reconheça os direitos da criança.

Muito se falou nestes últimos tempos dos direitos humanos e, em especial, dos direitos dos trabalhadores, mas chegou o momento de falar dos direitos sociais da infância. O problema social dos trabalhadores tem sido fundamental para as transformações sociais, pois a humanidade vive unicamente do trabalho humano — desse problema, portanto, dependia a existência material da humanidade inteira. Contudo, se o operário produz o que o homem consome e cria no mundo exterior, a criança produz a própria humanidade e, por conseguinte, os seus direitos exigem com razão ainda maior as transformações sociais. É evidente que a sociedade deveria prodigalizar às crianças os cuidados mais perfeitos e judiciosos, para delas receber maior energia e maiores possibilidades para a humanidade futura.

O fato de se ter descuidado e esquecido os direitos da criança, de tê-la atormentado e destruído, e de se continuar a ignorar-lhe o valor, o poder e a natureza, deveria suscitar a mais veemente reação da humanidade.

48. Os direitos da criança

Com efeito, até pouco tempo a sociedade não se preocupou com a criança; ou, para sermos mais precisos, até o limiar de nosso século. Simplesmente a ignorava, deixando-a entregue exclusivamente aos cuidados da família. A única proteção e defesa da criança era a autoridade paterna, resíduo de normas do direito romano que remontam a dois mil anos atrás. Eram-lhe proporcionados apenas os meios materiais, morais e intelectuais da família em que nascia. Se a família era desprovida de meios, a criança tinha que viver na miséria material, moral e intelectual, sem que a sociedade sentisse a mínima responsabilidade em relação a ela. Até hoje a sociedade não exigiu qualquer preparação ou garantia por parte da família na qual pode nascer uma criança. O Estado, tão rigoroso em se tratando de documentos oficiais, tão amigo de formalidades minuciosas e avesso a regulamentar tudo que possa implicar na mínima parcela de responsabilidade social, não tem qualquer preocupação com informar-se a respeito da capacidade dos futuros pais, nem se ocupa de proteger convenientemente os filhos durante seu desenvolvimento. E nem mesmo proporciona aos pais instruções e preparação adequadas.

Quem pretenda fundar uma família terá simplesmente que dirigir-se ao Estado e cumprir o único dever que lhe é imposto: celebrar o ritual do matrimônio. Excetuando isto, pode-se afirmar que a sociedade, desde os mais remotos tempos, desinteressou-se totalmente dos pequenos operários aos quais a natureza confiou a missão de construir a humanidade. Em contraste com os constantes progressos em favor dos adultos, as crianças permaneceram esquecidas e exiladas.

Podiam ser vítimas sem que a sociedade se desse conta — vítimas propiciatórias, como reconheceu a ciência há cerca de meio século, quando a medicina começou a inte-

ressar-se pela infância. Esta se encontrava, então, ainda mais abandonada: não existiam médicos especialistas nem hospitais para crianças. Só quando as estatísticas revelaram a elevadíssima média da mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida produziu-se um profundo abalo. Descobriu-se então que, embora as famílias tivessem muitos filhos, poucos sobreviviam. A morte daquelas crianças parecia tão natural que as famílias já estavam acostumadas, segundo a difundida idéia de que, na realidade, aquelas crianças não morriam mas subiam ao céu, e existia uma preparação espiritual para aceitar-se com resignação aquela espécie de recrutamento de anjinhos feita por Deus, que desejava tê-los todos perto de si. Eram tantas as crianças que morriam por ignorância e falta de cuidados que o fenômeno foi chamado de "matança normal dos inocentes".

Uma vez descoberto o fato, depressa se organizou uma propaganda vasta que resultou em fazer surgir um novo senso de responsabilidade na consciência humana. Não bastava, afirmou-se, que os pais dessem vida aos filhos: impunha-se a obrigação de salvar essas vidas com os meios indicados pela ciência — os pais deviam procurar novas condições e receber as instruções necessárias à higiene infantil.

Todavia, as crianças não sofriam apenas no seio da família. Observações científicas levadas a efeito nas escolas resultaram em outra impressionante revelação sobre seus sofrimentos. Isto ocorreu na última década do século passado, na mesma época em que a medicina descobria e estudava as moléstias causadas nos operários pelo trabalho, lançando as primeiras luzes da higiene social do trabalho que constituiu a mais positiva base de luta em favor dos trabalhadores. Reconheceu-se então que, além das moléstias infecciosas causadas por falta de higiene, as crianças sofriam também de doenças provocadas por seu próprio trabalho.

Isso ocorria na escola, onde as crianças estão expostas a um tormento obrigatório por imposição da sociedade. O peito estreito que predispõe à tuberculose era causado pela necessidade de debruçar-se durante longas horas sobre as bancas, para ler e escrever; a coluna vertebral encurvava-se devido àquela posição forçada, a miopia surgia em decorrência do prolongado esforço de usar a vista sem iluminação suficiente, e, enfim, todo o corpo se deformava e sofria por causa da longa permanência em locais acanhados e superlotados.

Mas o tormento não era apenas físico. Ficou demons-

trado que se estendia também ao trabalho mental. Os estudos eram pesados, e as crianças, coagidas entre o tédio e o temor, tinham a mente fatigada e o sistema nervoso exausto. Eram cheias de preconceitos, desanimadas, melancólicas, viciadas, sem confiança em si mesmas e desprovidas da luminosa alegria da infância.

A família não se dava conta de tal estado de coisas e se preocupava apenas com que as crianças passassem nos exames e se instruissem o mais depressa possível, para economizarem tempo e dinheiro. Não era a instrução em si, a elevação cultural, que preocupava as famílias, mas unicamente a resposta ao apelo social, uma obrigação exterior que pesava e custava dinheiro. O que importava era a criança conseguir "possuir" o passaporte social no menor tempo possível.

As pesquisas realizadas na época junto às escolas trouxeram à luz outros fatos impressionantes: muitas crianças já ingressavam na escola fatigadas pelo trabalho realizado. Algumas, antes de chegar à escola, tinham percorrido diversos quilômetros para distribuir leite à freguesia, outras tinham vendido jornais pelas ruas, ou trabalhado em casa, de modo que chegavam à escola famintas e sonolentas, desejando unicamente descansar. Essas infelizes crianças eram castigadas por não se manterem atentas ou não entenderem as explicações do professor. Este, preocupado com suas responsabilidades e, sobretudo, com a sua autoridade, procurava despertar o interesse das fatigadas crianças por meio de admoestações e fazia-se obedecer com ameaças, humilhando-as diante dos colegas por causa de sua incapacidade e debilidade de vontade. Assim, as infelizes passavam a vida entre a exploração familiar e os castigos escolares.

Aquelas primeiras investigações revelaram tantas injustiças que delas nasceu uma verdadeira reação social, e as escolas, bem como seus regulamentos, sofreram rápidas modificações. Nasceu também um novo e importante ramo da medicina, a *higiene escolar*, que exerce uma ação protetora e regeneradora em todas as escolas públicas dos países civilizados. Hoje em dia, o médico e o professor estão associados em benefício da criança; foi esta a primeira sanção social de um erro antigo e inconsciente cometido por toda a humanidade, constituindo-se no primeiro passo em direção à redenção social da infância.

Se olharmos para trás, para além daquele primeiro despertar salutar, não encontraremos em todo o caminho per-

corrido pela história nenhum fato evidente que revele qualquer reconhecimento dos direitos da criança ou qualquer intuição da sua importância. E, todavia, Cristo, para indicar aos adultos o caminho do reino dos Céus e arrancá-los da cegueira, disse, apontando para as crianças: “Se não mudardes e não vos tornardes como os pequeninos, não entrareis no reino dos Céus”. Mas o adulto continuou a preocupar-se unicamente em converter a criança, apresentando-se a ela como modelo de perfeição. E parece que essa tremenda cegueira do adulto foi de todo incurável. Mistérios da alma humana. Tal cegueira é um fenômeno universal, tão antigo quanto a própria humanidade.

Com efeito, em toda a aspiração educativa, em toda a pedagogia antiga, até nossos dias, a palavra “educação” foi sempre um sinônimo de castigo e sua finalidade foi submeter a criança ao adulto, que se substituiu à natureza, colocando seus próprios fins e sua vontade ao nível de leis da vida. A própria Bíblia, nos Provérbios de Salomão, indica aos homens seus deveres de educadores: “Não poupeis bastonadas a vossos filhos”. Porque poupar os filhos equivaleria a odiá-los, ou seja, condená-los ao inferno.

Milhares de anos transcorreram e a situação não mudou muito. Nas diversas nações existiam diferentes modos de castigar as crianças. Muitas vezes, especificavam-se nos colégios os castigos empregados, tais como pendurar ao peito cartazes infamantes, colocar orelhas de asno na cabeça, ou expor a criança a uma verdadeira berlinda, fazendo-a suportar zombarias e insultos de quem lhe passasse por perto. Outros castigos eram verdadeiras torturas físicas: permanecer de pé durante horas com o rosto voltado para o canto da sala, de modo que a criança, nada podendo ver ou fazer, cansava-se e se aborrecia.

Outro castigo consistia em ajoelhar-se no chão com os joelhos descobertos, ou ser espancado e admoestado em público. Existe um requinte moderno de crueldade no princípio ideal de reunir a família e a escola num mesmo simulacro de educação: princípio que se concretizou em organizar a escola e a família para castigar e atormentar a criança. A criança castigada na escola é obrigada a anunciar a sentença condenatória em casa, a fim de que o pai se una ao professor nas reprimendas e castigos; depois, o pequeno é coagido a levar de volta à escola a assinatura do pai, a fim de provar que a denúncia foi feita e que outro carrasco ficou devida-

mente informado e, fiel ao princípio, associou-se também aos perseguidores de seu próprio filho.

Nesses casos, não há defesa possível. A que tribunal poderá apelar a criança, como podem fazer os condenados por qualquer tipo de delito? Para ela, não existe tribunal de apelação.

E onde está o amor que poderia servir de consolador refúgio para a criança? Não existe. A escola e a família estão em acordo para castigar, porque, se assim não fosse, o castigo não seria suficientemente educativo.

Mas a família não precisa do apelo da escola para castigar as crianças. Pesquisas recentes sobre os castigos empregados nas famílias (e uma delas foi efetuada por iniciativa do Instituto para a Educação, anexo à Sociedade das Nações) revelaram que até nossos dias não existe nação em que as crianças não sejam castigadas pela família. Tais castigos consistem de gritos violentos, ofensas com palavras insultuosas, bofetadas e socos, reclusão de crianças em quartos escuros a fim de apavorá-las, ameaças dos mais terríveis castigos, privação de passatempos e recreação que constituem o único refúgio do pequeno escravo e a única compensação por tantos tormentos inconscientemente suportados, como brincar com outras crianças ou comer algum doce ou fruta. Por fim, como castigo familiar, o jejum imposto sobretudo à noite: "Já para a cama, sem jantar!" E, depois, um sono agitado durante a noite inteira, por causa do desgosto e da fome.

Embora o uso de castigos esteja desaparecendo rapidamente nas famílias evoluídas e conscientes, ainda não foi abolido por completo, e as palavras rudes, a voz dura e ameaçadora constituem o tratamento mais comum empregado pelo adulto em relação à criança. Acredita-se que seja direito natural do adulto castigar a criança, e a mãe se esforça por considerar um dever a aplicação de algumas bofetadas.

E, não obstante, aboliram-se os castigos corporais para adultos por serem aviltantes à dignidade humana e uma vergonha social. Existe, porém, maior vilania que ofender e espancar uma criança?

É evidente que a consciência da humanidade está mergulhada num sono profundo.

O progresso da civilização não depende atualmente do progresso individual, não procede da chama ardente do espírito humano: é o funcionamento contínuo de uma máquina insensível, impelida por uma força exterior. A sua energia

motriz, como uma enorme força impessoal, provém do ambiente, deriva da sociedade inteira, a qual funciona inexoravelmente. Para a frente e sempre direto!

A sociedade é como um imenso comboio ferroviário que avança a velocidade vertiginosa para um ponto distante. E os indivíduos que a compõem podem ser comparados aos viajantes que dormem no interior das cabines. E aquele sono das consciências é o mais poderoso obstáculo à recepção de um auxílio vital, de uma verdade salvadora. Se tal não ocorresse, o mundo poderia progredir rapidamente, pois não existiria o perigoso contraste entre a velocidade cada vez maior dos meios de transporte da matéria e a rigidez cada vez mais profunda do espírito humano. O primeiro passo, o mais difícil em todo movimento social para o progresso coletivo, consiste na tremenda tarefa de despertar a humanidade adormecida e insensível, obrigando-a a escutar a voz que chama. Hoje é absolutamente necessário que a sociedade inteira se recorde da criança e da importância que esta possui, a fim de ir-lhe ao encontro com a máxima urgência, para trazê-la de volta do grande e perigoso abismo em que ela jaz. É preciso que tal abismo desapareça e que se construa um mundo adequado à criança, mediante o reconhecimento de seus direitos sociais. O maior delito cometido pela sociedade é o de malbaratar o dinheiro que deveria ser usado em favor de seus filhos, e que, ao contrário, é dissipado na destruição deles e de si mesma. A sociedade tem sido para a criança como um tutor que dilapida o patrimônio que não lhe pertence, mas é de seus pupilos. O adulto gasta dinheiro e constrói para si, enquanto é evidente que boa parte de sua riqueza deveria ser destinada à criança. Tal verdade é inerente à própria vida, como o demonstram os animais e até mesmo os mais humildes insetos. Por que motivo as formigas acumulam alimento? Por que os pássaros buscam alimentos e os levam para o ninho? Não existe na natureza qualquer exemplo de adultos que devorem tudo e abandonem sua prole na miséria.

Nada se faz em favor da criança: procura-se apenas conservar-lhe a vida vegetativa corporal. Quando a sociedade perdulária tem necessidade premente de dinheiro, subtrai-o também às escolas, em especial às escolas destinadas à infância, abrigos do germe da vida — subtrai-o de lá, onde não existem vozes que o defendam. Trata-se de um dos mais iníquos crimes da humanidade, o mais absurdo dos seus erros. A sociedade nem mesmo se dá conta de cometer uma

dupla devastação quando usa esse dinheiro na fabricação de instrumentos de destruição: destrói ao eliminar a vida e destrói ao não permitir viver. Ambas as coisas constituem um único erro, pois, justamente por não favorecer o desenvolvimento da vida, os homens crescerão de maneira anormal.

Torna-se, pois, necessário que os adultos se organizem novamente, não para si mesmos, mas, desta feita, para o bem de seus filhos; é preciso que ergam a voz em nome de um direito que a habitual cegueira torna invisível, mas que, uma vez afirmado, impor-se-á de modo indiscutível. Se a sociedade tem sido um tutor infiel à criança, deve restituir-lhe os bens e fazer-lhe justiça.

É importantíssima a missão que espera os pais, pois só eles devem e podem salvar os filhos, porque possuem os meios para se organizar socialmente e, portanto, para atuar de modo prático na vida social. Sua consciência deve entender a força da missão que a natureza lhes confiou e que os coloca em primeiro plano na sociedade, fazendo com que dominem todas as situações materiais, uma vez que em suas mãos está o futuro da humanidade: a vida. Se assim não procederem, comportar-se-ão como Pilatos.

Pilatos poderia salvar Jesus, mas não o fez.

A multidão, excitada por preconceitos antigos, aferrada às leis e aos costumes vigentes, reclamava a vida do Redentor. E Pilatos permaneceu indeciso, inerte.

“Que devo fazer, se estes são os costumes dominantes? . . .”, refletiu ele.

E lavou as mãos.

Tinha o direito de dizer: “Não, não quero”. Mas ficou calado.

E como ele agem os pais de hoje diante dos poderosos usos sociais que constituem uma necessidade.

Assim nasce o drama social da criança. A sociedade, insensível a qualquer responsabilidade, abandona a criança aos cuidados da família e esta, por sua vez, a entrega à sociedade, que a confina numa escola.

Repete-se, portanto, para a criança a dramática situação de Cristo, mandado de Herodes a Pilatos, um joguete entre os dois poderes, sendo que um desejava abandoná-lo à responsabilidade do outro.

Nenhuma voz se levanta em sua defesa, embora exista uma voz que deveria defendê-la — a voz do sangue, que representa a força da vida: a autoridade humana dos pais.

Quando a consciência dos pais desperta, estes não agem

como Pilatos, que para defender o Messias negou-lhe a divindade, fê-lo flagelar e o humilhou, antes de tudo, dizendo: "*Ecce homo!*"

Tal fato está registrado na história como o primeiro episódio da paixão de Cristo, mas certamente não como um argumento em seu favor.

"ECCE HOMO!"

A criança passará pela Paixão de Cristo.

Mas o início de tudo está na frase: "*Ecce homo!*" Aqui, o homem não traz Deus em si, está como que vazio, e já foi humilhado e flagelado pela autoridade superior que o poderia ter defendido.

Em seguida, foi arrastado pela multidão, pela autoridade social.

A escola tem sido um lugar de profunda desolação para a criança. Aqueles prédios enormes dão a impressão de terem sido edificadas por uma multidão de pessoas adultas. Neles tudo está proporcionado ao adulto: janelas, portas, compridos corredores, salas de aulas nuas e uniformes. E lá dentro, em muitas gerações sucessivas, a criança vestiu o uniforme negro, de luto, durante toda a infância. A família a deixava só, abandonada, na soleira da porta do prédio — aquela porta era, com efeito, uma defesa, uma separação nítida entre dois campos e duas responsabilidades. E a criança, chorando e desesperançada, com o coração oprimido pelo medo, parecia ler no frontispício a dantesca inscrição: "Por aqui se entra na cidade da dor. . .", na cidade habitada pelos perdidos, abandonados pela Graça!

Uma voz severa e ameaçadora convidava-as a entrar em companhia de muitos colegas desconhecidos, considerados, em conjunto, prisioneiros que deveriam ser castigados:

"Ai de vós, almas perversas! . . ."

E para onde a criança deverá ir?

Irá aonde quiser aquele que ordena e comanda. Já foi classificada e alguém fará como Minos, que enroscando a cauda em torno do corpo, indicava à alma maldita o lugar que lhe estava reservado: no primeiro, segundo, terceiro ou quarto Círculos, onde se sofrem penas eternas e não há possibilidade de fuga.

E, uma vez chegada ao local que lhe foi destinado, uma professora *fecha a porta*. A partir daquele momento, ela é a

ama e senhora, e comandará aquele grupo de almas sem testemunhas e sem apelação.

A família e a sociedade consignaram a criança à sua autoridade. Os homens deixaram ao vento aquela semente digna de compaixão, e o vento soprou-a até ali. Os membros trêmulos e delicados deverão permanecer presos a uma carteira escolar durante mais de três horas de agonia, por três e mais três, por muitos dias, meses e anos.

Ei-la, a criança, na carteira, sob os olhares severos que obrigam os dois pezinhos e as duas mãozinhas a se manterem imóveis, apoiados na carteira, tal como os cravos de Cristo lhe constrangiam o corpo à imobilidade na cruz. E quando forem introduzidas naquela mente sedenta de saber e de verdade as idéias da professora, que efetua tal penetração à força ou do modo que melhor lhe parecer, a cabecinha humilhada pela submissão parecerá sangrar como se portasse uma coroa de espinhos.

Aquele coração cheio de amor será trespassado pela incompreensão do mundo como se por uma espada. E lhe parecerá amargo o que aquela cultura oferece para lhe aplacar a sede.

Está preparado o sepulcro para sua alma, que não pode viver entre tantos artifícios; e, quando for sepultada, numerosos guardas velarão para que não ressuscite.

Todavia, a criança ressuscita sempre — e retorna, fresca e sorridente, para viver em meio aos homens.

Como disse Emerson, a criança é o eterno Messias, que sempre retorna aos homens decaídos para conduzi-los ao reino dos Céus.

O AUTOR E SUA OBRA

Um trabalho pedagógico baseado em dar às crianças total liberdade de criação tornou a educadora italiana Maria Montessori conhecida em todo o mundo. Em seus livros, ela despreza e combate toda forma de autoritarismo, a massificação do ensino e o comportamento competitivo. Ao mesmo tempo, defende permanentemente o direito da criança de procurar e encontrar seu próprio ritmo de aprendizado e desenvolvimento.

Natural da pequena cidade de Chiaravalle, próxima de Ancona, no norte da Itália, onde nasceu a 31 de agosto de 1870, Maria Montessori foi a primeira mulher do seu país a formar-se em medicina (1896). No ano seguinte ao da sua formatura, foi indicada como médica assistente da clínica psiquiátrica da Universidade de Roma. Uma de suas primeiras preocupações ao ocupar o cargo foram os menores deficientes mentais, que, em geral, eram misturados aos loucos adultos nos hospícios. Seu interesse pela educação começou a manifestar-se a partir do contato com essas crianças. Recomendando um tratamento mais pedagógico do que médico, acreditava que um trabalho educativo especial poderia melhorar as condições dessas crianças. Para esse fim, começou a estudar outros sistemas educacionais empregados na Europa, especialmente o método aplicado pelo dr. Eduard Séguin para ensinar retardados mentais. Maria Montessori estudou ainda pedagogia e psicologia, formou novos conceitos e começou a desenvolver seu próprio método.

Partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência da criança implica uma educação metódica, criou um material especial para esse fim, que compreende diversas séries de jogos destinados a proporcionar uma educação sensorial, estimulando a observação. Entre esses materiais didáticos encontram-se objetos relacionados à coordenação moto-

ra e à visualização do tempo e do espaço, todos com formas muito atraentes e coloridas.

Depois de obter sucesso no ensino de crianças retardadas, Montessori começou a aplicar seu método junto a crianças normais. Para isso, foi trabalhar na escola do bairro popular de São Lourenço, em Roma. O lugar estava longe de parecer acolhedor. Não havia quase material didático e as crianças se sentavam em bancos altos, apoiando-se em pesadas mesas, o que tornava a escola ainda mais triste. Maria Montessori introduziu seu próprio material didático e mudou completamente o ambiente. Em poucas semanas as crianças haviam se organizado livremente, e os resultados foram surpreendentes. Segundo a educadora, "as crianças precisavam de um lugar calmo e seguro, onde pudessem escolher suas atividades e desenvolver o raciocínio e a personalidade".

O sucesso da experiência encorajou-a a fundar sua própria escola, a Casa dei Bambini, cujo modelo foi logo copiado por outras escolas em toda a Europa, apesar da forte oposição dos defensores do sistema ortodoxo de ensino, temerosos das conseqüências de um método baseado na liberdade e na auto-educação. Em 1922, quando seu sistema de ensino já a tornara muito conhecida, Maria Montessori foi nomeada inspetora geral das escolas públicas da Itália, mas, com a ascensão do fascismo, as escolas montessorianas começaram a ser fechadas e a educadora viu-se obrigada a abandonar o país. Depois de permanecer algum tempo na Espanha (durante o breve governo republicano), em Sri Lanka e na Índia, somente após o término da Segunda Guerra Mundial pôde retornar ao seu país, onde voltou a dar aulas na Universidade de Roma. Porém, não ficou muito tempo na Itália. Seu renome era tal, nos últimos anos de vida, que foi obrigada a deslocar-se aos mais diversos lugares a fim de supervisionar a formação de novos professores. Por fim, fixou-se definitivamente na Holanda, onde veio a falecer na pequena cidade de Noordwijk, a 6 de maio de 1952. A organização das Nações Unidas declarou o ano do centenário de seu nascimento (1970), numa justa homenagem, Ano Internacional da Educação.

Maria Montessori escreveu mais de uma dezena de livros especialmente voltados para as mais variadas questões de ensino e educação. Entre as obras publicadas merecem citação especial: "Método da pedagogia científica aplicada à educação" (1909), "Auto-educação nas escolas elementares" (1912), "O método Montessori avançado" (1919), "A crian-

ça" (1936), "Educação para um novo mundo" (1946) e "A mente absorvente" (1949), no qual se ocupa das crianças com menos de três anos de idade.